GT BRASÍLIA: MEMÓRIAS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

15 anos Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial

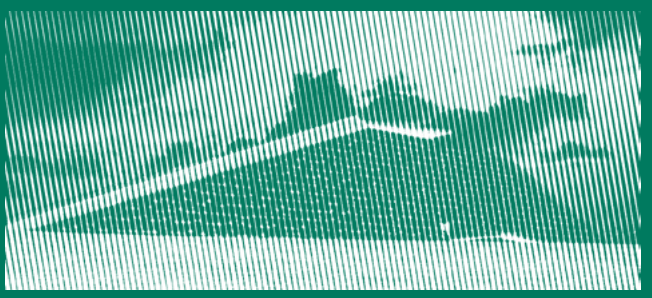
PATRIMÔNIO MUNDIAL • WORLD HERITAGE • PATRIMOINE MONDIAL













IPHAN 80 ANOS 1937 2017

GT BRASÍLIA:
MEMÓRIAS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

Vice-presidente no exercício do cargo de Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Cultura
Marcelo Calero

Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Kátia Santos Bogéa

Departamento de Articulação e Fomento
Marcelo José Santos de Brito (interino)

Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
Andrey Rosenthal Schlee

Departamento de Patrimônio Imaterial
Mônia Silvestrin (interina)

Departamento de Planejamento e Administração
Marcos José Silva Rego

PAC Cidades Históricas
Robson Antônio de Almeida

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, Iphan

I59g Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Superintendência do Iphan no Distrito Federal.

GT Brasília : memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan no Distrito Federal ; organização Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo ; texto Briane Panitz Bicca et al. – Brasília - DF, 2016.

168 p.

ISBN: 978-85-7334-298-7

1. Patrimônio Cultural - Brasília. 2. Patrimônio Mundial - Brasília. 3. Tombamento - Brasília. I. Reis, Carlos Madson. II. Ribeiro, Sandra Bernardes. III. Perpétuo, Thiago Pereira. IV. Bicca, Briane Panitz. V. Título.

CDD 363.69098174

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DF

Superintendente
Carlos Madson Reis

Coordenadora técnica
Sandra Bernardes Ribeiro

Coordenador administrativo
André Moreira Antunes

Organização
Carlos Madson Reis
Sandra Bernardes Ribeiro
Thiago Pereira Perpétuo

Textos
Briane Panitz Bicca
Eurico João Salviati
Márcio Vianna
Maria Elaine Kohlsdorf
Yêda Virgínia Belo Pires Barbosa

Revisão
Maurício Guimarães Goulart
Thiago Pereira Perpétuo

Projeto gráfico e diagramação
Luã Leão

Fotografias
Arquivo de imagens da Superintendência do Iphan DF
Arquivo Público do DF
José Mauro de Barros Gabriel
Márcio Vianna

Apoio administrativo
Agatha Barros Morgado
Júlia de Araújo Carrari
Loise Benício de Abreu Mesquita
Lorrayne Silva Nogueira

Estagiárias de arquitetura e urbanismo
Bárbara Vasconcelos Tabosa
Lorrany Moura Silva

Superintendência Iphan – DF
SEPS 713/913 Bloco D
Edifício Iphan 1º andar – Asa Sul
70390-135 – Brasília, DF
(61) 2124 6180 / (61) 2024 6190
www.iphan.gov.br
iphan-df@iphan.gov.br

MINISTÉRIO DA CULTURA

BRASIL GOVERNO FEDERAL

Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Distrito Federal

GT BRASÍLIA: MEMÓRIAS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

Brasília
Iphan DF
Julho 2016



APRESENTAÇÃO

O GT BRASÍLIA E A MEMÓRIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE

Fora do meio acadêmico, poucos lembram da existência do GT Brasília. Menos ainda são os que sabem da importância do trabalho desse Grupo para o reconhecimento de Brasília como patrimônio cultural brasileiro e mundial. A razão desse esquecimento é que seus estudos ficaram circunscritos aos profissionais da área de preservação e hoje, fora desse ciclo, poucos recordam que sua equipe foi a responsável, por exemplo, pela elaboração do dossiê técnico da vitoriosa candidatura de Brasília à Lista do Patrimônio Mundial, em 1987, nos termos exigidos pela UNESCO.

O Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília foi criado em 1981, no âmbito do complexo institucional SPHAN / Pró-Memória, e esteve atuante até o início de 1988. Constituiu a primeira ação governamental específica para tratar a preservação do patrimônio cultural da cidade de maneira institucionalizada e tecnicamente sistematizada. Iniciativa que deu a necessária amplitude conceitual, técnica e institucional à preservação do patrimônio cultural de Brasília, sobretudo no que tange ao seu patrimônio edificado, pois até então essa atividade estava fundada em ações pontuais e descontínuas.

A atuação do GT Brasília, amparada por um termo de cooperação técnica interinstitucional, também inovou na gestão do patrimônio histórico. Pela primeira vez, foi instituído na cidade um processo integrado e compartilhado de preservação cultural envolvendo diferentes níveis governamentais. Participaram do trabalho o Ministério da Educação e Cultura, por meio do SPHAN / Pró-Memória, o Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Educação, além da Universidade de Brasília (UnB). Atitude pioneira para ações dessa natureza e ousada para aquele momento da nossa história. A intuição visionária e integradora de seus idealizadores, acolhendo em sua equipe profissionais das mais distintas áreas do conhecimento – arquitetos, historiadores, urbanistas, antropólogos, paisagistas entre tantos outros – possibilitou ao GT atuar de maneira abrangente e com a devida consistência técnica e institucional.

Seus estudos, sintetizados em diversos documentos, produzidos ainda na velha máquina de escrever, contribuíram para despertar a consciência de que o acervo patrimonial da cidade ia bem além conjunto urbanístico do Plano Piloto. Outras representações existentes em seu território, tais como o pre-existente vernacular expresso nas fazendas antigas da região e nas cidades de Planaltina e Brazlândia, assim como os remanescentes dos canteiros das obras da cidade (acampamentos pioneiros), além da paisagem natural, com suas exuberantes fauna e flora, constituíam componentes significativos para a construção da ambiência e da memória histórica local.

Esses estudos, também, formam a base do ideário preservacionista da cidade, de onde se originaram inúmeras iniciativas do poder público referentes à preservação do patrimônio cultural da cidade. Por exemplo: o tombamento da Vila Planalto e do Conjunto do ex-Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, atual Museu Vivo da Memória Candanga.

Nesses termos, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em sendo uma casa de memória por excelência, tinha uma dívida a saldar com a história da preservação do patrimônio cultural de Brasília. Portanto, a Superintendência do Iphan no Distrito Federal, no âmbito das comemorações dos 80 anos do Iphan, tem a alegria de publicar os estudos do GT Brasília, agora revisados e organizados em um único volume, com o cuidado gráfico que o conteúdo exige. Com tal iniciativa, espera-se suprir essa inexplicável lacuna editorial e oferecer aos estudiosos da história da cidade um material de pesquisa da maior relevância.

Esta iniciativa, porém, não teria êxito sem o envolvimento de Jurema Machado, ex-presidenta do Iphan, que desde o início do projeto apoiou sua execução. Nossos agradecimentos.

Boa leitura!

Brasília, julho de 2016
Carlos Madson Reis
Superintendente do Iphan DF



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5
Carlos Madson Reis

PREFÁCIO 8
Sandra Bernardes Ribeiro
Thiago Perpétuo

MESA REDONDA GT BRASÍLIA 17
ABRIL/2016

A MEMÓRIA DE BRASÍLIA 55
Briane Panitz Bicca
Maria Elaine Kohlsdorf

A PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS: MARCO TEÓRICO PARA BRASÍLIA 58
Maria Elaine Kohlsdorf

CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR DE BRASÍLIA – PLANO PILOTO 65
Antônio Menezes Júnior
Briane Panitz Bicca
Fernando A. R. Falcão
Marcelo A. dos Santos Sá
Márcio Vianna
Maria Elaine Kohlsdorf
Yeda Barbosa

PESQUISA DE IMAGEM DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA, JUNTO À POPULAÇÃO DO DF 112
Briane Panitz Bicca
Maria Elaine Kohlsdorf

O PROCESSO DE SEDIMENTAÇÃO HISTÓRICA DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA 122
Yêda Barbosa

O VERNÁCULO DA REGIÃO CENTRO-OESTE 129
Márcio Vianna

CONJUNTOS REPRESENTATIVOS DA ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA 136
Márcio Vianna

UM ESTUDO PARA A PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL DO DISTRITO FEDERAL 143
Eurico João Salviati

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES 164

PARTICIPANTES DO GT BRASÍLIA 165

SOBRE OS AUTORES 166

Todos os textos foram revisados pelos autores em 2016.

PREFÁCIO

NA TESSITURA DAS MEMÓRIAS A TECITURA* DE UMA HISTÓRIA: O GT BRASÍLIA E OS DESAFIOS NO ÂMBITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

Sandra Bernardes Ribeiro
arquiteta e urbanista
Mestre em Planejamento Urbano
(FAU / UnB)

Thiago Perpétuo
historiador
Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural
(PEP / MP – Iphan)

O preenchimento necessário de uma importante lacuna

Desde sua concepção, em meados da década de 1950, Brasília suscitou uma enormidade de estudos e debates. Como se não bastasse destronar a Cidade Maravilhosa do posto de Capital da República, a nova capital foi criada com uma proposição urbanística arrojada, representando a aspiração nacional rumo a uma consistente modernização. Das pranchetas geniais de Lucio Costa e Oscar Niemeyer surgiram composições de um cenário único no mundo: o maior acervo de arquitetura e urbanismo modernos. Não sem razão, portanto, que, a despeito de suas falhas – já não nos referimos a uma utopia, mas, sim, à cidade real e suas contradições – Brasília tenha sido reconhecida como patrimônio cultural em três esferas de proteção que se complementam: a distrital, a nacional e a mundial[1].

As questões acima mencionadas são bastante difundidas. Aliás, seu peculiar sistema de patrimonialização incrementou a quantidade de escritos a respeito da cidade. Quem poderia dizer, portanto, que uma parte importante desse processo restasse eclipsada em grande parte das diversas histórias sobre a capital? Iniciativa que atravessou quase toda a década de 1980, o Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Distrito Federal, ou, simplesmente, GT Brasília, foi uma ação de múltiplos atores acadêmicos, políticos e comunitários, cujas vozes praticamente se perderam pela falta de reverberação. Seus estudos se incrustaram nas fendas oblíquas dos arquivos e somente em algumas publicações especializadas se faz presente.

Diante desse cenário é que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artísitico Nacional (Iphan), por meio de sua Superintendência no Distrito Federal, apresenta uma reparação necessária para preencher essa importante lacuna na bibliografia a respeito da patrimonialização de Brasília. Nesse sentido, foi preciso reger a tessitura das memórias dos principais representantes do GT Brasília para costurar a tecitura de sua história. Uma operação que pode ser melhor aclarada a partir de oportunos comentários a respeito dessa curiosa homofonia.

A palavra tessitura, grafada com duplo "s", diz respeito à disposição e organização de notas musicais a compor uma dada melodia. Já a tecitura, cujo radical evoca a atividade tecelã, se refere ao conjunto de fios que se cruzam com a urdidura, portanto, formando uma trama, um arranjo coeso, um tecido enfim. Figurativamente, ambas as palavras são bastante utilizadas em trabalhos acadêmicos, sobretudo, naqueles que abordam o passado como objeto de análise. Diz-se, por exemplo, que de um conjunto de depoimentos orais faz-se a tessitura de uma narrativa memorialista. Por outro lado, o entrelaçar de eventos dispersos, registrados em fontes desorganizadas, sobre fatos aparentemente desconexos numa miríade de documentos do passado, pode ser organizada a fim de se compor (ou de se construir) a tecitura de tramas distintas num relato historiográfico.

Assim, e como resultado do esforço de tecer memórias e histórias, a presente publicação apresenta dois documentos de enorme valor para os estudos sobre Brasília e também no campo de estudos urbanos (de um modo geral) e do patrimônio cultural (de modo específico), de interesse tanto para a comunidade de especialistas, acadêmicos, estudiosos da cidade, quanto para a comunidade que habita este reconhecido patrimônio brasileiro.

Na primeira parte, temos o registro de mesa redonda realizada com os principais integrantes do GT Brasília, cujos temas foram orientados por perguntas elaboradas por técnicos da Superintendência do Iphan DF. Tais questões preliminares serviram, quando muito, de guias para um profícuo diálogo em que as reminiscências dos presentes se agruparam e se complementaram. Uma polifonia de memórias que resultou harmônica e produziu um registro sensível e completo dos bastidores de quase uma década de estudo mas, também, revelaram os principais desafios, as conquistas, bem como a estruturação de metodologias de trabalho – avançadas para a época e ainda hoje atuais – e o processo de seleção de objetos de estudo para a patrimonialização – cuja escolha esteve, à época, imbuída de um sentimento de democracia participativa e justiça para com elementos e personagens negligenciados pelas narrativas hegemônicas da historiografia de Brasília.

Na segunda parte encontraremos a re-edição (minimamente corrigida por seus autores) do documento síntese dos trabalhos – datada de maio de 1985. Trata-se de uma coletânea de textos de vários pesquisadores[2] que demonstra a amplitude alcançada nos seus primeiros quatro anos de estudos e que mais tarde serviriam de lastro para a apreciação da candidatura de Brasília à lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Em certo sentido, esta foi a mais consistente reunião de estudos elaborados pelo grupo e apresenta as metodologias elaboradas, os objetivos, as justificativas etc.

Assim, o trabalho que o leitor tem em mãos agrega duas partes que se comple-

* Registre-se que o termo tecitura, ainda que de uso bastante comum no meio acadêmico, tem sido omitido em dicionários, sobretudo, nas suas edições mais recentes, em que é substituído pelo verbete tecedura, relacionado ao ato de tecer, cujo uso figurado acompanha o sentido de rede de intrigas, enredo, mexerico. Já o termo tessitura, cuja etimologia nos remete às línguas latinas, sobretudo o italiano, comparece nos registros formais mormente relacionado a estruturas musicais, mas, por extensão, abarcam organização, contextura. Optamos por utilizar das duas grafias de modo a manter tanto a evocação sonora do registro das vozes dos depoentes quanto o entrelaçar de histórias, como uma trama, numa dada narrativa.

1 Protegida por meio do Decreto nº 10.829/87 pelo Governo do Distrito Federal, reconhecida pela UNESCO em dezembro de 1987, e tombada pelo Iphan em 1990.

2 Os principais pesquisadores envolvidos na elaboração deste produto compõem o núcleo básico dos debatedores da mencionada mesa redonda.

mentam e se retroalimentam: os depoimentos do presente aclaram os documentos do passado e estes, por sua vez, ampliam e aprofundam as falas da mesa redonda, em termos conceituais bem como em dados de pesquisa, fotografias, desenhos etc. Enfim, a relação tessitura/tecitura derivando em uma obra que busca completar um vazio nos estudos sobre a patrimonialização de Brasília.

GT Brasília: histórico de formação, metodologia de trabalho e seleção de objetos

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, o designer Aloísio Magalhães mudou o panorama das questões patrimoniais no Brasil. A partir de uma iniciativa gestada em Brasília, o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC)[3], deu início à fusão de estruturas da Administração Pública na área da Cultura, instituindo o Sistema SPHAN / Pró-Memória[4] e incentivou novos olhares sobre a dimensão imaterial do patrimônio, sobretudo, com a abertura conceitual que migrou do histórico e artístico para o conceito mais amplo de referência cultural.

Aloísio Magalhães tinha, desde o início, uma relação íntima com Brasília. Esteve presente no período da construção da cidade, evento de grandes proporções que teria mudado decisivamente sua percepção tanto sobre o Brasil quanto para o design. No início da década de 1980, já como Secretário de Cultura, via em Brasília um produto cultural de enorme importância para o país e para o mundo (ANASTASSAKIS, 2007). Aloísio acreditava que Brasília representava o patrimônio contemporâneo e dizia. "*Brasília é o único que representa, ao mesmo tempo, um passado e um futuro.*" Para ele, preservar o patrimônio não era uma tarefa somente de cuidar do passado, mas "*essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro. O novo é apenas uma forma transformada do passado, enriquecida na continuidade do processo, ou novamente revelada, de um repertório latente*" (MAGALHÃES, 1985).

Foi nesse período que, motivado por um grupo de arquitetos da Fundação Nacional Pró-Memória e professores da Universidade de Brasília, articulou, junto ao Governo do Distrito Federal e com a Universidade de Brasília, a formação de um grupo interinstitucional visando preservar a cidade enquanto patrimônio cultural. O chamado GT Brasília viria a ser oficializado por meio do Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981[5], que criava o "*Grupo de Trabalho para estudar, propor e adotar medidas que visem a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília*".

O grupo passou a se reunir periodicamente a partir de 1981 e contou, até o seu encerramento, com dezenas de colaboradores. Os diagnósticos iniciais apontavam para a falta de uma política de preservação para Brasília, o que teria resultado em intervenções pontuais e alterações em sua concepção original, de autoria de Lucio Costa. Entretanto, o grupo, que surgiu com um viés preservacionista, logo se defrontou com questões, à época, quase intransponíveis. Todo o vocabulário técnico, os conceitos, os instrumentos de preservação de cidades mostravam-se inadequados para o trato da cidade moderna.

Desta maneira, a problemática representada por Brasília impunha, de saída, dois desafios: um relacionado aos instrumentos de preservação disponíveis – o que implicava, também, questões jurídicas – e outro de ordem conceitual. Para as questões de ordem jurídica, desde logo, fez-se presente uma parceria que se repetiria em outros momentos: a consulta aos órgãos e especialistas jurídicos. Para questões conceituais, o GT Brasília engendrou uma complexa operação de análise para estabelecer quais seriam os alvos específicos das ações de preservação, construindo não apenas objetos, mas toda uma metodologia de trabalho e instrumentos condizentes com a perspectiva patrimonial referenciada no dinamismo cultural, bem ao gosto do CNRC.

Em linhas gerais, concluiriam, ao final das análises preliminares, que a cidade nova não deveria ser preservada com o tradicional instituto jurídico do tombamento. Mas não se tratou de um pressuposto livre de questionamentos e re-elaborações. Afinal, era necessária não apenas a reflexão sobre instrumentos existentes, mas a criação de outros ainda não experimentados, o que os levou a abrir mão do tombamento, utilizado em objetos estratificados pelo tempo, em favor de outras possibilidades de preservação, conceito que ficou conhecida como "preservação dinâmica"[6], resultando numa visão mais alargada do patrimônio, que permitia operar com uma diversidade de referências e temporalidades, porquanto somente elas poderiam dar conta de, segundo o GT Brasília, realmente abarcar a totalidade do patrimônio do Distrito Federal, e que derivou de uma série de propostas dignas de nota.

Em primeiro lugar, o GT Brasília buscou questionar os referenciais historiográficos sobre Brasília desde

3 O Centro Nacional de Referências Culturais foi criado em 1975 por Aloísio Magalhães, Severo Gomes e Wladmir Murtinho como um organismo capaz de estabelecer um sistema referencial básico de descrição e análise da dinâmica cultural brasileira em suas diversas manifestações. Contou com um banco de dados que buscava dar subsídios para a compreensão do produto cultural a partir de sua dinâmica de produção e, posteriormente, subsidiar mecanismos tanto de proteção quanto de reprodução e desenvolvimento de tais produtos.

4 O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) passou, ao longo de oitenta anos de atuação, por inúmeras reformulações em seus aspectos administrativos, estruturais, suas competências e atribuições, com algumas variações de nomenclatura, inclusive. No caso, nos referimos à estrutura subdividida em Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) como órgão normativo, e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), que se constituía como um órgão executivo das ações e políticas de patrimônio.

5 GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981. Cria o Grupo de Trabalho para estudar, propor e adotar medidas que visem a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília. Conforme o decreto o grupo, era composto por órgãos da estrutura do Governo do Distrito Federal, a saber: a Coordenação do Sistema de Modernização Administrativa, a Secretaria de Educação e Cultura, a Secretaria de Turismo e a Secretaria de Viação e Obras, que deveriam se articular com a SPHAN / FNPM para a consecução dos objetivos propostos. A Universidade de Brasília não consta nomeada neste dispositivo, embora, por meio de pesquisadores, professores e equipe técnica, tenha marcado presença desde o início até o encerramento das atividades, no final da década de 1980.

6 Compreendida como a preservação dos espaços na perspectiva da permanência de atributos essenciais e da transformação a partir de critérios artísticos e históricos, referenciados pela população.

a inauguração. Assim, para além das perspectivas mais divulgadas que, comumente, anotavam com grande heroísmo figuras destacadas como Juscelino Kubitschek, Lucio Costa e Oscar Niemeyer, voltaram seus olhares para a diversidade de culturas que formava a sociedade da jovem capital: tratava-se da imensa massa de trabalhadores anônimos, advindos de diversos grupos e lugares de todo o Brasil. Chamados de candangos[7], o legado material desses operários era facilmente vislumbrado nos remanescentes de acampamentos[8] que, por sua precariedade, foram vistos – e com toda razão – como os elementos de maior fragilidade. Por outro lado, buscaram também compreender o processo de ocupação do território anterior à construção de Brasília, o que permitiu considerar como objetos de atenção os remanescentes de fazendas antigas, com algumas sedes em bom estado de preservação à época, bem como agrupamentos urbanos antigos, como Brazlândia e Planaltina.

Um segundo ponto era a reformulação geral não apenas de metodologias e instrumentos, mas de postura junto à comunidade atingida pelas ações de preservação. Quanto ao método, lançaram mão de análises da forma urbana para compreender o patrimônio a partir de referenciais que não privilegiavam apenas a visão de técnicos e especialistas. A partir de questionários, bem como de reuniões com especialistas de outras áreas e outros órgãos acadêmicos, da sociedade civil e do poder público, buscaram a descrição profunda dos elementos fundamentais da composição dos espaços da capital. Também compreendiam que o tombamento se constituía em instrumento de grande rigidez para o trato com ambientes urbanos contemporâneos e de grande complexidade, sobretudo, os ainda inacabados, como eram – e ainda são – os espaços de Brasília. Outrossim, observavam que melhoramentos necessários para a cidade poderiam ser impedidos, dado o "congelamento" da cidade no tempo de seu tombamento. Buscaram então instrumentos urbanísticos a partir do planejamento urbano associados aos elementos da forma da cidade para, a partir deles, preservar o que realmente importava às comunidades, residentes e usuárias. Isso permitiria também realizar correções de problemas já existentes no tecido urbano.

Um terceiro aspecto de importância fundamental foi a consideração do meio ambiente como composição da cidade e como objeto de proteção a partir desse mesmo conceito de "preservação dinâmica". Estudos nesse sentido foram elaborados para compreender o modo de inserção do ambiente construído sobre a paisagem, ou seja, nas relações entre o meio natural e o cultural – postura que hoje, diga-se, encontra-se na ordem do dia, com as proposições ainda em estudos referentes à paisagem cultural.

Para além das dificuldades advindas de um objeto tão complexo e inédito – do ponto de vista de técnicas de preservação que, em qualquer tempo, representariam problemas de grande envergadura – questões de ordem política foram igualmente desafiadoras. Basta lembrar das agitações da década de 1980 para vislumbrarmos um cenário de turbulências. Aparte o falecimento precoce de Aloísio Magalhães em 1982, que por si só impactaria grandemente nas estruturas de trabalho, temos o processo de votação da Emenda Dante de Oliveira, momento conhecido como Diretas Já, entre 1983 e 1984, em que Brasília ficou sitiada pelo Exército durante considerável temporada; o período que abarcou o processo de redemocratização nacional, com a transição do regime ditatorial que assaltou a democracia brasileira por mais de duas décadas para um governo de coalizão, por meio de votação indireta realizada pelo Congresso Nacional, entre 1984 e 1985; no período subsequente, no âmbito nacional, a Assembleia Constituinte de 1987 elaborava a nossa Constituição Cidadã, promulgada em 1988 e, no plano interno, Brasília preparava terreno, sob o comando de José Aparecido de Oliveira, para sua emancipação política. Enfim, agitações que, como seria razoável supor, se imiscuíram no cotidiano de trabalho e nas estruturas dos órgãos envolvidos com os estudos realizados.

Mas o GT Brasília não veria seus trabalhos, encerrados por volta de 1988, levados a cabo plenamente, sobretudo no que se refere à criação do sistema de preservação ou planejamento urbano para o Distrito Federal. É possível, no entanto, fazer um balanço positivo das atividades exitosas, como por exemplo medidas técnicas e administrativas para com o trato do acervo arquivístico de Brasília e estudos relacionados ao meio ambiente que, cada um em seu aspecto, acabaram sendo incorporados à estrutura administrativa do GDF com distintos órgãos setoriais responsáveis. Isso sem contar que o material analisado pela UNESCO para o reconhecimento de Brasília como Patrimônio da Humanidade foi elaborado pela equipe do GT Brasília[9].

Os resultados dos trabalhos do GT Brasília aqui apresentados influenciaram e influenciam reflexões sobre o patrimônio cultural do Distrito Federal por especialistas da área de arquitetura e urbanismo e gestão do território, constituindo-se como referências para proposições de critérios de preservação desse território. Agora, disponível para toda a sociedade na presente publicação, os estudos terão um lugar de destaque na historiografia a respeito do processo de patrimonialização de Brasília. Afinal, as proposições ousadas desse grupo de trabalho reacendem um debate a respeito da constante necessidade de revisão e aperfeiçoamento de abordagens, métodos e olhares sobre o patrimônio cultural e, talvez, sobretudo, sobre as comunidades que habitam as cidades reconhecidas como patrimônio cultural.

7 Atribui-se ao termo "candango" origem africana, que designaria algo como "pequeno angolês", cujo léxico foi se transformando e adquirindo uma acepção negativa e pejorativa como subalterno, imperfeito, inferior, tendo experimentado, em Brasília, uma transformação: era o nome popular do trabalhador da construção da nova capital do Brasil e acabou por ser estendida, ainda na década de 1960, a todos os colaboradores da obra comum. Envolve a imagem da tenacidade, do entusiasmo do trabalhador braçal. O nome transfigurou-se, portanto, em título de honra, glorificando o operário de Brasília, sendo incorporado pela imprensa, em romances, estudos, passando a ser aceita na população gentílica brasiliense.

8 É notável a atuação do GT Brasília junto à comunidade da Vila Planalto, cuja fixação pode ser viabilizada, em grande medida, pela atuação dos profissionais ligados ao grupo.

9 Ainda que tenha dado parecer positivo, a UNESCO recomendou que se elaborassem normas mínimas de proteção do sítio considerado. Assim, o governador José Aparecido, com anuência de Lucio Costa, convidou o arquiteto carioca Ítalo Campofiorito, que redigiu a minuta para o Decreto nº 10.829, que dispõe sobre a preservação das características fundamentais de Brasília a partir das escalas urbanísticas: monumental, gregária, bucólica e residencial.

Referências bibliográficas

ANASTASSAKIS, Zoy. **Por que Brasília? O CNRC como um equivalente cultural da capital-federal brasileira.** 2007. Portugal, Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES – ISCTE)/ I Conferência Internacional de Jovens Pesquisadores Urbanos, 2007.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA DO BRASIL. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (5ª edição).** São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1981.

COSTA, Lucio. **Registro de Uma Vivência.** São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda et al. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC – Iphan, 2005.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins, 1956 — 1961.** Vitória: EDUFES, 1998.

PERALVA, Osvaldo. **Brasília, patrimônio da humanidade: um relatório.** Brasília: Ministério da Cultura / Coordenadoria de Comunicação Social, 1988.

PERPÉTUO, Thiago. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Iphan, 2015.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural.** São Paulo: Annablume, 2005.



PARTE I
MESA REDONDA











ABRIL/2016

MESA REDONDA GT BRASÍLIA

Alex de Matos
Bárbara Vasconcelos
Briane Bicca
Carlos Madson Reis
Claudia Vasques
Francisco Ricardo Costa Pinto
José Mauro de Barros Gabriel
Luã Leão Fernandes
Márcio Vianna
Marcelo Brito
Maria Elaine Kohlsdorf
Maurício Goulart
Sandra Bernardes Ribeiro
Thiago Pereira Perpétuo
Yêda Barbosa

Carlos Madson Reis Minhas amigas, meus amigos, vocês não imaginam o prazer de receber vocês nesta Casa, é um prazer imenso vocês estarem conosco e essa é uma gentileza enorme de vocês, terem aceitado o nosso convite para se conversar um pouco sobre os trabalhos do GT Brasília. Trinta anos se passaram. A publicação desse estudo é uma iniciativa da equipe da Superintendência, colegas que levantaram essa possibilidade, que era uma dívida que esta Casa tinha com esse trabalho, precisava-se publicar. Esta Casa é uma casa de memória e o trabalho do GT nada mais é do que a matriz de todo o ideário preservacionista de Brasília, é dessa forma que a gente entende, é dessa forma que a gente trabalha, como eu falei inicialmente há cerca de 30 anos que se vem construindo, consolidando e formando uma consciência preservacionista na cidade. Todas as vezes que se fala dessa questão o trabalho do GT Brasília é referenciado. Inclusive, há uma série de trabalhos produzidos na pós-graduação da FAU da UnB: teses e dissertações, que discutem Brasília, difícil um que ignore o trabalho do GT Brasília, pois não tem como não referenciar e não beber dessa fonte. Quando fiz mestrado e doutorado, esse trabalho sempre esteve presente. Sandra Bernardes, coordenadora-técnica da Superintendência, que fez mestrado na FAU / UnB, publicou livros sobre a preservação de Brasília, lá também utilizou o trabalho de vocês como referência. E outra coisa, aqui na Superintendência somos muito requisitados por estudiosos e pesquisadores e esses sempre procuram pelo trabalho do GT Brasília: "E o trabalho do GT Brasília está disponível?" E infelizmente, não o temos disponível, a disponibilidade é só uma brochura, datilografada e apenas em papel. Então, tomamos a iniciativa de publicar graças ao esforço dos colegas, que vocês acabaram de conhecer e, particularmente, a Sandra Bernardes que sempre foi uma grande entusiasta dessa publicação, o Thiago Perpétuo também. O Thiago, inclusive, concluiu recentemente seu mestrado, no qual apresentou uma dissertação sobre o processo de patrimonialização de Brasília, para a qual entrevistou todos vocês. É um trabalho de pesquisa belíssimo, consistente e que já virou referência para esta Casa, indiscutivelmente. Então, acho que é mais do que uma dívida que se busca saldar, é uma demanda institucional a executar, posto que se trata do registro de parte da memória desta Casa e, também, da cidade. Fica-se muito contente com isso, por isso a emoção de estarmos aqui, nesse momento, para conversarmos com vocês, trocar ideias, aprofundar algumas questões sobre um trabalho que continuará sempre como referência para todos nós. Eu queria dizer isso a vocês e, também, falar da honra que é receber vocês aqui nesta Casa. E esta tarde, eu não tenho a menor dúvida, será agradabilíssima e proveitosa. A intenção é publicar esse material até junho deste ano. Os textos que estavam apenas datilografados já foram digitados. Parece incrível se falar isso, mas não tinha texto digitado, só datilografado, nós digitamos todos. Esta mesa, esta dis-

cussão que vamos fazer é no sentido de aproximar aquele trabalho dando como marco 1987, para hoje, 2016, para se conversar um pouco sobre isso e trazer toda essa bagagem, essa informação, de que se precisa tanto. Ainda mais em um momento como este, em que se pensava que tínhamos avançado na democracia, dar-se passos para trás, mas a vida é assim mesmo: às vezes se anda dois passos para frente e um para trás, e assim, vamos caminhando. Muito obrigado, sejam muito bem-vindos a esta casa.

Briane Bicca Assim, diante dessa manifestação introdutória do Madson, me emocionei... Nós nunca esperávamos que o nosso trabalho pudesse ter uma equipe tão comprometida e competente tratando dele hoje. Para nós é extraordinário ter vocês aqui como interlocutores, nós que agradecemos.

Maria Elaine Kohlsdorf Então vamos. Imagino que depois vêm perguntas objetivas, então vamos agora falar coisas subjetivas, é o momento. Eu acho que o grupo não esperava tanto tempo depois sentarmos aqui e sermos agraciados com as palavras, com a atitude e com tudo que vocês têm trabalhado a partir de um trabalho que tinha uma pretensão, me parece, muito simples e pragmática, embora talvez ele tenha tido uma representatividade diferente para cada um de nós quatro aqui presentes. Quer dizer, a missão é que se tinha de preparar um documento que possibilitasse a avaliação de uma candidatura, não é, Briane? E isto acabou adquirindo para o grupo um significado muito maior, embora com contornos um pouquinho diferentes para cada um de nós e em seguida eu vou falar da minha. Mas, temos uma coisa em comum, que foi certa paixão pelo trabalho e que nos moveu aquele tempo todo e, no meu caso, gostaria de fazer um depoimento em torno de dois vieses. Por um lado, esse trabalho teve um significado fundamental em tudo o que eu produzi nesses anos todos, mais de 40 anos aqui em Brasília; foi um marco no sentido de um teste, de inexperiência, de hipóteses que foram generosamente, mas muito generosamente acolhidas pelo Iphan. E, antes de falar na Briane e na equipe, preciso falar em Aloísio Magalhães ter me dado a oportunidade (estou falando muito particularmente, na minha experiência), que eu jamais teria imaginado, de testar em primeira mão os estudos que eu desenvolvia então... E foi tudo muito rápido, a chance de experimentar, uma coisa muito no escuro, vamos fazer dessa maneira experimental, apanhando em alguns momentos, mas com aquela generosidade que eu falei. E o outro viés que se me apresentou, nessa trajetória de produção é sem dúvida um marco, mais ainda quando foi retomado recentemente pelo INCEU. Já faz dez anos ou mais, no início deste terceiro milênio, e foi como uma retomada de certa linha de pensamento, de um certo olhar sobre a questão patrimonial. E, no meu caso, chego aqui como pessoa que não pertence ao Iphan nem se dedica à questão da memória, mas como pessoa ligada ao planejamento urbano e que nele atua com um certo viés. Como que então e enfim, eu confirmando depois de tanto tempo uma série de crenças no papel do planejamento urbano na questão da preservação da memória dos bens materiais. E o segundo ponto também particular em relação a esta cidade que, como a Briane, recentemente, comentou, se faz querer aos poucos. O impacto foi muito forte para mim na chegada aqui em Brasília e eu acho que esse trabalho com GT me aproximou amorosamente da cidade, a ponto de eu dar um depoimento há pouco tempo sobre Brasília como a minha cidade, a cidade onde eu morei mais tempo, onde nasceram minhas filhas, onde fiz minha vida, meus netos, enfim. É uma vida. E eu agradeço essa oportunidade, os efeitos pessoais do trabalho realizado com vocês, equipe querida. Amorosa a todos vocês, muito obrigada!

Yêda Barbosa Eu acho que a gente tem que lembrar uma coisa que é bem interessante, porque quando a gente começou... Primeiro, o GT Brasília para mim foi uma escola, eu entrei como estagiária, foi o melhor momento de desafios e de construção, de tudo, de ideário, de tudo. Quer dizer, era um momento em que essa questão que a Maria Elaine coloca da paixão é desafiadora, porque era tudo novo, não existia nada pré-concebido para você poder trabalhar e seguir uma linha já traçada, a gente tinha que varrer o chão e marcar a linha de trajeto, isso era uma coisa muito legal, muito gostosa. Quando eu entrei, isso para mim era um desafio e mudou o meu rumo profissional. Na verdade, eu tinha uma outra ótica, eu tinha uma outra forma de abordar a arquitetura. De repente eu peguei e caí de cara no urbanismo, na preservação, no paisagismo, enfim. Isso, por um lado, também foi fantástico, o clima de trabalho era fenomenal, o aprendizado com a Briane, com a Maria Elaine, com os outros membros da equipe que não estão aqui, que na verdade eram membros que se acoplavam e se distanciavam na medida da necessidade. E um ponto que eu gostaria de lembrar é que, de novo, a gente está sendo acolhido para um debate coletivo na Superintendência Regional que antigamente era a diretoria regional com a Dona Belmira Finagiev (superintendente à época), que era a nossa anfitriã. Ela abriu um espaço, ela deu uma dica para a gente na Superintendência e ela cedeu um espaço de abertura, concordando ou não concordando. Isso era muito rico, a questão da diversidade de ideias que se colocavam na mesa, antagônicas às vezes. Podiam ser fruto de uma arruaça completa, de diferenças, de divergência de pensamento, mas era uma divergência de pensamento absolutamente respeitosa e conceitual, produtiva, e construtiva que na verdade isso foi um legado que eu acho que ninguém apaga. Cada vez mais a gente vê as coisas acirradas hoje em dia, e isso é muito triste, quer dizer, o lidar com a diversidade. A gente trabalha numa ideia de preservação, exatamente da preservação da identidade cultural, e de repente a diversidade começa a incomodar. Então, coisas assim, são o legado que o GT deixou, muito bom. A gente recolheu inúmeros depoimentos de pessoas das mais diversas origens, pensamentos, procedências de formação, que foram uma grande riqueza nesse trabalho, o que possibilitou inclusive essa construção. E a Briane falava muito que a gente ia comer pelas bordas e aí a gente assim, começou... E foi, e cada vez que a gente ia fazendo isso, mais a gente ia conhecendo a realidade que estava por trás da única coisa que era exponencialmente conhecida, que era o modernismo de Brasília, a arquitetura moderna da cidade, e que não se encerra nisso, tinha muito mais coisa do que só isso. Então eu acho que esses desafios na época do GT, esse como fazer, o que pensar dentro da própria instituição, as resistências que existiam com relação ao que a gente estava fazendo... "Era uma cambadinha ali meio idealista", deixa ver o que vai dar. Em alguns momentos, o Aloísio Magalhães, realmente alavancou um desafio, o Henrique Oswaldo dando o apoio administrativo, o Silva Telles com todo o arsenal de conhecimento dele, dando o respaldo e vendo aonde a coisa ia chegar, e de que maneira. A Vera Bosi, a Sylvia... E o pessoal todo da superintendência que se engajou também no trabalho, a Sandrinha nessa época também meio na lateral, mas também trilhou, não é à toa que hoje você tem o GT por referência, porque está no sangue também, entrou na casa já com essa coisa andando. Então eu acho que foi um momento muito propício para todo mundo e um momento político muito especial, em que começou a se ter um pouco mais a manifestação popular, começou a se ter um pouco mais da voz poder se propagar e cada um defender a sua bandeira e isso daí também eu acho que foi uma coisa muito importante. Enfim, são muitas as coisas que marcaram esses 35 anos atrás de construção, eu acho que de construção mesmo. Quando a Sandra Bernardes me falou disso eu falei assim, olha (risos), na verdade a gente pra pensar se isso é uma boa notícia ou se é uma notícia triste, porque maravilha que isso marcou e continua marcado, e continua como referência, maravilha! Mas por outro lado tem uma tristeza que fica, das idas e vindas que você fala, quer dizer que, 35 anos depois desse

trabalho iniciado, a gente está aqui ainda em cima de uma temática... Eu estava relendo o texto e a gente vai vendo: eu falei assim, "evolução histórica", e as fases pararam em 80. Quer dizer que nós já temos trinta anos, trinta e cinco anos de fases ainda para serem atualizadas, que dão uma outra história de cara morfológica para Brasília (risos).

Maria Elaine Insuspeitável.

Yêda Enfim. Não é isso mesmo?

Maria Elaine Por mais que se especulasse com tendência não é? Jamais [suspeitávamos].

Yêda Mas é isso, eu acho que foi uma experiência inestimável e a melhor coisa do mundo, foi a melhor época de trabalho que eu tive na minha vida! (risos)

Márcio Vianna Primeiro as damas, e agora eu, Márcio. É muito bacana para quem viveu pessoalmente, tecnicamente, metodologicamente, tudo isso. Mas eu senti falta de a gente falar também da própria estrutura institucional, quer dizer, juntamente com tudo isso, cresceram também as instituições, porque, quando a gente começou a fazer esse trabalho, o próprio GDF não tinha um departamento de patrimônio como foi ter anos depois. E o próprio Iphan, a Yêda lembrou da Dra. Belmira, da 8ª Diretoria do Iphan, e essa "diretoria" era todo o Centro-Oeste e tinha um quadradinho lá no meio, que "incomodava", sim, era um "Matogrossão" grande demais. Quase metade do Brasil... E agora temos uma Superintendência só para o DF, o quadradinho, que nos recebeu muito bem aqui, com essa casa bacana e tal... todo mundo cresceu junto, até as instituições. E eu ainda quero ir mais longe: até conceitualmente, teve crescimento também o próprio *metier* do patrimônio, que está crescendo, continua crescendo, nos conceitos novos que vão surgindo, como o patrimônio imaterial, a paisagem cultural e o próprio patrimônio modernista, que "cresceu e apareceu" também. Porque Brasília abriu a porteira em âmbito mundial, e acho que nós fizemos uma contribuição então "mundial" para isso aí! Por exemplo, quando teve a reunião da UNESCO aqui em Brasília, em 2010, da qual a gente participou nos bastidores, a UNESCO reconheceu o valor mundial de 14 obras do Le Corbusier, mais de 20 anos depois do reconhecimento de Brasília como "Patrimônio Mundial", a própria Bauhaus foi "patrimônio mundial" depois de Brasília... a avó foi depois da neta! Então eu acho que é muito bacana isso, todo mundo cresceu junto, as instituições cresceram, os conceitos cresceram, as metodologias cresceram, e é muito honroso a gente estar nos bastidores de todo esse processo.

Iphan DF Bom, nós passaremos agora para as perguntas, vocês se sintam à vontade de respondê-las em qualquer ordem, adiantar questões, voltar nelas. Então... Sim, eu vou fazendo uma por uma, nós selecionamos aqui umas dez ou doze perguntas, que a gente entende que são as mais fundamentais, com duas outras aí, se houver tempo para gente. É até o final da tarde, mas obviamente que a gente não precisa vencer todas elas, porque eu acredito que os assuntos vão aparecendo, não é uma maratona. Então vamos lá, pergunta nº 1: quais os antecedentes da criação do Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural no DF? De quem foi a iniciativa? Quais foram os apoios fundamentais para que o grupo fosse criado e pudesse desenvolver seus trabalhos?

Briane No voo de Porto Alegre para Brasília, anotei alguns pontos para ir lembrando e a Maria Elaine pensou a mesma coisa... Então, começamos dos primeiros movimentos para a criação do GT, em 1979: eu voltava de três anos de doutorado na França e Aloísio Magalhães estava criando a Fundação Nacional Pró-Memória, ainda no Ministério da Educação e Cultura. A trajetória dele é que explica e não estou dizendo nenhuma novidade sobre o que ele foi, porque essa abertura para o trabalho de preservação de Brasília nos foi dada porque ele vinha do Recife, ele vinha da vivência de uma editora que ele criou com amigos. Ele criou o CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural) aqui em Brasília, cuja preocupação era o fazer cultural. E aí houve a grande virada institucional, porque ele já carregava isso na cabeça. Nos discursos, na criação da Pró-Memória ele externava essa coisa de que a "pedra e cal", uma expressão que ele usava muito, só fazia sentido se a memória fizesse sentido para as pessoas, se aquilo fosse usado, se aquilo fosse representativo. Foi uma virada porque eu mexia com o patrimônio material na ótica do Iphan daquela época. E com Aloísio as duas coisas se completaram, mas levaram tempo a se completar com o patrimônio imaterial, com o valor da paisagem... o caldeirão foi se enchendo com muitos outros elementos que na época não eram levados em conta. Apesar de no Decreto-Lei 25/37 já haver uma abertura enorme para todas as vertentes do patrimônio, o Iphan não tinha condições de abraçar tudo. O Aloísio Magalhães, inovador, deu suporte a esse e a outros trabalhos, entre os quais os que vinham do CNRC. Ele instaurou aquela busca de documentos brasileiros no exterior para não deixar vender os documentos brasileiros, abraçou o Programa de Cidades Históricas (PCH), abriu espaço para o "Educação em contextos culturais", não sei bem se era esse o nome naquela época, Projeto Interação, e muitos outros. A Estrada de Ferro Madeira — Mamoré, o vinho de caju de que fala o cartaz na biblioteca no térreo do Iphan. Então, voltando ao caso de Brasília: nos anos 1976, 77, 78, 79, ocorria uma evidente pressão imobiliária sobre Brasília. Diante disso, conversando com o Walter Mello, o professor Coutinho e a professora Maria Elaine, entendemos a necessidade de tomar alguma posição a respeito, porque Brasília estava sendo bastante agredida e a perspectiva era desse quadro se aprofundar. Passado o início da ditadura, houve um forte *boom* imobiliário. Evidentemente que em Brasília, com todo esse território para ocupar, a atividade imobiliária cresceu muito, com recursos financeiros na mão. Nesse contexto que procuramos o Aloísio Magalhães: - "Olha Aloísio, é necessário que a Pró-Memória tome alguma atitude". Ele conhecia bastante a importância de Brasília. E procurou a Eurides Brito, então Secretária de Educação do GDF. A cultura era parte da [Secretaria de] Educação. Foi proposta a criação de um Grupo de Trabalho entre o GDF, a UnB e a Pró-Memória, nascendo daí o GT Brasília. No início havia até uma ironia a respeito do nosso trabalho; faziam aquele riso xoxo assim, de canto de boca, loucos esses... Tratar da preservação de Brasília em 1979, quando ela tinha 18 anos... Mas o Aloísio, com essa sua visão de ir abrindo horizontes, se engajou imediatamente, sendo grande incentivador. Como ele abriu muitas outras frentes... Ouro Preto passou a ser tratado de outra forma; mesmo o patrimônio já instituído passou a ser entendido sob outra ótica, também a relação com os moradores, com as populações... Quando da criação da Fundação Nacional Pró-Memória, para escrever um documento conjunto com a equipe proveniente do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), Silva Telles varou madrugada, porque não se entendiam a respeito de alguns temas, e era uma discussão, mas sempre respeitosa. Havia divergências sobre a forma de lidar com um patrimônio que era o mesmo; isso é parte da história dessa instituição. E venceu essa possibilidade de trabalhar junto e desses vários âmbitos se interconectarem. Ainda hoje há dificuldades, mas com passar do tempo as dificuldades vão se amenizando e a visão múltipla sobre o patrimônio acaba por predominar.

Márcio Eu queria lembrar uma coisa, de estrutura institucional: paralelamente à Fundação Pró-Memória tinha naquele momento a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, com S. Então, tinha realmente uma certa "briga" sobre quem de fato, quem de direito, era meio confuso, mas se caminhava junto, e no momento de fazer os produtos, eles eram meio que comuns, também as decisões, e o GT estava ligado aos dois, SPHAN e Pró-Memória.

Yêda Mas por sorte a SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória tinham uma mesma cabeça, que era o Aloísio, posteriormente é que foi dividido e aí a coisa começou a ser mais problemática. Mas, no começo eu acho que isso daí vingou pela cabeça única. E era muito colocado na época, a UnB, Pró-Memória e GDF no pensar, no preservar e na gestão, que eram as três instâncias...

Márcio E o Aloísio morreu muito cedo, cá entre nós.

Maria Elaine Excessivamente cedo, porque justamente a lembrança que ele deixou é uma coisa fantástica, como uma cabeça única e muito tranquila em relação a todo esse rebuliço causado por suas ideias tão visionárias, tão à frente do tempo, coisas que apenas muito tempo depois foram entendidas e adequadas. Tanto a explicação do que ocorreu depois, quanto de questões que a gente poderia ter prevenido melhor se tivéssemos mais tranquilidade. Porque ele trazia a ideia de tranquilidade consigo próprio (isso é invejável!). O primeiro encontro que eu tive com Aloísio foi por intermédio da Briane e ainda no tempo de gestação do GT (que não era o GT ainda) e através de um trabalho de que eu tinha participado em Stuttgart. O tempo que passei na Universidade de Sttutgart mais trabalhei do que estudei; é verdade que por sorte eu trabalhava com planos de preservação em função do meu queridíssimo orientador de doutorado, também orientado nessa linha humanista maravilhosa do Aloísio Magalhães. É o professor Michael Trieb, outro sonhador, tranquilo com suas ideias e tempos depois a gente dizendo: "mas, não é que ele tinha razão nesse tipo de coisa?"... Voltando: eu mostrei ao dr. Aloísio um plano de preservação para a cidade de Leonberg, Alemanha, de que eu participara com o professor Trieb, e nesse trabalho havia uma das primeiras experiências (hipotéticas!) de como abordar essa questão. E ao mesmo tempo em que Aloísio Magalhães olhava e folheava o material, ele comentava que estava com umas ideias sobre Brasília... (e eu: Ops! Porque Leonberg e Eltingen são duas cidadezinhas do século IX, X na Alemanha e ele me fala de Brasília... Como que é?) Para mim foi uma coisa muito estranha, e o que se seguiu, aplicar os princípios experimentados em Leonberg , embora com enormes adaptações e muitas alterações durante os anos do GT... Muito esquisito! Enfim, foi um enorme desafio, mas particularmente, eu me sentia como se ele estivesse guiando essa hipótese embora um fato tão estranho, tão bizarro, um caminho no escuro. Momento marcante. Ele era uma figura maravilhosa, é dessas pessoas que a gente queria que fossem eternas e que não se fosse tão cedo, tão no início do trabalho do GT.

Márcio Eu queria lembrar também de um certo momento histórico, uma reunião no IAB aqui em Brasília, que foi praticamente a última reunião do Aloísio no Brasil antes de morrer... A gente se reuniu no IAB com pauta sobre Brasília, e o assunto era essa polêmica, essa novidade da "preservação de Brasília", e ele viajou no dia seguinte para a Itália, onde morreu logo depois. Foi assim, praticamente foi seu último assunto, no Brasil. Vocês vão lembrar, lá no IAB teve muita polêmica, confusão, opiniões radicais, ânimos exaltados, mas foi muito bacana, e a polêmica é o "retrato" da discussão: "vocês são malucos, vocês vão tombar a cidade?". Não, ninguém estava falando em tombamento não. Isso foi em 1982.

Yêda 82, ele morreu em 13 de junho de 1982, dia de Santo Antônio, na cidade de Pádua, na Itália.

Maria Elaine O GT começou em 1981.

Yêda Não, mas ele foi implementado de verdade em 82.

Maria Elaine Ah é?

Yêda É, ele foi gestado em 81 e implementado em 82, início do ano de 82, março ele já estava em funcionamento.

Maria Elaine A gente não começou em 81 não?

Yêda Márcio assumiu no dia do aniversário dele.

Márcio Foi.

Briane Desde o final de 1979 o GT Brasília estava efetivamente trabalhando, mesmo antes da institucionalização que aconteceu em 1980. Foi preciso inventar, porque não havia nada sistematizado de como tratar a preservação de uma cidade moderna. Então andamos ao redor do objeto, pensando por onde que se poderia começar. Tínhamos plena consciência de que não era pelo centro (Plano Piloto). Entendíamos que se devia começar por aquilo que se dominava um pouco mais, que era a ancestralidade desse território, dizendo mais respeito à visão do Iphan. Começamos pelas fazendas antigas, pelos acampamentos, por Planaltina, por Brazlândia. O Márcio e a Yêda andavam por esse DF todo, encontrando com gente da Emater em busca das antigas fazendas desse território. Se andou muito por essa periferia para ir vendo como podia ser feita essa aproximação com o Plano Piloto propriamente, dando-nos tempo para reflexão.

Yêda Além dessas andadas na periferia, eu me recordo também de um encontro que nós fizemos dentro do próprio Iphan que era para tratar mais especificamente da paisagem do Distrito Federal, e que até a Andréia [Zarattini] estava trabalhando um pouco com a gente, ajudando nessa articulação. E, na verdade, nós fomos atrás das instituições de preservação, Emater, IBDF, SEMA, CDNU, não existia Ibama ainda. E se fez assim, um balaio de gato, porque eram posições completamente diversas. Como é que chamava o reflorestamento, a Fundação Zoobotânica e a Pró-Flora, e por aí vai... Quer dizer, tinham fazendas antigas dentro de terras de reflorestamento da Pró-Flora, tinha a CAESB com o domínio das águas e o mando das águas para o planejamento de Brasília. Uma série de coisas e a gente conseguiu reunir todas essas visões dentro de uma grande discussão, como a que a gente está tendo aqui. Foi um ponto de partida. Depois entra o Eurico Salviatti, o Bráulio, o IBGE participou, a UnB participou, o Departamento de Ecologia. E foi muito rico, isso daí, na verdade depois de alguns anos foi o embrião até do próprio sistema ambiental aqui do DF.

Maria Elaine Essas coisas todas me recordam, nas origens do GT, a enorme generosidade de Aloísio Magalhães. Quer dizer, toda essa abertura ao grupo, porque o centro a que Briane se referiu me lembra o Plano Piloto; quando Aloísio falava "Brasília", acho que queria falar Plano Piloto. E isto foi a primeira questão que foi indagada pelo grupo, se não me falha a memória, antes ainda de sua institucionalização. Eu me lembro muito bem do incômodo, daquele mal-estar de ser uma cidade que já tinha nascido polinucleada, isto é, com cidades satélites; que havia sido fundada com favelas e com acampamentos de obras, enfim, aquela diversidade na maneira de organizar um território que funcionava como uma cidade, e não apenas no modernismo genuíno do Plano Piloto. Então, a gente estar diante de uma proposta de preservar "Brasília igual a Plano Piloto", e ser acolhido... Tudo bem, vamos em frente: e nós andando pelas cidades satélites, andando pelo Distrito Federal, procurando intuitivamente algum valor memorável nisso tudo. Então eu acho que este é um outro viés de observação. Recentemente, o querido professor Brasilmar postou uma coisa muito bonita dizendo: "Pois é, arquitetos e urbanistas, quando nós vamos pensar (e cuidar!) no patrimônio dos vencidos?" Essa cobrança do Brasilmar é desse ano de 2016; lembrei justamente dos primórdios de nosso trabalho e lhe respondi lembrando: "não, o GT não começou por aí; no caso da preservação de Brasília, o trabalho que foi enviado para a UNESCO partiu de um exame extenso do que acontecia dentro do território do Distrito Federal para eleger vários projetos que acompanharam o dossiê". Acho interessante essa diversidade de objetos ter sido acolhida desde o início por seu idealizador com essa generosidade. "Olha, estou pensando Brasília... Não, mas existem outros projetos. O patrimônio dos vencidos (como Brasilmar se referiu adequadamente) não integrou esse acervo, mas outros títulos sim, como as manifestações





anteriores a Brasília (os ancestrais), o meio natural, o patrimônio ou a memória dos pioneiros (como os acampamentos de obras, que foi uma das coisas mais polêmicas tratadas no GT). Nós tivemos, inclusive a receptividade em relação a outro olhar que não era a proposta inicial, e enfim se elaborou um conjunto de projetos para diferentes bens, de várias naturezas (todos bens materiais, não apenas o modernismo genuíno e não apenas o Plano Piloto, como que fosse o único bem de valor nesse conjunto).

Briane Só para completar o que a Maria Elaine disse, se nós olharmos as primeiras manifestações da UNESCO na análise da proposta apresentada pelo GDF, ela sempre cobrava: mas e os outros bens apresentados? Porque dizia ali que seria reconhecido o Plano Piloto, desde que o governo brasileiro cuidasse também das outras manifestações que haviam sido apresentadas no dossiê, como disse a professora Maria Elaine. O rol inteiro cobria as fazendas antigas, as duas cidades ainda do século XIX, os acampamentos pioneiros, a natureza, a paisagem, a bacia do Paranoá e o Plano Piloto. Conversando com German Samper, arquiteto colombiano que havia trabalhado com Le Corbusier, primeiro consultor enviado pela UNESCO após a inscrição de Brasília como Patrimônio Mundial, um homem extraordinário, ele insistia: "Mas e as outras manifestações onde é que estão, qual é o cuidado tomado a respeito delas?" A legislação proposta pelo GDF, chancelada pelo governo brasileiro, em atendimento aos requerimentos da UNESCO, abrangia o Plano Piloto, por meio de tombamento por decreto distrital. Quando, em 1980, Aloísio Magalhães abriu a possibilidade de tratarmos da preservação do Distrito Federal e de Brasília, nós, que vinhamos da área do planejamento urbano, entendíamos que essa era a ótica apropriada. Caso ele não tivesse essa formação anterior, toda essa trajetória, não teria por que aceitar um tratamento tão diverso daquele do Iphan para esse espaço de Brasília. Mas ninguém poderia, naquela época, imaginar a inscrição na UNESCO e depois o tombamento de 112 km², isso estava fora de cogitação e não era daí que se partia. Se partia de que uma cidade podia ser protegida com instrumentos de planejamento urbano, o que hoje me parece uma ingenuidade de um tamanho abismal! Mas aquela era a nossa pauta, era o planejamento urbano. Há que pensar que se praticava na época da ditadura o planejamento urbano centralizado; havia a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitas (CNPU), da Secretaria de Planejamento, vinculada à Presidência da República, cujo objetivo era planejar as regiões metropolitanas e as cidades de médio porte, da qual eu era originária... CNPU, depois CNDU, eram fruto do centralismo da ditadura, porque não havia uma Câmara de Vereadores votando o seu plano diretor, as pressões imobiliárias não eram tão potentes e bem articuladas... Entretanto, entendo que, caso Brasília não tivesse sido tombada, haveria o risco de desvirtuamento do Plano Piloto; pude cotejar Brasília com Chandigarh, Capital do Punjab, Índia, cidade capital provincial desenhada por Le Corbusier, e verificar o resultado dessas duas óticas no plano institucional. Então, caso Aloísio Magalhães tivesse outra formação, ele jamais aceitaria que a proposta de preservação de Brasília passasse pelo planejamento urbano. Como Yêda ou Maria Elaine falaram: para o Iphan éramos um corpo estranho. A Diretora Regional do Iphan do Centro-Oeste e Norte, a arquiteta Belmira Finagiev, nos aceitava por pura bondade, aquela pessoa maravilhosa, educadíssima que ela era... Ela fora chamada do Rio de Janeiro para implantar em Brasília uma Diretoria Regional se ocupando da metade do Brasil, ela era uma secretária.

Yêda Se fala do dossiê, mas na verdade o dossiê foi um resultado de cinco anos de trabalho; quer dizer, o objetivo do trabalho do GT não era o dossiê, o objetivo era estabelecer parâmetros, diretrizes e abordagens que pudessem dar cabo da preservação de Brasília, não de se fazer um dossiê para a indicação de Brasília ao Patrimônio Mundial. Na verdade, isso caiu no nosso colo como missão para dentro de 30, 60, 90 dias, não sei, estar pronto, dentro da UNESCO, e a gente tinha o material pronto, porque a gente vinha trabalhando nesse material havia cinco anos, foi a única possibilidade que teve de se ter um documento mais consistente...

Briane Não pensávamos em tombamento.

Yêda Exatamente, a gente não apresentou o tombamento para a UNESCO.

Briane Mas a UNESCO exigiu uma medida nacional de proteção.

Márcio Só para lembrar que a UNESCO saiu antes, o Patrimônio Mundial é de 1987 e o tombamento pelo Iphan em 1990, três anos depois.

Briane Entra aí a figura de José Aparecido de Oliveira, então Ministro da Cultura, que um dia ele nos chama: "Olha, eu estou vindo lá da UNESCO, já costurei tudo, vocês vão ter que montar um processo de inscrição de Brasília para o Patrimônio Mundial." - Oh, foi um impacto, mas e agora, o que a gente faz?

Márcio Eu perdi um carnaval por causa disso...

Yêda E algumas noites mais.

Márcio Mas para mim o mais grave é perder o carnaval... (risos)

Briane Antes de avançar, completando a primeira pergunta, há que homenagear o professor Coutinho, da UnB e o Walter Mello. O Coutinho, estudioso de Brasília e da sua história, e o Walter Mello envolvido com o resgate da memória documental; ele já tinha conseguido organizar a documentação de criação da cidade, no Arquivo Histórico na NOVACAP, institucionalizado depois; mas a documentação estava toda lá, e ele não deixava o acervo se deteriorar. Então, na verdade ele já desempenhava esse papel sem haver o Arquivo Público. Muito bem lembrado!

Yêda Sem haver a institucionalização.

Márcio Criado o Arquivo Público.

Yêda Num segundo momento, com relação à paisagem natural com Eurico Salviatti.

Briane Também o Muhdi Koosah, da UnB.

Yêda É, o Muhdi na parte dos acampamentos...

Briane Muhdi com os acampamentos. O Muhdi se referia sempre às permanências; o que será isso? E pensei: mas ele está certo, é aquilo que permanece, é aquilo que fica. Para isso Aloísio Magalhães usava uma imagem: o patrimônio é igual um disco bolachão tocando, o fazer cultural contemporâneo vai entrando no bolachão pela borda, vai entrando e vai se repetindo e o tempo vai passando e ao ir se repetindo, ele vai se aproximando cada vez mais do centro do bolachão. E nessa aproximação ele vai virando patrimônio; é uma imagem tão feliz, porque tem espaço para tudo, tem espaço para o fazer atual que com a sua reprodução, a sua transformação, a sua repetição no tempo vai se consolidando e se tornando patrimônio. É de uma extraordinária riqueza. Outra imagem era a do estilingue. Ele dizia: "Quanto mais a gente puxa o elástico com a pedra do estilingue, que é o passado, quanto mais a gente sabe do passado, mais longe a pedra vai." Aloísio usava muito as imagens, e isso facilitava o entendimento dos conceitos, os conceitos ele traduzia em imagens, e essas duas são muito felizes!

Iphan DF Gente, vou ler então a número dois, a número três e a número quatro que eu acho que a gente meio que ou passou, ou a gente pode dar mais uma pincelada, então mais para registro. 2: "Como foram iniciadas as atividades do GT Brasília?" 3: "Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas pelo GT Brasília, tendo em vista a cidade se tratar de um objeto completamente novo no rol de bens tratados pelo Iphan e como elas foram superadas?" 4: "Qual a relação do GT Brasília com a candidatura de Brasília ao Patrimônio Mundial?" Se vocês quiserem dar mais uma pincelada dessas questões.

Márcio Eu queria acrescentar uma coisa: eu acho importante o papel, o contexto, o lastro do Iphan nisso tudo, porque o patrimônio modernista brasileiro, para o Iphan sempre foi considerado "histórico", desde que nasceu...! Então a Pampulha, o Palácio Capanema, são tombamentos das décadas de 30, 40, e não só eles, mas outros tombamentos modernistas também. Então quando Brasília entra nesse "bolo", já não é tão absurdo assim, já tinha a Pampulha, já tinham várias outras obras modernistas no contexto em que Brasília veio se instalar. Então eu acho que é importante a gente lembrar isso também, o Iphan tem essa vocação do estilingue, o Iphan é muito esse estilingue, é o próprio estilingue, exatamente. Então foi muito bem lembrado pela Briane essa coisa do "estilingue", que o Aloísio falava mesmo. Está inscrito isso no "E Triunfo"? E isso valeu também para o patrimônio modernista: que afinal não é tão "novidade" assim, que já tinha um contexto, um caminho trilhado, onde veio se encaixar... Brasília, Pampulha, Capanema etc.

Yêda A novidade ficava no momento em que o instrumento que seria usado teoricamente seria o tombamento e a gente tentava reverter para uma outra forma de abordagem para o patrimônio contemporâneo.

Márcio E outra diferença: Brasília era um contexto urbano e grande, porque a própria catedral já era tombada...! A catedral está tombada desde 67, o Catetinho foi tombado em 59, patrimônios arquitetônicos, individuais, como o Capanema e outros. Mas com Brasília, a novidade foi ser um patrimônio urbano, e muito grande. Eu me lembro que nós recebemos uma visita de um italiano, Giorgio Lombardi, de Veneza, e estávamos reunidos numa sala onde tinha uma imensa maquete da cidade, na parede, assim, e ele pegou o dedo e fez um círculo no ar, assim, na última parte da Asa Norte e falou: "Isso aqui é do tamanho de Veneza, e vocês querem tudo isso aqui?" (mostrando a maquete toda). "Vocês são loucos? Olha Veneza aqui", repetia ele, com o dedo assim girando no ar em frente à maquete.

Maria Elaine Eu acho que já não é uma questão de ser o patrimônio modernista, eu acho que a questão também diz respeito a por que tentar uma outra atitude, além da "clássica" vamos dizer assim... Me parece que é, de novo, um olhar que, bem ou mal, quem trabalha com proposta, com projeto, com planejamento não consegue deixar de ter esse olhar. Daí por que a concentração de arquitetos nem sempre é nefasta. Por quê? Porque a gente tem um olhar de transformação. Quer dizer que o espaço se transforma. É da natureza ele se transformar. Eu acho que o que nos incomoda, ou nos insatisfazia ou insatisfaz, é ficar com um instrumento um tanto quanto de tradição cristalizante, vamos dizer assim, ou um tanto quanto inadequado, ao sentido de coisas que têm uma natureza de movimento, de dinamismo, de mudança em si própria. E, paradoxalmente, os exemplos todos mais antigos que nós temos são exatamente disso, de uma série de permanências, de uma série de mudanças! Nós nos inspiramos, lá nós buscamos, lá nós curtimos, não é verdade? E nem sempre sabemos aplicar, lá nós vimos, eu estou falando nos bens antigos e preservados. Toda uma adaptação mantendo o que se apresenta à apreensão cotidiana das pessoas: o caso, a forma, a aparência, o que a gente queira chamar, adaptando-se a uma série de práticas que são completamente diferentes de gerações para gerações. Eu acho que a nossa crença, o nosso sonho, a nossa aposta em trabalhar com outro olhar – e eu não associaria tanto a esse olhar equivocado do sistema de planejamento praticado no Brasil durante a ditadura militar – eu quero resgatar uma outra coisa nessa milenar, gloriosa e malfadada profissão projetada, que eu acho que é essa noção e essa ideia do movimento da transformação, e não necessariamente de não deixar pedra sobre pedra. Quer dizer, a possibilidade de se guardar características próprias, características fundamentais, guardar identidade, guardar o local e se adaptar ao andar da humanidade. Eu acho que a nossa busca foi nesse sentido, ao invés de uma fé-crença, digamos assim, nos instrumentos disponíveis na época, aos quais nós éramos muito críticos, vamos combinar, não é? Nenhum de nós era apologético, *status quo* de jeito nenhum, a gente sofria esse *status quo*, a gente sofria os anos de chumbo, todos nós, vocês são muito jovens. Sofremos na pele o que foi esse período, inclusive nessas questões de uma visão de realidade inexistente, era um simulacro, quer dizer a maneira como se trabalhava o planejamento centralizado. Eu vim de trabalhos em PDLIS na época, que de forma alguma nos possibilitavam uma intimidade com o objeto que se trabalhava. Então eu vejo muito mais, não como uma aposta nessas possibilidades que se tinha na época, mas no que significa o nosso olhar como profissionais da proposta, do propor, do projeto. Não foi um termo de referência, a Yêda vai me corrigir, confeccionado por Yêda e Dulce, uma pré-organização de um corpo legislativo, é o tempo inteiro preservar e reformular: o resgate, a preservação e a proposição, é sempre tratar todas as características dessa cidade, e assim deveria ser também com todos os outros objetos que a integrassem. Tratar dessa maneira, resgatar o que está sendo descaracterizado, ameaçando de deformação, deformação do quê? Da memória que passa, é a memória, é essa que tem que ser guardada, mas ela não é uma coisa que abranja todas as características das coisas, especialmente os lugares, não é? Então tem uma série de coisas que a gente vai soltar para ir se adaptando, toda a legislação ponto por ponto, aqueles pontinhos todos exaustivamente trabalhados. Por que se trabalhou com isso? Porque eles nos possibilitaram esse controle de por onde que se deve controlar, é controle, é controle sim, do processo, mas não o controle de aparências do processo, um controle superficial, vamos dizer assim. Ia buscar o que tem que ser, o resto não incomoda, deixa mudar, deixa se adaptar como naqueles memoráveis que nós apreciamos Veneza, por exemplo, foi exercitada a cidade viva, sempre adaptável, enfim, que acompanha há séculos.

Yêda Eu queria pegar um ganchinho teu, mas para falar de uma outra coisa que vem muito em paralelo com isso, da nossa ansiedade na época de delimitar e de estabelecer essas questões, que foi quando a gente começou a tentar ir para a ponta e tentar buscar opiniões, quer dizer, aquelas rodadas que a gente fazia, ou com pessoas da área, profissionais da área que atuavam ou mesmo com os grupos sociais que viviam naquela realidade, a questão dos acampamentos onde isso daí aconteceu demais, a questão das cidades satélites, das fazendas, as dificuldades todas que se encontravam. E muito na forma de a gente não só ter uma posição de como que essas pessoas encaravam essa temática e se relacionavam com esse pensamento, mas também no sentido de nos dar um suporte para deliberações de planejamento, de como fazer, o que seria a memória, não é a memória para aqui para os gaiatos que estão atrás da prancheta, é a memória para quem está vivendo a cidade. E de novo, a gente na verdade era uma grande colchinha de retalhos, aquelas coisinhas dos retalhinhos que estão ali na cesta e vão se alinhavando, tinha CODEPLAN, os departamentos da UnB específicos para cada temática e essas coisas foram se construindo, a gente montou uma pesquisa, bem ou mal essa pesquisa...

Maria Elaine Uma pesquisa de imagem.

Yêda Pesquisa de imagem. E essas coisas...

Briane Mas explica por que se resolveu fazer essa pesquisa de imagem.

Iphan DF A gente está em uma boa sequência, então deixa eu só ler a quinta pergunta para registro: "Como vocês definiriam a questão da participação da população nas questões da preservação?"

Márcio Deixa antes eu concluir a questão anterior, pois a expressão "preservação dinâmica", que a gente usava muito, e isso está inclusive no título de um dos textos que vocês vão publicar. Então, é exatamente como a Maria Elaine falava, a gente era muito arguido: "mas o que vocês querem afinal de contas"? Queremos uma preservação tão moderna quanto a própria cidade, que não se encaixava no "modelito" Veneza, Ouro Preto, o que for... então acho que é importante a gente fixar esse jargão da "preservação dinâmica", que a gente usou até como título do texto talvez o principal...

Briane E lembra que a gente dizia muito, Márcio, que Brasília ainda era um acampamento, e ela era um acampamento, a quantidade de espaços vazios, não ocupados, era muito grande.

Yêda E ela não tinha uma geração formada ainda na ocasião, a "geração Brasília" de brasilienses, ainda era muito novinha naquela ocasião.

Briane Da consciência de Brasília ainda ser um acampamento resultou a proposta de preservação dinâmica, diante da impossibilidade de definir como seria a ocupação de todos aqueles espaços. Como a Maria Elaine explicou, eram definidas as questões gerais de modo a garantir que o uso posterior não entrasse em conflito com aquilo que já existia. Entretanto, percebíamos que não podíamos ter a rigidez exagerada de bloquear o uso daqueles espaços ao longo do tempo. A preservação dinâmica surgiu daí: criamos esse jargão de "preservação dinâmica" que aparentemente é uma contradição, mas ela cabia perfeitamente para o caso de Brasília. Na verdade, foi todo um aprendizado com a pesquisa de imagem, porque se ia perguntando: como a população percebe Brasília? Que referenciais ela usa? Há que se imaginar em 1981, 1982, as cidades-satélites se formando, o Plano Piloto ainda relativamente pequeno, a Asa Norte com áreas inteiras desocupadas, em algumas, as ruas nem eram pavimentadas, ainda era a terra vermelha. A gente se perguntava: - "Como nos aproximar de Brasília pela imagem?" As perguntas eram: - Quando eles entram de ônibus, como é que se localizam? Será que a torre de televisão é um referencial? Ou a Rodoviária? Ou é o Eixo Rodoviário quando eles vêm dos lados de Taguatinga? Márcio e Yêda poderiam descrever como se deu, porque na verdade foi a nossa primeira experiência de escuta da população, mais abrangente que aquela dos grupos que se reuniam para discutir o andamento dos trabalhos, porque foi uma pesquisa bem ampla com um número grande de pessoas, levou tempo e cujo resultado foi bem produtivo. Nos desiludimos um pouco, porque a população se referenciava menos do que se imaginava... ah, os arquitetos ficaram meio xoxos...

Maria Elaine Mas por outro lado eu acho interessante, complementando, porque parece também importante destacar como a pesquisa de imagem se associa ao olhar técnico que a equipe desenvolvia. Quer dizer: se partia de uma hipótese para formular perguntas, e não sua ausência (lembro que na época, e até hoje, muita gente realiza pesquisa de imagem sem um referencial teórico, "ah, vamos perguntar lá o que o pessoal acha da cidade", o que não leva a muita coisa ou leva a impasses do que se fazer com os resultados). Ao contrário, quando entra a pesquisa de imagem no trabalho do GT (foi em 1983, eu estava em licença sabática em Sttutgart) já se tinha uma hipótese de abordagem e uma caracterização da cidade realizada pela equipe técnica. Então, a consulta foi justamente para o confronto de olhares, o olhar técnico e o olhar popular. A pesquisa de imagem foi um trabalho que considero maravilhoso, até hoje utilizo sempre os resultados desse confronto de dois olhares exercitados aqui em Brasília; ele é um dos poucos que eu conheço realizados com rigor de confronto, elegendo os mesmos elementos para perguntar. Elogiável a dupla que tocou essa empreitada.

Márcio Eu queria começar falando que a gente teve a pretensão de fazer uma coisa honesta, matematicamente, numericamente quanto à população, e o [Departamento de] Estatística então verificou junto aos dados na CODEPLAN sobre a proporção populacional, quantos por cento tinham Plano Piloto, Bandeirante, Taguatinga etc. e etc. com relação ao todo do DF. E a quantidade de entrevistados fosse então proporcional à população real e à faixa etária também. Então, o Plano Piloto era 12 ou 13%, uma coisa assim, do total. Então, entrevistamos 1000 pessoas, Ceilândia era quase o dobro do Plano Piloto, mas Planaltina era mínima, Planaltina cresceu demais, mas era mínima... e assim por diante, sempre proporcional ao número de entrevistas por região, a quantidade de entrevistados de cada localidade era proporcional ao total daquela parcela do todo do DF; e isso foi muito bacana, pois a pesquisa já nasceu com uma garantia de acerto, foi muito bacana isso. Nós partimos daí e contratamos também entrevistadores de cada local: tinha entrevistador do Plano Piloto, de Sobradinho e etc., com quantidade de entrevistados proporcional.

Maria Elaine Também a caracterização da população em termos de faixa etária...

Yêda De ampliação da cidade.

Márcio Eram entrevistadas pessoas que de alguma forma frequentavam o Plano Piloto (trabalho, estudo...), pois as perguntas eram sobre a cidade projeto de Lucio Costa, o foco era a cidade projeto de Lucio Costa, e as pessoas deviam de alguma forma frequentar, trabalhar aqui e morar fora, ou morar aqui.

Yêda Tipo o percentual da geração de Brasília.

Márcio Tudo era matematicamente equilibrado em termos de estatística.

Yêda E foi fantástico, realmente o Departamento de Estatística da UnB e a CODEPLAN deram uma...

Briane Às vezes dava um nó na nossa cabeça e vocês iam lá: "A gente trouxe a resposta, tem aqui uma solução."

Márcio E as perguntas mais ou menos na linha que a Briane já comentou, os marcos referenciais, visuais ou de trajeto, o mapa mental, o uso dos espaços, a forma como na memória cada um tinha sua impressão da cidade.

Maria Elaine E as categorias analíticas utilizadas traduziam para hoje uma dificuldade... Então eu, que não estava aqui, me indagava como conseguiram fazer essa tradução para que a pesquisa de imagem efetivamente alimentasse a continuidade ao trabalho que se realizava. E apareceram coisas

interessantíssimas nos resultados, como na questão do território central. Mas, revelou-se muito mais facilidade em responder às perguntas verbais do que aquelas que exigiam qualquer manifestação gráfica; a incapacidade de graficação dos entrevistados é impressionante, muitas vezes precisava do auxílio enorme dos pesquisadores.

Yêda Na Vila Planalto os moradores desenhavam o que eles queriam para a cidade.

Maria Elaine Mas isso depois, não é, Yêda?

Yêda É.

Maria Elaine Isso já no projeto Vila Planalto.

Yêda Em 1987.

Maria Elaine É o projeto Vila Planalto, mas na época da entrevista era dificílimo...

Yêda Não, nessa época o pessoal não podia nem falar, a associação de moradores ia ao Iphan clandestinamente, lembra da... Em plena ditadura.

Maria Elaine Essa dificuldade de desenhar, por exemplo, as figuras que poderiam ser inferidas a partir de "qual é o território do centro?" trazia respostas interessantes: era a libélula, era a borboleta, figuras que entrevistados falavam (e não desenhavam) e que não tinham coincidência com os territórios centrais. Uma peça fundamental no Relatório de Lucio Costa, os eixos que se cruzam definindo os territórios, o *core* da cidade, o centro cívico-administrativo configurado como um apêndice a esse corpo central, como isso aparece no imaginário da população? Aparece de uma maneira muito distante disso, pouco legível e aí fica-se insegura; às vezes o centro se reduzia a uma bolinha... Mas, isso acontece quando se trabalha com pesquisa de imagem...

Yêda E o cruzamento dos eixos, a rodoviária era quase que 90% reconhecida, mas como o cruzamento dos eixos, se tivesse 15% de reconhecimento era muito.

Maria Elaine E também perguntaram sobre a presença do verde, pois para nós técnicos aparecia com nitidez seu papel na proporção que faz a inversão de fundo, característica da cidade passível de se negociar até quanto ela poderia ser ocupada, para atender a outras expectativas além daquelas simbólicas, para melhor andamento do processo social futuro. E o papel do verde compareceu facilmente nas respostas, o quanto a presença do vazio não é um vazio, e sim um verde que não era tanto vegetado, mas "verde horizontal" que deixa sempre se perceber o horizonte de 360 graus nas cumeadas abraçando a "panelinha" que acolhe o domo onde se situa o Plano Piloto... Era uma das condições para delimitarmos o contorno da área preservada, lamentavelmente hoje descaracterizado por ocupações aleatórias, bem mais danosas do que, na época, reclamávamos da favela do Paranoá, tão bem mimetizada nas encostas (quem dera permanecesse desse jeito, celebraríamos hoje!). Então, são questões que apareceram com clareza na pesquisa de imagem mental, mas não inferidas com facilidade, e sim a partir de elaborações realizadas quando os técnicos processaram as narrativas da população com vínculo no Plano Piloto.

Yêda Acho que a pesquisa não foi um mar de rosas, ela teve desvios, a parte de imagem mental do que se entendia como abairramento do Plano Piloto foi uma coisa muito complicada, porque várias pessoas não conseguiam desenhar, então era o entrevistador, na verdade, que delimitava o que ele entendia, era do entendimento da fala. Então, essa coisa teve falha, lógico, mas eu acho que cumpriu uma carência que se tinha de se chegar na ponta, de chegar lá na base que foi ainda indireto, que não foi ainda uma forma naquela conversa toda da sua dissertação (Sandra), a questão participativa, o quão participativo foi. Não foi tão participativo, mas para o momento foi muito participativo, foi significativamente participativo. Na verdade várias pessoas chegavam para gente lá na Pró-Memória para expor alguma situação em caráter clandestino quer seja do governo, quer seja da comunidade, quer seja representativo. Começaram as primeiras representações sociais, a Vila Planalto tinha uma associação de moradores como a

senhora que resolveu fazer barulho e aí começou a ter isso daí, o processo de preservação ainda estava em curso, o pessoal do HJKO que ainda era vila do IAPI na época.

Márcio Que "resolveu" pegar fogo na época...

Yêda Exatamente.

Márcio Teve um incêndio, literalmente.

Yêda Literalmente! E dos grupos antagônicos, inclusive se questionava na época e se questionou muito, em que momento aquele incêndio aconteceu, se era na verdade uma tentativa ou não de tirar a população de lá, e tinham remanescentes que brigavam por aquilo. E aquela coisa, quer dizer, as pessoas começavam a tomar para si, estava no começo do processo da abertura, era 1982, 83, então as coisas estavam começando a ter uma efervescência interessante, que colaborou muito. Os repórteres, querendo ou não querendo, várias vezes tinham uma visão muito interessante da ótica da preservação e buscaram essas informações para poder sair divulgando o que era esse trabalho, o que ele pretendia. Porque as coisas eram faladas de uma maneira e os reprodutores da fala diziam o que queriam para as bases, então era o telefone sem fio, a conversa começa de um jeito e começa lá na ponta e... E quanto mais a gente ia adentrando nessas pontas, mais a gente podia ir vendo as fragilidades locais, as disputas políticas locais que configuravam um pouco as forças que estavam em jogo ali para compor aquela realidade de planejamento, aquela realidade de estudos e aquela realidade de... é o tombamento, não é o tombamento, o tombamento vai te tirar daqui e se fizer o tombamento e não sei o quê... Todas essas questões, quando a gente começou a trabalhar dentro dos núcleos da Vila Planalto, dentro da Metropolitana, dentro do próprio Paranoá, HJKO, essas coisas ficavam absolutamente evidentes, até dentro das cidades precedentes, Brazlândia e Planaltina, que também tinham uma briga de forças, porque em todas duas foi feita uma dicotomia entre o que era o Setor Tradicional e aquela enorme massa que se colocou sobre a cidade tradicional.

Maria Elaine Os imigrantes.

Yêda É, os imigrantes e os "erradicados", os "CEIS" da vida, não é?

Briane Nunca havia pensado nisso. Continuávamos trabalhando para produzir uma legislação de planejamento que fosse condizente com o que se queria para Brasília com a visão da cidade em construção e da preservação dinâmica, mas ao mesmo tempo, como disse muito bem a Yêda, começamos a ser procurados pelos movimentos sociais que queriam garantir a sua permanência nos seus locais específicos. Uns estavam sendo expulsos do hospital do IAPI, outros da Vila Planalto, ou do acampamento da Telebrasília, a Metropolitana ou ainda do Paranoá; eram muitos os acampamentos e alguns deles já estavam sendo erradicados. Então, ao mesmo tempo em que continuávamos procurando preencher aquilo que nos moveu inicialmente, nos sentíamos com muita vontade de trabalhar com essas populações, defendendo os seus espaços, porque tínhamos absoluta consciência de que eram espaços históricos... Eram espaços de memória, eram sem dúvida.

Yêda Tinham momentos, inclusive, que questionávamos o que a gente deve e a gente não deve, era uma coisa que tinha a ver com a ditadura, a ditadura ainda estava rolando, bem intensa. Então para nós teria sido até muito mais fácil desconsiderar: a gente está mexendo aqui fazendo uma legislação de proteção de Brasília, a gente não quer relação. Mas essa coisa humana nos pegou muito forte, porque eram vozes de pessoas que estavam assentadas há muito tempo em locais que, pelo levantamento das fazendas, dos acampamentos, nós já tínhamos consciência da importância daquilo como patrimônio de Brasília. Eu diria que, nesse início, até quem sabe se pudesse dizer que a gente focava mais no entorno de Brasília do que propriamente no Plano Piloto...

Maria Elaine Não me lembro de meu sentimento na época, mas hoje me parece que nossa vontade de trabalhar com as populações, principalmente, dos acampamentos de obras,



se referia a elas como se fossem também os aliados possíveis nesse trabalho, pois nós tínhamos inimigos ferrenhos e fortíssimos à permanência dos acampamentos de obras, porque a história dessa cidade é uma história de avanço do capital imobiliário. Os remanescentes de acampamentos eram um entrave à construção de novos assentamentos (como oficialmente chamavam as "cidades" satélites ou congêneres). Na contínua estratégia de afastamento do Plano Piloto, das populações menos beneficiadas, colocadas a longas distâncias dele, com ocupação horizontal e baixa densidade construtiva, tornando caríssima a terra nesses locais antes pouco valorizados (em estratégia de enriquecimento de terras periféricas baratas e abandonadas para que depois fossem possuídas por outros grupos sociais, menos pobres). E as populações mais pobres hoje estão além do Distrito Federal.

Yêda Foi a primeira grande alteração, antes da inauguração da cidade, das características preconizadas por Lucio Costa que queria uma cidade completa para depois haver...

Maria Elaine Exatamente, então na verdade, o governo local não era um parceiro efetivo do GT Brasília nessa época, ao contrário.

Yêda Instâncias. Não é o governo local. Você também não pode dizer homogêneo, porque ao mesmo tempo que o governo local não era parceiro, existia o Walter Mello que era do governo local, que era um defensor...

Maria Elaine Como instância decisória quero dizer. O GT Brasília inventariou 15 acampamentos de obras que sumiram. Enquanto olhávamos a Candangolândia antiga e a Velhacap antiga, no outro dia eles eram removidos para construir mais uma cidade-satélite em uma borda de chapada, a Candangolândia. E assim aconteciam as decisões, digamos assim, de um dos parceiros do grupo tripartite SPHAN – GDF – UnB.

Yêda Quando a Vila Planalto foi tombada, no dia do ato de tombamento houve a demolição da área do campo de futebol que era um dos marcos mais importantes da memória daquele acampamento.

Maria Elaine Então: no trabalho com as populações não contou apenas a acolhida às pessoas que chegavam ao grupo. O GT chegou à Vila Planalto porque ou a gente entrava ali e colocava o escritório lá dentro, ou se perdia a memória da Vila, como se perderam outras de 14 acampamentos. Entramos com as assistentes sociais e fomos ver se conquistávamos a associação de moradores. Quando nos viu, o pessoal da Vila se manifestou: "não queremos tombamento, queremos loteamentos". E o GT ganhou sua confiança: Yêda se "mudou" para o escritório e a ele se agregaram outros profissionais [como a antropóloga Sandra Zarur, as assistentes sociais Sussu e Glorinha] e foi graças à população da Vila Planalto que ela ficou quase inteirinha até aquele momento. Em seguida à sua aceitação como bem cultural,



a Vila Planalto passou de bairro histórico a bairro boêmio porque à própria população (desfazendo as ilusões que a gente constrói) interessava a segurança da terra, mesmo que com permissão apenas de seu usufruto (como Sandra Zarur escreveu). Acho importante registrar o papel da população nesse processo de trabalho: ela foi preciosa aliada à preservação da Vila, não acredito que se restringiam a carentes nos empurrando, nos movendo. Foi muito mais... Espero que hoje tenha alguma pergunta sobre a experiência do GT na Vila Planalto e venha o testemunho do pessoal do GT que ficou lá dentro, pois seu trabalho foi ímpar, lindíssimo e exemplar de como se trabalha projeto de preservação com os moradores.

Briane Fomos ao encontro de Lucio Costa, no seu apartamento do Leblon, Rio de Janeiro, falar a respeito da preservação da Vila Planalto, porque no Brasília Revisitada eram propostos polos para novas superquadras, e um deles era a Vila Planalto. Expusemos a historicidade da Vila Planalto e ele disse: "Não, aquilo ali, junto do lago, deve ser destinado para uma população de mais alto poder aquisitivo".

Yêda Bem, já existia nessa época um projeto de ocupação daquela área, que era o Projeto Orla, que era o embrião do atual Projeto Orla, mas era um projeto de parcelamento que varria toda a orla do lago e de quebra ele passava da rua e limpava, como foi feito com a Candangolândia. Ele limpava a outra área para ser o cerrado da escala bucólica e simplesmente, sem se pensar que uma escala bucólica poderia estar com as habitações, mimetizada na paisagem. Então a ideia sempre era de sanear os acampamentos, sanear a cidade tirando, removendo os acampamentos e trabalhando com uma outra ótica. E aí, nesse se aliar à população que construiu aquele lugar e que tinha todas as suas raízes e laços sociais, estava fora. E isso eu acho que foi o fator gerador dessa mobilização que cresceu e conseguiu ter um resultado...

Briane E foi bem bonito porque a população sentiu que nós éramos aliados, que nós não éramos ocasionais interlocutores.

Yêda Depende de qual população.

Briane Aquela com a qual nos relacionávamos, sim e havia personagens ímpares, como o Seu Noé, operário da construção, que viu uma oportunidade e comprou uma máquina fotográfica; ele fazia fotografias 3×4 dos operários para as carteiras de trabalho. Foi amigo do Niemeyer e nos contou um dia: "Cheguei para o doutor Niemeyer e falei: Oh! dr. Oscar, essa catedral ficaria muito mais bonita toda coberta com pastilhas e com luz néon subindo pelas colunas, assim, ela ficaria bem 'gotics'!" Havia a senhora cujo marido faleceu da queda do telhado.

Yêda A Dona Vanda.

Briane A D. Vanda tinha uma liderança extraordinária, fora a primeira professora da vila, pessoas assim, que podiam bater de madrugada na nossa casa e atendíamos.

Yêda Ela perdeu o marido consertando o telhado da creche.

Maria Elaine Foi um período muito rico. Yêda especialmente, Márcio e outros trabalharam nisso e o grupo chegou a projetar possibilidades de intervenções contemporâneas. Pois, como se poderia pensar humanamente que as pessoas continuariam morando em um barraco de 1,80 m de altura que se esfacelava por cupins? Dentro da ótica de preservação dinâmica adotada, se queria manter o traçado da vila (seus espaços públicos), mas não se obrigaria de forma alguma (isso foi uma discussão longa) as pessoas a permanecerem em barracos sem esgoto etc. Yêda, não me lembro bem, mas você realizou alguns modelos de opção condizentes com a escala da Vila Planalto para a população escolher? "...olha, eu tenho cinco filhos e gosto mais desse projeto extensível..." Mas, o GDF detestava tanto esse diálogo que, logo depois de "assumir" a Vila, colocou lá uma prefeitura com uma sigla e isso foi, não só esquecido, como rechaçado. Na verdade, o GDF não reconhecia o valor simbólico da Vila Planalto, nem de nenhum dos remanescentes de acampamentos de obras da construção de Brasília.

Yêda Por incrível que pareça, o primeiro que foi legislado de todos os acampamentos foi ainda na época do Tadeu lá na Secretaria de Viação e Obras (SVO), que foi o da Metropolitana, com todas as descaracterizações que a Metropolitana sofreu ainda é um acampamento que mantém a ambiência urbana. Ele trabalha um pouco a escala do lugar. As habitações jamais, as habitações foram completamente descaracterizadas. Aquelas casas fantásticas que eram puras interpretações da arquitetura moderna na madeira. Aquilo deve ter hoje em dia no máximo três remanescentes. Mas, mesmo a escola também foi muito perdida enfim, mas por incrível que pareça aquele acampamento, apesar de ser o primeiro que ainda era mais dura forma de flexibilizar a permanência dos acampamentos, ainda foi um que foi bem trabalhado no sentido de garantir um pouco mais de permanência. A Vila Planalto teve um processo muito detalhado quando ela foi ser tombada, ela teve toda uma discussão do decreto item a item. Se montou a primeira gestão participativa de um território. Então, eram dois grupos gestores com uma composição complicada: num grupo era o corpo técnico, que tinha a representatividade de três líderes comunitários com direito a voto para as deliberações, e no outro grupo era o conselho comunitário, que tinha a participação de três representações institucionais. E isso daí funcionava. Os dois grupos se digladiavam para fazer as deliberações... Era muito doido! E aí tinha por trás disso toda a guerra de poder de quem vai ser a representação. Era feita uma eleição na Vila, era carro de som rodando e quem dá mais pelo lugarzinho ali, então tinha campanha, era uma coisa assim, era o mini Brasil.

Maria Elaine Porque essa era a época de formação dos novos partidos na "Nova República", mas nos surpreendeu muito, pois não se contava com a partidarização precoce da comunidade pioneira. Não lembro dos envolvidos, mas nos pareceu que tomavam de assalto a legitimidade da causa de envolvimento da população.

Briane Foi à época da Leiliane, ainda bem menina, que furou a segurança em uma das descidas do presidente pela rampa do Palácio do Planalto e entregou ao Sarney uma carta pedindo a fixação da Vila Planalto.

Yêda Com o Sarney.

Maria Elaine Sarney. Ela foi falar pedindo a preservação da Vila, porque estava muito arriscado, 1988.

Yêda O nosso fechamento do trabalho foi 87, a elaboração do decreto foi a partir de 87 da mesma forma, a gente tinha fechado um dossiê da situação da vila, tinha feito, tinha arredondado todos os estudos, desenhado a quinhentas mãos e tinha dado prosseguimento...

Maria Elaine E o anteprojeto de diretrizes de preservação.

Yêda Diretrizes de preservação e aí tinha dado entrada no GDF, foi feito aquele grupo enorme que o Guy de Almeida que era quem coordenava, tinha SHIS, tinha o pessoal do CDS, a Procuradoria e tal, e esse grupão foi quem exaustivamente, lá no Buriti, destrinchou, e era uma guerra.

Madson Quem teve uma participação grande nesse processo foi o Silvio [Cavalcante] que, infelizmente, não pôde estar com a gente aqui hoje. Principalmente, com a saída do decreto se contrapondo a todas essas outras instituições.

Yêda Existiam, a gente tinha alguns trunfos, tinha no grupo, que foi quem nos levou lá para dentro, o grupo das sete mulheres, dona Aparecida, dona Maria do Chapéu e uma série de outras mulheres... Socorro já era de outra geração, ela é mais nova, ela já é da eleição... Não é Socorro e nem Solange, mas é alguma coisa do gênero. Não, é a Soberana, ele está falando de uma outra que é depois do tombamento feito, que é uma das candidatas que ganhou, a Soberana tinha saído do processo e essa menina assumiu. E, nesse momento, as sete mulheres, quando tinha alguma ameaça de que a coisa ia degringolar, as sete mulheres entravam no Buriti e ficavam na sala de espera do, governador Aparecido, aguardando o resultado da reunião, e elas não arredavam o pé por nada, era muito engraçado, era uma coisa assim...

Briane É mesmo, Yêda, foi importante o papel das mulheres, muito bem lembrado.

Yêda Nossa, elas nos puseram lá dentro, elas interferiram junto ao CDS para nos arranjar um lugar, e foi daí que a Sussu e Concília nos abrigaram a nós, Iphan, dentro da Vila Planalto um espaço institucional para abrir as portas pra gente receber as pessoas que queriam participar do trabalho. E aí a gente fazia as rodadas de discussão.

Briane A casa era a Fazendinha, onde morava o Ministro da Fazenda, Reis Veloso, em Brasília.

Yêda O Reis Veloso. Era bem conservada até, porque eram quatro casas da Pacheco Fernandes que eram mansões, verdadeiras mansões, uma delas foi transformada no CDS e as outras ainda continuavam como duas habitações oficiais ainda, Frejat, o Reis Veloso e que se manteve depois, o Reis Veloso tinha saído, o Frejat se mantinha e outro da outra casa. A população era uma família local.

Iphan DF Gente, eu acho que a gente já esbarrou bastante, inclusive, nessa sexta pergunta aqui: "O GT Brasília em sua longevidade passou por pelo menos dois governadores, três chefes do órgão federal de preservação, dois presidentes e atravessou o regime ditatorial rumo ao período democrático. Com tantas mudanças na esfera política e administrativa, como vocês avaliam a coesão do grupo e sua relação com tamanha diversidade de cenários?"

Maria Elaine Minha avaliação é que esse grupo foi muito valoroso, unido e com expectativas positivas em relação a certas mudanças possíveis ou desejáveis no processo de redemocratização que se evidenciava, mas também com bastante cautela quanto ao atendimento de tais expectativas. A memória que eu guardo é de que não acalentávamos muitas expectativas positivas quanto ao que viesse de fora do grupo, mas uma confiança no trabalho que se realizava. A grande surpresa foi o papel do governador Aparecido citado por Briane, e o susto: "É para amanhã o tombamento da cidade!".

Yêda A inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

Maria Elaine Desculpa, a inscrição do Patrimônio Mundial.

Yêda Ele que agiu como...

Maria Elaine Foi um mal-estar, isso realmente não se esperava: "Como assim? Abortavam nosso trabalho, pois ele ainda não estava pronto porque não atingíramos nossas metas. E ainda as críticas de que não acabávamos nunca, era muita demora etc. Em seguida, o desprezo pelo projeto de legislação diligentemente realizado e o encaminhamento de uma outra lei que não tinha (nem tem) nada a ver com o processo realizado em meia dúzia de anos pelo GT (tripartite, com o próprio governo local!); ela comparece como estranha ao dossiê da UNESCO. Esta foi a grande surpresa no cenário pessoal e neste momento eu vesti luto. Era como se tivessem traído

o grupo e nós, voltando pra trás na trajetória democrática que o Brasil ainda iniciava, depois de um período longo e negro. Porque foi um trabalho tão puro, tão honesto; fomos honestos e de repente, agredidos por esse encaminhamento. Sem diálogo nem defesa. Hoje, podemos indagar se éramos ingênuos ou pedantes ao avaliarmos que o trabalho do GT tinha imensa qualidade. Não, não era isso, e sim muita "ralação" e pouca glória. Glórias inesperadas nós temos hoje aqui com vocês, mas nunca as almejamos... só queríamos que as coisas dessem certo no caminho que se trilhava, porque tínhamos confiança e honestidade no que se fazia. Aí, vejam bem, não é só uma questão de: "olha, o trabalho foi alijado... olha, substituiu por outro." Não, é porque nos pareceu desastroso o caminho então tomado devido ao tipo de legislação adotada e remetida, ao procedimento que se seguiu.

Yêda Posso fazer um comentário em cima dessa sua questão? É que a Briane falava uma coisa muito interessante, que na época da abertura ela falava que o Brasil, até ter a maturidade de uma nova democracia, provavelmente a gente andaria para trás. Eu me lembro muito de você comentando isso, provavelmente ele andaria muito para trás antes disso. E, na verdade, foi um baque, porque na verdade os rumos que as coisas tomaram depois dos produtos realizados e com os resultados que foram implementados, foi muito desastroso em termos práticos para a preservação da cidade. Eu acho que teve um descompasso. Mas, por outro lado, por exemplo, na questão da Vila Planalto, e eu acho que aqui é a semente disso também, como a gente trabalhou com muitas frentes envolvendo muitas pessoas eu acho que nunca foi um trabalho, você faz alguma pergunta aí da coesão, do grupo e tal. O grupo foi coeso, porque na verdade ele tinha um núcleo, mas ele não era só esse núcleo, o grupo tinha muita gente, era muita gente de muitos lugares e cada um que chegava no grupo se apropriava daquele conhecimento e levava embora. Não era uma coisa de você fechar uma redoma de ter um título, e ter um autor, não era isso, a ideia não era essa, a ideia era jogar uma semente. Então, quando na Vila Planalto, especialmente aí, aconteceu essa ruptura, porque foi tombada. A Vila Planalto, efetivamente no resultado final, ela foi tombada. Ou ela fica tombada ou ela sai. Então fica tombada, graças a Deus existe tombamento, vamos lá, tomba, para ela poder ficar. Mas aí tomba com todos os critérios de preservação dinâmica e tudo isso mais. Mas no dia seguinte o Iphan estava fora, porque a titularidade daquele tombamento não era mais nossa, era da população que carregou aquele trabalho. Só que a população não tinha nem preparo suficiente para conduzir o processo político, e nem tinha também apoio de segmentos que pudessem dar uma alavancada. E o GT estava fora, o GT não comparecia mais, no momento que finalizou e que tombou, ele entregou um pacote e saiu de cena. Não existia mais o porquê do GT, as coisas tinham sido concluídas. Mas a sementinha não tinha germinado ainda o suficiente, muitas delas morreram pelo caminho, ficaram...

Briane Muitos grupos se formaram também, as mulheres que eram as iniciais foram substituídas, tinha aquele senhor que era um alto, magro, que era presidente da associação... Que queria vender tudo.

Márcio Mas ele era da própria comunidade?

Briane Sim. Mas eu gostaria de voltar atrás, trazendo o exemplo de Porto Alegre, que possui um inventário, usado inclusive para escolher as unidades de propriedade particular em condições de receber financiamento privado para a restauração dos seus imóveis. Mas o que aconteceu aqui em Brasília? Depois de todos os estudos feitos, queríamos produzir uma legislação urbanística de preservação. Que não eram os planos diretores de massa, somente para cumprir a exigência de possuir um plano. Na época, em muitos municípios, na proposta de plano diretor só trocavam alguma coisa de um município para outro, às vezes esqueciam, a cidade era Santo Amaro de Imperatriz e aparecia Paraisópolis no texto. Os planos eram feitos por atacado. Para Brasília havia a necessidade de uma legislação de preservação urbanística. E não havia juristas especializados dispostos a transformar os estudos em legislação... foi contratado um reconhecido jurista da área ambiental para a transposição dos estudos em legislação. Os estudos tinham conclusões e era necessário tê-los na forma de um código urbano que servisse para Brasília. Mas o resultado não correspondeu às expectativas. Então nos socorremos na Procuradoria do GDF. Precisávamos, antes de mais nada, de uma âncora no arcabouço legal do Distrito Federal, para tratar da preservação.

Thiago Perpétuo É a Lei Santiago Dantas.

Briane É. Tem lá diz que o Plano Piloto de Brasília só pode ser alterado pelo Congresso Nacional.

Maria Elaine É a Lei de Santiago Dantas, não é?

Thiago É, de 1960, é a Lei Orgânica do Distrito Federal.

Sandra Bernardes Ela foi promulgada dois, três dias antes da inauguração.

Yêda Foi o Célio Afonso quem trabalhou com a gente.

Briane Ele descobriu o que hoje pode parecer banal. Mas não se pensava em Brasília nesses termos, por isso ele teve que buscar e acabou verificando que a Lei Orgânica do DF oferecia uma saída. A partir daí, se abriu esse caminho, inclusive quando a UNESCO exigiu que houvesse alguma forma de proteção do país - porque no pedido de inscrição não eram mencionadas medidas de proteção, por não constarem do formulário da UNESCO.

Yêda Na Procuradoria do GDF, ele era da área ambiental, era da área exatamente... Era uma Subprocuradoria nova, que tinha sido criada a partir de 85 com a Nova República. E tratava da questão ambiental, que nunca foi muito objeto do olhar específico dentro do GDF. Foi quando teve todo aquele movimento de criação de uma instância ambientalista e tal. E na verdade, a gente precisava disso porque era onde mais a gente poderia se ancorar na questão da paisagem de Brasília, que era um dos pontos, um dos vieses que a gente mais trabalhava em cima disso. E ele disponibilizou uma outra advogada, que era a Maria Ester, que também ficou na equipe, e... A Maria Ester eu acho que ela vestiu a camisa e...

Yêda Lembra da Maria Ester? Maria Ester teve também um papel fantástico na elaboração daquele anteprojeto de Lei.

Briane Quero voltar ao papel fundamental da Maria Elaine. Não havia no Brasil uma sistemática de olhar e de tratar as cidades como entes com lógicas próprias. Inicialmente, o inventário de Porto Alegre ainda trabalhava com as unidades construídas, e menos com a harmonia do lugar, de uma certa relação de cheios e vazios, e de vegetação, de criação de um ambiente, uma paisagem, criando um lugar. Hoje o inventário já incorpora essas qualidades nas suas análises.

Márcio Visuais de dentro para fora, de fora para dentro.

Briane Exatamente, de dentro para fora, de fora para dentro. Então houve uma conjunção feliz do Aloísio, desse grupo aqui com a Maria Elaine e os estudos que vinha fazendo e tinha feito na Alemanha. Esse respaldo nos deu a possibilidade de avançar, porque sem esses estudos morfológicos aplicados a Brasília não teríamos respostas a dar. Muito menos ainda no dossiê para o pedido de inscrição no Patrimônio Mundial.

Márcio Quarta-feira de cinzas de 86... meu Carnaval de 1986...

Briane Brasília foi uma porta de entrada e um terreno fértil para essa análise. Hoje é uma escola brasileira. O professor Augusto Carlos Silva Telles, então antigo funcionário do Iphan, tinha dificuldades em entender o que estávamos fazendo. Silva Telles era o representante do Brasil no Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, no qual o Brasil tinha assento, e precisava entender para poder defender a inscrição de Brasília. E ele trabalhava conosco com enorme boa vontade, mas era tudo tão diferente da experiência dele no Iphan...

Yêda Briane, você se lembra do Silva Telles em uma reunião depois que acabou e foi deliberado, junto do Palácio do Buriti com o Aparecido, o tombamento da Vila Planalto? Em que o Silva Teles foi até a Vila, a Vila em peso estava no CDS aguardando o que tinha sido resultado daquela reunião. E ele ficou... Isso tinha sido um dia inteiro de rodada de reunião, a gente chegou à Vila por volta das 6h30 da tarde, eu acho que a gente saiu de lá era quase 10h da noite. E ele falou: "O que eu vou fazer lá? Você tem que ir".

Maria Elaine Ah, Silva Telles foi outra pessoa ímpar no trabalho do GT. Ele foi meu professor no Fundão e, na verdade, aquele em que eu mais me encontrei devido à sua maneira de olhar o campo da arquitetura. Ele também sempre teve atitude extremamente generosa; mesmo por vezes sem entender o que ocorria no GT. Ele levava no ônibus da Universidade (UFRJ) nós alunos pelo interior da Bahia e depois de Minas; era como se ele estivesse com os 10 filhos, e quando nos reencontrou aqui no GT, a atitude foi também mais ou menos essa. A diferença é que lá ele conduzia os estudos, planejava as visitas e conosco no GT, chegava, apertava nossas bochechas com muita força e tocava as coisas mesmo sem concordar. Sem ter muita fé. Mas ele dizia: "Está bem, vamos que vamos" E vai e foi: colocou o dossiê debaixo do braço e o levou pra Paris, não é?

Briane O professor Silva Telles fez dupla com o José Aparecido, ministro da Cultura e depois governador do Distrito Federal. José Aparecido entrou pelo lado político e costurou tudo extraordinariamente. Quando nos pôs no colo a elaboração do pedido brasileiro de inscrição, ele já tinha amarrado tudo na UNESCO e disse: "Vamos apresentar o dossiê sim." Ele já tinha conversado com os principais interlocutores no Centro do Patrimônio Mundial. Leon Pressouir, relator do pedido brasileiro e defensor da inscrição de Brasília, escreveu o livro "O Patrimônio Mundial, 20 anos depois". Ali ele conta que a UNESCO havia instalado, por volta de 1982, um grupo de trabalho para tratar do patrimônio moderno e definir a postura da organização a seu respeito. Esse grupo tinha definido não inscrever bens cujo autor fosse vivo e os autores de Brasília estavam vivos!

Yêda Os três, o Burle Marx também.

Briane O problema era que Le Corbusier pedira a inscrição de algumas das suas obras no Patrimônio Mundial, e a criação da Comissão se deveu ao pedido de Le Corbusier. E Pressouir argumentou: "Em Brasília foi um processo muito bem levado, politicamente bem conduzido", obra do Ministro da Cultura, José Aparecido. Foi tudo rapidamente, e Brasília já estava inscrita em uma sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, de meia hora. Alguns países, cujos pedidos de inscrição de obras modernas estavam em compasso de espera, contestaram, protestaram, argumentaram, mas a decisão já havia sido tomada.

Yêda Foi depois que ele foi governador, que aí foi quando ele tombou Brasília.

Briane Enquanto ministro ele se comprometeu na UNESCO que Brasília seria tombada; como governador ele protegeu Brasília, primeiro por meio de decreto distrital, ancorado na Lei Orgânica. Lembro que a pré-análise da UNESCO dizia: "Até o outono de 1986 esse decreto deve estar pronto", já que a UNESCO só inscreve um bem quando esse já possui proteção nacional. Alguém falou aqui que houve uma inversão, o que é verdadeiro. Como a UNESCO inscreveu Brasília sem que ela estivesse protegida por uma legislação nacional? O decreto era um instrumento frágil, do Executivo. O Distrito Federal, a essa época, não possuía Assembleia Distrital, muito menos legislação de proteção. Mesmo assim foi aceito em cumprimento à exigência da UNESCO.

Yêda Foi ancorado na Lei Santiago Dantas

Sandra O decreto é de outubro de 87. E a inscrição no Patrimônio Mundial aconteceu em dezembro de 87.

Briane Sim, mas é a legislação do Distrito Federal, mas ele se comprometeu a fazer a nacional, e ele fez um dia antes ou dois, da posse do Collor.

Thiago Em uma reunião em meados de 87, foi quando o Silva Telles vai lá e faz a apresentação, que depois é respondida pelo Leon Pressouir. Em que ele fala: "A gente aceita inscrever desde que haja esse compromisso." Então, ou seja, Brasília já estava garantida, só estava esperando a coisa acontecer e a reunião para definir isso seria em dezembro. Ou seja, entre meados de 87 até dezembro que saiu a legislação do GDF, do Ítalo Campofiorito.

Briane Exatamente. Esse foi o momento da mudança de orientação. Maria Eliane lembrou bem que José Aparecido se voltou para Lucio Costa e para Ítalo Campofiorito, em busca de cobertura para o decreto de proteção, na lógica do Iphan. O José Aparecido foi mineiro, com todo o mérito aos mineiros.

Márcio De Conceição do Mato Dentro.

Briane Ele tinha acumulado experiência e habilidade política; havia sido chefe de gabinete do Jânio, trabalhado com o Juscelino... Foi uma conjunção feliz de muitos fatores que se reuniram naquele tempo, para chegar a um bom resultado. A habilidade foi de aproveitar todas as possibilidades, de não se recusar: "Ah, a proteção não é por legislação urbanística? Vamos ao tombamento". Foi um tempo difícil, de reversão da nossa expectativa. A Yêda indignadíssima, em um extenso documento analisou o decreto de tombamento. De tão brava, era impossível olhar para a Maria Elaine. Mas hoje entendo que o José Aparecido e o Lucio Costa estavam certos, porque se a nossa linha tivesse persistido, sabe lá como estaria Brasília hoje... certamente desfigurada. O tombamento foi fundamental, e as escalas, uma primeira tentativa de zoneamento que agora aos poucos vai se preenchendo, porque há que olhar isso na linha do tempo. Isso é fundamental. Se Brasília conseguir vencer os primeiros 50, 60 anos de existência, sua preservação tem grande chance de prevalecer. É uma cidade fiel ao seu desenho. Em uma ocasião, buscando a aprovação da ampliação do setor habitacional da UnB, a Colina, o Professor Erico Weidler, da UnB, apresentou ao Lucio Costa uma imagem de Brasília e falou: "Mestre, é a única cidade cujo desenho se vê desde o satélite" E o Lucio Costa chorou. Isso se continua vendo hoje apesar de todos os percalços. Então há que pensar nas coisas que nós perdemos, porque do leite derramado temos que tirar lições, mas há que valorizar o que ela é, e o que ela representa. É extraordinária essa cidade, e agora fora já há 15 anos, me emociono de como Brasília é reflexo do relatório do Lucio Costa. Eu estive em Chandigarh a convite da UNESCO para mostrar o caso de Brasília. Erros crassos que em Brasília foram evitados: só a metade da cidade foi implantada. Me espantei com os outdoors com imagens das Torres de Dubai, essa era a expectativa para o lado cujo traçado não foi implantado. E havia discussões cerradas entre as duas posições, a dos preservacionistas, cuja meta era rebater para a outra metade o desenho original, e a dos desenvolvimentistas, os empreendedores imobiliários, movidos pelo valor da terra. Há que imaginar o que ocorreria caso o traçado da Asa Norte não tivesse sido implantado, com arruamento com rede elétrica... "Mas há luz aqui e ainda não tem nenhuma construção, como é que é isso?" Deseconomia?

Márcio É uma frase maravilhosa do Juscelino, porque ele mandou rasgar o Eixão Norte todinho, mesmo para nada, e ele usa a expressão: "Sob pena que a cidade se tornasse eternamente claudicante"... manca, de uma asa só! Isso. É maravilhoso! "Eternamente claudicante."

Maria Elaine Eu acho que teve uma estratégia de implantação extremamente sábia. No sentido da irreversibilidade, e isso certamente é o Juscelino Kubitschek.

Márcio É visionário, não é?

Maria Elaine É estratégia política garantindo a irreversibilidade.



Briane Outro agente fundamental para a construção de Brasília foi o Israel Pinheiro. Que implantou Araxá e a Pampulha. Ele vinha de uma experiência junto a Juscelino, nascido em Diamantina, prefeito de Belo Horizonte e governador de Minas.

Márcio Deixa só fechar essa parte, a gente foi divagando... Eu acho que o que garante a coesão do grupo é a sua composição tripartite, e cada um não era uma parte só, cada um era muita coisa, muita gente. A UnB era a Maria Elaine, Coutinho, Eurico, Departamento de Botânica...

Yêda E alunos.

Márcio Pois é. Eram três partes e cada um era um universo, por isso funcionou. Até porque, usando a figura do Aloísio, é uma malha, é uma rede que, se estourou um ponto, a rede garante. Eu acho que a figura é essa... O que garantiu a coesão? É essa malha.

Briane Primeiro tudo era muito discutido. Tudo era conversado até chegar a um consenso.

Maria Elaine Por isso demorava! Se discutia muito e angustiantemente, se trabalhava muito e a fundo. Foi uma construção conjunta, sem dúvida.

Sandra O Muhdi integrou a equipe. Como vocês definem a contribuição dele nesse trabalho? Vocês já citaram, não é?

Briane O primeiro a apontar que devíamos estudar os acampamentos a fundo foi o Muhdi, porque ele já fazia isso; ele levava na UnB uma pesquisa dos acampamentos. Como um domínio restrito do português, ele tinha uma certa dificuldade de passar aquilo que queria dizer.

Márcio Ele era de Serra Leoa.

Briane O Muhdi teve esse papel de instigador do nosso estudo dos acampamentos.

Márcio E preocupado com a morfologia.

Yêda É, exatamente. A morfologia e apropriação social do espaço. Eu diria que o olhar dele foi um dos... O olhar do Muhdi, eu acho que foi o olhar mais em termos da estruturação da população, que passou pelas várias pessoas que lidaram com algum tema, que contribuíram. Ele tinha esse foco, eu acho que o foco primordial dele era essa estruturação da população. Consequentemente o tempo dele era muito diferente. O tempo burocrático não existia na cabeça do Muhdi. Era uma coisa fantástica, ele tinha outra lógica, o negócio tinha que estar pronto primeiro, para depois... Ele tinha que ser amadurecido, ele tinha que pôr para descansar, crescer, amassar. Isso era uma característica dele bem marcante, isso dele como professor inclusive, não é?

Márcio Foi meu orientador. Ele foi um professor... eu era fã dele.

Yêda Nossa, não lembrava mais. Não era essa história de você... "Não, tem que entregar um produto? Vamos fazer... Não. Vamos lá, o produto onde está?" Pois é, mas ele como professor para cobrar dos alunos era a mesma questão, não era a entrega de um produto, era a conclusão de um pensamento. Eu achava isso aí muito interessante na característica do Muhdi.



Iphan DF Essa próxima pergunta traz mais um texto do Lucio Costa para o debate, vamos lá à pergunta número 8: "Considerando as seguintes declarações de Lucio Costa, como vocês definem a relação entre o GT Brasília e o arquiteto?" São duas declarações. "Quanto ao levantamento abrangente da área ocupada para o DF, efetuada pela SPHAN, pode ser apropriado para o uso interno, mas é de todo inadequado por sua presunção didática e suas minúcias informáticas ao fim proposto. Além de não levar em conta a fundamental noção de valor." Isso ele fala em 21 de setembro de 1987. Segunda declaração: "O que importará a UNESCO – tal como já disse alhures – é a concepção urbanística original da cidade a sua versão arquitetônica, 'o Fiat Lux'. E não a Brasília que possa resultar dessa ganga urbanística, que aos poucos se vai aderindo a ela e a desfigurando. Assim, este reproche incide na mesma falta de visão – no mesmo erro – do grupo que produziu o trabalho destinado à UNESCO, dividido em duas partes: Uma tratando com propriedade e correção a coisa a ser preservada, e a outra, de como preservá-la. Só que, então, se derrama e perde em minúcias que não vêm ao caso, e omite o essencial – a preservação daquilo que importa." Essa declaração é de 04 de outubro de 1987.

Briane Uma contribuição essencial do GT foi a questão do espaço, da paisagem. Porque o Lucio Costa afirmava: " ulteriormente, virá o desenvolvimento regional por intermédio de grandes estradas que vão partir de Brasília." Maria Elaine nos trouxe a ampliação do território da preservação com as visuais, de fora para dentro, de dentro para fora... Como é que se vê a cidade? Como dentro dela se vê a linha do horizonte? Mais recentemente, a força da linha do horizonte na paisagem passou a ser reconhecida na portaria do Iphan.

Maria Elaine Acho que não era apenas Lucio Costa, mas também sua *entourage* em um contexto adverso ao tipo de encaminhamento do GT. Costumamos falar em três tipos de pioneiros de Brasília: os pioneiros operários, que efetivamente vieram erguer a cidade, realizá-la; os pioneiros administradores, que vieram administrar a implantação de Brasília e conduzir sua gestão uma vez ela inaugurada, e que significam a componente política na cidade; e os pioneiros intelectuais, um leque formado por pensadores, acadêmicos, professores e também profissionais como arquitetos, engenheiros e outros envolvidos em atividades "pensantes" (e projetar é uma delas). Acredito que muitos pioneiros intelectuais assinariam embaixo das declarações atribuídas a Lucio Costa, seja por uma questão de respeito a Lucio ou ao compromisso deles com a cidade (pois, não deixa de ser um compromisso abandonar suas raízes para vir ao Planalto Central implantar a nova capital do país). Percebo sua opinião sobre a preservação de Brasília como carência de reconhecimento de sua pessoa ou de seu trabalho; quer dizer, o que vinha como menosprezo ou uma crítica negativa ao trabalho do GT significaria talvez ressentimento, mágoa, de não serem ouvidos ou incluídos no grupo. Eles se manifestavam frequentemente com "Ah, o projeto original do Lucio... A ideia é do Lucio Costa..." etc. Sempre reajo

quanto a esse pensamento porque a proposta de 1957, vencedora do concurso, é uma cidade ideal que nunca foi construída, e a considero genial. Ela é genial, porque de uma maneira tão singela e lançando mão da poética e não da técnica e nem da ciência, Lucio Costa colocou as características fundamentais da cidade em uma planta e um relatório e essas características se preservam até hoje, como Briane bem expôs. Essa tarefa é de gênio mesmo, e isso é maravilhoso. Por outro lado, pessoalmente jamais remeto à proposta original nenhum problema hoje registrado em Brasília. Portanto, preservo sempre a figura deste autor, tal como ele se comportou em 1957. E perdoo tudo que possa ter mudado em seu comportamento e manifesto depois, porque sua criação, a proposta vencedora do concurso, tem um valor extraordinário. Entretanto, no dia seguinte ao concurso e em toda a trajetória da cidade, há modificações drásticas nessa ideia que jamais foi posta em prática, desde as recomendações do júri até decisões de vários componentes da história de Brasília (administradores, políticos, empresários, técnicos, arquitetos, engenheiros etc.). Então, seria de se atender e respeitar os vários autores intelectuais das mudanças ocorridas no projeto original? Lembremos que o próprio Lucio obedeceu às solicitações do júri com muita humildade e por décadas, outras demandas com solicitude.

Márcio Aproximar a cidade do lago.

Maria Elaine Aproximação ao lago, as quadras 400, transformar as 700, lotear as margens da lagoa, e muitas outras: a cidade "engordando" nas Asas com quadras 900, e criação de parques a oeste etc. E ele se adaptando a solicitações (cá entre nós, humilhantes) que compuseram o documento Brasília Revisitada, que considero uma ruptura com a própria ideia original ao inserir áreas de expansão desfiguradoras dela. Mas, considero que não cabe, de forma alguma, julgamento a Lucio Costa; eu gostaria de preservar a memória dessa pessoa em 1957, ficar com ela e esquecer o resto. E também não cabe se fazer uma investigação, que é uma coisa odiosa, de quem foram os responsáveis por essa construção problemática; quem desses pioneiros intelectuais que ficaram aqui dirigindo os projetos, seja no GDF ou na equipe do Oscar Niemeyer enquanto Lucio morava no Leblon, sempre atendendo as dúvidas por telefone (qualquer coisa, como se dizia na época, se "batia um fio" para dr. Lucio no Rio, porque o telefone era por fio): "Pode dr. Lucio? Pode." E muda para cá e muda para lá, e alarga eixo, reforma. Temos que, por dever de ofício observar todas essas metamorfoses, mas para entender as tendências e avaliá-las para poder propor segui-las ou frustrá-las (em ambos os casos, através de projetos). Pode-se criticar isto, como mania aí de propor, planejar, controlar, mas temos que fazer isso porque senão os interesses que o fazem são em regra interesses extremamente espúrios porque não representam a coletividade, mas pessoas ou grupos. Não dá para a gente, que detém a responsabilidade técnica, assumir esses interesses ou delegar para a bancada espúria. Este é o nosso compromisso como profissionais. Porém, essa reflexão não vem ao caso agora, pois o que importa é que, com ou sem reconhecimento de méritos e culpas de quem seja, está lá o DNA do Plano Piloto de Brasília resistentíssimo até agora. Amanhã eu não sei, não está escrito nas estrelas, a gente não sabe o que pode acontecer...mas a gente espera que não piore...

Yêda Essa época que está sendo retratada aí era a época em que estava fervilhando a discussão do que seria o instrumento final. Isso daí é resultado do embate político que estava em curso.

Márcio Dois meses antes da UNESCO, não é?

Yêda Era, era um embate político para ver qual era o instrumento que ia prevalecer, se era um instrumento detalhado que existia uma crítica jurídica, inclusive dentro da própria casa. Existia uma crítica jurídica se uma coisa tão detalhada, como era o Projeto de Lei de Preservação de Brasília, era um instrumento viável para se trabalhar em uma cidade da dimensão de Brasília, e se questionava muito essa forma de

abordagem. E por outro lado, toda a questão que ele coloca aí como o que importa, que são as escalas, mas que nessa ótica não se conseguiu perceber que dentro da abordagem do Projeto de Lei se trabalhavam as escalas antes de mais nada, só que de uma outra forma. Decupando essas escalas naquilo que elas tinham de configurativo, de morfológico, de toda aquela... Então era uma outra forma de abordagem. E isso daqui é nada mais, nada menos do que um retrato de um embate político que estava por trás dessa situação.

Maria Elaine Acredito que não existe nenhuma contradição, pois o mesmo instrumental analítico adotado pelo GT cabe às quatro escalas, tal como coube ao conjunto do Plano Piloto e às cidades medievais. Querem que se reescreva o trabalho atrelando a análise às quatro escalas? A gente já faz isso há tempos!

Márcio Eu faço isso na sala de aula todo dia.

Maria Elaine Eu também. Por ocasião de discussões do PPCUB em sessões técnicas se retomou a abordagem da configuração da área sob proteção por aí; o PPCUB é testemunha dessa obviedade. Desenhei os croquizinhos (aqueles infantis que eu faço) mostrando os tipos de composição espacial evocativos de cada uma das quatro escalas, como sínteses das categorias empregadas (planta baixa, edifícios, vegetação, relevo do solo, aquíferos etc.). Inclusive, essa questão aflorou novamente na discussão aqui no Iphan por causa da drenagem urbana, pois voltou-se à questão de como compor os elementos do sítio físico nas quatro escalas como estratégias de formação da identidade em cada uma delas. Eis porque não se deve plantar palmeiras imperiais na área bucólica, coisas assim... Então, não existe contradição; o que existia é, como Yêda bem observou, embate político.

Yêda Isso daí é o retrato da época, que se viveu naquele momento que precedeu as decisões do que iam... Qual dos documentos seria encaminhado? Qual que o Aparecido encaminharia como definitivo?

Márcio Quando ele fala que "a ganga urbanística que aos poucos vai aderindo"... Então as próprias "Superquadras Planalto" o que seria, então? "Brasília Revisitada" tem disso aí também.

Briane Estivemos envolvidos com a discussão do Sudoeste como proposta. Nosso parecer foi de que não deveria ser adotado o modelo da superquadra, por a superquadra ser característica do Plano Piloto.

Márcio Nós discutimos se a repetição do modelo da Superquadra enfraquecia ou fortalecia, eu lembro quando nós conversamos sobre isso.

Briane Maria Elisa bateu o martelo a favor do modelo de superquadra, na verdade se pode dizer que são superquadras bastante alteradas em seus princípios. Enfrentamos essas discussões sobre o crescimento da cidade, e seguidas vezes perdemos. Perdemos batalhas como a do Acampamento da Telebrasília.

Yêda Vila Telebrasília. A gente perdeu, que foi muito batalhado, a gente perdeu a Telebrasília, que tinha um movimento forte de moradores.

Maria Elaine Recebemos um projeto de Luís Alberto de Campos Gouveia e a Vila está lá bem ou mal, e imensa. O problema não é a Telebrasília, e sim a escala bucólica, e de novo se continua implantando enormidades em seus territórios, com grandes áreas construídas (como o Pier 21, clubes, o lote do Unieuro e grandes construções também na Vila Telebrasília).

Márcio E a instalação da Unieuro ali ao lado, no Governo Sarney, não é?

Iphan DF Gente, olha só, eu vou ler essas próximas três perguntas juntas, porque eu acredito que a gente já comentou bastante, e aí vocês podem voltar em algum ponto que vocês quiserem comentar. Mas eu acho que elas já estão relativamente pinceladas. Pergunta 9: "O GT Brasília buscou ampliar o rol de bens reconhecidos como patrimônio no Distrito Federal,

com a inserção de elementos vernaculares de antigas fazendas e acampamentos de obras, ainda instalados na década de 1980, bem como a inserção do patrimônio ambiental. Porém a maior inovação seja talvez a perspectiva de superação do tombamento, como um instrumento de preservação de áreas urbanas. Como vocês definem a proposta da 'preservação dinâmica'? Quais os desafios enfrentados do ponto de vista técnico-jurídico? Qual a atualidade das propostas do GT Brasília?" Pergunta número 10: "Como o GT Brasília estabeleceu a perspectiva do patrimônio natural? Ou seja, como se relaciona a questão ambiental e a cultural? Como esse trabalho influenciou na definição da consciência ambiental, da própria legislação ambiental do Governo do Distrito Federal?" Pergunta número 11: "O reconhecimento do patrimônio cultural pelo Governo local e pelo Governo Federal desconsiderou os trabalhos do GT Brasília, embora este tenha sido base para o dossiê de candidatura do patrimônio mundial. Como vocês avaliaram isso à época?" Fica aberto, se vocês quiserem comentar.

Yêda A dez eu gostaria de comentar. Essa questão ambiental e cultural, eu acho que fez toda uma diferença. A gente trabalhou muito tempo com o dr. Ozanan, do Departamento de Parques e Jardins (DPJ), da NOVACAP, e era uma pessoa que nos apresentava os primórdios. O dr. Stênio ainda era vivo na época também, que foi o primeiro diretor do DPJ na época do início de Brasília. O que acontecia? Ninguém sabia lidar com o cerrado. O cerrado era uma incógnita, então nos primeiros momentos, apesar dele ser uma vegetação característica e muito simbólica da cidade, era uma coisa extremamente frágil. Nos anos 80, a perda de cerrado que a gente teve nas áreas urbanas, embora grande parte das áreas ainda estivessem livres nas superquadras, foi um processo de perda muito grande. Então, isso foi trabalhado dentro da escala do Plano Piloto, mas quando você extrapola o DF, o olhar que se tinha era de uma outra ordem. Então, essas dificuldades a partir daquele encontro das várias facções que iam se colocando, o que eram os trabalhos que cada uma das instituições definia como sendo um trabalho institucional no final das histórias. A falta de relação entre um trabalho e o outro, e quando se começou a primeira Resolução do CONAMA que vem nessa ocasião, que Briane, eu acho, que era representante do CONAMA na época e tal. Era todo um movimento para começar a se trabalhar de uma forma diferenciada as questões ambientais. E isso era um ponto problemático reconhecido e muito complicado, era um cabo de forças sem dúvida nenhuma. Você tinha de um lado a preservação ambiental, os ecologistas, os preservacionistas, e do outro lado você tinha os reflorestadores, os desmatadores, [os que achavam] que cerrado não prestava e tal. E em um terceiro montante você tinha o desconhecimento de como lidar com o cerrado. Então nesse aspecto o dr. Ozanan teve um papel muito importante junto com o dr. Stênio, no sentido de ampliar as pesquisas da vegetação. O prof. Ezequias Heringer, do caderninho preto. A gente identificar quem eram essas pessoas que tinham de alguma maneira esses estudos, e ir atrás para poder saber o que é aquilo que está na base do estudo deles. E de que maneira isso poderia ser revertido para ser inserido no trabalho do grupo. E foi fantástico, porque começou a se ter um conhecimento: quebra de dormência de sementes do pequi, para você poder reimplantar o pequi; como é que você trata a área urbana para você não perder a vegetação.

Briane Espécies exóticas.

Yêda A ideia das unidades, das superquadras serem de uma mesma espécie, um cinturão de uma mesma espécie com pragas, com problema de perda integral. Sobradinho, Sobradinho perdeu de cabo a rabo as acácias que eles tinham, porque deu uma praga e morreu tudo. De repente uma cidade que era absolutamente arborizada, ficou uma cidade desértica... As implantações das cidades-satélites... O dr. Ozanam nos levou para conhecer... Foram dois ônibus, para ser apresentados ao problema que o Gama enfrentava com as voçorocas. Era um... Trator era um grão de areia dentro do cenário de... Era uma coisa enlouquecida, de uma coisa que abria da noite para o dia. E a área urbana estava ali, na beiradinha, sendo devorada, porque na verdade tinham sido colocadas em locais inadequados... Borda de chapada...

Maria Elaine E a Candangolândia?

Yêda A Candangolândia ainda era pequenininha na época. Então eram várias discussões, que eram muito diversificadas e a gente precisava de um norte, foi quando a gente chamou o Eurico e o Bráulio...

Maria Elaine Eu ia prestar homenagem aos dois porque nessa pergunta 10, dois colegas da UnB (Eurico Salviatti da FAU e Bráulio da Botânica) fizeram junto ao GT um trabalho fantástico sobre a memória do meio natural. Esse trabalho teve um fruto imediato e concreto importantíssimo pois, em seguida, ele foi instrumento para a criação das Áreas de Preservação Ambiental (APAs) do Distrito Federal. Portanto, ele teve um alcance além da questão da preservação do patrimônio histórico sob responsabilidade do GT Brasília.

Yêda O primeiro grande movimento norteador do que era esse território aqui foi na época que o pessoal começou a pesquisar e identificar as bacias hidrográficas, fruto de um trabalho com o pessoal do IBDF, da SEMA, da... Quem era que mexia com as águas? Era uma área do Ministério da Agricultura que eu não me lembro mais. Mas enfim, eles conseguiram fazer o mapeamento e identificaram a confluência das três bacias, Águas Emendadas já existia reservada, a SEMA já tinha essa questão da nascente das três bacias naquela região. Mas ficava muito a descoberto uma série de ecossistemas que se complementavam para trânsito de fauna, para poder abrigar as características. Os corredores ecológicos, o Parque Nacional tinha uma determinada dimensão, mas a onça nativa do Parque Nacional morava depois na estrada, e vivia morrendo espécies pela travessia. Aí houve uma ampliação da área de reserva do parque, houve uma série de estudos que estruturam o sistema do Distrito Federal, um sistema de áreas reservadas, Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). Que fazia parte porque no DF era em instância federal, essas manifestações. Depois, o DF não tinha uma Secretaria de Meio Ambiente, ela ficava junto da Secretaria de Agricultura, todas as ações de meio ambiente ficavam junto da Secretaria de Agricultura e na NOVACAP.

Maria Elaine E na CAESB.

Yêda E na CAESB, que era a responsável pelas áreas de nascentes... E aí junto disso tinham grandes detentores de áreas naturais, Exército, CPAC da EMBRAPA...

Briane A UnB.

Yêda A UnB, o IBGE, a Zoobotânica, Pró-Flora, enfim, eram muitas áreas que... E isso daí houve um grupo que foi feito nessa questão que a Maria Elaine está colocando: o Eurico e o Bráulio. Eles se articularam, montaram um estudo e foram em via-crúcis articulando essas pessoas e trabalhando um pouco essa estruturação da questão ambiental no Distrito Federal. Eu diria que esse trabalho dos dois na verdade quando veio a reestruturação do GDF em 85, qual foi o ano de criação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos? A primeira delas. Foi junto com a Nova República, foi um pouquinho depois. Não, mas a Assembleia Legislativa foi quando? Foi junto com a Assembleia. Foi em 87 eu acho.

Márcio A Assembleia Legislativa.

Yêda A Assembleia. Foi isso mesmo, então foi em 88, 89. O estudo foi desenvolvendo a partir de 85, mas essas articulações continuaram e geraram... Tinha o Jardim Botânico também, o pessoal do Jardim Botânico. E aí na verdade foi mais ou menos um mapeamento que serviu depois para estruturar a base da área ambiental do DF. Eu acho que toda essa compilação de estudos, não é que eles fizeram o estudo, houve o envolvimento no sentido de mapear, identificar e retratar isso no território. Costurar politicamente, inclusive as questões. O prof. Bráulio era na época o diretor da Reserva do IBGE; assim como o sr. Beethoven, que deu uma contri-

buição enorme. Aquele ornitólogo que também trabalhava com o Bráulio, que tinha o estudo sobre aves migratórias, que identificou toda a questão...

Yêda Sim, era um dos irmãos, um era arquiteto, o outro ornitólogo... Mas não estão mais em Brasília.

Claudia Vasques O ornitólogo é o Rafael.

Briane Exatamente, oh! Cláudia que boa memória!

Yêda Todos esses estudos na verdade ajudaram para mapear, porque aquela área da ponte do Zoológico, dali para a Telebrasília, é uma área de migração de aves da América do Norte. Então toda uma lógica de forma de ocupação para poder ser inserida na lógica do planejamento. Isso daí eu acho que foi um marco muito... Foi um "antes" e um "depois".

Thiago Bom, então vocês querem comentar as outras perguntas?

Briane A Yêda fez trabalhos de suma importância: a evolução dos códigos de obras e a arquitetura daí resultante, com o surgimento das sacadas, a abertura das empenas, originalmente cegas; assim como o mapeamento da vegetação da cidade, com a detalhada classificação das espécies, épocas de florescimento... Yêda foi atrás dos primeiros projetos para Brasília, levantou todas as Comissões constituídas para visitar a região, e depois para elaborar projetos para a nova capital, exatamente.

Yêda Depois Dom Bosco, dr. Pacheco, dr. Altamiro Pacheco.

Briane Yêda foi a Goiânia, para entrevistar um militar, já idoso, relacionado a um dos planos para a Capital... Estava recém se abrindo o universo de que Brasília... A concepção do Lucio Costa não foi o primeiro projeto, isso foi importante.

Yêda O pessoal do CNRC montou uma exposição que eles trabalharam na coleta desse material, e eles publicaram, aquela publicação de Brasília. Não, não, foi lá de trás, foi em 82 a publicação que tinha o mapa de Brasília em foto aérea ainda. Eram só mapas, eram só plantas, tinha um caderninho pequeno de abertura.

Maria Elaine "Brasília trilha aberta".

Yêda A exposição era "Brasília trilha aberta", mais o catálogo.

Briane E isso hoje é objeto de muitos trabalhos, mas naquela época...

Maria Elaine Não sei se é esse que eu vou falar, mas me refiro a um trabalho realizado por Yêda durante sua graduação na FAU / UnB, onde ela descreveu as mudanças nos blocos das superquadras e depois as associou a gestões públicas na cidade, demonstrando uma trajetória de alterações, que acompanhavam a entrada em cena do comércio imobiliário no Distrito Federal. Isso é maravilhoso; você não tem cópia, Yêda?

Yêda Pegando, volumetria, aquilo lá teve uma ajuda da Nadja, lembra da Nadja do Arquivo do GDF, que trabalhou no GDF. A Nádia do Ademário me deu todo um suporte para poder fazer o levantamento dos projetos originais de cada uma das superquadras, quem eram os institutos, quem eram os proprietários, quais os anos de construção, qual a área construída, que tipo de projeção... Quer dizer, eles tinham um acervo...

Maria Elaine Yêda dizia: "Então a gente vê como os paralelepípedos contidos vão se descontendo, na medida em que se dá mais direito de construir por debaixo dos panos." É essa a trajetória, até chegar a consagrar no que chamou "compensação de áreas", lá no final da década de 70.

Yêda Que a linha 80 se reflete no espaço.

Maria Elaine Isso embasou muito o trabalho, nossas caracterizações das superquadras.

Yêda Não, deixa eu contar como é que era isso. Você sabe os meus pedacinhos de papel? Isso daí era uma plantinha que eu tinha, e à medida que eu ia acrescentando as informações, era uma plantinha que eu fazia a mão, e era um mapa.

Briane Você perdeu a plantinha?

Yêda Eu emprestei e nunca mais recebi de volta (risos).

Iphan DF Gente, a gente pode seguir então para a nossa pergunta de encerramento, é o *gran finale*, que é a pergunta número 12: "Depois de 29 anos do reconhecimento da cidade como patrimônio mundial, e de 26 anos de tombamento federal, como vocês veem a cidade hoje, e os instrumentos de gestão que o Iphan e o GDF têm para preservar o bem tombado?"

Maria Elaine Bem, começo só para dar um *start* provocativo, porque não há resposta, essa pergunta é muito difícil. Primeiro: nem que fosse vidente naquela época, eu conseguiria de alguma maneira vislumbrar o que essa cidade se tornou. Talvez eu seja bastante precária como cientista, posto que incapaz de inferir tal tendência. Então para mim esta é uma questão extremamente misteriosa e inimaginável. Mas, fazer tal comparação nesse salto é animador, claro! Tanto que à época do concurso para o PPCUB eu me empolguei e começamos a formar uma equipe, porém depois a firma desistiu. Mas fiquei super feliz com os vencedores, embora nessa época eu dizia: "Meu Deus do céu, como abordar esse assunto nessa circunstância a que Brasília chegou?!" Isso quando foi mesmo?

Yêda Uns seis anos.

Maria Elaine Então, há seis anos atrás eu já achava terrível desempenhar aquela tarefa que um grupo do Rio Grande do Sul corajosamente assumiu porque a gente estava completamente perplexa em relação à cidade. Por outro lado e como hoje já me manifestei, é admirável o grau de preservação em que se encontram as características fundamentais do Plano Piloto e isto me surpreende positivamente. A minha perplexidade maior não reside tanto na questão do Plano Piloto em si, mas nesse conglomerado ou como a gente queira chamar o conjunto que forma efetivamente a cidade real. Me assusta o tamanho, a diversidade, o dinamismo desse conglomerado e o caráter um tanto quanto tresloucado (não acho outro termo) dessa coisa andar. Não consigo visualizar bem quais são os atores responsáveis por essa dinâmica, eu me sinto tão perplexa, quanto me sinto perplexa hoje, no dia de hoje. Então, não são essas as impressões que eu tenho atenção agora.





Agora, eu sou uma criatura teimosamente otimista, sabe? E ao mesmo tempo teimosamente não fatalista, eu acho que as coisas não estão escritas nas estrelas, não adianta, senão a gente não tem porque viver inclusive. Então numa dessas a gente se surpreende e as coisas, os rumos mudam, nunca se sabe. Agora, acho que tem coisas, inclusive, acenando ainda agora, num sentido muito positivo que eu acho que é a existência de vocês, a presença de vocês aqui no Iphan, estou falando de você, Madson, que é a classe dirigente, não é? A classe dirigente, que eu acho que é uma absoluta novidade positiva, quer dizer, às vezes numa trajetória que se apresentava bastante pessimista em termos do quê? Dos instrumentos, por um lado e por outro lado eu acho que por uma postura, acho que não é por acaso que estamos aqui reunidos, o GT, com vocês, com esse grupo dirigente. E não com outros grupos, então eu sinto essa possibilidade, malgrado que possa acontecer no futuro. Mas eu queria só fazer uma iniciação ao tema e deixar aí para os meus companheiros continuarem.

Briane Interessante, que quando eu lia os documentos do GT, reavivando a memória, me pegava pensando: mas isso é uma preocupação de hoje, e não de ontem, isso é uma constatação da existência do real, como dizia o Muhdi?

Yêda Permanências.

Briane Permanências, sim, há muitíssimas permanências. Fiz parte, como consultora, da equipe contratada pelo GDF para a elaboração de uma proposta para o PPCUB, e nesse período lembrava o tempo todo do GT. Então o GT, de 1985 a 1986, e o PPCUB, de 2007 a 2008, o que tiveram em comum? Maria Elaine falou: essa é uma grande virtude do projeto de Brasília, que não se tem nem como avaliar. A força desse projeto de convencer as pessoas que implantaram Brasília: os arquitetos, topógrafos, o sujeito que dirigiu o trator marcando os eixos pela primeira vez em meio ao cerrado - aquela foto maravilhosa do Fontenelle, só dos dois eixos marcados... Extraordinária capacidade de convencimento que teve esse projeto pela sua qualidade, pela sua força, pela sua adequação ao que veio, com sua adequada implantação na topografia, ainda com a felicidade do William Holford ter sugerido que a cidade se aproximasse mais do Lago, contribuindo para que Brasília viesse a ser o que é. Que força teve esse projeto para se entranhar nas mentalidades e fazer com que aquele que era um texto se transfigurasse em cidade. É uma descrição *ipsis literis*... Trabalhei no GDF uns dois anos após ter chegado, em 1973, e havia uma arquiteta encarregada de desenhar as superquadras da Asa Norte. Na prancheta ela fixava o papel manteiga sobre a planta topográfica e ia distribuindo retângulos de cartolina, representando os blocos da quadra de uma determinada maneira. Por quê? Porque ela estava imbuída do espírito de Brasília, aquela distribuição correspondia à concepção da cidade. Extraordinário o poder de convencimento do projeto de Lucio Costa, concebido provavelmente naquele convés de navio, quando voltava dos Estados Unidos. Se Brasília conseguir superar a etapa atual, apesar de todas as dificuldades, conforme o tempo vai passando, também há um convencimento cada vez maior das suas qualidades. Se quando começamos a trabalhar as pessoas ironizavam essa questão da preservação da cidade, hoje esse conceito está absolutamente adquirido. Com todas as dificuldades, com falhas, mas há que olhar isso no avançar do tempo. A sensação é de que vale a pena, vale a pena porque Brasília é um produto da criação humana da melhor qualidade.

Maria Elaine Concordando e completando os possíveis desvios, acho que quase todos eles são recuperáveis. Apenas um desvio me parece o mais complicado: o esgarçamento da cidade (que nasceu e se criou descontínua!), essa "metropolização" que envolve três unidades federativas – e qual seja nesse conglomerado o papel do Plano Piloto. Pessoalmente, acho isso possível de ser equacionado via planejamento territorial, e nessa abordagem a preservação do Plano Piloto passa necessariamente por se assumir a consolidação dos outros núcleos urbanos para despressurizar o Plano Piloto. Pois não é esta pressão de deslocamentos pendulares, de centralização de empregos, de consequente valorização da terra e do assaltante comércio imobiliário... Esta pressão não é o principal fator de descaracterização da área tombada? Ele está presente desde o início de Brasília e se manifesta em sua satelitização precoce, já nascer polinucleada, esgarçada e pressionando o Plano Piloto. Saudei outro dia o colega Aldo Paviani aqui no Iphan, quando ele anunciou o aumento substantivo de empregos em Taguatinga; o caminho é por aí mesmo e isso se chama vontade política, que inclusive extrapola o Distrito Federal e envolve fortemente Goiás. As outras questões me parecem desvios menores, mas também acompanháveis e às vezes tão fáceis de se administrar mediante a gestão urbanística. Isto se assumirmos o que isto seja, pois há um viciozinho, manifestado por exemplo em nossos alunos, que trazem desde nascidos a falsa ideia que não se pode mexer em nada que esteja construído, consolidado. Isto limita a profissão de projetista em geral (arquitetos, urbanistas...) a apenas seguir tendências e a torna, inclusive, dispensável. Pois se são os outros que fazem e mandam o processo de desenvolvimento urbano para o lado que querem, que lhes interessa melhor, o que estamos fazendo aqui? E temos instrumentos de mudança para os rumos assumidos nos projetos; como a gente resgata transformando o *status quo* da configuração espacial das cidades? Se muda, o direito de construir, é isso que os planos sinalizam! E temos tradição brasileira nisso... Nasci e me criei vendo as mudanças nas ruas em que caminhava nas cidades em que morei na infância e adolescência. Por que não se pode implantar para preservar a memória do espaço brasiliense? Vontade política, a gente sabe.

Briane Há que dizer que, estando fora daqui há 15 anos, minha apreciação, apesar de ter trabalhado no PPCUB e ter vindo muito a Brasília nesse período, não tenho mais o fio da meada. Evidentemente, para vocês deve ser muito difícil gerir esse processo, pois enfrentam essa batalha do dia-a-dia.

Yêda Agora, quando eu comecei a falar aqui, eu falei uma coisa que era exatamente esse sentimento: na verdade, apesar de ser uma coisa extremamente gratificante, por outro lado muita coisa foi pensada, foi feita e retrocedeu, e ainda tem entraves, ainda tem uma série de coisas. Isso também, na linha do otimismo, que eu acho que é uma linha muito própria do GT, que se não fosse otimista tinha morrido na boca da entrada.

Maria Elaine Otimista e esperançoso.

Yêda É que a própria ideia da caracterização de Brasília trabalha em linha do tempo, é o tempo original da proposta do Lucio, é o tempo de análise de um determinado período do tempo de análise de outro. A gente está em uma outra linha do tempo. Então eu acho que isso é muito rico, que você quando fala dessa coisa da caracterização morfológica e das etapas e tal, tem trinta anos aí para caracterizar morfologicamente essa cidade e isso gera a tendência, isso gera forma de ocupação, isso gera rebatimento de apropriação social do espaço, isso gera uma série de insumos para você poder trabalhar com base em coisas concretas. Não com o "eu acho". O "eu acho" fica para os achistas, está "assim", ou está "assado", tende a isso ou tende àquilo, em função do quê? Quais são os elementos que podem ser traduzidos? Quer dizer, eu acho que essa perspectiva de trabalho existe e vocês têm isso no DNA de vocês também. Então a questão de você trabalhar diferenciados níveis de preservação, onde todas essas questões são resgatadas, não estão e não são incompatíveis, não são incompatíveis com o que está rolando. Existe necessidade de transformação? Muita, desde o começo da discussão de Brasília se coloca isso, Brasília é uma cidade que às vezes as características essenciais dela são absolutamente nefastas socialmente. Como fazer para amenizar esse conflito? Então isso daí é um ponto crucial de discussão e que ainda está presente, não mudou, continua ainda instalado e como interrogação. A forma desorganizada para fora do Plano Piloto desde a época

que começaram as transformações, o que se colocava? Desde a época da pesquisa, da própria pesquisa de imagem. Se faz a pesquisa de imagem em relação ao Plano Piloto, mas com pessoas que não necessariamente [moravam no Plano Piloto] e – obrigatoriamente uma parte dessa população não morava no Plano Piloto – para ver de que forma ela usa a cidade, ela habita, e a cidade, como ela convive no seu dia-a-dia de trabalho. E uma série de coisas. Como que é hoje? A instalação dos metrôs na cidade: qual era a contrapartida dos metrôs quando se instalaram nas várias estações de cidade-satélite? Era gerar equipamentos que trouxessem para dentro daquela cidade uma possibilidade de afirmação, uma possibilidade de consolidação. Então, são vários eixos que têm a microescala que está se construindo nada mais, nada menos do que está se fazendo hoje é uma sucessiva construção de microescalas. A cada momento, compassadas ou descompassadas, mas é o que está se fazendo. Como olhar essas microescalas dessas cidades para atender às demandas atuais e com projeção do que vai ser daí para frente? Eu acho que essa questão era pertinente lá atrás e continua sendo pertinente, continua sendo as que vocês enfrentam no dia-a-dia.

Briane Àquele tempo buscou-se instituir uma comissão entre o Iphan e o GDF. Mais recentemente o Iphan voltou à carga para criar uma comissão em que essas questões fossem colocadas, discutidas, em busca de uma solução conjunta. Está aí um ideal a perseguir e um dia isso vai se impor porque não há outra maneira.

Yêda Na verdade essa interlocução e essa aproximação sempre foi o que foi buscado, no próprio trabalho do grupo. Foi isso, com todas as adversidades e tudo mais, era o que se tentava resgatar, era o trabalho conjunto.

Maria Elaine Essa produção é toda conjunta.

Márcio Então... Eu queria agradecer e parabenizar vocês, não só por isso, mas por todo o resto, eu acho que têm sido feitas reuniões com o GDF, as decisões, as brigas, inclusive, eu acho que tudo isso é bem-vindo, eu acho que vocês estão fazendo muito bem-feito. A gente acompanha pelo jornal ou sei lá por onde, a gente vai acompanhando. E um detalhezinho só, eu achei muito bacana no ano passado o tombamento do HJKO, acho que isso estava esperando há uns trinta anos também...

Sandra 35 anos.

Márcio 35 anos! Um processo de tombamento do nosso hospital lá eles fizeram agora, foi uma festa maravilhosa. Então acho que isso é simbólico, acho que é dessas coisas também, além do embate com o GDF, com o Ministério Público, etc., acho que também precisa dessas coisas simbólicas assim, pois o patrimônio é todo feito de símbolos... Meus irmãos nasceram lá, o primeiro hospital de Brasília, é nosso patrimônio, faz parte de casa, né? Da nossa própria história.

Briane Há que lembrar que, no caso do hospital JK, foi a população moradora que pediu e conseguiu a proteção.

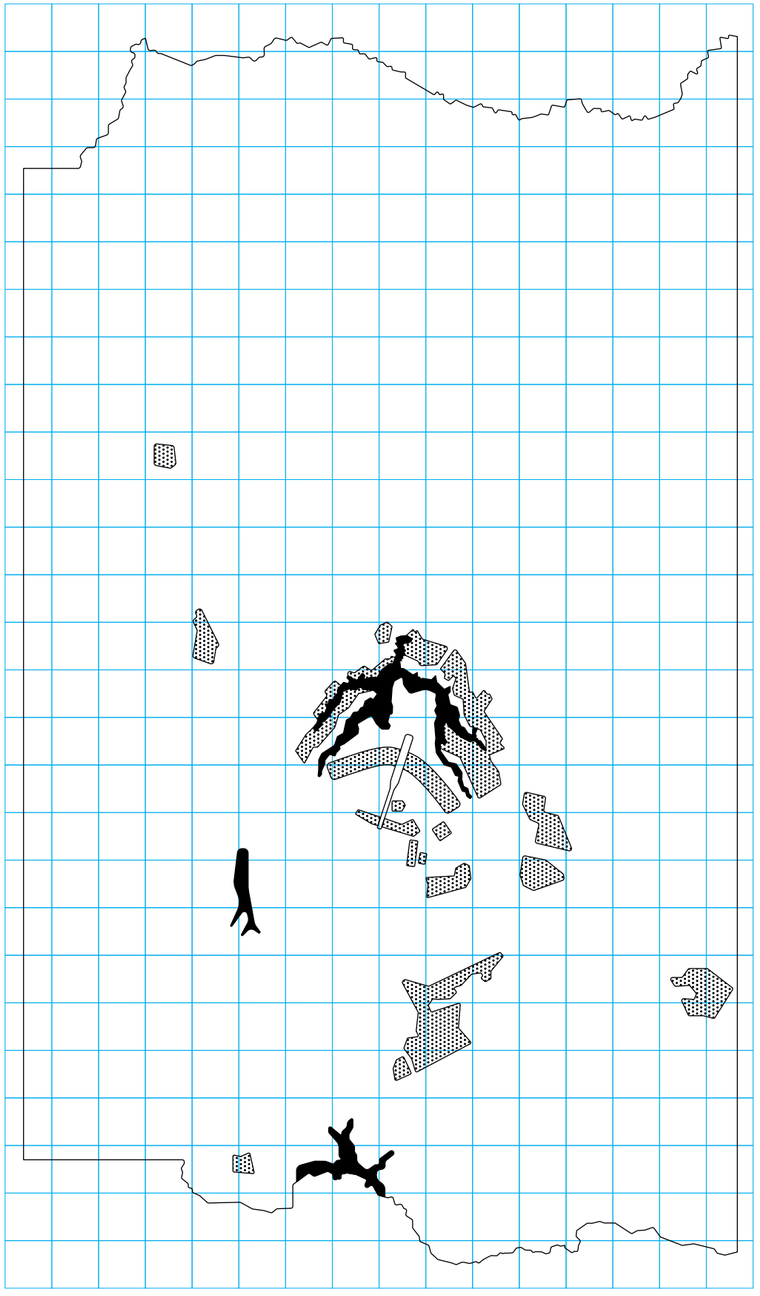
Madson Uma tarde só é pouco, a gente sabe que são muitas histórias e, como eu falei inicialmente, a nossa preocupação aqui é resgatar esse trabalho, não no sentido de tirá-lo do limbo, porque ele está sempre presente, mas no sentido de lhe dar visibilidade e possibilitar seu conhecimento pelas novas gerações. Até brinca-se aqui na Superintendência, e nessa mesa tem essa preocupação também de dizer com os colegas mais novos assim: como é bom a gente poder conversar com a bibliografia da gente. Então, gente, é isso, eu achei muito proveitoso e isso não é nenhum favor, é apenas o reconhecimento de um trabalho referencial para os profissionais que lidam com a preservação histórica de Brasília. É como a Maria Elaine fala, se a gente tem esperança - e ainda se tem, devemos permanecer, e é por isso que ainda se está aqui, porque se encontra esse ambiente, e o apoio dos colegas, Marcelo Brito, que está aqui conosco, também foi superintendente em Brasília, também em um momento muito difícil da Superintendência, que sempre lutou com muita dificuldade para se afirmar institucionalmente. Felizmente, e isso foi assim, a razão de eu ter vindo para assumir a Superintendência foi a proposta que a Jurema Machado (presidente do Iphan) nos fez e o apoio que ela tem nos dado. Sem esse apoio seria impossível se chegar aonde nós chegamos, que ainda foi pouco, mas de enorme significado para o fortalecimento do trabalho do Iphan em Brasília, modéstia à parte. Esse acordo de cooperação técnica com GDF, que se conseguiu assinar o ano passado, é um passo importante para a gestão compartilhada da área tombada por dois entes federativos. Sabe-se das dificuldades do dia-a-dia para se romper com a inércia e as incompreensões institucionais, ainda mais quando envolvem entes diferentes, equipes diferentes, interesses diferentes. Sabe-se das dificuldades do cotidiano, mas se tenta romper e vai-se rompendo e construindo outra cultura preservacionista. O trabalho do GT e de toda a geração que veio depois, nessa mesma linha, é de rompimento com o *status quo*. É muito difícil e se tem uma esperança sim, de que se possa dar um rumo diferente a esse trabalho... pelo menos um pouco diferente. E essa esperança, essa expectativa positiva de uma cidade mais humanizada, mais justa e igualitária, também não está só conosco, abnegados do patrimônio. Quando olho em volta e vejo, por exemplo, meus filhos e os amigos dos meus filhos, os funcionários mais jovens, os estagiários que trabalham conosco, sinto que eles nos renovam e nos realimentam para seguir a caminhada. A gente brinca muito por aqui, no nosso ambiente de trabalho, sobretudo, com os jovens estagiários, que iniciam a terceira geração de Brasília, esses meninos e meninas estão se apropriando desta nossa cidade de uma maneira tão diferente da nossa e tão rica, que é muito animador. E isso faz com que a gente renove as nossas energias e dê um passo um pouco mais à frente, aí vem a geração seguinte e dá outro passo, e aí aquela velha questão que sempre se fala, a história não é linear, como nos disse Walter Benjamin, ela é labiríntica. Vai, volta e toma rumos impensáveis. A geração que virá depois, certamente tomará seus rumos e fará uma leitura sobre o nosso trabalho, que não sabe qual será. Queria agradecer a vocês por esta oportunidade e dizer que nossa tarde foi extremamente prazerosa, enriquecedora e – por que não? – histórica. É um privilégio estarmos aqui, nesse momento, discutindo esse tema novamente, e sem aquele ranço saudosista de, "ah, podia ter sido isso, podia ter sido aquilo". A história tem seus próprios caprichos. Creio que GT Brasília cumpriu seu papel histórico fazendo um trabalho com competência técnica e dignidade profissional inquestionáveis. Não há dúvida disso.

Yêda Você está falando no *feeling* na pedrinha lá atrás...

Madson Exatamente, a gente nunca teve dúvida, tanto que, na hora de tomar a decisão de publicar o trabalho do GT, não houve receio: vamos. Sandra Bernardes foi uma grande entusiasta como eu já falei: batalhou, articulou isso tudo, em um rico processo de mobilização da nossa equipe. Sabe-se das dificuldades que estamos passando para fazer um trabalho dessa natureza. Mas já está feito e a intenção é que se publique imediatamente, até junho. Aí sim, no lançamento, realizaremos um encontro mais amplo, aberto envolvendo muito mais pessoas. A intenção é que se consiga resgatar outros profissionais, que também participaram do GT e vocês aqui citaram alguns. A ideia é deixar isso registrado na publicação. Por fim, em nome da equipe da Superintendência queria agradecer imensamente, a presença, a generosidade e o carinho de vocês. Muito obrigado.



PARTE II
GT BRASÍLIA



1 Mapa de ocupação territorial do DF: tipos de morfologias

A MEMÓRIA DE BRASÍLIA

Briane Panitz Bicca
Maria Elaine Kohlsdorf

Brasília pertence à história brasileira desde o final do século XVII, quando movimentos de independência de Portugal faziam, da mudança da Capital para o interior do Continente, uma de suas bandeiras de luta; o nome e a localização da cidade, encampados por Juscelino Kubitschek durante sua campanha eleitoral nos anos cinquenta, já haviam sido definidos no século passado por José Bonifácio de Andrada e Silva, consolidador da independência do Brasil. A ação política do Presidente Kubitschek permitiu que se implantasse este projeto histórico em um país com enormes discrepâncias sociais, forte dependência econômica e contrastes territoriais imensos, como fruto de uma epopeia que sacrificou, além de vidas humanas, grupos sociais já tradicionalmente oprimidos. A velocidade do processo de construção e consolidação desta cidade é bastante atípica na história do desenvolvimento urbano ocidental e hoje, decorridos 25 anos de sua fundação, toma-se ainda Brasília como um dos exemplos mais acabados de criação de novas capitais em nosso século, além de expressão genuína dos princípios da Arquitetura Moderna preconizados pelos CIAM's.

Estes fatos justificariam preocupações com a preservação do artefato que é Brasília, o que não impede, por outro lado, que a demanda para a preservação de sua memória seja insuficientemente considerada. Concorrem para isto questões intrínsecas à sua própria natureza, tais como a inevitável valorização do solo urbano em uma cidade com limites físicos demarcados e administrada à semelhança de um monopólio estatal. Razões de caráter político, como a ausência de representação dos vários segmentos comunitários locais, a estrutura centralista de sua instância deliberativa, suas características administrativas, desprovidas de um sistema de planejamento físico-espacial e a crescente pressão imobiliária são fatores que dificultam a articulação dos vários setores envolvidos nos rumos do seu desenvolvimento urbano, ameaçando a identidade de Brasília na sua essência. Na verdade, as possibilidades de formação de uma consciência verdadeiramente cívica em relação a Brasília foram até agora ainda menores do que no restante do território brasileiro, pois rcém despontam as manifestações da primeira geração de cidadãos nascidos nesta cidade.

O crescente exercício do direito à cidadania da população fixa minimizou atitudes descompromissadas de uma camada sem vínculos com a cidade, cujo rodízio permanece a cada mudança na administração federal.

A necessidade de abordar, de forma culturalmente consciente, tecnicamente sistematizada e politicamente institucionalizada, a questão da memória da cidade levou à criação, em março de 1981, do Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (GT Brasília), pelo então Secretário da Cultura, Aloísio

Magalhães. Desse grupo participaram três entidades: Ministério da Educação e Cultura, Governo do Distrito Federal e Universidade de Brasília, e o GT teve o propósito de estudar, propor e adotar medidas para preservação de tal acervo patrimonial. Sua tarefa caracterizou-se por tratar de bens cuja significação cultural, ainda não foi plenamente consagrada pela opinião pública, por datarem de menos de 25 anos, exigindo-se portanto formulação de estruturas legais e institucionais adequadas às peculiaridades locais. Por outro lado, a abrangência do campo de trabalho cresceu de imediato, e assim se abordaram várias modalidades do acervo físico-espacial, do complexo de práticas culturais e da instância documental de Brasília, esta última beneficiada pela possibilidade de crescer simultaneamente com a cidade ao invés de buscar sua história retrospectiva.

A amplitude do universo tratado solicitou partilha dos encargos e coube à Secretaria da Cultura/MEC (através da Fundação Nacional Pró-Memória) abordar o capítulo referente às várias modalidades do acervo físico-espacial, de que trata o presente documento.

O domínio territorial do trabalho abarca todo o Distrito Federal, em função de razões que merecem ser aqui, rapidamente, colocadas. Na verdade, Brasília apresenta-se hoje como um território urbano altamente descontínuo, transbordando os limites da área original, conhecida como Plano Piloto, e do próprio Distrito Federal: este conjunto abriga a sede do Governo Federal no Plano Piloto, centro fornecedor da maioria dos bens e serviços a todo território estadual, onde residem, segundo o censo de 1980, 317.336 habitantes, a maioria com renda familiar elevada, e em seu entorno o grande contingente populacional (880.806 habitantes) e com rendas mais baixas, morador das cidades satélites, favelas e remanescente de acampamentos de obras. O território adjacente ao Distrito Federal reúne grande contingente populacional dotado de infraestrutura e serviços precários, além de afastado em média 50 km de seus locais de trabalho.

A esta descontinuidade de ocupação territorial correspondem morfologias altamente variadas, consubstanciadas em três grandes grupos. Por um lado se registram as diversas expressões do Movimento de Arquitetura Moderna, que variam desde o Plano Piloto de Lucio Costa e Oscar Niemeyer até os acampamentos de obra projetados pelas firmas construtoras de Brasília. Por outro, se observam manifestações vernáculas da região Centro-Oeste, constituídas por sedes de fazendas e núcleos urbanos pré-existentes à transferência da capital, mas também grandes conjuntos habitacionais e loteamentos periféricos, assim como assentamentos precariamente autoconstruídos.

O GT Brasília se preocupou logo em definir neste mosaico, seus objetos de trabalho, através de um reconhecimento minucioso destes assentamentos e de discussões com técnicos e profissionais dedicados ao estudo de Brasília. O critério utilizado procurou vincular os objetos a seu valor na preservação da memória da nova capital brasileira, daí resultando uma lista de manifestações arquitetônicas e culturais em épocas distintas:

- o pré-existente, como vernáculo da região Centro-Oeste e expresso na área antiga dentro do Distrito Federal (Planaltina e Brazlândia) e em várias fazendas, muitas das quais ainda em atividade, localizadas nas atuais áreas desse território;

- as manifestações pioneiras, calcadas nos princípios do Movimento de Arquitetura Moderna, realizadas em caráter provisório e exemplificadas por acampamentos de obra da construção da cidade, alguns dos quais ainda hoje testemunhos vivos dessa época;

- o meio natural, congregando morfologias paisagísticas ainda intactas e muitas, bastante raras e disseminadas pelo território do Distrito Federal.

Paralelamente a tais trabalhos, outros se desenvolveram tendo como centro as demais manifestações culturais da região e a formação de um sistema documental abrangente de todos os aspectos responsáveis pela preservação da memória de Brasília.

A PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS: MARCO TEÓRICO PARA BRASÍLIA

Maria Elaine Kohlsdorf

As ponderações a seguir se devem vincular a certos princípios da natureza espacial das cidades e nesse trabalho consideradas como arquitetura. Assim, entendemos inicialmente Brasília como um fenômeno dentre tantos outros e regida por leis gerais de desenvolvimento urbano, as quais se sobrepõem a sua notória contemporaneidade. Dentre tais regras genéricas, destaca-se o movimento de alterações da forma urbana ao longo do ciclo vital das cidades e esta é uma questão articulada à natureza dinâmica de qualquer situação arquitetônica. Disto decorre que a preservação desses bens culturais se deve submeter a seu atributo metamórfico, seja à escala da edificação ou àquela de grandes frações urbanas, trabalhando-se não na direção da cristalização dos espaços arquitetônicos, mas ao contrário, com a sua constante mutação. Os procedimentos clássicos de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural dos povos nos fornecem uma série de ensinamentos a partir de exemplos de práticas no Brasil e no exterior, mas elas se referem tanto ao rigor das descrições morfológicas, quanto a questionáveis atitudes estáticas em planos e projetos de preservação.

As últimas décadas nos mostram o desenvolvimento de certa vertente de abordagem mais abrangente e dinâmica da preservação dos bens culturais materiais, consubstanciada simultaneamente mediante discussões teóricas e razoável quantidade de práticas de seu planejamento e gestão. Resultados operacionais dessa nova postura comparecem, em nosso país, como tendências à mudança de tratamento de nossa memória inscrita em espaços, passando por redefinições da questão cultural e recentemente, por criação no Governo Federal de um ministério próprio à Cultura. Entretanto, não se pode ainda falar no estabelecimento de um novo paradigma para a preservação arquitetônica edilícia, paisagística ou urbana, face ao peso da permanência de um arcabouço mais apoiado em pragmatismo do que alimentado por reflexões teóricas.

A partir de 1981, o Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (GT Brasília) abordou a preservação do espaço brasiliense como bem patrimonial, inserida na possibilidade dinâmica recém descrita. Nela procuramos o marco conceitual e metodológico para reger o desenvolvimento deste trabalho partindo-se de princípios básicos que estabelecem:

1. a continuidade do espaço arquitetônico, ou seja, a permanência de atributos responsáveis por sua natureza em qualquer escala e grau de complexidade (do edifício ao sítio urbano);

2. a natureza arquitetônica tomada em seu aspecto físico porém socialmente produzida e, portanto, tridimensional, histórica e embasada por relações de transformação social do meio natural;

3. a flexibilidade do espaço arquitetônico em receber práticas e estruturas sociais diversas (capacidade que, junto com sua temporalidade, o torna necessariamente metamórfico);

4. o fato de o espaço arquitetônico ser ao mesmo tempo um fenômeno concreto e objeto de percepção humana (isto implicando abordagem integrada destes dois pólos de conhecimento).

Tais princípios induzem observar a preservação arquitetônica em sua efetiva historicidade, na qual comparecem tanto permanências, quanto transformações da configuração espacial de Brasília. Eles implicam também critérios de seleção de valores arquitetônicos que são artísticos, históricos e de referência da população (Lemos, 1981), porém avaliados conforme sejam:

- desejáveis de serem mantidos sem alterações futuras ou restaurados apenas em características imanentes à sua identidade espacial fragilizada; a necessidade de mantê-los ou de resgatá-los deve indicar que eles contêm traços fundamentais da significação própria a Brasília e que, portanto transcendem o momento presente;

- indiferentes ou nocivos à significação de Brasília, suas características arquitetônicas devem ser disponibilizadas para transformações vindouras e requeridas por peculiaridades presentes ou futuras dos processos sociais; esses atributos devem inclusive serem modificados em curto prazo quando danosos ao resgate e preservação da fisionomia da nova capital brasileira.

A escolha do que deve ser resguardado de metamorfoses e aquilo que precisa ou pode ser transformado no espaço brasiliense depende da definição da pertinência de atributos arquitetônicos edilícios, paisagísticos e urbanos, a instâncias fundamentais ou acessórias de Brasília. Isto deriva de análises, tanto da realidade concreta, quanto da percepção que dela se tenha no cotidiano social, posto que o sentido da preservação da memória dos lugares é sua permanente exposição àqueles que a apreendem em seu dia a dia.

Os procedimentos decorrentes destes princípios foram testados na área conhecida como Plano Piloto de Brasília e a equipe do GT a caracterizou por meio do olhar técnico e daquele próprio à população com vínculo nela de moradia e/ou emprego e abastecimento (neste caso, como realidade percebida)[1]. Tal caracterização conduziu à inferência de atributos essenciais e de outros complementares à identidade espacial da mencionada área. Abordados como tipos e tipologias (e.g. Weissmann, 1972; Gregotti, 1972;

1 Veja-se sobre o assunto: Vianna, M.: "Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília, junto à População do Distrito Federal", publicado a continuação.

Rossi, 1971, 1977; Krier, 1976) ou como características essenciais (Lynch, 1960 e 1983; Cullen, 1961; Trieb, 1974, 1976; Trieb & Schmidt, 1973-1983), os atributos espaciais são instrumentos de análise e de gestão do espaço que devem abranger sistemas descritivos correspondentes aos níveis de análise especializada e de percepção convergentes, assim possibilitando inferência de características fundamentais e acessórias do bem cultural considerado. Aos atributos espaciais assim revelados se devem destinar as diretrizes de preservação de edifícios, áreas livres e sítios urbanos; portanto, as categorias analíticas precisam ser comuns aos dois níveis de sua abordagem (conhecimento técnico-científico e percepção cotidiana), bem como igualmente utilizá-las em projetos, planos e regulamentações.

A eleição de tais categorias para Brasília não se ateve à singularidade dessa cidade porque elas necessariamente contêm as características que permitem abordar a nova capital como arquitetura urbana; porém, nosso trabalho constatou plena adequação desses instrumentos ao exame da área do Plano Piloto em sua peculiaridade. Observar Brasília como arquitetura implicou, ainda, focar em sua configuração espacial porque nela se manifestam predicados estruturais dos lugares: sua funcionalidade ao exercício das diversas atividades, suas possibilidades para interação social, seu convite ao devaneio e à fruição dos cenários ofertados, sua condição de filtro dos fatores climáticos etc. E o foco em questões morfológicas atende à necessária abordagem perceptiva dos lugares porque ela é dirigida a sua forma física mediante atuação, principalmente, dos sistemas tátil-cenestésico e visual (Piaget & Inhelder, 1972; Oliveira, 1977, Lewin, 1973).

Por outro lado, acreditamos que a caracterização do espaço brasiliense não se pode restringir a um momento, mas no mínimo envolver dois pontos em sua história para melhor observar o citado mecanismo dinâmico e, portanto, mutante das cidades. A caracterização de Brasília torna-se, assim, uma linha de desenvolvimento capaz de expressar tendências de metamorfose dos espaços urbanos; no caso do Plano Piloto, se tomaram dois pontos para caracterização em todas as categorias utilizadas: um momento de concepção da cidade consubstanciado no Plano e em seu correspondente Relatório, ambos realizados por Lucio Costa em 1957 (T_o), e outro o momento atual, expresso concretamente no espaço da cidade (T_h). Cada categoria pode, contudo, solicitar momentos intermediários e particulares de análise, os quais se deverão constituir na nossa próxima etapa de trabalho[2].

Adaptamos categorias analíticas teoricamente desenvolvidas e testadas em situações reais de preservação do patrimônio cultural a partir de trabalhos realizados por Trieb & Schmidt[3] porque elas permitem observar integralmente o objeto arquitetônico via representações consagradas no campo disciplinar (como, por exemplo, plantas e elevações) e abrangentes de todas as escalas possíveis (de pequenos espaços internos a conjuntos urbanos), além de estimularem a procura de atributos morfológicos responsáveis pela fisionomia inconfundível dos lugares e sua decorrente imagem mental.

Como primeira categoria analítica, utilizamos a relação biunívoca entre o todo e suas partes a considerando superior ao mero somatório de peças. As partes mostraram o Plano Piloto conforme descrito por Costa para o Concurso Nacional de 1957 e na década de 1980, neste caso segundo porções com unidade de temática configurativa resultante da confrontação entre o olhar da equipe técnica e os resultados de pesquisa com a população. Gerou-se então, um abairramento dessa área mais legítimo do que o código institucional de endereçamento existente, no qual se ignoram aspectos como tipos de edificações, presença de elementos do meio natural, focos de atividades, e outros, responsáveis por uma imagem própria dos diferentes bairros do Plano Piloto. O todo e suas partes foram, em seguida, analisados segundo seis categorias, que definiremos sumariamente a seguir. Compostas por elementos, elas se aplicaram aos citados dois pontos temporais (T_o e T_h) e permitiram comparar as características propostas no plano de Lucio Costa, vencedor do Concurso de 1957, e a situação encontrada nos anos 1980; revelou-se atendimento de apenas algumas dessas propostas e a necessidade de resgate daquelas não contempladas na construção da cidade até então. É importante destacar a fácil coleta, no desenho e no relatório do mencionado plano de Costa, das informações próprias a cada uma das categorias analíticas necessárias ao trabalho do GT, em uma bela demonstração de como definir a identidade da nova capital em apenas dois documentos sucintos.

Categoria Sítio Físico

Por seu intermédio observamos como elementos do meio natural foram transformados pela arquitetura urbana e, especialmente, seu papel na configuração do conjunto e de suas partes. A eles se somavam abordagem de situações de limites e conexões internas e externas, e os efeitos à distância do assentamento (inserção da cidade enquanto espaço - forma no contexto paisagístico de seu entorno).

Categoria Planta Baixa

Por ela é possível observar o todo e suas partes como uma projeção no plano horizontal, na qual se mostram a malha (composição de linhas correspondentes aos eixos dos canais de circulação), macroparcelamento (conjunto de polígonos relativos à forma de quadras e superquadras), microparcelamento (figuras planas correspondentes à forma de lotes e projeções que ocupam as macroparcelas) e relações (predominâncias e composições) entre áreas construídas e fechadas (cheios) e aquelas abertas (vazios).

Categoria Silhueta

Nela se examina o todo e suas partes como elevações ou cortes verticais no espaço e mediante os elementos linha de coroamento (correspondente à linha de contorno do limite superior da silhueta), sistema de pontuações (relativo aos pontos de realce na linha de coroamento) e linha de força (onde linhas imaginárias expressam trechos mais ou menos vigorosos da composição da silhueta).

Categoria Tipologia das Edificações

Na qual se aborda a configuração dos edifícios segundo suas proporções volumétricas (relações entre largura, altura e profundidade), composições de fachadas (ritmos, centros de gravidade, eixos de simetria, relações entre aberturas e fechamentos, presença de cobertura, cores e texturas empregadas etc.), relações entre os edifícios (contigüidades e separações) e entre eles e o espaço público (recuos, transições etc.). Além da inferência de leis de composição de conjuntos edilícios e dos papéis de edifícios isolados em áreas livres, esta categoria permite destacar exemplares de edificações significativos a ponto de serem escolhidos como bens de preservação integral, assim auxiliando os tradicionais inventários de bens para tombamento.

Categoria Estrutura Interna do Espaço

Trata-se da categoria que resgata a tridimensionalidade do espaço público e aberto. Sua caracterização percorre elementos como largura, profundidade, direção, texturas dos planos etc., analisando suas relações geométricas (convexidades, fechamento etc.) e seus efeitos visuais (direcionamento, alargamento etc.), observados a partir dos tipos de unidade morfológicas componentes das partes de Brasília e de seu conjunto.

2 Veja-se sobre o assunto: Barbosa, Y.: "O processo de sedimentação histórica do Plano Piloto de Brasília, publicado a continuação

3 Veja-se, sobre o assunto, incluindo bibliografia: Kohlsdorf, M. E.: "Manual de técnicas de apreensão de espaço urbano", mímeo, UnB/URB, 1980 e 1984.

Categoria Elementos Acessórios

Refere-se à análise de elementos como quiosques, bancos, monumentos, luminárias públicas, cartazes, letreiros etc. Sua importância como caracterizadores de lugares varia, mas há exemplos de eles exercerem papel fundamental na identidade das áreas livres e do próprio sítio urbano. Por exemplo, em Brasília há numerosas esculturas de reconhecido valor em jardins e áreas públicas (notadamente no território Monumental) qualificando composições e associadas a elementos de sítio físico e a edifícios.

A primeira hipótese de caracterização do Plano Piloto de Brasília encontra-se brevemente examinada em Caracterização Preliminar de Brasília / Plano Piloto, mas as tendências inferidas conforme cada categoria analítica empregada não fornecem, *per se*, princípios de preservação, porque elas significam por vezes reforços e, em outros casos, enfraquecimento identitário dessa área. Tal fenômeno varia durante a história de Brasília e em muitas ocasiões distanciou a fisionomia dessa cidade daquela inicialmente prevista por Lucio Costa. Contudo, é difícil sustentar a opção por se encaminharem ações que logrem retorno integral ao previsto no plano vencedor da competição em 1957, porque há pressupostos intangíveis a qualquer retrocesso histórico. Nestes se destaca a satelitização precoce do Distrito Federal como talvez a maior responsável pela desfiguração da proposta premiada; a progressiva criação de enormes conjuntos habitacionais pobres e distantes do sítio original, antes da desejável urbanização deste e da inauguração da nova capital, gerou incontrolável escalonamento de problemas e de soluções equivocadas que transformaram Brasília não na cidade sonhada por Costa, mas em um conglomerado esgarçado, no qual desponta a qualidade ímpar da área conhecida como Plano Piloto. Desde o início desse processo, a ocupação territorial polinucleada se dividiu entre o centro possível de se concretizar, (coincidente com o terreno previsto para sediar Brasília e fornecedor de imensa parcela de empregos e serviços) e "cidades" satélites, remanescentes de acampamentos de obras e favelas nos quais reside expressiva maioria da população que construía a nova capital.

Certamente nesse impasse transparece uma separação tanto de atenções técnicas quanto de gestão política em Brasília (malgrado ocorrente em todas as cidades brasileiras), tal seja o divórcio entre uma abordagem voltada à cidade como patrimônio cultural e outra, centrada nas questões de seu desenvolvimento econômico. A superação dessa divisão de olhares e ações é condição indispensável para um equacionamento da preservação dessa cidade em seus valores históricos, artísticos, culturais e paisagísticos, cuja identificação e sistematização o GT Brasília procura auxiliar; ele não poderá cumprir seu papel caso se ignore (presentemente e no futuro) que a nova capital brasileira não se reduz à área objeto de nosso trabalho. Pois, tanto quanto zelar pela manutenção da memória do Plano Piloto em sua significância para os brasileiros e para a história recente da humanidade importa considerar o contexto socioeconômico em que ele se insere e se efetivar escolhas éticas, das quais não podem ser alijados diferentes segmentos sociais desse conjunto.

Neste sentido, a hipótese de caracterização da área do Plano Piloto deverá ser imediatamente divulgada segundo linguagens próprias a grupos etários e sociais muito diferentes e que compõem a população do Distrito Federal com vínculo nessa área. Esta ação objetiva deflagrar um intenso movimento de discussão e retorno de insumos que conduzam à formulação de medidas de preservação do Plano Piloto de Brasília.

Referências bibliográficas

CULLEN, Gordon. **Townscape.** Londres: Ed. The Architectural Press, 1961.

GREGOTTI, Vittorio. **El território de la arquitectura.** Barcelona: Ed. G. Gili, 1972.

KRIER, Rob. **Stuttgart.** Barcelona: Ed. G. Gili, 1976.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

LYNCH, Kevin. **The image of the city.** Harvard: Ed. MIT Press, 1960;

———. **De que tiempo es este lugar?** Barcelona: Ed. G. Gili, 1972.

———. **A theory of good city form**. Harvard: Ed. MIT Press, 1983.

LEWIN, Kurt. **Princípios de psicologia topológica.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1973.

OLIVEIRA, Livia. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa.** Tese de livre-docência não publicada. Rio Claro, SP: UNESP, 1977.

PIAGET, Jean & INHELDER, Bärbel. **La représentation de l'espace chez l'enfant.** Paris: Ed. PUF, 1972.

ROSSI, Aldo. **Para una arquitectura de tendencia.** Barcelona: Ed. G. Gili, 1977.

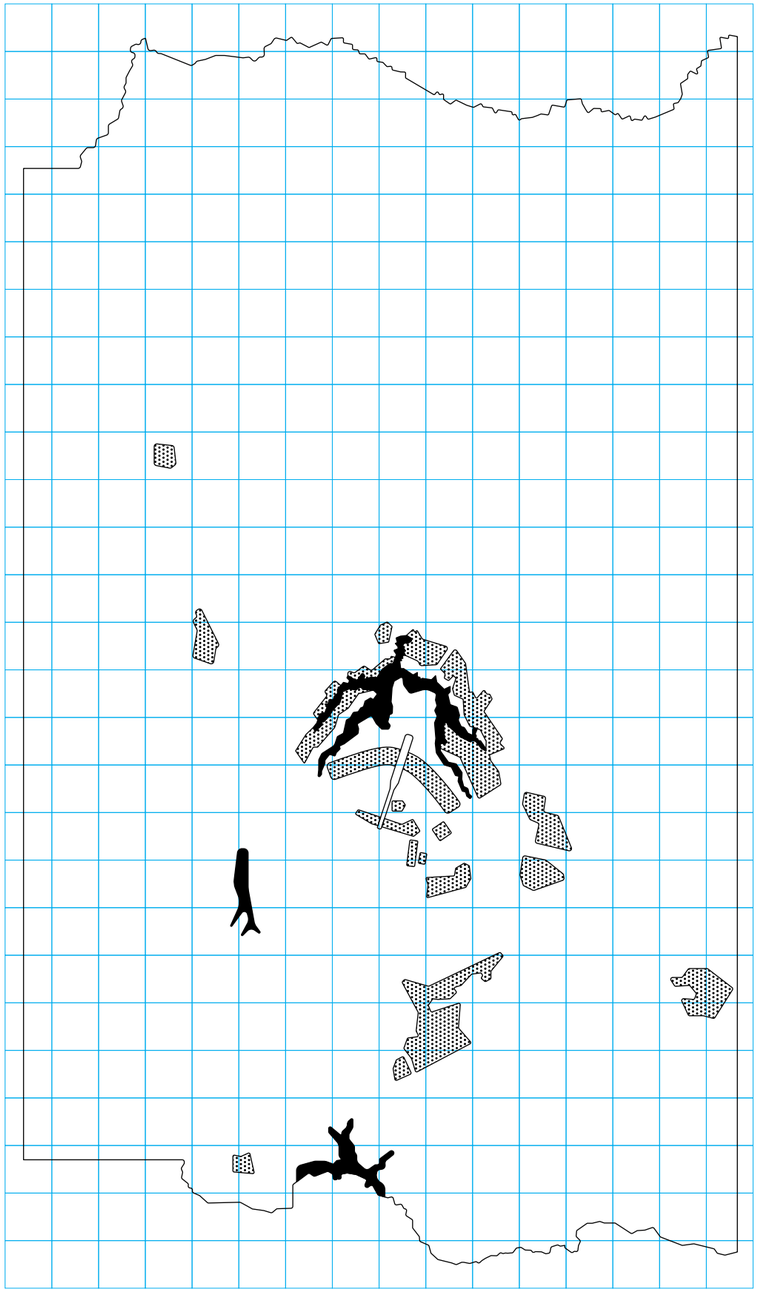
ROSSI, Aldo et al. **Teoria de la projectación arquitetónica.** Barcelona: Ed. G. Gili, 1971.

TRIEB, Michael. **Stadtgestaltung – Theorie und Praxis.** Düsseldorf: Ed. Bertelsman, 1974.

TRIEB, Michael et al. **Stadtbild in der Planungspraxis.** Stuttgart: Ed. DVA, 1976.

TRIEB, Michael & SCHMID, Alexander. **Diversos Planos de Preservação para várias cidades da Alemanha e publicações de circulação restrita.** Stuttgart, de 1973 a 1983.

WEISSMANN, Marina. **La estructura histórica del entorno.** Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1972.



2 Mapa de ocupação territorial do DF

CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR DE BRASÍLIA – PLANO PILOTO

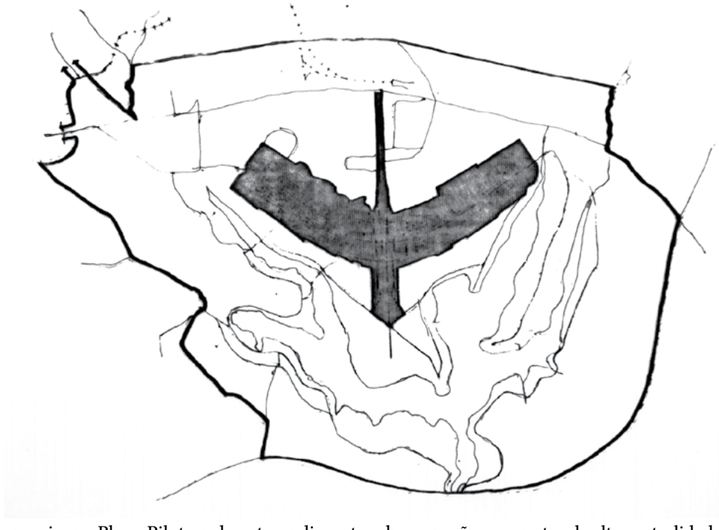
Antônio Menezes Júnior
Briane Panitz Bicca
Fernando A. R. Falcão
Marcelo A. dos Santos Sá
Márcio Vianna
Maria Elaine Kohlsdorf
Yeda Barbosa

I. O todo e suas partes

"Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como urbs*, mas como* civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital."*

Lucio Costa
Relatório do Plano Piloto de Brasília
Rio de Janeiro, 1957.

A área a que se refere o relatório de Lucio Costa é hoje conhecida pelos habitantes do Distrito Federal como Plano Piloto. "Brasília" é um nome que se refere a um complexo maior, do qual participam também as oito satélites existentes até agora. Estas expressões não são apenas códigos populares, mas correspondem à realidade sócio-espacial da cidade, organizada como um tecido urbano descontínuo no qual o centro cívico, administrativo e financeiro situa-se no Plano Piloto e onde os bairros satélites abrigam as habitações da maior parte de sua população, justamente aquelas com rendas mais baixas. Existe uma tendência clara à formação de um centro paralelo na cidade-satélite de Taguatinga, bem como uma possível conurbação em torno dela em direção a sudoeste, alcançando os loteamentos do município de Luziânia (estado de Goiás), que hoje se comportam como alojamento das famílias mais carentes que trabalham em Brasília. A tal movimento corresponde uma elitização meteórica dos imóveis nas áreas mais centrais e culminando com seu valor no Plano Piloto.
A delimitação da área do Plano Piloto para efeitos de preservação coincide quase totalmente com os limites institucionais ("Área Urbana de Brasília" e grande parte da bacia do Paranoá) e com o perímetro obtido pelo alcance do campo visual ao nível do chão e até a linha de cumeada das colinas mais próximas (porém situadas fora do tecido urbano). Esta é a Área de Interesse de Preservação (AIP), caracterizada como somatório de uma área mais densa onde Lucio Costa



3 Limites das áreas de preservação

▬ *Área de interesse para preservação*

▬ *Área de interesse especial*

previu seu Plano Piloto, e de outras adjacentes, de ocupação igualmente urbana porém com densidades sensivelmente menores ou de usos de parque (Jardim Zoológico, trecho do Parque Nacional). A AIP contém uma Área de Interesse Especial (AIESPP), onde se concentram os aspectos mais importantes da nova Capital do Brasil: o cívico-administrativo, marcante, os setores de complementação de serviços e as habitações em superquadras.

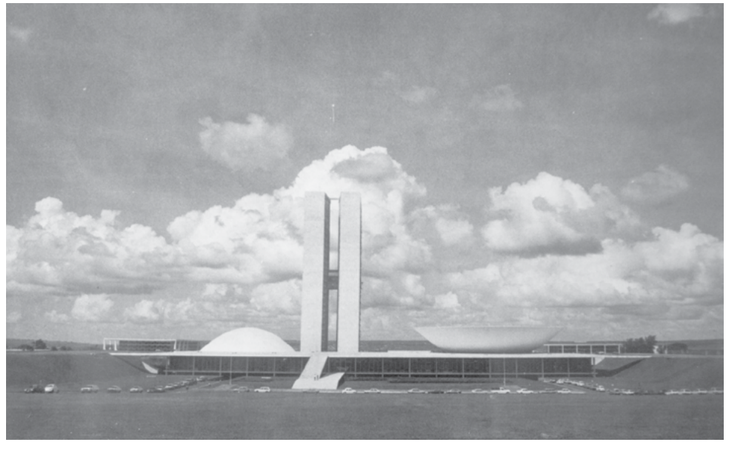
Estas duas áreas sugerem medidas de conservação e preservação em graus distintos, desde um controle maior na Área de Interesse Especial até medidas mais flexíveis na Área de Interesse de Preservação.

Entendida a Área de Interesse para Preservação como um todo territorial, a demarcação de suas partes faz-se hoje com graus de precisão distintos, pois existem partes com clareza e individualidade funcionais e visuais (como a Asa Sul e a Asa Norte) e outras cuja definição é mais confusa.

Este é o caso do Centro do Plano Piloto, composto por vários territórios às vezes monofuncionais (Setores Bancários e de Autarquias Norte e Sul) e geralmente separados por barreiras viárias ou topográficas, e numerosas zonas de descontinuidade sob a forma de áreas verdes. O centro urbano dessa cidade é extremamente atípico porque ele não é um clímax de encontro de práticas e grupos sociais diversificados, mas um território cujo interior é espacialmente atomizado e que lança bases pontuais em várias outras partes da cidade (verificam-se pontos de alta centralidade nas áreas Residenciais e no Lago Sul, de abrangência inclusive metropolitana). Nesse *core* de Brasília, as áreas públicas são frequentemente desertificadas porque elas se interiorizaram em edificações e se reservam à circulação, estacionamentos, áreas residuais (às vezes ajardinadas, mas vazias de pessoas) e alguns parques pouco acessíveis a pé e isolados pelo extraordinário sistema de vias automotivas. Contudo, este centro possui uma imagem muito forte e devida a alguns elementos arquitetônicos que, pela carga significativa neles contida, já se tornaram símbolos de Brasília; mas, nem todos eles funcionam como articuladores desse centro, sendo apenas alguns, os responsáveis por referências imagéticas: o conjunto da Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes, o conjunto das Plataformas Rodoviárias e os Setores de Diversão Sul e Norte, o Parque da Torre (com a torre de TV) e edifícios isolados (como o Congresso Nacional, a Catedral e o Teatro Nacional).

Contrariamente ao centro urbano, Asa Sul e Asa Norte são bairros com muita unidade plástica devido ao arcabouço longitudinal fortemente estruturado que configura seu território. Trata-se de dois conjuntos de superquadras (nomeadas com 100, 300 e 200 e posteriormente acrescidas das 400) articuladas por um sistema de eixos Rodoviário, artérias secundárias e vias de penetração, e estabelecidas como "(...) solução de criar-se uma sequência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os





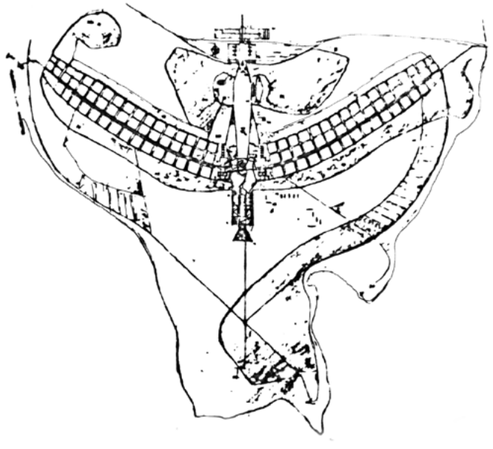
Elementos simbólicos de Brasília

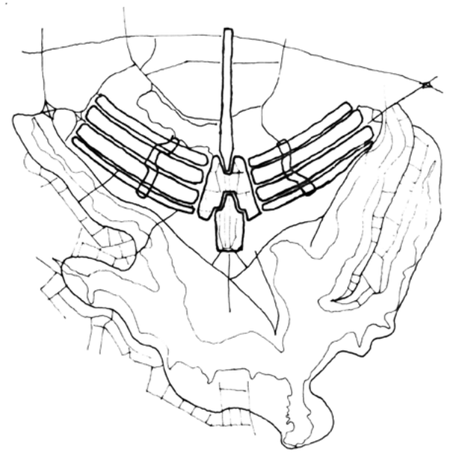
4 Teatro Nacional

5 Congresso Nacional

lados da faixa rodoviária (...)" (COSTA, 1957, §16). Tal característica manteve-se desde o plano original de Lucio Costa sendo, portanto, anterior a suas alterações em atendimento ao júri do Concurso Nacional de 1957.

Esta estruturação é bem mais fraca nos territórios periféricos (principalmente, naqueles que contém a oeste, quadras 700/900 e, a leste, as quadras 600) chegando por vezes a colocar problemas de continuidade espacial e definição de limites do bairro. São faixas destinadas a edifícios institucionais e que hoje se constituem em território mais de abrangência urbana e metropolitana do que em continuações da temática predominante nas Asas. Finalmente, Asa Sul e Asa Norte possuem vários outros territórios construídos durante a história de Brasília, legíveis e presentes nos mapas mentais de seus usuários (VIANNA, 1985), mas em geral não coincidentes com as unidades de vizinhança inicialmente propostas.





Eles se geraram às vezes pelo processo de ocupação da cidade (SQS 105 + 106 + 305, por exemplo), e, em outras, por fluxos de trânsito e concentração de atividades centrais de apoio (na Asa Norte, por exemplo, 705 + 706 + 306 + 307 + 106 + 105).

A divisão do conjunto do Plano Piloto em centro urbano, Asa Sul e Asa Norte encontra correspondência clara na imagem formada pela população (VIANNA, 1985) e na proposta de Lucio Costa que, nos parágrafos 4 e 5 de seu relatório (ibidem), faz a distribuição funcional geral da cidade separando a maior parte das habitações das demais atividades:

> "(...) *e dispondo-se ao longo desse eixo o grosso dos setores residenciais. 4 - Como decorrência dessa concentração residencial, os centros cívico e administrativo, o setor cultural, o centro de diversões, o centro esportivo, o setor administrativo municipal,* (...) *foram-se naturalmente ordenando e dispondo ao longo do eixo monumental do sistema* (...). *5 - O cruzamento desse eixo monumental* (...) *com o eixo rodoviário-residencial impôs a criação de uma grande plataforma liberta do tráfego* (...), *remanso onde se concentrou logicamente o centro de diversões da cidade* (...)."

Estes três bairros formam as partes da Área de Interesse Especial (AIESP), com papéis bem definidos umas em relação às outras, respectivamente como locais de alojamento e centro administrativo e da sociedade civil. Tais papéis foram, contudo, interpretados muitas vezes de modo a potencializar a segregação através de usos exclusivos do solo, gerando situações de urbanidade muito precária. Interpretação semelhante parece ocorrer a partir do atributo "unidade morfológica" ao se encaminharem soluções de absoluta repetição do protótipo de Lucio Costa em seu relatório (ibidem, § 16):

> *"Dentro destas 'superquadras' os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variadas, obedecendo, porém, a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e 'pilotis', e separação do tráfego de veículos de trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra".*

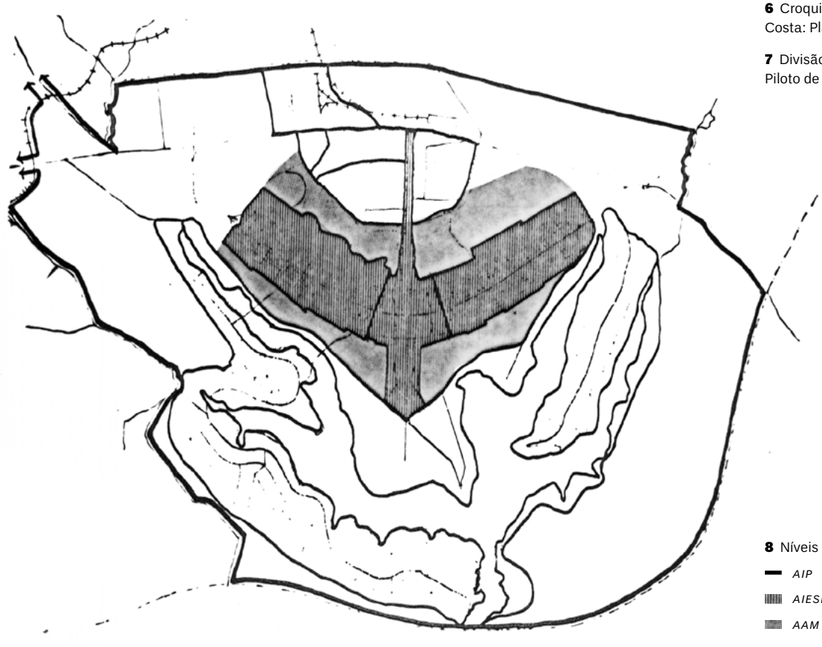
As referidas distorções se manifestam ainda quando se observa que o Relatório (ibidem, § 15) preocupou-se em definir as bases harmônicas do binômio "unidade × variabilidade", ao tratar o Eixo Monumental, pois ele se mostra, na verdade, como um território altamente segregado em relação às suas adjacências e descontínuo em seu interior:

> "(...) *a fluência e unidade do traçado, desde a praça do Governo* (*atual Praça dos Três Poderes*) *até a praça Municipal* (*atual Praça do Buriti*) *não exclui a variedade, e cada setor, por assim dizer, vale por si como organismo plasticamente autônomo na composição do conjunto. Essa autonomia cria espaços adequados à escala do homem e permite o diálogo monumental localizado sem prejuízo do desempenho arquitetônico de cada setor na harmoniosa integração urbanística do todo".*

[página ao lado]

6 Croqui do relatório de Lucio Costa: Plano Piloto

7 Divisão territorial do Plano Piloto de Brasília



8 Níveis de proteção

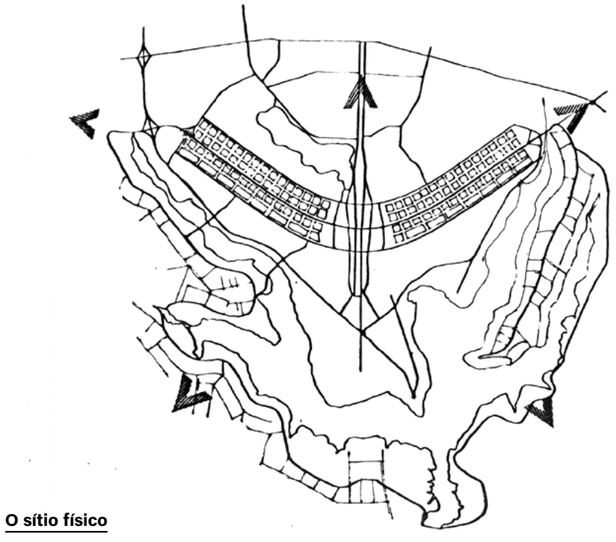
AIP

AIESPP

AAM

A Área de Interesse Especial é, em si, uma parte do todo maior da Área de Interesse de Preservação (AIP), e a bem dizer, a sua porção central. Mas, a AIP se compõe de vários outros bairros, partes e territórios, inferidos analiticamente por homogeneidade temática e a partir da pesquisa com a população (VIANNA, ibidem). Alguns deles cumprem papel de áreas de amortecimento para a AIESPP, como os territórios localizados a leste e a oeste das asas residenciais e destinados a parques, embaixadas e similares, de ocupação rarefeita e temática predominantemente paisagística.

Outros são enclaves habitacionais (Cruzeiro Velho e Novo, Áreas Octogonais) de densidades razoáveis e que, por serem soluções setoriais de emergência social ou política, apresentam uma queda considerável de qualidade urbana em termos plásticos e funcionais. Ou são ainda expansões urbanas realizadas imediatamente após o concurso e por Lucio Costa (como as zonas habitacionais junto ao lago que hoje abrigam as mais altas rendas do Plano Piloto).



9 Conexões externas da Área de Interesse para Preservação



10 Visuais amplas e profundas: setor central

II. O sítio físico

II.1. Conexões e efeitos à distância

As conexões externas da Área de Interesse para Preservação (AIP) têm por função comunicar o Plano Piloto às Cidades Satélites e demais áreas do Distrito Federal, mas também ligar Brasília a outras regiões do Brasil. Essas conexões crescem em importância quando se observa que a vinculação da nova capital com o restante do território brasileiro foi um pressuposto de sua criação e um dado da realidade de então, originando a construção de milhares de quilômetros de rodovias: "*Brasília, capital aérea e rodoviária* (...) *sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região*" (COSTA, ibidem, Introdução), quanto estará mercê do abastecimento agrícola e industrial proveniente de outros estados de Federação.

As principais conexões ligam Brasília a Goiânia e São Paulo pela BR-060, e a Belo Horizonte e Rio de Janeiro pela BR-040; em todas elas existe uma mesma maneira de se inserir o espaço organizado no meio natural, e as sequências visuais de aproximação a ele são semelhantes. Em relação à primeira, é característica a situação de ruptura, e nunca de diluição de temáticas distintas; o Plano Piloto insere-se por contraste abrupto em seu contexto de cercania, seja ele o meio natural não modificado ou alterado por reflorestamentos ou ajardinamentos. Quanto à segunda, a característica comum às várias sequências de aproximação à cidade é o fato de esta última se mostrar desde longas distâncias, às vezes em sua totalidade, outras como sequência de planos que evoluem de temas paisagísticos para temática rodoviária de acesso às cidades e chegam até a exposição do contexto urbano em toda sua plenitude. Esta vista panorâmica presente desde longa distância é característica fundamental da AIP e se constitui em efeito visual incomum nas grandes e médias cidades de hoje, todas tendentes a expansões ilimitadas de seu tecido urbano. A preservação de tal característica demanda medidas que disciplinem as ocupações futuras das áreas situadas em tais corredores visuais, visando a garantia dos atuais ângulos de visibilidade e das situações de mirante.

II.2. Elementos do sítio físico

Dentre os elementos do sítio físico, tomou-se o relevo como fundamental para a delimitação da Área de Interesse de Preservação, devido a que a linha de cumeadas circundantes se comporta como um limite do horizonte visual, bastante claro e uniforme praticamente em 360 graus, facilmente perceptível e numerosamente presente no interior da Área de Interesse Espacial. O terreno que recebeu o Plano Piloto de Brasília apresentava-se pouco acidentado, com vale central que foi preenchido pelo lago Paranoá até a altitude da cota dos 1.000 m; há suaves declives em direção ao lago, mais acentuados junto às margens e colinas definem o horizonte dessa área em todas as direções, mais enfaticamente a Leste pela depressão do mencionado lago. No lado oposto, o ponto máximo ocorre na região do Cruzeiro e junto ao Memorial JK, a 1.172 metros; a partir daí, uma pequena depressão prolonga-se até o limite oeste da Área de Interesse de Preservação.

O centro de todo esse terreno coincide com o centro urbano e é, em geral, mais elevado do que as áreas habitacionais que o circundam, fato enfatizado pelos terraplenos realizados na construção dos setores centrais. Tais condições de relevo foram ocupadas permitindo cones visuais amplos e profundos na maioria do território da AIP. Essas características têm sido garantidas por uma estrutura interna dos espaços abertos que privilegia fortemente as dimensões horizontais, gerando efeitos de campo visual sempre amplo e voltado para o horizonte. Elas foram, porém prescritas apenas para as situações cerimoniais (cívicas ou religiosas) de acordo com o Relatório do Plano Piloto, propõe-se, por exemplo, para o espaço que contém a Catedral, "*tendo-se em vista valorizar o monumento, e ainda, principalmente, por outra razão de ordem arquitetônica, a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma onde os dois eixos urbanísticos se cruzem*" (COSTA, ibidem, § 9).

O relevo é uma preocupação que comparece no Relatório de Lucio Costa (ibidem) logo em seu início, no parágrafo 2: "procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, (...) arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada". Entretanto, a construção da cidade processou-se mediante alterações radicais e modelando o solo vigorosamente não apenas onde o autor prescrevera terraplenos como estratégia de caracterização monumental: para a Praça dos Três Poderes, "*criou-se então um terrapleno triangular, com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha a que se tem acesso pela própria rampa da autoestrada que conduz à residência e ao aeroporto. Em cada ângulo dessa praça – Praça dos Três Poderes, poder-se-ia chamar – localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação em termos atuais dessa técnica oriental milenar dos terraplenos, garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista*" (COSTA, ibidem, § 9).

Por isso se os vêem hoje (anulando os desníveis naturais e criando platôs ou inversamente realizando desníveis abruptos) em territórios de naturezas variadas como as asas residenciais e o centro comercial, vias, estacionamentos, espaços públicos como áreas verdes e praças e mesmo edificações construídas. O relevo imposto nesta escala interna à AIP possui características fortes para a imagem de Brasília, mas de preservação altamente discutível tendo em vista ofe-



11 Platôs das áreas centrais: Setor Bancário Sul

recer condições de comunicação face a face muito precárias; ao contrário, terraplenos e taludes são sempre elementos de barreiras não apenas visuais, mas ao pleno movimento físico dos indivíduos.

O sistema hídrico da AIP possui como principal elemento, o lago Paranoá e abrange os vales dos quatro riachos tributários (Riacho Fundo, Gama, Torto e Bananal), a partir dos quais foi formado artificialmente o Lago; ele se complementa com uma série de pequenos cursos d'água inscritos na bacia do Paranoá. Esses aquíferos são periféricos ao Plano Piloto, praticamente ausentes dos contextos centrais da cidade e sem outra função na AIESPP do que comparecer no horizonte de campos visuais de quem está bem próximo ao Lago. Há duas exceções na Asa Norte e uma se situa em algumas Superquadras (213, 214, 413, 414) ainda não construídas onde existem nascentes e córregos com matas ciliares íntegras, sugerindo medidas de proteção e incorporação deste acervo paisagístico aos projetos urbanísticos. A outra exceção refere-se à presença mais próxima do lago Paranoá graças, por um lado, a uma ocupação menos densa e mais recente e, por outro, a fatores topográficos (desnível mais acentuado) e das próprias dimensões mais alargadas do lago neste trecho.

O caráter periférico do lago Paranoá foi previsto no plano original de Lucio Costa. A implantação da cidade já guardava distâncias consideráveis às margens do lago e em diversos pontos de seu Relatório o urbanista referia-se ao lago em seu significado bucólico, e jamais como participante do centro urbano:

> *"Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d'água. O Clube de Golfe situou-se na extremidade leste, contíguo à Residência e ao hotel, ambos em construção, e o Iate Clube na enseada vizinha, entremeados por denso bosque que se estende até a margem da represa, bordejada nesse trecho pela alameda de contorno que intermitentemente se desprende da sua orla para embrenhar-se pelo campo que se pretende eventualmente florido e manchado de arvoredo"* (COSTA, ibidem, § 20).

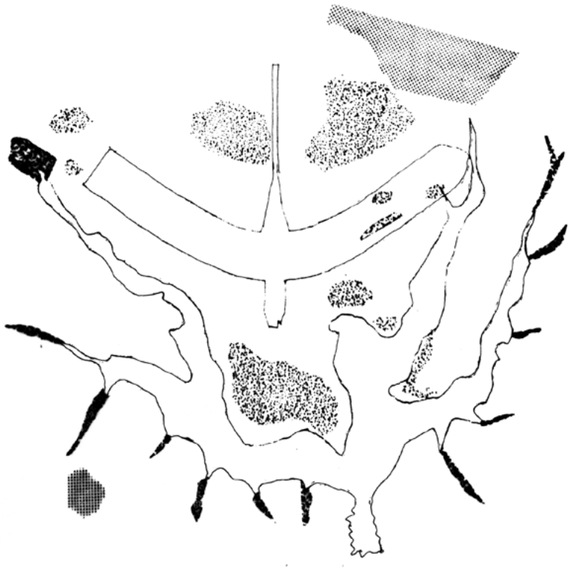


12 Sistema hídrico da AIP

Este afastamento restringiu o usufruto de tal potencial paisagístico a parcela mínima da população residente no Plano Piloto e com renda muito elevada. A orla do lago tornou-se excessivamente privatizada por lotes residenciais que invadem as faixas de marinha, por clubes na margem oeste e ainda pelo próprio projeto de ocupação que apenas raramente conduz por espaços públicos as pessoas às suas margens.

Os estuários dos riachos que alimentam o lago Paranoá, deveriam receber cuidados especiais, junto com suas matas ciliares, principalmente no caso dos quatro tributários, onde há a ocorrência de situações especiais de flora e fauna diretamente vinculadas ao sistema hídrico local. Apesar de sua temática natural por excelência, eles estão envolvidos por tecido urbano e em situações de frágil equilíbrio.

Os elementos de vegetação da Área de Interesse de Preservação devem ser observados como sendo nativos ou espécies exóticas adaptadas. Nisto se destaca a predominância das últimas em clara referência à recriação de uma "natureza", atitude característica do funcionalismo racional na arquitetura (KOHLSDORF, 1985). Há poucas expressões da vegetação típica da região central do Brasil, dentro da AIP, como vários tipos de cerrado com espécies nativas de pequeno e grande porte conformando situações de campo limpo a cerradão, de acordo com a existência e



[página ao lado]

14 Croqui do relatório de Lucio Costa: gesto primário

13 Tipos de vegetação da AIP

- *Mata ciliar*
- *Vegetação nativa (cerrado)*
- *Parques ecológicos*

densidades das espécies próprias a cada tipo. Essas áreas se situam entre aquelas hoje ocupadas e em espaços intersticiais tanto previstos para se manterem em seu estado natural, quanto naqueles cuja ocupação ainda não se efetivou; elas se intensificam nas áreas periféricas da AIP. São ocorrências especiais as matas ciliares a acompanharem os cursos dos riachos que deságuam no Lago Paranoá, nos quais se registram conjuntos quase íntegros de flora e fauna; nisto se destacam os quatro tributários desse Lago, assinalando-se a situação especial do Riacho Fundo cujo estuário e mata ciliar são mais largos e fundidos com a gleba do Jardim Zoológico de Brasília, em belo recanto paisagístico na cidade. Pode-se também mencionar como acervo importante o Parque Nacional de Brasília, do qual pequeno, porém representativo trecho penetra na AIP e oferece qualidades próprias de um parque ecológico.

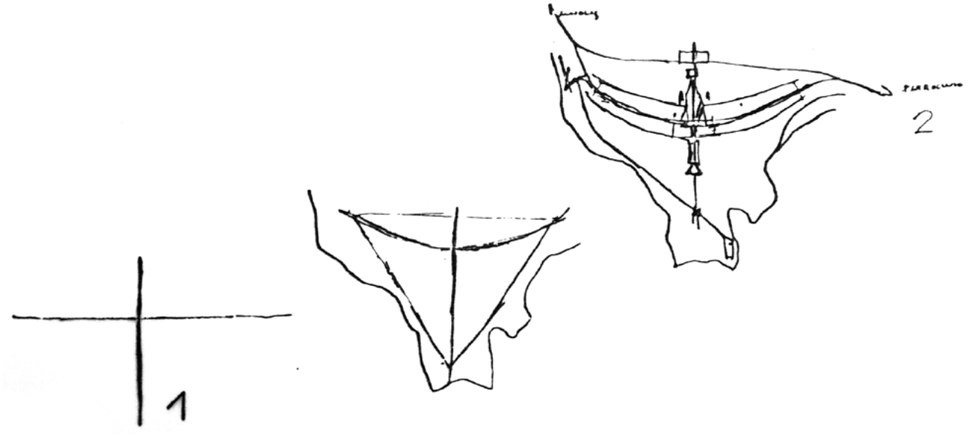
A vegetação nativa é ainda mais raramente encontrada na Área de Interesse Especial. Ela se mostra como manchas de cerrado apenas em algumas quadras desocupadas na Asa Norte e como exemplares de porte superior a três metros de altura, conservados em meio a forrações gramíneas exóticas, onde foram suprimidas as demais categorias nativas.

Ocorrência predominante das espécies exóticas, os extensos gramados em Brasília são de manutenção dispendiosa dado às características climáticas do Planalto Central e oferecem poucas áreas de sombra frente às necessidades tropicais. Eles são às vezes pontilhados de arborização com espécies aclimatadas, originárias tanto de outras regiões brasileiras de ecossistema totalmente distinto, quanto estrangeiras[1].

Nos espaços criados com vegetação exótica, encontram-se ainda situações de jardins e áreas de reflorestamento. Os primeiros ocorrem principalmente em áreas privatizadas, muitas vezes cercadas e possuem sentido quase apenas ornamental, sem função estrutural na configuração de conjuntos ou no condicionamento climático. O reflorestamento dá-se em geral utilizando pinus ou eucaliptos e se registra em vários trechos da AIP.

Os problemas resultantes do tratamento paisagístico da AIP com vegetação exótica são geralmente de inadequação, como por exemplo: árvores com crescimento demorado em zonas de sombreamento necessário; árvores com raízes superficiais em zonas de circulação de pedestres e veículos; alto custo de manutenção inclusive quanto à poluição do Lago em parte causada por adubos necessários aos gramados. Quanto ao reflorestamento, são bastante conhecidos os prejuízos generalizados que eles trazem ao ecossistema. Sabe-se, entretanto, que a proposta original do Plano Piloto não encaminha necessariamente para opções

1 SALVIATI, E.: "Um estudo para preservação da paisagem nacional do Distrito Federal" (publicado a continuação).



III. A cidade em planta baixa

paisagísticas com espécies exóticas, embora mencione por vezes expressões como "gramado" e "parques" (que poderiam ser realizados empregando-se vegetação nativa). Por outro lado, no mencionado Relatório há preocupações com os elementos vegetais, que são muitas vezes minuciosamente incorporados às diretrizes de projeto como no caso das superquadras:

> *"Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma sequência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem"* (COSTA, ibid, § 16).

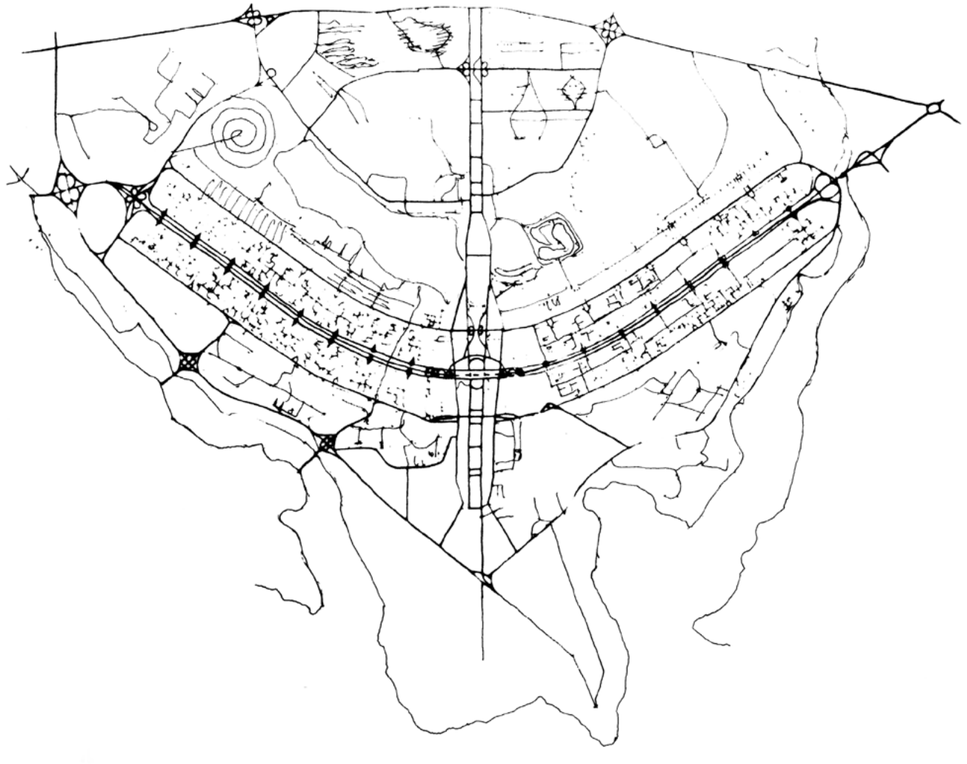
III.1. As características de malha

A Área de Interesse Especial contém o traçado de malha que identifica internacionalmente Brasília e se consubstancia em dois eixos que se cruzam, idéia a partir da qual Lucio Costa desenvolveu o projeto do Plano Piloto:

> *"Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz. Procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triangulo equilátero que define a área urbanizada"* (COSTA, ibidem, § 1 e 2).

Este partido teve seu detalhamento e implantação em Brasília minuciosamente acompanhado, apresentando-se hoje como talvez o maior exemplo à escala urbana de fidelidade a um plano original. Porém, isto se alterou nas ramificações locais (como no interior das Superquadras) e em algumas reformas mais recentes para implantação de novas ligações em nível (trevos e viadutos) e áreas de estacionamento. Contudo, se poderia afirmar que as características fundamentais de malha da AIESPP ainda estão mantidas e confirmam as ideias inicialmente colocadas por Lucio Costa.

Essa malha se caracteriza como uma estrutura ortogonal e linear em ambos os sentidos, fortemente hierarquizada e com um



eixo de simetria no sentido leste — oeste; suas linhas principais em geral apresentam relações geométricas primárias e simétricas mediante pequeno número de elementos básicos de composição. Deste arcabouço partem linhas de composição menos rígidas ou incisivamente livres, voltadas para unidades territoriais menores do interior da área (superquadras e quadras) ou abandonando este contexto em direção a outros setores habitacionais (Lagos, Cruzeiro, Área Octogonais etc.) ou de apoio (Clubes, Indústrias e Abastecimento, Aeroporto etc.). A composição de malha das duas áreas AIP e AIESPP é extremamente harmoniosa devido ao equilíbrio entre unidade e diversidade de suas linhas, bem como à repetição de relações simples de paralelismo e ortogonalismo das quais derivam elementos diferenciados (linhas sinuosas complexas). Entretanto, uma revisão das malhas locais (superquadras e similares) enriqueceria esta composição porque elas correspondem em sua grande maioria a projetos serializados e muitas vezes inadequada às condições de sítio físico.

Observada como sistema de comunicações urbanas, a malha do Plano Piloto coloca alguns impasses:

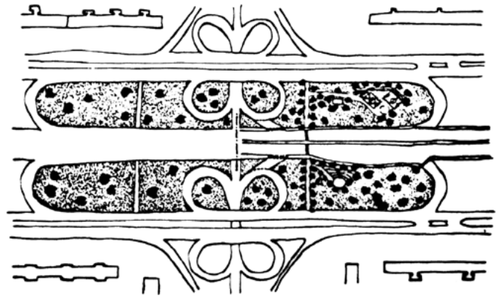
- a forte hierarquia é fator de extrema segregação física, categorizando definitivamente as instâncias local e global;

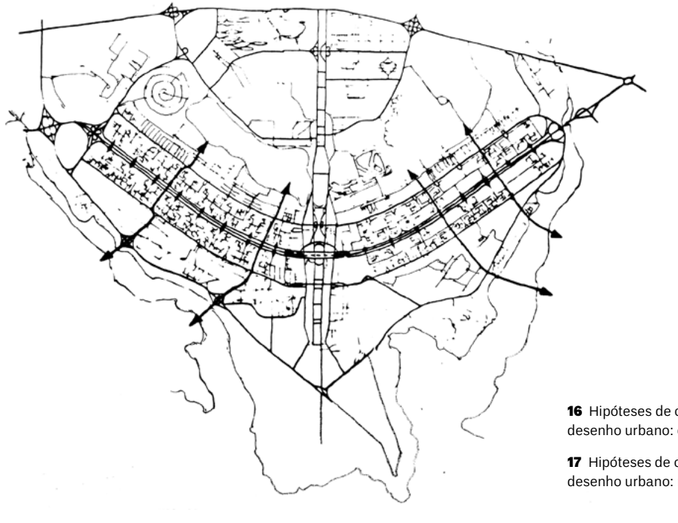
- o caráter linear foi potencializado, somente possibilitando ligações transversais diretas em distâncias muito grandes;

- o desenho viário facilita os deslocamentos, mas também as altas velocidades; suas vias funcionam sempre, como barreiras e nunca como elementos de costura entre dois trechos adjacentes;

- a superfície viária é das mais altas que se conhece contribuindo portanto, à elevação do valor do solo em Brasília;

Atual **Alteração**





[pagina ao lado]

15 Malha urbana do Plano Piloto

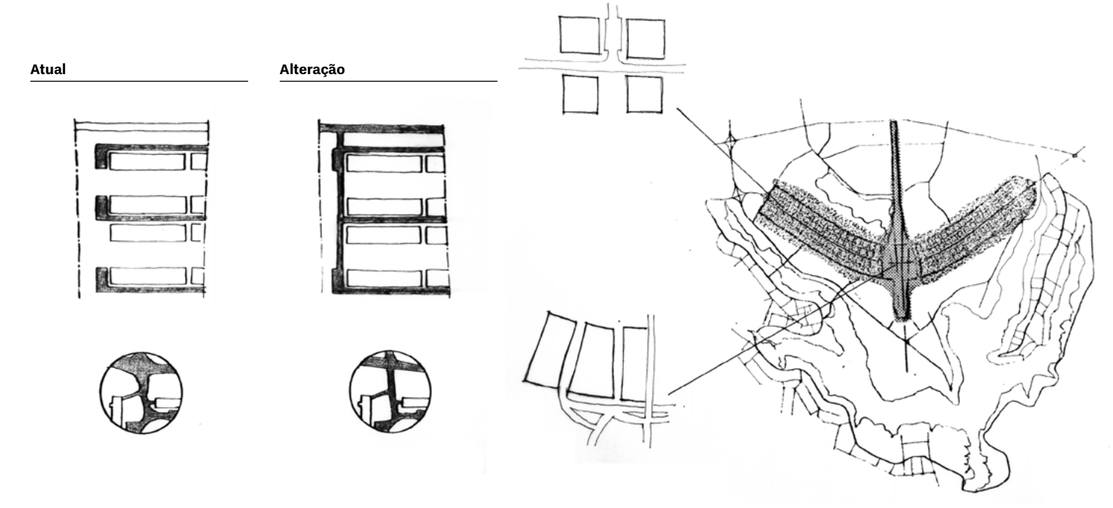
16 Hipóteses de correção do desenho urbano: efeito de barreira

17 Hipóteses de correção de desenho urbano: malha urbana

- há uma absoluta divisão de circulações para pedestres e veículos que sempre privilegia aqueles automotores a ponto de não haver, muitas vezes, possibilidades peatonais.

Por certo a proposta original continha indicações que confirmam a hierarquização viária, como a eliminação de cruzamentos e a destinação específica do trânsito.

"O cruzamento desse eixo monumental, de cota inferior, com o eixo rodoviário-residencial (...). *Desse modo e com a introdução de três trevos completos em cada ramo do eixo rodoviário e outras tantas passagens de nível inferior, o tráfego de automóveis e ônibus se processa tanto na parte central quanto nos setores residenciais sem qualquer cruzamento. Para o tráfego de caminhões estabeleceu-se um sistema secundário autônomo com cruzamentos sinalizados*



mas sem cruzamento ou interferência alguma com o sistema anterior, salvo acima do setor esportivo (...). *Fixada assim a rede geral do tráfego automóvel, estabeleceram-se, tanto nos setores centrais como nos residenciais, tramas autônomas para o trânsito local de pedestres, a fim de garantir-lhes o uso livre do chão* (...). *Estes núcleos e setores são acessíveis aos automóveis diretamente das respectivas pistas, e aos pedestres por calçadas sem cruzamento, e dispõem de autoportos para estacionamento em dois níveis, e de acesso de serviço pelo subsolo correspondente ao piso inferior da plataforma central" (*Costa, ibidem, § 5, 7, 8, 11).

Entretanto, o radical isolamento de veículos e pedestres representa a separação entre possibilidades de circulação e permanência e são claras contradições às palavras também de Lucio Costa ao caracterizar o sistema viário de Brasília:

"(...) *sem contudo levar tal separação a extremos sistemáticos e antinaturais, pois não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família. Ele só se "desumaniza", readquirindo* vis-à-vis *do pedestre feição ameaçadora e hostil quando incorporado à massa anônima do tráfego. Há então que separá-los, mas sem perder de vista que em determinadas condições para a comodidade recíproca, a coexistência se impõe*" (Costa, *ibidem, § 8*).

Finalmente, o elemento de maior carga simbólica da malha é de difícil percepção no espaço real e no nível do solo, conforme atesta a pesquisa de imagem realizada ao inferir que o cruzamento dos Eixos Monumental e Rodoviário Norte / Sul exerce papel secundário na formação de referencial simbólico (Vianna, 1985). Estes problemas não devem, porém, comprometer a preservação das características fundamentais da malha, principalmente na AIESPP, mas conduzir a correções acessórias, tais como:

1 A característica de hierarquização viária pode manter-se, mas ser enfraquecida para contornar os efeitos de barreira, fortalecendo o direcionamento e facilitando sua transposição (fig.16).

2 A característica de linearidade não se altera quando se realizam até duas ligações transversais diretas no contexto das Asas (fig.17).

3 As características de composição da malha não se alteram se as vias sofrerem correções em suas larguras e raios de giro, e se forem incorporadas às mesmas possiblidades para pedestres (fig.18).

III.2. As Características de Parcelamento

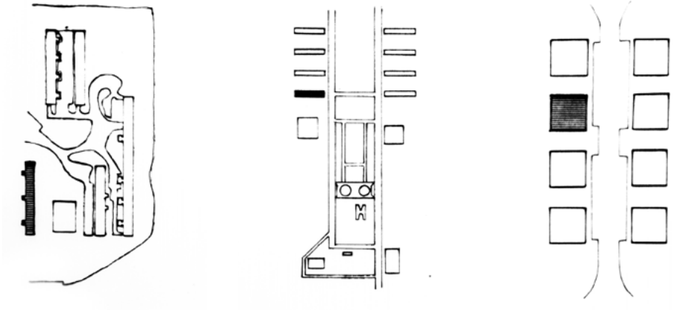
O Plano Piloto de Brasília teve seu parcelamento organizado e implantado a partir do arcabouço de malha anteriormente

[página ao lado]

18 Hipóteses de correção do desenho urbano: sistema viário

19 Tipos de parcelamento: macroparcelamento da AIESPP

20 Tipo de parcelamento: projeções

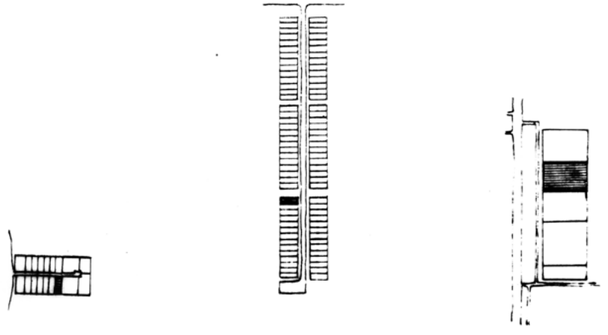


descrito e em torno de áreas extensas que contêm em seu interior, sistemas exclusivos de vias, áreas verdes e edificações. E, assim como as consequências da malha, estes princípios otimizam a categorização entre instâncias locais e globais e configuram um conjunto hierárquico de territórios. O macroparcelamento da Área de Interesse Especial permanece, em linhas gerais, fiel ao Plano Piloto de Lucio Costa porque se garantiu prioridade ao desenvolvimento de projeto e implantação de seu sistema viário. As unidades de macroparcelamento são sempre figuras simples, repetidas ao longo dos Eixos Rodoviários como bases de unidade na composição, e variadas nas áreas próximas ao cruzamento dos Eixos e nas Esplanadas transversais.

Realizou-se o parcelamento do solo para ocupação urbana na Área de Interesse Especial, predominantemente por projeções que são quase sempre descontínuas, separadas por áreas verdes públicas, vias e estacionamentos, assim garantindo ausência de contiguidade e presença de espaços intersticiais entre as edificações. As taxas de ocupação são muito baixas e favorecem incidência de áreas públicas abertas, situação que se potencializa quando o solo é liberado mediante pilotis (a proporção média nas superquadras residenciais é de 17% de superfície de solo ocupado, contra 83% de áreas livres; na esplanada que vai da Praça dos Três Poderes à Praça do Buriti, a taxa de ocupação total é ainda menor, crescendo consideravelmente a presença de áreas livres). Inversamente, estas feições aproximam-se a esquemas de maior contiguidade nos comércios locais (CLS e CLN) das Áreas Residenciais, nas quadras 500 Sul, 700 e 500 Norte e no Setor Comercial Sul, não chegando, entretanto, a alterar as características de "inversão de fundo" (Choay, 1965), ou seja, predominância de espaços vazios em relação aos cheios.

O sistema de parcelamento por lotes é, portanto, minoritário no Plano Piloto, e ocorre quase sempre fora da Área de Interesse Especial. Adotou-se tal sistema na maioria dos bairros periféricos, à exceção do Cruzeiro Novo e das Áreas Octogonais (onde o parcelamento dá-se por projeções) e do Setor Militar Urbano, que apresenta um e outro caso. Dentro da AIESPP, o parcelamento por lotes tem geralmente efeito semelhante às projeções, conseguido através das normas de edificações; é o caso de alguns setores centrais, com lotes muito grandes e taxas de ocupação em torno de 100%. O mesmo acontece nas quadras 700 das Asas Residenciais, nas quais o parcelamento é por lotes com altas taxas de ocupação, idênticos recúos frontais e posteriores e obrigatoriamente sem afastamentos laterais; resultam volumes em fitas dissimuladas por cercas ou muros transparentes. A situação mais clara ocorre nas áreas próximas ao Lago Paranoá (Lago Sul e Norte), onde os lotes são grandes e as normas de ocupação garantem afastamentos em pelo menos três lados de sua divisa.

A consequência imediata do sistema de parcelamento predominante no Plano Piloto é aumento de incidência de solo público (a ser mantido pelo Estado) vivenciado por densi-



21 Tipo de parcelamento: lotes

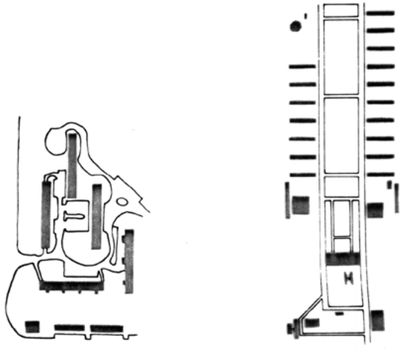
dades populacionais pequenas. Inversamente ao "urbanismo do acotovelamento" (Jacobs, 1961), Brasília oferece generosa quantidade de áreas livres para o convívio social que chega ao limite de excessiva dispersão, minimizando possibilidades de encontros casuais. As características de parcelamento hoje existentes na AIESPP são, entretanto, interpretações do Plano Piloto de Lucio Costa, pois o relatório que o acompanha refere-se apenas em alguns casos à forma de parcelamento que deveria ser adotada: muito claramente no caso dos setores de habitações individuais, particularizando situações nas Esplanadas, e de forma indireta nos setores de centro da sociedade civil, respectivamente:

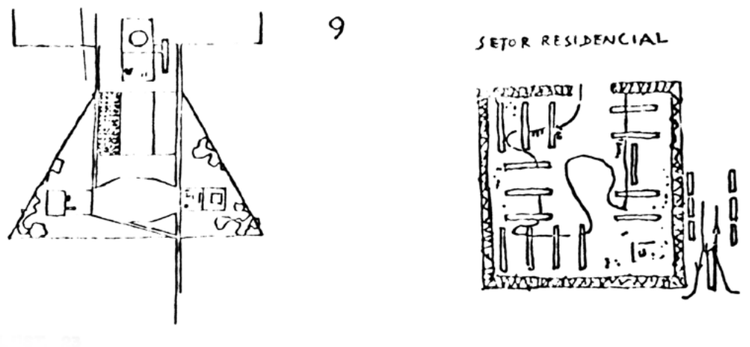
> *"Previram-se igualmente setores ilhados, cercados de arvoredo e de campo, destinados a loteamento para casas individuais, sugerindo-se uma disposição dentada em cremalheiras. Para que as casas construídas nos lotes de tôpo se destaquem na paisagem, afastadas uma das outras, disposição que ainda permite acesso autônomo de serviço para todos os lotes. E admitiu-se igualmente a construção eventual de casas avulsas isoladas de alto padrão arquitetônico – o que não implica tamanho – estabelecendo-se porém como regra, nestes casos, o afastamento mínimo de um quilômetro de casa a casa, o que acentuará o caráter excepcional de tais concessões* (...) *os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em sequência – todos com área privativa de estacionamento* (...) *A Catedral ficou* (...) *localizada* (...) *numa praça autônoma disposta lateralmente* (...) *por outra razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma onde os dois eixos urbanísticos se cruzam* (...). *Na face fronteira foram concentrados os cinemas e teatros, constituindo assim o conjunto deles um corpo arquitetônico contínuo* (...). *Da mesma forma quanto ao setor de varejo comercial e aos setores bancários e dos escritórios das empresas e profissões liberais, que deveriam ser projetadas previamente de modo a se poderem fracionar em subsetores e unidades autônomas, sem prejuízo de integridade arquitetônica, e assim se submeterem paralelamente à venda no mercado imobiliário* (...)" (Costa, ibidem, § 18, 9, 10, 22).

III.3. As relações entre espaços abertos e fechados

As características de parcelamento que acabamos de descrever, somadas àquelas de taxas de aproveitamento do solo, configuram em planta baixa, relações entre espaços abertos e fechados que colocam os primeiros sempre em larga predominância. Embora os espaços abertos sejam tanto de natureza pública quanto privada, o sistema de parcelamento adotado no Plano Piloto elimina quase por completo as áreas livres privadas. Assim, áreas verdes, vias e demais espaços públicos abertos são preponderantes e de generosas dimensões; por exemplo, existe no Eixo Rodoviário 250 metros de distanciamento de fachada a fachada de seus blocos limítrofes e na Esplanada dos Ministérios há aproximadamente 300 metros da empena de um ministério a outro. Esta situação altera-se um pouco nas Asas Residenciais (conforme comentado no item anterior), mas volta a se extremar em bairros periféricos à Área de Interesse Especial, notadamente junto à orla do Lago, nos setores de Clubes e Embaixadas e mesmo nas partes dispostas a oeste da AIESPP, onde se encontram usos residenciais (Áreas Octogonais, Cruzeiro, Setor Militar Urbano).

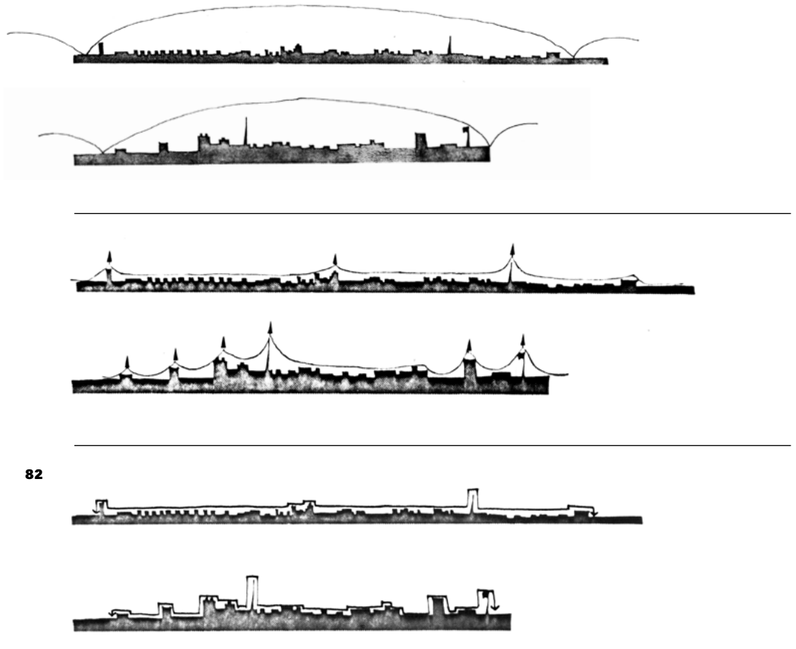
A predominância dos espaços abertos em relação aos fechados, com destaque aos volumes favorecidos pela amplidão das áreas onde são locados, estabelece uma nova relação entre base e figura (a chamada inversão de fundo, anteriormente citada). Este aspecto é fundamental no Movimento de





22 Relação cheios × vazios

23 Croqui do relatório de Lucio Costa: Praça dos Três Poderes e Superquadras



24 Definição de temáticas: silhueta

25 Definição de pontuações, linhas de força: silhueta

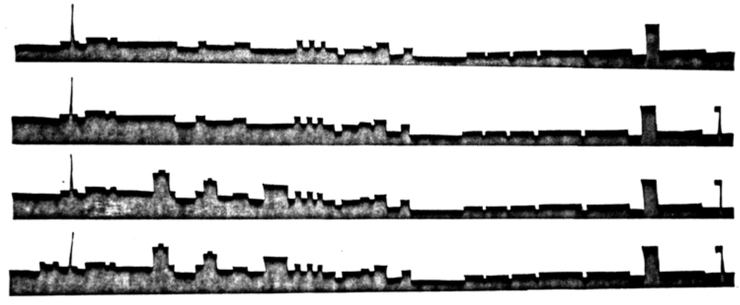
26 Definição de linhas de coroamento: silhueta

Arquitetura Moderna e rompe radicalmente com a organização do espaço da cidade pré-industrial brasileira. Entretanto, advêm imediatamente situações de falta de contiguidade, descontinuidade e intersticialidade altamente problemáticas à apropriação social do espaço (Holanda, 1984) e aos cofres públicos.

Pode-se afirmar novamente que as características de uma radical inversão de fundo são fruto de desenvolvimentos posteriores à concepção inicial de Lucio Costa, tanto em seu Plano de 1957, quanto no Relatório que o acompanha, porque não existem prescrições que estabeleçam a natureza das relações entre espaços abertos e fechados que se vieram a realizar. Há somente referências indiretas em certos setores, que poderiam conduzir a projetos que privilegiassem quantitativamente os espaços abertos; é o caso da descrição pormenorizada da Praça dos Três Poderes e da Esplanada, onde a predominância da base destaca os volumes em estratégia de monumentalidade; é ainda o que ocorre para os Setores Centrais, encaminhando ora a grande permeabilidade, ora a contiguidade necessária à escala gregária:

> *"O pavimento térreo do setor central desse conjunto de teatros e cinemas manteve-se vazado em toda a sua extensão, salvo os núcleos de acesso aos pavimentos superiores, a fim de garantir continuidade à perspectiva* (...). *Em cada núcleo comercial, propõe-se* (...) *uma sequência de blocos* (...) *todos interligados por um amplo corpo térreo com lojas, sobrelojas e galerias."* (Costa, ibidem, § 10 e 11).

Inversamente, não se pode inferir a atual inversão de fundo das superquadras, a não ser no que se refere à prescrição de pilotis que, em sua versão genuína, liberam efetivamente o solo de construção. Também não se encontra aí indicada uma imagem monumental, mas a escala do cotidiano empregando elementos contíguos e pequenas distâncias; contraditoriamente, entretanto, a proposta ilustra-se com o próprio esquema fundo-figura que viria a ser implantado.





27 Evolução da silhueta da AIESPP

28 Configuração dos planos verticais

IV. As características de silhueta

Observada de pontos externos, a Área de Interesse para Preservação apresenta-se, como massa edificada e rebatida em plano vertical, de maneira destacada de seu entorno porque não existe fusão de temáticas naturais e construídas e esta última não se dilui nas extremidades, mas acaba abruptamente. O relevo do terreno que recebe estas massas, de ondulação muito suave, é discreto e por isso favorece o destaque da figura recortada em relação ao seu entorno, potencializando alturas relativamente pequenas (a grande maioria das edificações não passa dos sete pavimentos, e as poucas mais altas chegam, no máximo a 21).

O ponto mais alto do grande plano assim formado coincide com o centro da Área de Interesse Especial (AIESPP) e se enfatiza pelos terraplenos criados no local e pelas alturas dos prédios nessa região, sempre maiores do que nas Asas Residenciais e demais partes da Área de Interesse de Preservação. Em direção ao Lago e aos limites desta Área, a ocupação torna-se menos densa, mais dispersa e com menores alturas, reforçando a linha de relevo do terreno por meio dos gabaritos e das taxas de ocupação do solo. A linha de coroamento da AIP praticamente acompanha aquela do perfil do terreno, recebendo ênfase em altura justamente nas cotas mais elevadas do relevo e coincidindo com o centro da Área de Interesse Especial e com o ápice da linha de força de toda a silhueta; é desta forma que se mostra ao observador, o centro da sociedade civil de Brasília, consubstanciado nos Setores Bancários, de Autarquias, Comerciais e Hoteleiros. O Centro Cívico lança mão de estratégia distinta e se separa do restante do corpo da cidade; é um território alongado e linearmente estruturado em grande extensão e alguns dos seus edifícios mais altos se localizam aqui, porém afastados entre si por distâncias razoáveis (como é o caso do Congresso Nacional e do Mastro da Bandeira, ambos a leste, ou do Palácio do Buriti e do pedestal do Memorial JK, a oeste). Tais ocorrências não configuram linhas de força devido a sua localização dispersa e solitária, mas elas são pontuações da silhueta; a Torre de Televisão, pontuação principal da cidade e de toda a AIP, identifica-se com esta região mesmo isolada do centro urbano, comparece nas diversas visuais obtidas em torno da AIESPP e pertence à grande linha de força central como seu principal marco visual.

Vistas de quaisquer pontos de observação exteriores, as silhuetas do Plano Piloto são sempre coroadas por linhas quebradas e compostas por segmentos horizontais e verticais, com deflexões profundas devidas às abundantes intersticialidades presentes na composição espacial de Brasília. As linhas de coroamento dessas silhuetas invariavelmente se fecham em suas extremidades, mostrando uma ocupação rigidamente limitada.

Por ser uma categoria muito sensível à alteração de índices urbanísticos, a silhueta do Plano Piloto sofreu transformações que deslocaram sucessivamente suas linhas de força,



29 Ensaio de alteração da silhueta

assim mostrando pressões por aumento do direito de construir em Brasília nestes vinte e cinco anos (Barbosa, 1985).

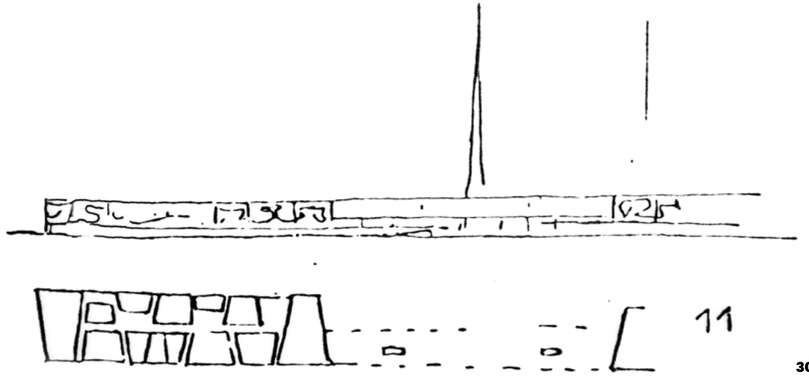
A proposta original de Lucio Costa para Brasília não explicita uma concepção de silhueta, embora os 23 parágrafos de seu Relatório sejam permeados por uma ideia volumétrica para a nova capital e por definições claras quanto a gabaritos em alturas e a proporções volumétricas:

> *"Na face fronteira foram concentrados os cinema e teatros cujo gabarito se fez baixo e uniforme* (...). *No setor dos bancos, tal como no dos escritórios, previram-se três blocos altos e quatro de menor altura, ligados entre si por extensa ala e amplo espaço para instalação de agências bancárias, agências de empresas, cafés, restaurantes etc. Em cada núcleo comercial, propõe-se uma sequência ordenada de blocos baixos e alongados e um maior, de igual altura dos anteriores, todos interligados por um amplo corpo térreo com lojas, sobrelojas e galerias* (...). *Dentro destas "superquadras" os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo, porém, a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e "pilotis"* (Costa, ibidem, § 10, 11, 16).

Conforme se constata, as prescrições sugerem proporções, mesmo no caso das superquadras (onde o autor limita-se a colocar uma possibilidade, ao invés de fixar uma altura), mas a implantação do Plano tomou as sugestões como norma à exceção das quadras 400 (inicialmente com 4 pavimentos sem pilotis e elevador).

As silhuetas percebidas a partir de pontos de observação internos à Área de Interesse Especial são bastante enfraquecidas como efeitos visuais, pois a constância de intersticialidade entre os volumes impede a função virtual dos vários planos verticais, a cena apresenta-se sempre em perspectiva e nunca rebatida em uma figura plana.

Pode-se concluir que nesta categoria residem características fortemente responsáveis pelo referencial imagético do Plano Piloto. Por isso, se recomendariam à preservação elementos como o tipo de sistema de pontuações, a linha de coroamento e as linhas de força sem, no entanto esquecer que as características desses elementos a serem seguidas, referem-se a proporções e relações, e não a números isolados. Assim e por exemplo, alterações de gabaritos em altura seriam possíveis desde que se mantivessem proporcionalidades; aumentos de taxas de ocupação não descaracterizariam a silhueta desde que se preservassem os pontos fortes de deflexão etc.



30 Croqui do relatório de Lucio Costa: centro urbano

V. As tipologias das edificações

V.1. Caracterização básica

Esta categoria de análise adquire em Brasília um peso muito grande na caracterização do espaço da cidade, pois as edificações são mais objetos destacados na paisagem do que volumes cujos planos definem os espaços abertos. Ou seja, áreas livres são residuais e os edifícios, os reais articuladores da estrutura urbana porque eles são origem e destino de fluxos e funcionam como unidades interiorizadas do sistema de convívio social. Tais características realçam as edificações também à percepção humana, colocando-as em posições privilegiadas nos campos visuais e abrindo para si possibilidades de observação muito variadas. Reportando-se à categoria de análise através de elementos de Planta Baixa (item IV), notamos várias condições que trabalham para estes efeitos: a inversão de fundo entre espaços abertos e fechados, a intersticialidade constante e, conjugada a estas, o sistema de parcelamento por projeções. Por outro lado, se nos referimos à caracterização do sítio físico (item II), constataremos nos frequentes terraplenos uma série de estratégias de realce nas edificações.

Contudo, é difícil explicar estas características pela fidelidade ao Plano original de Lucio Costa porque as numerosas indicações quanto aos atributos dos edifícios não propõem esta inversão de estrutura geral. Há passagens que qualificam a monumentalidade através das edificações, sempre em situações localizadas no Eixo Monumental:

> *"Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar apropriada para contê-los. Criou-se então terrapleno triangular, com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha a que se tem acesso pela própria rampa de auto-estrada que conduz à residência e ao aeroporto. Em cada ângulo dessa praça – Praça dos Três Poderes, poder-se-ia chamar – localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação em termos atuais,dessa técnica oriental milenar dos terraplenos, garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista* (...). *A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas numa praça autônima disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja, é separada do Estado, como por uma questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento,* (...)*"* (Costa, ibidem, § 9).

Já as referências aos setores componentes, do centro urbano Civil, as indicações têm sempre caráter gregário e de contiguidade:

"(...) *foram concentrados os cinemas e teatros, cujo gabarito se fez baixo e uniforme, constituindo assim o conjunto deles um corpo arquitetônico contínuo com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura de campo livre para a instalação de painéis luminosos de reclame* (...). (...) *Na parte central da plataforma, porém disposto lateralmente, acha-se o saguão da estação rodoviária com bilheteria, bares, restaurantes etc., construção baixa, ligada por escadas rolantes ao 'hall' inferior de embarque separado por envidraçamento do cais propriamente dito*" (Costa, ibidem, § 10).

Para as superquadras residenciais, igualmente não foram jamais prescritas características monumentais:

"Dentro destas 'superquadras' os blocos residenciais podem dispor-se de maneira mais variada, obedecendo, porém, a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra (...) *As lojas dispõem-se em renque com vitrinas e passeio coberto na face fronteira às cintas arborizadas de enquadramento dos quarteirões e privativas dos pedestres, e o estacionamento na face oposta, contígua às vias de acesso motorizado, prevendo-se travessas para ligação de uma parte a outra, ficando assim as lojas geminadas duas a duas, embora o seu conjunto constitua um corpo só. Na confluência das quatro quadras localizou-se a igreja do bairro e, aos fundos dela, as escolas secundárias,* (...)*"* (Costa, ibidem, § 16).

As atuais características das tipologias edilícias da Área de Interesse para Preservação significa, portanto, distanciamento de grande parte das ideias contidas no Plano Original de Lucio Costa. Isto se explica pela alta sensibilidade da categoria às pequenas alterações ocorridas na legislação arquitetônica de Brasília (Barbosa, ibidem).

Os grupos tipológicos hoje existentes são em geral assemelhados pelas características que expusemos no início deste item; sua produção se divide entre o artesanato e a serieficação, mas em ambos a linguagem arquitetônica se repete via de regra.

V.2. Atuais grupos tipológicos

O primeiro e mais significativo grupo de tipologias de edificação da Área de Interesse de Preservação – aip congrega os **blocos residenciais sobre pilotis** característicos dos territórios residenciais mais genuínos (Superquadras 100, 200, 300 e 400), mas eles também se encontram esparsamente em algumas Quadras 700 e nos bairros do Cruzeiro e Octogonal. A volumetria desse grupo é de um paralelepípedo com projeção retangular alongada que por vezes assume proporções mais curtas tendentes ao quadrado; sua altura é enfatizada pelos pilotis, mas existem também volumes diretamente assentes no solo. Simples como esta volumetria tende a ser o tratamento das coberturas e fachadas e na maioria dos casos as coberturas não se mostram ou apenas se insinuam mediante caixas de circulação pontuando seu topo. A forma das fachadas quase sempre se estrutura por elementos geométricos de fácil apreensão, com claras definições de zoneamento e ritmo e simetria ao menos em um sentido.

Ultimamente surgiram exemplares com volumetria e fachadas mais complexas que, no entanto, geram efeitos pouco significativos à releitura da projeção edificada, que permanece reconhecível pelo característico retângulo alongado.

O segundo grupo tipológico é dos **blocos habitacionais geminados**, característicos das quadras tipo 700 da aiespp,





31 Bloco residencial sobre pilotis

32 Bloco habitacional geminado

e também do bairro Cruzeiro Velho, na aip. São residências com um ou dois pavimentos, cujos primeiros exemplares foram conjuntamente construídos como módulos de um mesmo bloco. Situação semelhante ocorre no trecho residencial do Setor Militar Urbano, com casas idênticas, muito próximas umas às outras e comportadas como módulos de um mesmo bloco apesar dos afastamentos laterais entre as unidades.

Um terceiro e último grupo do tema habitacional forma-se pelas **habitações individuais não geminadas**, com edificações de maior porte, grande variação de linguagem arquitetônica e localização nos bairros periféricos do Lago Sul, Lago Norte, Mansões e Setor de Mansões Isoladas Norte.

Os temas de comércio e serviços possuem vários grupos. O grupo dos **comércios geminados** prossegue princípios constatados nos grupos precedentes (como a projeção retan-





33 Habitações individuais não geminadas

34 Comércio geminado

gular dos blocos e o alinhamento dos módulos em paralelepípedos). A exemplo das casas geminadas, seus exemplares foram construídos simultaneamente e a partir do mesmo projeto malgrado hoje apresentem certa individualidade devida à introdução de elementos acessórios enriquecedores da composição de fachada.

Deve-se ainda assinalar algumas variantes tipológicas no mesmo grupo de comércios geminados e, no centro urbano, há casos que a este se assemelham. Por exemplo, os blocos comerciais organizados a partir de módulos individuais alinhados em projeções de planta retangular de grandes proporções e constituindo paralelepípedos cujas fachadas permitem uma leitura individual.

O grupo seguinte é o das **edificações de serviços e institucionais** localizadas em vários pontos da AIESPP (um dos lados das vias W3 Norte e W4, W5 e L2 Sul e Norte, nas entrequadras





35 Edificações de serviço e institucionais

36 Tipologia palaciana

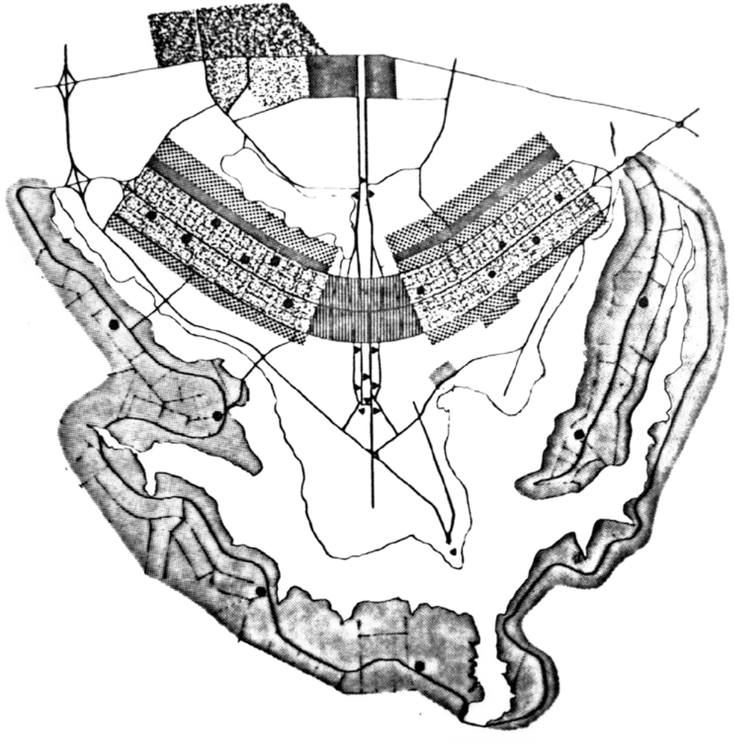
Norte e Sul, nos setores centrais) e fora dela (nos setores de Embaixadas e Clubes e em bairros periféricos, como o Lago Sul). São edificações com volumetria bastante variada, determinada em parte pelos índices de ocupação máxima do solo e pelas atividades exercidas em seus respectivos lotes: escolas, templos, órgãos públicos etc.

Funcionalmente representativos das edificações institucionais, mas conformando um agrupamento especial, alinham-se os edifícios das Administrações Federal e Estadual que, por seu porte monumental, sua peculiaridade de projeto arquitetônico e pela própria função, integram o grupo das **tipologias palacianas**: o edifício do Congresso Nacional, os Palácios do Planalto, da Alvorada, do Buriti, aos quais reúnem-se o Teatro Nacional, a Catedral, o Memorial JK e outros assentes no Eixo Monumental. Neste grupo se registram fortes variações volumétricas, haja vista a ausência





37 Torres do centro urbano
38 Galpões industriais



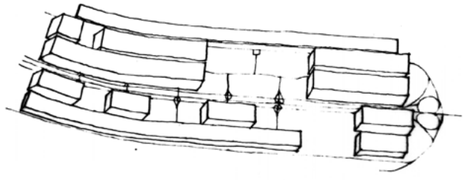
39 *Mapa da localização dos grupos tipológicos*

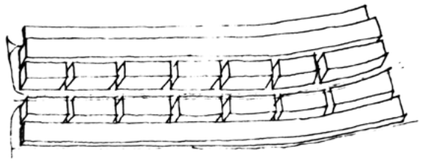
- *Edifícios habitacionais sobre pilotis*
- *Edifícios habitacionais geminados*
- *Habitações individuais*
- *Edificações de serviços e instituições*
- *Torres do centro urbano*
- *Galpões industriais*
- *Comércios geminados*
- *Tipologia palaciana*

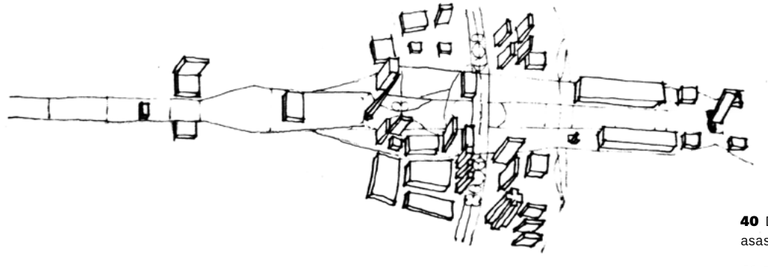
de relações volumétricas entre os seus componentes, como provam os exemplos listados acima. As edificações desse grupo são sempre desenhadas a partir de elementos geométricos simples, simétricos, repetitivos e por vezes com empenas cegas. Em tal contexto enfatiza-se sua volumetria os assentando como esculturas isoladas nas perspectivas de conjunto. Este é o caso dos ministérios, absolutamente iguais na sua extrema simplicidade volumétrica e de tratamento de fachadas, permitindo que a atenção maior esteja voltada para a volumetria de conjunto (no caso, a perspectiva que realça o objeto ao fundo, representado pela Praça dos Três Poderes e, mais precisamente, pelo edifício do Congresso Nacional).

As chamadas **torres do centro urbano** conformam outro grupo tipológico que, justamente com os últimos mencionados, é responsável pela caracterização do centro urbano como tal. Sua volumetria resulta quase sempre um paralelepípedo de proporções esbeltas, apresentando tão somente elementos acessórios nas composições de suas fachadas.

Um último grupo compõe-se pelos galpões industriais, que comunicam características específicas e peculiares aos territórios onde ocorrem (Setor de Indústrias e Abastecimento e no Setor de Indústrias Gráficas, sendo mais genuínos no primeiro Setor). Eles são exemplares típicos da arquitetura fabril, produzida segundo princípios morfológicos que privilegiam as grandes proporções, coberturas proeminentes e importantes na configuração da volumetria, e fachadas onde predominam as vedações às aberturas.







40 Definição territorial das asas residenciais

41 Definição territorial do centro urbano

VI. A estrutura interna do espaço

Pode-se atualmente caracterizar a estrutura morfológica da Área de Interesse de Preservação por certos elementos, cuja maioria foi abordada em outras categorias analíticas aqui apresentadas:

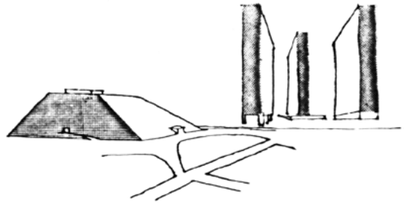
1 A definição territorial da AIP é categorizada e centrípeta, com limites geralmente precisos e sentido de barreiras a isolarem as diversas partes desse conjunto. Na AIESPP, as Asas Residenciais se estabelecem mediante o feixe de artérias formado por vias e áreas verdes que longitudinalmente percorre o bairro como sua espinha dorsal ao longo da qual se dispõem repetidamente as demais unidades morfológicas, nisto se destacando as superquadras habitacionais.

Também na AIESPP se define o centro urbano composto por três territórios separados mediante largas faixas viárias: o Eixo Monumental, que percorre longitudinalmente o bairro de ponta a ponta e duas áreas laterais, simétricas e adjacentes àquele. Suas unidades morfológicas predominantes são vias e amplas áreas verdes combinadas, e imensas quadras que dão suporte para destacar os palácios e monumentos do bairro.

2 Na AIP e na AIESPP, as composições entre edifícios, vias, gramados e arvoredos geram efeitos visuais de tipo predominante amplo, pois os campos visuais são profundos e alargados e as perspectivas possuem inúmeras sucessões de planos de fundo cujos fechamentos estão sempre distantes do observador. Disto resulta alcance visual sempre excessivamente grande e perda de definição espacial para o observador.

3 Essas duas áreas de preservação estruturam sua configuração sobre dois apoios básicos, tais sejam as vias (que possuem sempre exclusiva função circulatória automotiva) e as edificações (quase sempre sem contigüidade, separadas por distâncias médias e grandes e lócus para interiorização da maioria das atividades urbanas), qualificadas como "objetos na paisagem" (HOLANDA, ibidem).





42 Definição territorial dos campos visuais

43 Definição das edificações, como objetos na paisagem

A comparação entre tais características e as definições da estrutura interna do espaço, realizadas por Lucio Costa mostra um desvio das imagens previstas para os diversos territórios segundo o Relatório do Plano Piloto de 1957. Ou seja, propunha-se individualização das diversas partes do conjunto urbano, mas a construção de Brasília trouxe maior homogeneidade e configurações predominantemente monumentais (grandes distâncias entre edifícios, predomínio de gramados, forte presença do sistema de vias muito largas, campos visuais excessivamente amplos e profundos). Encontramos coerência entre concepção e realização em certas características do sistema viário implantado, tais como predomínio de ausência de cruzamentos e separações entre veículos e pedestres. Finalmente, as recomendações para construção da nova capital se converteram em linhas mestras nesse processo:

> *"Resumindo, a solução apresentada é de fácil apreensão, pois se caracteriza pela simplicidade e clareza de risco original, o que não exclui* (...) *a variedade no tratamento das partes, cada qual concebida segundo a natureza peculiar da respectiva função, resultando daí a harmonia de exigências de aparência contraditória. É assim que, sendo monumental é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional. O tráfego de automóveis se processa sem cruzamento, e se restitui o chão, na justa medida, ao pedestre. E por ter o arcabouço tão claramente definido, é de fácil execução: dois eixos, dois terraplenos, uma plataforma, duas pistas largas num sentido, uma rodovia no outro.* (...) *As instalações teriam sempre campo livre nas faixas verdes contíguas às pistas de rolamento. As quadras seriam apenas niveladas e paisagisticamente definidas, com as respectivas cintas plantadas de grama e desde logo arborizadas, mas sem calçamento de qualquer espécie, nem meios-fios. De uma parte, técnica rodoviária; de outra, técnica paisagística de parques e jardins*" (COSTA, *ibidem, § 22*).

VI.1. Os tipos de unidades morfológicas

Brasília inaugura, em nosso país, a opção pelo rompimento com as unidades morfológicas tradicionais (a rua, o quarteirão e a praça), que são estruturas do espaço das cidades bem definidas na percepção cotidiana devido aos claros vínculos das superfícies delimitadoras das áreas públicas (suas "paredes", "pisos" e eventuais "tetos"). Em clássicas ruas, quarteirões e praças geralmente existem relações mais estreitas entre as ins-



44 Sistema de vias

tâncias privadas (ou os interiores de edifícios) e as públicas (situadas nas áreas de domínio coletivo), pois quase sempre as aberturas das edificações adjacentes às áreas abertas se voltam diretamente para elas (sem recuos, muros ou cercas).

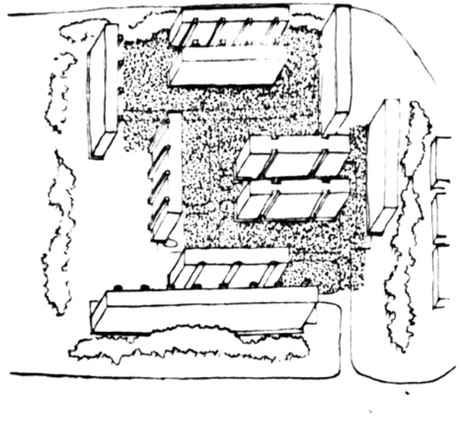
Registramos as unidades morfológicas típicas de Brasília analisando sua Área de Interesse de Preservação, mas elas não se descrevem desse modo na proposta original de Lucio Costa. Concluímos por alguns tipos-base nos quais é constante a categorização das instâncias públicas e privadas mediante diversas estratégias morfológicas (como desníveis, acessos laterais, paredes cegas e acessos subterrâneos); as situações excepcionais só vêm a confirmar a regra. Descrevemos brevemente essas unidades a seguir:

- As vias são unidades longilíneas cuja base horizontal é muito legível e excessivamente larga para sua função circulatória no interior de cidades. Há escassa ou nenhuma delimitação de seus planos verticais, sejam eles os laterais, frontais ou posteriores. Sua destinação é praticamente exclusiva para circulação automotora e em geral para as vias não se abrem diretamente as portas ou acessos aos edifícios.

- As áreas verdes se mostram como superfícies horizontais em geral, gramadas e muitas vezes arborizadas (principalmente nas Asas residenciais). Suas delimitações circundantes são tão fracas quanto as vias e os arranjos paisagísticos reforçam tais características, assim como os efeitos dominantes de amplidão inclusive em situações de parque ou de bosque. Em toda a AIP, as áreas verdes se dissociam das edificações por dominância de amplas superfícies gramada, por serem jardins ornamentais com plantas esparsas e baixas ou por conterem árvores esparsas. Disto decorre ênfase das edificações nas paisagens, coerente à idéia de monumentalidade que se deveria restringir ao território homônimo e indesejável ao centro urbano e às Asas Residenciais; ela também fragiliza a imagem de Brasília como cidade-parque e cidade-jardim e o tipo e agenciamento dos vegetais não incentivam esperada utilização dos espaços públicos, nem funcionam plenamente como controles climáticos.

- As quadras e superquadras distinguem-se dos quarteirões tradicionais principalmente por seu caráter centrípeto, pois ao invés de serem unidades constitutivas das vias, elas se voltam sobre si mesmas. Isto resulta de localização dos edifícios afastada das bordas das quadras e descontínua (sempre com generosos afastamentos), além de seus acessos serem sempre indiretos. Há destinações fortemente exclusivas do uso solo (especialmente nos Setores Centrais da cidade) e essas unidades morfológicas são também responsáveis pela separação drástica entre os níveis local e global da cidade com consequentes segregações de grupos e práticas sociais.





45 Sistema de áreas verdes

46 Caráter centrípeto das Superquadras

As composições destes tipos-base formam a estrutura interna do espaço da Área de Interesse de Preservação, bem como variações do mesmo. As diversas partes deste conjunto podem ser também caracterizadas por incidência ou dominância de certas unidades morfológicas, embora como vimos, elas pertençam quase sempre à mesma família de tipos com escassa proximidade e continuidade de paredes (planos laterais verticais). Por exemplo, as Asas Sul e Norte compõem-se de artérias, vias (indiretas ou não, contínuas ou descontínuas, ramificadas etc.), uma avenida (via W-3), ruas (os comércios locais da Asa Sul e alguns da Asa Norte), áreas verdes com diversas funções, superquadras residenciais e quadras em seus territórios periféricos.

O centro urbano é formado, nos territórios de domínio da sociedade civil, por vias, quadras, áreas verdes (desde canteiros viários até o parque da Torre de TV), ruas (no Setor Comercial Sul) e outras unidades morfológicas próprias a si. São elas pequenas esplanadas chamadas de "praças" associadas aos Setores de Diversões, no interior dos edifícios para centros comerciais, no Setor Comercial Sul (onde ruas e praças são mais genuínas) e em dois conjuntos monolíticos que configuram os Setores de Diversões Sul e Norte ("Conjunto Nacional"). O Centro Cívico-Administrativo localizado a leste do Eixo Monumental, parte relativa à União, é um conjunto de artérias, áreas verdes, quadras pouco definidas e esplanadas (nesta incluindo-se a chamada "praça" dos Três Poderes). Essas unidades se articulam gerando um território com forte unidade plástica e extrema segregação do restante da vida urbana de Brasília, comportando-se como um apêndice ao tecido urbanizado (HOLANDA, ibidem).

O Território Oeste do centro urbano forma-se igualmente por artérias, quadras, áreas verdes e esplanadas, porém com menor grau de unidade e caráter mais próximo aos parques. Neste conjunto se destaca atualmente o Parque da Torre de





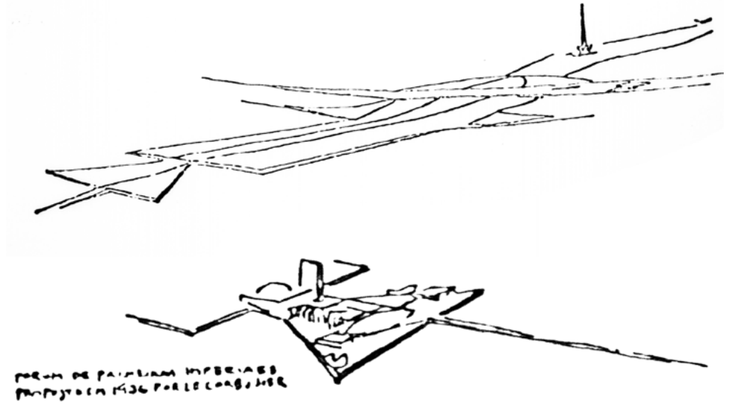
47 Composição do espaço urbano: vias e áreas verdes

48 Tipo de unidade morfológica do centro urbano: cívico administrativo

TV, local de reunião de grande parcela da população brasiliense nos fins de semana em torno de atividades geradas pela feira de artesanato; são momentos em que o parque se estende até a Plataforma Rodoviária e os habitantes se apropriam socialmente de uma parcela maior do território do centro urbano (HOLANDA, ibidem).

Os tipos de unidades morfológicas nos bairros periféricos da AIP correspondem a cada um deles, porém são todos variantes do binômio "vias/áreas verdes". Nessas regiões aparecem enfaticamente parques e bosques em trechos esparsos, mas principalmente na orla do Lago Paranoá. Nos bairros residenciais (Lagos, Cruzeiro, trecho habitacional do Setor Militar Urbano) há unidades do tipo "rua" com maior proximidade entre ambos os lados de seus perfis, porém elas se mantêm fechadas em uma de suas extremidades (tornando-se *culs-de-sac*) ou são muito curtas e indiretas (afastando-se do modelo genuíno de rua).





49 Tipo de unidade morfológica do centro urbano: sociedade civil

50 Croqui do relatório de Lucio Costa: Eixo Monumental

51 Croqui do relatório de Lucio Costa: Praça dos Três Poderes





52 Efeito de amplidão
53 Efeito de situação de mirante

Examinando-se o Relatório e o Plano Piloto de Lucio Costa para Brasília, dificilmente se ligarão as unidades morfológicas realizadas às suas idéias. Nestas revela-se notório interesse em detalhar a estrutura interna da nova capital em suas diversas partes, como se verifica para o Eixo Monumental: "*Percorrido assim de ponta a ponta esse eixo dito monumental, vê-se que a fluência e unidade de traçado, desde a praça do Governo até à praça Municipal, não exclui a variedade, e cada setor por assim dizer, vale por si como organismo plasticamente autônomo na composição do conjunto. Essa autonomia cria espaços adequados à escala do homem e permite o diálogo monumental localizado sem prejuízo do desempenho arquitetônico de cada setor na harmoniosa integração urbanística do todo*" (Costa, ibidem, §15).

Outro exemplo dessa proposta comparece em referência a "praças" repetidas em vários trechos do documento, como em seu parágrafo 9 para expor a atipicidade da Praça dos Três Poderes:





54 Efeito de direcionamento
55 Efeito de originalidade

"Previram-se igualmente nessa extensa plataforma destinada principalmente, tal como no piso térreo, ao estacionamento de automóveis, duas amplas praças privativas dos pedestres, uma fronteira ao teatro da Ópera e outra, simetricamente disposta, em frente a um pavilhão de pouca altura debruçado sobre os jardins do setor cultural e destinado a restaurante, bar e casa de chá. (...) *Instalou-se entre a praça da Municipalidade e a torre radioemissora, que se prevê da planta triangular com embasamento monumental de concreto aparente até o piso dos estúdios e mais instalações, e superestrutura metálica com mirante localizada a meia altura."*

(...) *Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma ele-*

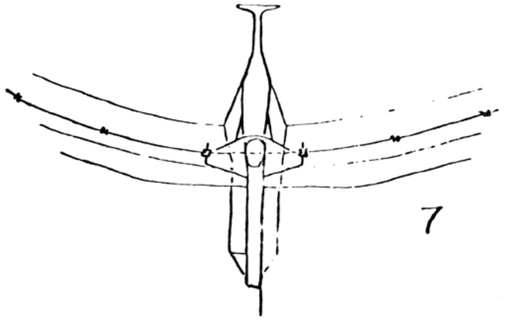




56 Efeito de legibilidade
57 Efeito de clareza

mentar apropriada para contê-los. Criou-se então um terrapleno triangular, com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha à que se tem acesso pela própria rampa da auto-estrada que conduz à residência e ao aeroporto. Cada ângulo dessa praça – Praça dos Três Poderes, poder-se-ia chamar – localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro" (Costa, ibidem, § 9).

Finalmente, a rua também é uma unidade morfológica prescrita no mencionado Relatório e muitas vezes imaginada à moda antiga: "*As várias casas de espetáculo estarão*





58 Croqui do relatório de Lucio Costa: relação do Centro Cívico com a estrutura urbana

59 Elementos acessórios em praças

ligadas entre si por travessas no gênero tradicional da Rua do Ouvidor, das vielas venezianas ou de galerias cobertas (arcadas) e articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e loggias *na parte dos fundos com vista para o parque, tudo no propósito de propiciar ambiente adequado ao convívio e à expansão*" (Costa, ibidem, § 10).

VI.2. Os efeitos visuais

Conforme anteriormente mencionada, a estrutura interna do espaço na Área de Interesse de Preservação se caracteriza por efeitos visuais cujo tipo de campo é muito grande, com limites afastados do observador e muitas vezes, mal definidos; em seqüências de percepção se registram facilmente amplidões, situações de mirante e alargamentos, sendo bastante raros os estreitamentos e envolvimentos

[página ao lado]

60 Sinalização e iluminação pública

61 Placas indicativas: blocos residenciais

fortes, as visuais fechadas curtas e enclausuramentos. Entretanto, esses efeitos foram interpretados de maneira peculiar em Brasília e conforme a interpretação funcionalista do espaço urbano, que deve necessariamente garantir fluidez automotiva e bom desempenho isolado de cada tipo de atividade sediada nas cidades. A isto parece corresponder exitosamente a configuração de amplas visuais ao possibilitar ao observador o domínio de grandes extensões (embora dificulte o deslocamento de pedestres nas correspondentes distâncias longas a serem vencidas). Assim também se registra coerência em como se realizam na AIP, os atributos das categorias analíticas anteriormente apresentadas, pois se lograram efeitos de amplidão e situações de mirante mediante: terraplenos para transformar o relevo original da área em extensos planos horizontais; ênfase em vegetação de forrações e arborização dispersa; malha hierarquizada e vias muito largas; dominância de vazios sobre cheios, garantida por constantes e grandes intersticialidades entre os prédios; tipos arquitetônicas reforçando os espaços livres (muitas vezes por emprego de pilotis); nas unidades morfológicas, planos verticais afastados e descontínuos descartam perfis bem definidos capazes de construir "ruas" e "praças"; e silhuetas nas quais se reforça horizontalidade passível de estabelecer os mencionados efeitos visuais de campo amplo.

O inventário dos efeitos visuais na Área de Interesse de Preservação identificou como mais frequentes e caracterizadores os seguintes:

- **Amplidão**, talvez o mais simbólico e frequente da AIP, caracteriza-se por distanciar muito os planos verticais que delimitam o perfil das áreas livres públicas, construindo generosos espaços abertos. Este efeito destaca os monumentos edificados e evoca a monumentalidade de certos territórios de Brasília.

- **Situações de mirante** podem ser desfrutadas em vários pontos da AIP e observadas tanto sem desníveis, quanto em locais em que o observador se posiciona em cotas superiores àquelas da área observada.

- **Direcionamentos**, mais frequentes nos canais de circulação longos, eles se efetivam não exatamente devido a edificações faceando os canais de percurso, mas em geral por mudança de textura dos pisos, marcação realizada por elementos acessórios (como, por exemplo, postes de iluminação) ou graças ao tipo e composição da vegetação lindeira (cercas vivas, renques de árvores etc.).

Destacam-se ainda certos efeitos configurativos em situações especiais e em áreas importantes na caracterização da AIP por identificarem seu conjunto ou algumas das suas partes:

- **Originalidade, pregnância e individualidade** são efeitos visuais que podem ser sem dúvida, constatados na Esplanada dos Ministérios e respondendo pela situação de proeminência deste conjunto na cidade que ele simboliza e identifica.

- **Legibilidade** e **clareza** são observáveis, dentre outros casos, na presença de certos elementos do centro urbano ou de seu conjunto, nos panoramas globais da cidade, obtidos principalmente de pontos de vista nela periféricos ou mais distantes de Brasília.

- **Dominância** adquire maior força quando aliada a situações de legibilidade, como por exemplo, as torres bancárias do centro urbano.

Embora não citados desta maneira, os efeitos visuais foram frequentemente utilizados por Lucio Costa para caracterizar a nova capital brasileira em sua proposta para Brasília.





Principalmente expressos no Relatório do Plano Piloto, certos efeitos de composição espacial previstos correspondem com a realidade da AIP hoje examinada. É o caso dos efeitos de amplidão quando aplicados ao território do Eixo Monumental; de algumas situações de mirante como a registrada na Plataforma Rodoviária; da dominância da Praça dos Três Poderes (e especialmente, do conjunto de prédios que abrigam o Congresso Nacional); do realce e forte marco visual constituídos pela torre de TV; e do equilíbrio harmônico desempenhado pela estrutura plástica da Esplanada dos Ministérios. Em outras ocasiões, porém há claras discrepâncias entre proposta e realização, como por exemplo, a multiplicação infinita dos efeitos de amplidão em toda a AIESPP (e não restritos a seu território cívico); do equívoco simbólico evocado pelos Setores de Diversões Norte e Sul; das dominâncias exercidas pelos tamanhos exagerados dos prédios do Banco Central, Caixa Econômica Federal, Shopping Center Baracat* e pelo polêmico mastro da bandeira implantado junto à Praça dos Três Poderes. E trata-se ainda de se assumir, na construção de Brasília, uma discutível lógica de separação morfológica potencializada (malgrado o Plano de Costa a insinuasse ao prefigurar o Centro Cívico) e de generalizá-la nos demais bairros além da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes, assim negando o simbolismo gregário do Centro Urbs e a idéia de cotidiano nas superquadras residenciais.

* NE: atual Pátio Brasil Shopping.







Placas indicativas
62 Quadras residenciais
63 Vias e territórios
64 Mapa de orientação

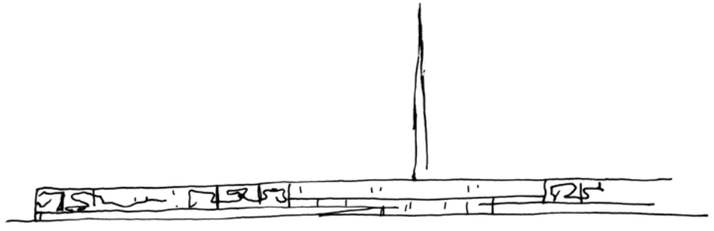




65 — 66 Elementos de propaganda

VII. Os elementos acessórios

Área de Interesse de Preservação apresenta elementos acessórios que lhe são bastante característicos, tanto em função de seu desenho (em alguns casos resultante de planos próprios de programação visual) quanto no que se refere à sua forma de implantação no espaço. Neste último caso comparecem, por vezes, fortalecendo características de outras categorias configurativas – como no caso dos postes de iluminação, que, alinhados ao longo das vias, reforçam a predominância longitudinal de seu desenho e o efeito de direcionamento obtido ao longo das mesmas nos percursos de apreensão da Estrutura Interna do Espaço; outras vezes, porém, enfraquecem ou mesmo impossibilitam a constituição e a identidade dos espaços segundo seus respectivos tipos, por inadequação de função, dimensionamento e / ou agenciamento no espaço: é o caso de certas praças com equipamentos rarefeitos ou de iluminação indiferenciada para atividades distintas.

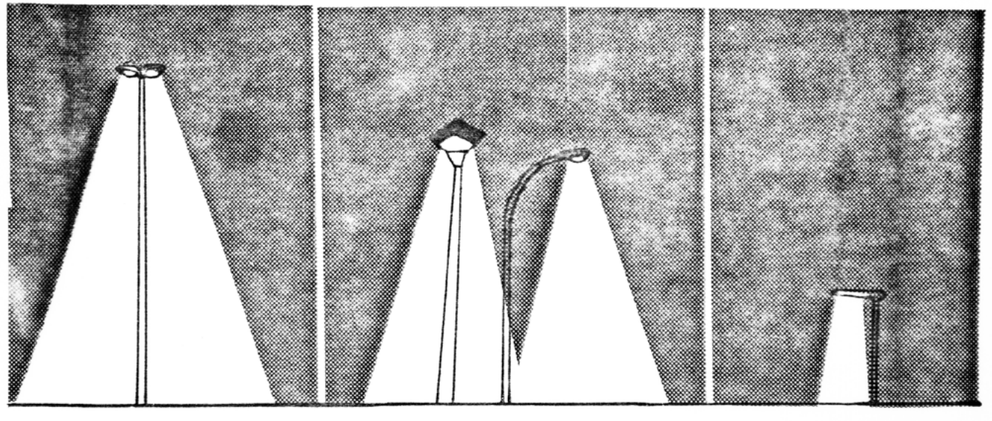






67 Croqui do relatório de Lucio Costa: luminosos

68 — 69 Elementos de propaganda: luminosos





Iluminação pública

70 Tipos de postes

71 Efeito de direcionamento





Elementos do mobiliário urbano

72 Tipos de postes

73 Efeito de direcionamento

VII.1. Elementos de informação

Os elementos de informação destinados à sinalização resguardam certa unidade de tratamento, pois são o produto de um recente e detalhado plano de sinalização realizado para Brasília. Apresentam-se sob diferentes modelos, determinados por sua função específica: placas indicativas de vias, territórios (bairros, setores etc.), edificações e equipamentos outros. Em muitos locais de potencial permanência, a exemplo das áreas livres entre blocos residenciais, blocos de serviços etc., existem, além das placas indicativas de percursos e equipamentos adjacentes, outras que contêm mapas do entorno imediato do observador e, nos pontos de maior afluência do público para atividades específicas e interesse turístico, placas com mapa geral da AIP e do Distrito Federal, em escala maior, com indicação dos principais pontos e percursos de interesse.

Apesar da presença ostensiva e frequente deste tipo de signo nos percursos e pontos estratégicos da AIP, a "Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF" (Vianna, 1985) constatou que o mapa da cidade não se mostra como elemento significativo de orientabilidade, e apenas pequena parte da população com vínculo no Plano Piloto reconhece o partido urbanístico da AIESPP (a "cruz", o "avião") concretizado no solo segundo dois eixos que se cruzam.

Os elementos de informação destinados à propaganda destacam-se de certa forma em toda a categoria de Elementos Acessórios, por oferecerem extrema variedade de formas, cores, materiais, enquanto os outros grupos apresentam-se quase sempre standarlizados segundo função ou época de produção. Sua participação na composição dos espaços é, entretanto, plasticamente muito rígida, em especial AIESPP, fruto de uma ocupação quase cubista, em cujo esquema ascético maiores variedades de cores e formas são pouco toleradas. O controle sobre estes elementos é, em Brasília, dos





Elementos do mobiliário urbano

74 Esculturas

75 Pequenas construções

mais vigorosos que se tem notícia, tanto em relação a zonas onde se os permitem, quanto a seus *layouts*; tais medidas não têm, entretanto, garantido melhores qualidades visuais aos elementos em si, e muito discutivelmente aos espaços que os contêm.

Ocorrendo quase exclusivamente em zonas comerciais, os elementos da propaganda encarnam aqui também a concorrência entre os estabelecimentos comerciais vizinhos de um mesmo tipo, burilando a extrema repetição de composições de fachadas que caracteriza a AIESPP, e enriquecendo a variabilidade das estruturas internas onde ocorrem. Esses recursos de propaganda não são exclusivos das fachadas das edificações, valendo-se dos espaços livres adjacentes e mesclando-se a recursos de tratamento paisagístico e de mobiliário urbano, ou de elementos como caixas d'águas e muros.

Os elementos de informação foram objeto de preocupação no relatório de Lucio Costa, como se pode extrair dos textos abaixo, sobre o sistema de numeração / orientação no Plano Piloto, e os painéis luminosos do centro de vivência proposto. Sua concretização normativa é, entretanto, livre interpretação das administrações que se sucederam; não é possível inferir-se, do referido relatório, não mais do que a realização destes dois parágrafos:

> *"(...) corpo arquitetônico contínuo, com galeria, amplas alçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura de campo livre para a instalação de painéis luminosos de reclame"* (Costa, *ibidem, §10*).

> *"Quanto à numeração urbana, a referência deve ser o eixo monumental, distribuindo-se a cidade em metades Norte e Sul; as quadras seriam assinaladas por números, os blocos residenciais por letras (...)"* (Costa, *ibidem, § 21*).

De certa forma, realizando a proposição inicial, a fachada leste do Conjunto Nacional / Setor de Diversões Norte, constitui ocorrência especial no grupo de elementos de propaganda: é formado por uma série de letreiros em neon, que se destacam a grande distância pelo repertório de cores e efeitos de intermitência das luzes, num painel limitado, de composição inteira, como se a constituir realmente um plano programado. Torna-se ainda importante marco referencial para a população (Vianna, 1985), tanto aquela que usa efetivamente e referido espaço, quanto a que circula em suas cercanias e mesmo a maiores distâncias, pelo longo alcance das luzes e cores, desde o entardecer.

VII.2. Mobiliário urbano

A caracterização do mobiliário urbano da AIP pode ser realizada segundo seus diversos subgrupos para melhor expor a complexidade de suas funções, de sua configuração e das maneiras de seu agenciamento espacial. O mobiliário urbano refere-se desde a elementos aparentes de redes de infraestrutura (hidrantes, postes de iluminação, telefones públicos) até caixas coletoras de correio e de lixo, e ainda esculturas instaladas na AIP e, especialmente, em trechos da AIESPP com marcante monumentalidade.

Os postes de iluminação em Brasília são bastante característicos da cidade se comparados a modelos tradicionais; eles geralmente reforçam a apreensão do desenho e da direção das vias quando se alinham ao longo delas, assim traduzindo a malha urbana; ou eles substituem planos verticais de prédios afastados das bordas das vias e sugerem "paredes' imaginárias forjadas pela perspectiva dos postes alinhados. Isto se verifica ao longo dos Eixos da AIESPP, e em vias como as L2, Avenida das Nações e ligação dessa área com outros territórios da AIP ou de fora dela. Postes mais baixos localizam-se de forma dispersa no interior das diversas partes da AIP e neste caso são pouco eficazes para estruturação espacial; eles participam então da apreensão das configurações da cidade apenas à noite e por sua função básica de iluminação (como, por exemplo, no interior das superquadras). As variações de altura dos postes se vinculam à hierarquia viária e eles são muito altos nas vias de conexão da AIP com outros territórios do DF, altos nas vias estruturais da AIP e AIESPP e baixos nas vias locais e caminhos de pedestres. Tais variações, entretanto, não se estendem à sua configuração nem à natureza da iluminação e os postes portanto perdem possibilidades de melhor atuarem na orientação espacial da cidade.

Outros elementos de mobiliário urbano (como telefones públicos, hidrantes, pontos de carga da CEB, caixas de correio e lixeiras) não contam efetivamente na caracterização espacial da AIP porque eles não a enriquecem, participam morfologicamente de forma pouco significativa nas áreas livres e apenas atendendo às suas funções específicas. Esses elementos provêm de diferentes fabricos e possuem formas pouco relevantes, pobres ou decisivamente aversivas; sua localização nem sempre se adéqua a promover permanências em espaços públicos vocacionados para aglomerações (como entorno de pontos de ônibus, praças etc.) nem se integra aos demais constituintes da configuração urbana formando conjuntos.

Porém, como mobiliário urbano as esculturas se mostram incisivas, peculiares e destacadas na AIP, identificando fortemente o espaço em que elas se inserem e que em geral auxiliam a estruturar. Localizam-se em situações especiais dessa área e, principalmente, na AIESPP onde alguns exemplares muito característicos se avizinham de monumentos (como, na Praça dos Três Poderes, os "Os Guerreiros", obra de Bruno Giorgio em 1959 e a "Justiça", de de Alfredo Ceschiatti, 1961). Os elementos escultóricos de Brasília possuem diferentes portes, formas, épocas de produção, modo de instalação no espaço e simbolismo; por isso, alguns deles são reconhecidos como obras de arte, elementos testemunhais, referenciais de épocas ou auxiliares na orientação espacial, assim requerendo medidas de preservação distintas.

VII.3. Pequenas construções

Tratam-se de elementos de grande porte, se considerados como elementos acessórios comparáveis ao mobiliário urbano, mas que se instalam nesta categoria pelo fato de apresentarem dimensões ainda bem mais reduzidas que os elementos construídos integrantes da categoria Tipologia de Edificações, e minimizados ainda pelas amplas dimensões dos espaços abertos que se inserem. Essas pequenas construções, em geral, contribuem para uma transição de escala entre a extrema horizontalidade dos espaços abertos e a massa de edificações, como no exemplo das bancas de revistas às entradas de superquadra. Assim, são elementos enriquecedores dos espaços abertos, em potencial, porque realizam certa adequação dos espaços públicos para os pedestres; no entanto, essa adequação nem sempre chega a se efetivar, restando as pequenas construções como elementos dispersos, sem inserção efetiva em pontos de encontro da população, quer sejam de circulação ou permanência, por exemplo, raramente junto a bancas de revistas existem bancos de praça ou sombreamento propícios à leitura.

Referências bibliográficas

Barbosa, Yêda. **"Processo de sedimentação histórica do Plano Piloto de Brasília".** Brasília: nesta publicação, 1985.

Choay, Françoise. **L'urbanisme: utopies et réalités.** Paris: Ed. Du Seuil, 1965.

Costa, Lucio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília.** Mímeo, sem referências (1957).

Holanda, Frederico. **"A morfologia interna da capital".** in: Paviani, Aldo (org.). Brasília, Ideologia e Realidade. São Paulo: Ed. Projeto, 1985.

Jacobs, Jane. **Life and Death of Great American Cities.** New York: Ed. Randon House, 1961.

Kohlsdorf, Maria Elaine. **"As imagens de Brasília".** in: Farret, Ricardo. O espaço da cidade – contribuição à análise urbana. São Paulo: Ed. Projeto, 1985.

Vianna, Marcio. **"Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília, junto à população do Distrito Federal".** Brasília: nesta publicação, 1985.

PESQUISA DE IMAGEM DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA, JUNTO À POPULAÇÃO DO DF

Briane Panitz Bicca
Maria Elaine Kohlsdorf

Apesar do longo tempo de idealização da transferência da Capital do Brasil para o interior do país, a sua instalação praticamente instantânea em um dado momento histórico, impôs à cidade de Brasília um processo deliberado de realização, que vem se mantendo ao longo de sua evolução histórica e tem reduzido o campo de participação da população no processamento de sua própria história.

Por um lado, o plano urbanístico escolhido para a cidade foi recebido "pronto" pela população (toda originária de outras cidades) que a ele teve de adaptar-se com todas as suas peculiaridades, bem diferentes daquelas próprias às suas cidades de origem. Por outro lado, as alterações impostas a esse mesmo plano original foram realizadas, igualmente, à revelia da população que, ao começar a considerar esse patrimônio como seu, num processo de adaptação à cidade e cristalização de suas características mais pregnantes em seu repertório cultural, já o percebe ameaçado em sua integridade física e identidade histórica.

Também é dado de alta relevância o surgimento da população natural de Brasília em sua primeira geração, que vem chegando à maioridade, nascidos ao final da década de 1950, primórdios de 1960, e portanto com no máximo 26 anos de idade. Este grupo compõe atualmente consistente massa crítica, por sua própria condição de aprender todo repertório de referenciais culturais peculiares a Brasília, numa visão genuína. Entretanto, seu posicionamento a respeito das qualidades, problemas, aspectos merecedores de revisão ou de irrefutável salvaguarda da cidade não tem sido levado em conta no processo de planejamento urbano de Brasília.

Como reforço à busca de participação da população no processo de gerência da cidade, tem-se presenciado, cada vez mais, a estabilização da população com raízes em Brasília, tanto a já citada população, como a que vem se fixando gradativamente na cidade. Esta última compreendia, inicialmente, a camada majoritária, flutuante a cada rodízio na Administração Federal, e que tem as decisões sobre a cidade, apesar de ser a de menor tradição cultural, fator normalmente fundamental à participação dos indivíduos no processamento histórico da coletividade.

Nesse quadro, a "Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF" vem tentar resgatar essa carência de opinião pública manifestada e acatada, dessa mesma população. Com preocupações generalizadas a respeito do desenvolvimento urbano de Brasília, mas principalmente sob ótica da preservação da cidade, essa pesquisa foi realizada com o objetivo de extrair da comunidade que vivencia o Plano Piloto de Brasília (e não só aquela que aí reside) as indicações daquelas características da cidade que são consideradas fundamentais e de reivindicável preservação. Em suma, o questionário busca aprender a imagem que as pessoas de todo o DF, de todos os níveis de idade e renda, tem especificamente do Plano Piloto de Brasília.

Numa primeira fase, um questionário básico foi aplicado a 100 (cem) funcionários da Fundação Nacional Pró-Memória, para que fosse testado e corrigido na formulação de certas perguntas, assim como na eliminação e/ou acréscimo de outras, conforme se mostrasse oportuno. Com a orientação, como cooperação informal, de técnicos da Coordenação do Desenvolvimento do Planalto (CODEPLAN) e de professores e alunos do Departamento de Estatística da Universidade de Brasília, chegou-se à forma final do questionário a ser aplicado, para amostra considerada como representativa da população: 1.000 entrevistados. Tal amostra foi estipulada em uma "grelha" segundo diferenças de idade, nível de renda e local de moradia, para todo o DF. As condições essenciais para aplicação do questionário consistem no fato de os entrevistados serem moradores de Brasília há pelo menos dois anos, e exercerem alguma atividade no Plano Piloto, ainda que não necessariamente de moradia.

Uma segunda amostra da população ("Amostra 2") foi utilizada na pesquisa, reunindo, dentre as 1.000 entrevistas, as pessoas que:

- nasceram em Brasília;
- não nasceram em Brasília, mas aqui chegaram antes de completarem cinco anos de idade;
- aqui chegaram, em qualquer idade, até 1960.

Essas pessoas são as que teriam raízes mais profundas com a cidade. Para essa "Amostra 2" foi utilizado exatamente o mesmo questionário, sem nenhuma distinção quando de sua aplicação, variando apenas o resultado obtido, como pôde ser observado na frequência de uma ou outra resposta dada a certa pergunta, provavelmente em função do maior conhecimento e dos laços mais consistentes de identidade e integração com a cidade que essas pessoas teriam firmado com Brasília, durante sua longa vivência da cidade.

Conforme a necessidade de se verificar com maior profundidade de detalhes as repostas obtidas, foram realizados cruzamentos daqueles dados de forma a estabelecer relações entre os tipos de pessoas que usam determinados espaços da cidade com maior frequência, relação de apropriação dos espaços públicos em geral em função de seus locais de trabalho, moradia etc.

A pesquisa foi em parte financiada por recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU – Ministério do Interior) mediante convênio com a Subsecretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN/SEC/MEC); a aplicação foi feita por equipe especialmente treinada, para atuação em diversos pontos do Plano Piloto e Cidades Satélites, ao final de 1983, a partir de quando os resultados começaram a ser tabulados pelo Centro de Processamento de Dados (CPD) da Universidade de Brasília, e são aqui demonstrados de forma sucinta.

O questionário utilizado na "Pesquisa de Imagem do Plano Piloto..." abrange um total de nove perguntas, que podem ser divididas da seguinte maneira, a partir de sua forma de apresentação e abordagem:

As sete primeiras perguntas, de caráter objetivo, oferecem uma série de alternativas para respostas a questões que abordam vários aspectos da cidade, a serem analisados. Estas questões são a "alma" da Pesquisa junto à população, por estarem contidos em seu bojo os principais elementos para a apreensão da imagem do Plano Piloto de Brasília, pela comunidade que o vivencia. Os aspectos a serem abordados, por cada questão, são:

- Identidade e integração da população
- Elementos caracterizadores do espaço
- Orientabilidade
- Espaços e uso
- Transformações do espaço
- Participação do espaço

Questão 1

Quais os motivos que o fazem gostar (ou não) de Brasília? (Marque uma ou mais alternativas):

- porque meus familiares vivem aqui;
- porque nasci aqui;
- porque me adaptei (ou estou me adaptando);
- pelas condições de trabalho;
- pelas condições de estudo;
- porque tenho amigos;
- pelos vizinhos;
- por causa da cidade.

O resultado conferido pela população à Questão 1, não vem a ser muito elucidativo, uma vez que praticamente todos os itens apresentados receberam manifestações parelhas, com índices por volta dos 60% de manifestações favoráveis ("Gosto, por causa de..."). Apenas um item não acompanha essa frequência média comum: "vizinhos"; com apenas 31,7% de manifestações do tipo "Gosto, por causa dos vizinhos", demonstrando a incipiência das relações de vizinhança em Brasília, apesar do conceito básico de Unidade Vizinhança para a cidade. Segundo os cruzamentos realizados para obtenção de maiores esclarecimentos, esse fato mostrou-se estar diretamente afeto à pouca idade da cidade e seu cosmopolitanismo, pois nos assentamentos urbanos de estrutura tradicional e pré-existentes ao Distrito Federal, Planaltina e Brazlândia, as frequências favoráveis para os vizinhos sobem à ordem de 70% em média (compare-se aos 31,7% gerais), bem como ao próprio item "cidade", cuja frequência favorável ascende a 95,2% em Planaltina.

Questão 2

Dentre os vários aspectos que caracterizam Brasília, quais aqueles que mais lhe agradam ou não?

- os espaços verdes naturais (cerrado) nos arredores;
- o espaços verdes naturais (cerrado) no Plano Piloto;
- os espaços verdes gramados;
- árvores naturais do cerrado, conservadas nos gramados;
- árvores adaptadas à região (ex. *flamboyant*);
- os bosques (pinheiros, eucaliptos): reflorestamento;
- a vista que se tem do Lago;
- o uso que se pode fazer do Lago;
- o horizonte plano e aberto;
- o Parque da Cidade;
- espaços abertos sem uso;
- o tipo de arquitetura das quadras;
- as atividades dentro da quadra (escola etc.);
- as atividades próximas às quadras (comércio, etc);
- a arquitetura do Eixo Monumental;
- o gramado do Eixo Monumental;
- trevos e viadutos, ao invés de cruzamentos;
- o uso de semáforos;
- ruas largas;
- ruas congestionadas em certos horários;
- transportes coletivos;
- distância residência / trabalho;
- distância para Cidades Satélites;
- distâncias para pedestres.

Numa síntese bastante abreviada, de imediato pode-se notar o posicionamento bem diverso da população em relação a duas componentes da estrutura urbana: por um lado, a franca favorabilidade da manifestação em relação aos vários elementos do sítio físico (natural ou transformado – vegetação de cerrados, ou gramados, por exemplo) e por outro, o claro descontentamento com certos problemas do Sistema Viário (distâncias, transportes coletivos etc.) apesar dos bons índices conferidos às ruas largas, "trevos" etc. Dentre as características do projeto concebido para Brasília, destacam-se ainda certas preferências da população junto à concepção funcional das quadras habitacionais (equipamentos "internos" ou "externos" adjacentes a estas mesmas quadras), a concepção arquitetônica para essas quadras e os espaços cívicos monumentais, porém com índices não tão significativos quanto os relativos ao sítio físico. Especificamente quanto ao lago Paranoá, é bem clara a posição crítica da população: tem-se que 69,6% das pessoas entrevistadas "gostam" do Lago como elemento visual na paisagem, mas apenas 31,6% se mostram satisfeitos com o "uso que se pode fazer do lago", dado que a maior parte da extensão de sua orla é privatizada por residências e clubes de esporte, e os remanescentes livres ao acesso público não tem qualquer tratamento de urbanização que favoreça esse uso.

Questão 3

Com relação à sua orientação em Brasília (ruas que costuma usar, pontos de referência etc.) quais aspectos da cidade que melhor contribuem para que você se situe no Plano Piloto: (Marque mais de uma alternativa):

- o mapa da cidade;
- o endereço (nº da quadra, nome do setor etc.);
- Eixo Rodoviário Norte/Sul;
- via W3 Norte/Sul;
- rodoviária;
- torre;
- Setor de Diversões Sul;
- Setor Comercial;
- Esplanada dos Ministérios;
- a Catedral.

Tem-se que os principais elementos de orientabilidade assinalados pela população têm grande força como marcos configurativos da cidade – a Torre de Televisão na categoria de silhueta, a Esplanada dos Ministérios e a Catedral como marcos tipológicos, o Eixo Residencial apresentado como espinha dorsal em planta, o qual detém um alto índice de utilização como veremos posteriormente nas questões 4 e 5. Ainda nas questões 4 e 5 são confirmadas a avenida W3 Sul como a via de circulação mais usada no Plano Piloto de Brasília, a Rodoviária como espaço urbano mais frequentado nos horários cotidianos, a Torre nos horários livres e assim por diante. No entanto, a apreensão da imagem da cidade como um todo concebido como "dois eixos que se cruzam em ângulo reto" por Lucio Costa, não está presente na consciência dos cidadãos, conforme demonstram dois itens: o mapa da cidade e o cruzamento dos eixos. Entre os itens / referenciais de orientabilidade, o mapa é o 20º colocado e o cruzamento dos eixos apenas o 26º, paradoxalmente, observa-se que a Rodoviária, local onde ocorre tal cruzamento, é o 1º entre todos os itens listados, o que comprovaria que as pessoas não reconhecem efetivamente os "eixos que se cruzam" como partido urbanístico da cidade, nem tampouco o fato deste cruzamento ocorrer no ponto exato da Rodoviária.

Questão 4

Dos espaços que a cidade oferece para a circulação de seus habitantes, quais aqueles que são de sua preferência para o uso cotidiano e quais são de sua preferência para as horas livres?

- eixão norte;
- eixão sul;
- eixinhos norte;
- eixinhos sul;
- W3 norte;
- W3 sul;
- Avenida das Nações;
- Eixo Monumental;
- ruas comerciais das quadras;
- via de contorno do Parque;
- via para Aeroporto;
- estrada para Guará/Taguatinga;
- estrada para Núcleo Bandeirante/Zoo.

As vias estruturais da cidade – os Eixos, principalmente – são os espaços de circulação mais usados, tanto cotidianamente quanto em horas livres, como pode ser observado: este fato compete para reforço destas vias como caracterizadoras do espaço urbano no que diz respeito à sua planta baixa (como categoria de configuração) enfatizando ainda por serem componentes longitudinais do sistema viário do Plano Piloto de Brasília, canais de circulação com grande preponderância sobre o enfraquecido sistema transversal. A essas vias, consideradas estruturais, vêm se juntar outras também de grande movimentação – ruas comerciais das quadras, via do Parque da Cidade, entrada para o Zoo etc. – fato que ocorre pelo uso intenso do espaço adjacente a essas vias, ou ao final das mesmas, como objetivos de trajeto (ver questão 5).

Questão 5

Dos espaços que a cidade oferece para você permanecer durante algum tempo, para diversas atividades, inclusive descanso e lazer, quais aqueles que são de sua preferência para o uso cotidiano (C) e quais aqueles que são de sua preferência para as horas livres (L)? (Marque C ou L)

- nas áreas verdes das superquadras;
- "embaixo do bloco"
- nas áreas de lazer das entrequadras;
- nos comércios locais;
- torre;
- Rodoviária;
- Setor de Diversões Norte (Conjunto Nacional);
- Setor Comercial Sul;
- Esplanada dos Ministérios;
- Catedral;
- Praça dos Três Poderes;
- Gilberto Salomão;
- Aeroporto;
- Clubes;
- Parque da Cidade;
- Parque Nacional (Água Mineral);
- Zoológico.

Nesta quinta questão, numa primeira instância, mais uma vez se reafirma o intenso uso de certos espaços já colocados como objetivos de trajetórias das vias com maior frequência de circulação, e também espaços que se constituem em marcos referenciais de orientabilidade – ou uma e outra coisa, em alguns casos. A este vêm se juntar certos espaços de uso bastante especifico em horas livres – principalmente lazer – como os clubes da orla do Lago Paranoá, Parques, Shopping Centers e a Torre de TV, sua Feira de Artesanato.

Questão 6

Em Brasília vêm correndo algumas mudanças como as que relacionamos abaixo. Dê sua opnião sobre quais acha que foram para melhor ou para pior.

- Transferência da Rodoviária para a Rodoferroviária;
- ligação das W3 Norte e Sul;
- modificação dos trevos no Eixo-Residencial;
- abertura da W1 Norte;
- criação de novos blocos em áreas verdes de quadras já concluídas;
- fechamento de áreas públicas nos pilotis dos blocos para salão de festas, etc;
- transformação de áreas verdes públicas em estacionamentos;
- locais de moradia diferenciados por nível de renda, em Brasília (Plano Piloto, Cidades Satélites).

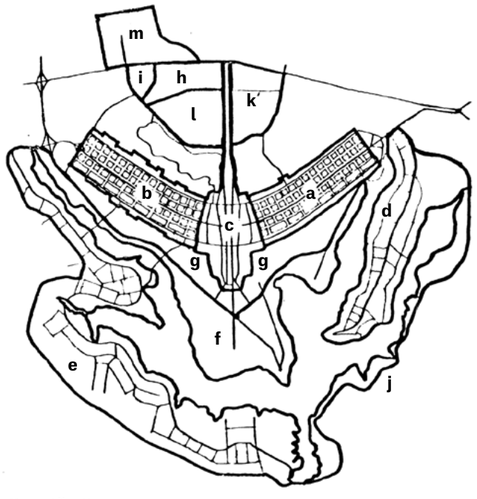
A questão 6 é de grande importância, dado que a este ponto do questionário se passa da caracterização da cidade no tempo presente à constatação de diferenças em certos caracteres ao longo do tempo, e à indicação, por parte da comunidade consultada, quanto à sua preferência por um ou outro estágio, em certos aspectos que se transformaram com o tempo, reforçando ou rejeitando tendências de transformação. É assim que se constata, então, que em geral a comunidade reforça alterações em prol de certas correções de aspectos originais problemáticos – marcantemente no caso de adaptações de sistema viário – e, por outro lado, tem grande resistência à perda de espaço livre público, aspecto característico da cidade, quer seja a privatização de pilotis, ou a criação de estacionamentos em áreas verdes, entre outras. Essa questão confirma certas indicações já obtidas na questão 2, inclusive esclarecendo imprecisões deixadas por aquela.

Questão 7

O que você sugere para que as opiniões das pessoas que usam o Plano Piloto de Brasília (aí moram, trabalham ou vêm frequentemente) possam ser ouvidas e utilizadas nas decisões sobre a cidade?

- pesquisas de opinião pública e divulgação de seus resultados;
- divulgação dos problemas da cidade pelos meios de comunicação;
- acesso da população às decisões;
- criação de um órgão, no GDF, para contato direto com a população.

Para entender que a população de uma cidade não é objeto mas sujeito do processo de desenvolvimento urbano de sua própria cidade, sendo também principal guardiã e beneficiária do seu patrimônio cultural, a consideração dessa opinião pública, por parte dos órgãos planejadores/executivos do desenvolvimento das cidades, é forma de participação ativa das comunidades no processo de gerência dos próprios processos de desenvolvimento urbano. Uma forma de participação, mas não a única... Orientada por este princípio, a Pesquisa de Imagem questiona as outras formas de participação possíveis e recomendáveis à população, no acompanhamento não-passivo da evolução histórica de sua cidade. O resultado obtido reflete que o posicionamento da população, na questão da gerência do desenvolvimento de Brasília, enfatiza a necessidade da participação mais direta e efetiva da população neste processo, seja através de entidades civis, por consulta à opinião pública ou pelo aparelhamento do Governo local para diálogo com a população, em maior abertura; por outro lado, nas repostas dadas, pouca manifestação favorável receberam itens que colocassem a participação do público de forma indireta, por meio de representantes, ou pela manutenção da estrutura presente, como prova o 10º lugar (entre 12 itens) conferido a "melhorar o atual sistema de administração do Governo do Distrito Federal", item colocado de forma vaga, imprecisa, a que a Comunidade parece não mais aceitar.



76 Abairramento da AIP

a *Asa Norte*
b *Asa Sul*
c *Centro*
d *Lago Norte*
e *Lago Sul*
f *Setor de Clubes*
g *Setor de Embaixadas*
h *Cruzeiro*
i *Áreas Octogonais*
j *Setor de Mansões*
k *Setor Militar*
l *Setor Gráfico*
m *Setor de Indústrias*

Questão 8

A oitava questão, relativa ao "abairramento" do Plano Piloto de Brasília, apresenta uma planta desta área da cidade, solicitando ao entrevistado que "abairre-o", ou seja, divida-o em partes, segundo sua experiência com a cidade, sua vivência de Brasília. Observe-se que o abairramento do Plano Piloto de Brasília não seria a vã tentativa de encontrar "bairros" em Brasília – no sentido tradicional do termo – mas a divisão da área em conjuntos definidos a partir da identidade entre seus elementos.

Tem-se como problemas encontrados da busca deste abairramento do Plano Piloto de Brasília pela população do DF, numa primeira instância, o fato de que, para o caso de entrevistados analfabetos, ou que tenham se recusado a desenhar ou identificar efetivamente o abairramento que tivessem em mente, o entrevistador foi algumas vezes obrigado a ele próprio delinear o abairramento que o entrevistado "ditava", e isso redundou numa certa influência de sua parte em alguns exemplares de abairramento. Tal influência não se verificou, de forma nenhuma, na essência do abairramento, ou seja, na listagem e localização dos bairros do Plano Piloto, mas tão somente em sua delimitação exata, sendo garantida sua validade para o fim almejado.

Questão 9

A nona e última questão é de resposta optativa e apenas solicita ao entrevistado que mencione algo mais que seja de seu interesse e não tenha sido especificamente abordado pelo questionário recém-respondido: alguma opinião a mais sobre qualidades ou problemas da cidade, alguma reivindicação, alguma sugestão, inclusive críticas ao questionário, para experiências futuras. No entanto, pela densidade e abrangência das alternativas constantes do questionário, esta nova questão não chegou a acrescentar muito ao questionário, e as respostas dadas à pergunta não foram no sentido de levantar novos pontos, mas tão somente enfatizar outros já abordados, remarcando a importância dos mesmos, pela população:

- queixas a respeito do transporte coletivo;
- poucas opções de lazer;
- incrementar o encontro espontâneo da população;
- reclamações contra o alto custo de vida;
- necessidade de preservação do plano original para a cidade;
- necessidade de preservação das áreas verdes;
- necessidade de preservação da arquitetura original simbólica, monumentos etc.

Conclusão

Como iniciado pela breve análise da sétima questão, indagando das formas de participação da comunidade local no processo de gerência do desenvolvimento da cidade, há que se considerar que esta participação é imprescindível ao planejamento urbano, como garantia de aceitação das diretrizes de desenvolvimento por parte da população, e por conseguinte, de sua própria eficácia. No caso específico de Brasília (e outras cidades novas) há a necessidade de se consultar a população, sobretudo pela pouca idade da cidade, pelo seu acelerado desenvolvimento em constante transformação. Considerando-se que esses processos muitas vezes impõe descaracterizações a aspectos fundamentais da cidade, já incorporados pela população e que constituem seu patrimônio histórico e cultural, há sobretudo a necessidade de consultas acerca da seleção de caracteres a serem preservados, considerados fundamentais à identidade da cidade como tal e portanto de irrevogável salvaguarda, com a indicação paralela de aspectos considerados negativos a essa mesma identidade, ou inadequados ao bom funcionamento da cidade como organismo vivo, em constante evolução.

Com esse objetivo é que foi realizada a Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF e, com os resultados, considera-se a Pesquisa como mais um dado a subsidiar os trabalhos que vêm sendo realizados e buscando estabelecer de forma consensual com a população, diretrizes de preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília, parte integrante e de grande importância do desenvolvimento global da cidade.

O PROCESSO DE SEDIMENTAÇÃO HISTÓRICA DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA

Yêda Barbosa

O estudo aqui apresentado consiste numa primeira abordagem para entendimento do processo de transformação físico-espacial de Brasília, ao longo de sua implantação, sedimentação e expansão urbana[1], observando a relação entre épocas construtivas e as variações da sua configuração espacial.

A implantação de Brasília deu-se em prazo muito reduzido e com tomadas de decisões aceleradas, incorrendo em resoluções parciais e imediatistas, que foram sentidas ao longo do processo de desenvolvimento urbano. Entretanto, o resguardo da irreversibilidade da mudança da Capital começou a forçar enfoques mais globais, ao mesmo tempo que o temor de não se manter a ideia original adotava medidas de pouca flexibilidade, principalmente quando a conclusão de trechos da cidade não se mostrava suficientemente forte, para conferir o significado almejado pelo plano original de Lucio Costa e seus desdobramentos futuros. Assim, a política adotada na época, conduziu à conclusão de partes dispersas pelos diversos setores da cidade, como estratégia de implementação da macroestrutura urbana, amarrados pelo lançamento do sistema viário estrutural. Estes trechos serviram posteriormente como exemplos de temas até então inéditos segundo os moldes da nova arquitetura: é o caso da construção de exemplares significativos da área cívico-administrativa, e ainda de algumas superquadras habitacionais construídas por inteiro.

O monopólio das terras pelo governo foi um fator que, num primeiro momento, favoreceu a execução de tal empreendimento, embora viesse a agir em seguida de forma adversa, não atraindo para cá outras atenções que aquelas de cunho estritamente administrativo. Isto ocorreu porque o poder público, representado por seus diversos órgãos, responsabilizou-se inicialmente pela construção de quadras e diversos equipamentos urbanos que reverteriam em habitações funcionais e serviços. Tal procedimento visava incentivar a vinda de seus funcionários para a Nova Capital e, simultaneamente, materializar com exemplos concretos a nova arquitetura de Brasília, evitando, também, a permanência de terras urbanas desocupadas, prejudiciais à implantação da cidade.

Porém, a oferta de habitações no Plano Piloto era muito pouco diversificada, principalmente se comparada às outras cidades brasileiras; por isso fez-se inevitável, cedo ou tarde, a expulsão de camadas da população de menor poder aquisitivo. Uma das primeiras situações a exigir solução imediata resultou na criação de habitações econômicas, que não eram previstas da forma como se realizaram: numerosas, situadas também no Plano Piloto onde, pela proposta original, não haveria estratificação social e onde a obtenção do imóvel obedeceria a critérios funcionais.

1 A expansão urbana aqui mencionada diz respeito às transformações originadas até meados da década de 80, quando são ocupadas novas áreas com assentamentos que não eram previstos no projeto original da cidade. Esta análise foi fruto de observações que se restringe até início dos anos 80.

Foram então deflagrados dois processos paralelos de caráter emergencial: um buscando alojar parte desta população em habitações econômicas situadas no Plano Piloto (quadras 400 a 700); e outro, a longo prazo, que tentava afastar ao máximo do Plano o enorme contingente populacional, criando antecipadamente as Cidades Satélites – que, pela proposta original só viriam a existir após a saturação do Plano Piloto.

Brasília iniciava, desta forma, seu processo de transformação, onde começava também a entrada da iniciativa privada em questões decisivas para a cidade e uma vinculação menor da construção civil ao Estado. As transformações não se restringiam apenas àquelas de caráter político-administrativo, pois a sucessivos procedimentos correspondiam novas formas de proposições para os espaços urbanos. Não podemos dizer que tais mudanças tenham incidido sempre estruturalmente, pois se pode observá-las também em uma série de manifestações, também responsáveis pela definição de diferentes períodos ao longo do processo urbano.

Dentre estas transformações, insere-se a própria forma de utilização social do espaço, capaz de acentuar ou minimizar características configuradas, conforme a vivência de cada local, conferindo-lhes identidades próprias, embora estes diferentes espaços estejam calcados em princípios comuns. A transitoriedade e a progressiva diferenciação estrutural da população do Plano Piloto têm sido apontadas como principais responsáveis pela variação nas formas de utilizações e apropriação da cidade por seus habitantes.

A sedimentação urbana veio a substituir a precariedade de recursos oferecida pela cidade em seu período inicial por um alto repertório de atividades, diversificando progressivamente os hábitos da população.

Paralelamente, ocorria uma enorme valorização do solo no Plano Piloto, estabelecendo dois tipos básicos de áreas: aquelas de grande valor imobiliário, onde o investimento de capital tornava-se cada vez mais atraente e trazia, consequentemente, novas valorizações de solo; e um segundo tipo, que atendia à popularização dos espaços, consagrando-se a sublocação dos imóveis, maior adensamento populacional e também maiores índices de investimentos aplicados na área.

A clara diferenciação nas formas de utilização destes dois tipos de espaços, é também provocada, além de outros condicionantes, pelos equipamentos e qualidades que cada um deles dispõe, e pelo respectivo poder aquisitivo da população que os ocupa.

Nas quadras habitacionais consagradas pelo mercado imobiliário, e ocupadas por uma população de maior renda, nota-se a utilização do espaço de moradia para sua restrita função do morar, pois seus habitantes têm a possibilidade de usufruir de equipamentos complementares localizados em outros pontos do Plano Piloto. Este fato contribui ao esvaziamento dos espaços onde ocorrem atividades comunitárias, os quais,

em si, já oferecem superfície excessiva em relação às densidades existentes: segundo os diversos parâmetros internacionais, há um superdimensionamento dos espaços destinados ao comércio local, ensino, funções religiosas, recreação etc.

Porém, esta característica reverte-se nas quadras de habitações econômicas, onde dá-se a tendência à popularização dos seus espaços, pela escassez de opções diversificadas para recreação e serviços e pelo adensamento imprevisto da sublocação; as características de áreas de maiores densidades populacionais fazem com que seus usuários partilhem de um mesmo espaço disponível para as atividades sociais, transformando o espaço de entorno do morar no próprio equipamento, nem sempre existente. Tais locais são de uso intenso, propostos de forma franca, correspondendo a requisitos comunitários, portanto sem maiores preocupações em individualizar-se no conjunto, ao contrário do que ocorre com os espaços mais elitizados, marcada e intencionalmente privatizados, com grande disponibilidade de equipamentos de apoio, porém subutilizados em sua maioria.

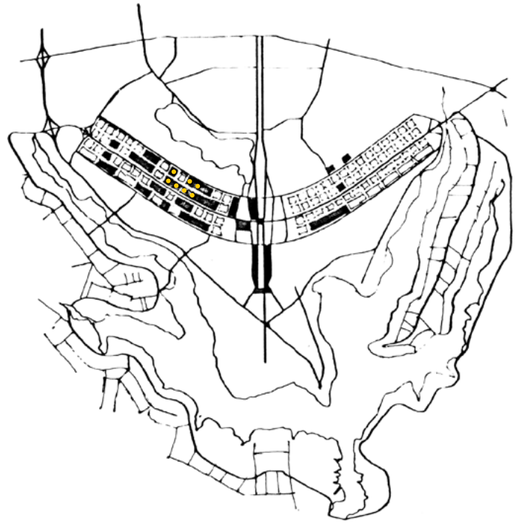
Todas estas manifestações, tanto ao nível de apropriação social do espaço, como nas questões pertinentes ao mercado imobiliário e valor do solo, são facilmente rebatidas no espaço construído. No caso de Brasília, apesar da grande homogeneidade presente nas várias morfologias, é possível a identificação de fases construtivas que retratam momentos do processo urbano; serão descritos a seguir, de forma bastante sucinta, em quatro fases construtivas:

Referências bibliográficas

Anais da Câmara dos Deputados, ano de 1962.

Código de Edificações de Brasília.

* Grande parte dos dados aqui apresentados foram obtidos a partir de depoimentos de pessoas que testemunharam o processo urbano de Brasília, desde o nascimento de seu canteiro de obra até o surgimento de Brasília, bem como pesquisa em jornais locais (Correio Braziliense, Jornal de Brasília) destes períodos de construção e sedimentação da cidade.



77 Mapa de ocupação da 1ª fase de construção

● *Núcleo residencial histórico*



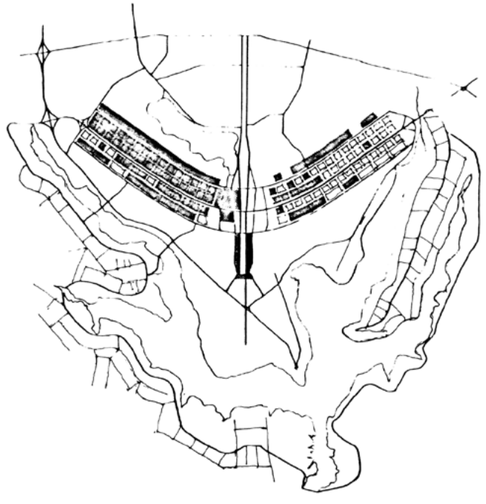


78 Elementos simbólicos da 1ª fase de construção: Esplanada

79 Exemplos de implantação da 1ª fase de cconstrução: Superquadra

1960 a 1969: Fase de construção

Fase responsável pelo início do processo urbano de Brasília, fortemente caracterizada tanto pelo engajamento da população pioneira, quanto pela instabilidade do quadro político que ameaçava a consolidação da mudança da capital. Neste momento, dão-se as construções de certo número de quadras, pertencentes aos Institutos de Previdência, uma grande parte da Esplanada dos Ministérios, a maior parte de seus monumentos, marco do forte caráter de Brasília, e da concretização dos princípios da Arquitetura Moderna, levados aqui a suas últimas consequências.







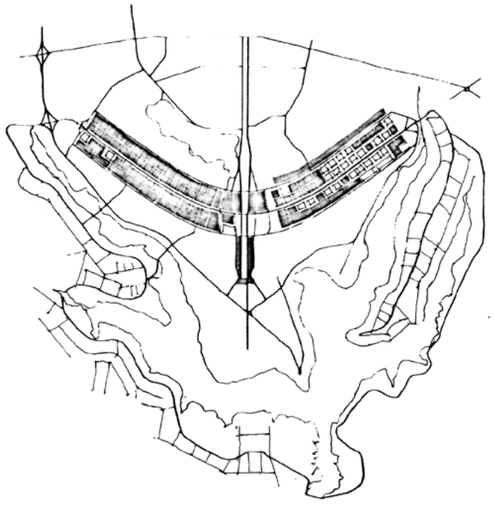
80 Mapa de ocupação da 2ª fase de construção

81 Parque da torre em 1971

82 Parque da torre em 1969

1970 a 1974: Fase de sedimentação

Neste momento ocorre o início do processo de preenchimento dos vazios próximos à área mais antiga, e dos sucessivos processos de transformações estruturais, onde aparecem, pela primeira vez, modificações oriundas das pressões imobiliárias, com novas tendências construtivas, e início de inferências no sistema viário, bem como em parte da malha, portanto, em parcelas significativas da estrutura urbana.







83 Mapa de ocupação da 3ª fase de construção

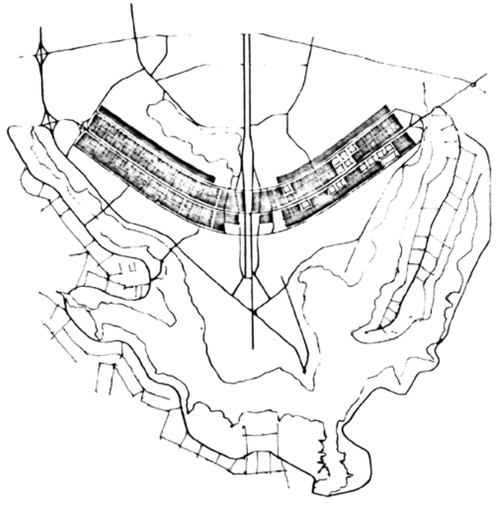
84 Introdução de novas tipologias em quadras já iniciadas

85 Novas propostas de Superquadras

1975 a 1979: 1ª fase de expansão

Brasília já se mostrava, então, como um centro consolidado, oferecendo serviços e equipamentos urbanos, que contribuíam para que a transferência de diversos segmentos sociais para cá fosse algo mais do que uma aventura. As construções, nesta época, davam-se em maior escala: voltou-se a implementar o preenchimento das projeções nas quadras vagas, assim como quadras por inteiro, que nesse momento atendiam a uma demanda bastante significativa, intensificando-se também alterações no espaço, decisivas para a cidade, tais como: mudanças de uso do solo e reformulações de cunho por vezes mais estruturais, como ocorre na proposta da SQS 207 que altera a relação do pilotis com o relevo do entorno imediato da projeção, quebrando sua franca acessibilidade.





86 Mapa de ocupação da 4ª fase de construção

87 Novas propostas tipológicas

Após 1980: 2ª fase de expansão

Temos uma nova etapa, onde a situação político-econômica não é mais favorável aos grandes investimentos na construção civil. Existe uma retração neste mercado, que se limita, então, a um pequeno número de projeções, em mãos de particulares, em quadras com suas implantações já iniciadas, ou ainda construções de quadras por inteiro, de caráter estritamente funcional, calcadas em novos princípios, não mais aqueles que embasam a construção das quadras iniciais. Existe aqui uma grande incidência de preenchimento das áreas destinadas aos comércios locais, além de um grande número de edifícios para abrigar órgãos públicos. Chegava então, paralelamente, o momento de repensar Brasília, não mais da forma como até então se vinha procedendo, com a visão do todo, atentando aos novos elementos do contexto: um assentamento urbano que já dobrava a previsão de teto máximo de 500.000 habitantes, composto de um centro fornecedor de bens, serviços e empregos localizado no Plano Piloto, e de uma série de bairros, alojamentos da maior parte da mão-de-obra, representados pelas "cidades" satélites, relacionados fisicamente sempre de maneira descontínua. A proposta inicial de Lucio Costa viu-se, portanto, redefinida de forma radical, pelo processo de sedimentação urbana de Brasília, ainda que o Plano Piloto tenha resguardado a maior parte dos traços essenciais de sua morfologia.

Márcio Vianna

I. Fazendas antigas

A construção da nova capital do Brasil veio justapor-se a assentamentos humanos pré-existentes – tanto urbanos quanto rurais – na região, bastante representativos dos modos de vida e produção de tempos remotos no interior do Centro-Oeste brasileiro. A partir daí, a urbanização proposta para o Distrito Federal, implantada com a construção de Brasília, vem transformando radicalmente o espaço físico do território, bem como as manifestações atuais ou pré-existentes do habitat humano local.

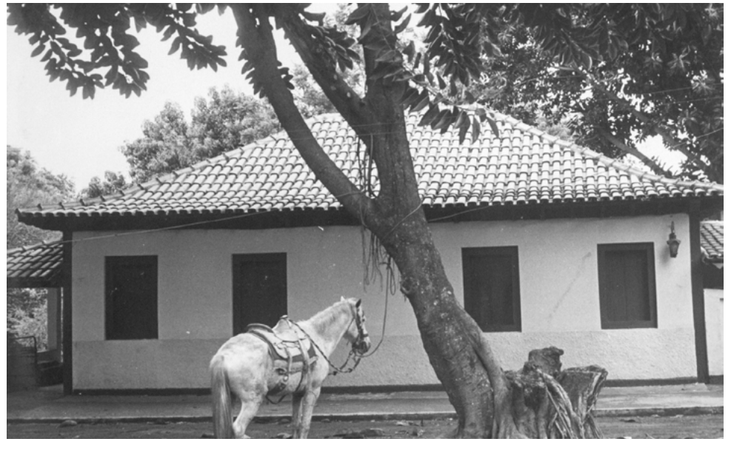
Os antigos assentamentos humanos do território delimitado para o DF eram, em sua maioria, fazendas cujas terras foram desapropriadas para a construção de Brasília; conservaram, até hoje, ainda que parcialmente, seus caracteres tradicionais e deixam, assim, muito claro, o contraste entre duas épocas e duas formas de ocupação deste território. Neste sentido, as antigas fazendas, lado a lado com os centros urbanos antigos da região, têm ainda uma função didática particular, a de testemunhar a maneira vernácula de organização do espaço rural nesta região.

O território do Distrito Federal foi pesquisado com o objetivo de localizar antigas sedes de fazenda que ainda conservassem seu aspecto original, sem transformações contundentes, mantendo os traços básicos da tradição cultural do Centro-Oeste Brasileiro; estes correspondem a antigos centros de assentamentos urbanos, que serão posteriormente abordados. Pode-se descrever os caracteres comuns das antigas fazendas a partir, basicamente, da idade das construções, do seu sistema construtivo, de sua configuração física e de sua organização paisagística.

A idade das construções, na maioria dos casos, parece remontar à passagem do século, ou mesmo antes, embora poucas tivessem comprovadas por documentação suas datas de construção; a mais antiga, ao mesmo tempo o mais antigo registro, situa-se próxima à cidade satélite de Sobradinho e data de 1852. No entanto, algumas fazendas bem mais novas, até mesmo das vésperas da construção de Brasília, apresentam morfologias bastante similares às mais antigas, fato explicado pelo lento processo de ocupação da região central do Brasil e pela sedimentação compassada da tradição arquitetônica regional, que produziram exemplares tipologicamente bastante semelhantes, embora afastados no tempo e no espaço.

São muito semelhantes os produtos arquitetônicos rurais e urbanos, como poderá ser comprovado pelas ilustrações. São construções, na maioria dos casos, em adobe ou pau-a-pique com paredes espessas, telhados em telhas de barros com média de 25% de inclinação, estruturas em madeira, esquadrias também de madeira, características que se adaptam às condições oferecidas pela Região no que diz respeito ao clima, solos e matérias-primas facilmente encontráveis.

Fazem parte do conjunto de elementos a serem preservados como patrimônio cultural destas fazendas, além de suas antigas sedes, também suas edificações anexas como estábulos, caramanchões e quiosques, peças de produção com maior ou menor porte como moendas, pilões, e mesmo



88 Antigas sedes de fazenda: Capão dos Porcos

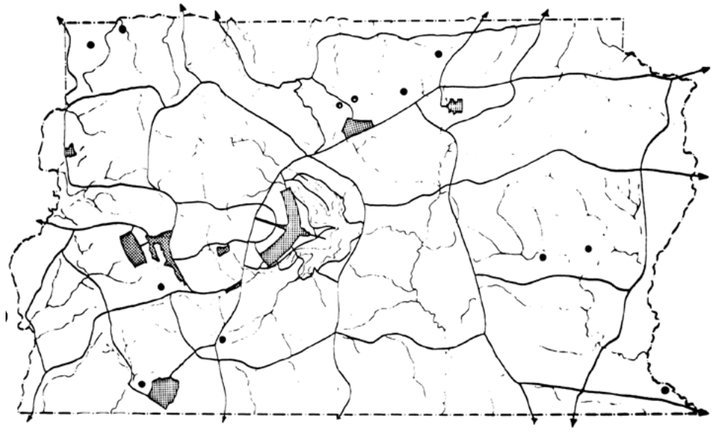
89 Elementos de produção rural: moenda



obras de arte e artesanato popular regional. Excepcionais qualidades paisagísticas, tais como quedas d'água, campos e florestas, se vêm juntar ao quadro de valores e interesses de preservação de tais fazendas.

Todas as sedes de fazenda identificadas, aproximadamente quarenta, deverão ter cadastradas e registradas suas condições físicas atuais, inclusive no aspecto legal, mesmo no caso de edificações já bastante descaracterizadas ou deterioradas. Deverão constar do cadastro observações acerca do espaço natural que envolve cada uma destas fazendas, e coleta de depoimentos de moradores, quando antigos no local. Nas fazendas onde se façam necessários trabalhos de recuperação e o tombamento seja aconselhável, tais procedimentos deverão articular-se com medidas de garantia contra os processos de deterioração e descaracterização que se vêm impondo às construções e à paisagem natural.

A política de preservação para estas fazendas recomenda ainda critérios de seleção para arrendatários – para o caso de fazendas desapropriadas e arrendadas – dando preferência a interessados com maior vivência regional e interesse em sua preservação; da mesma forma, para fazendas não desapropriadas (de propriedade de particulares) verifica-se a necessidade ainda maior de um programa educativo para a preservação deste patrimônio. Dentro deste programa, recomendar-se-ia a criação de grupo bastante seletivo como "fazendas-modelo" ou algo similar, escolhidas entre aquelas com maior potencial demonstrativo da cultura rural regional.



90 Localização das principais antigas sedes de fazendas

Áreas urbanas

Principais fazendas antigas

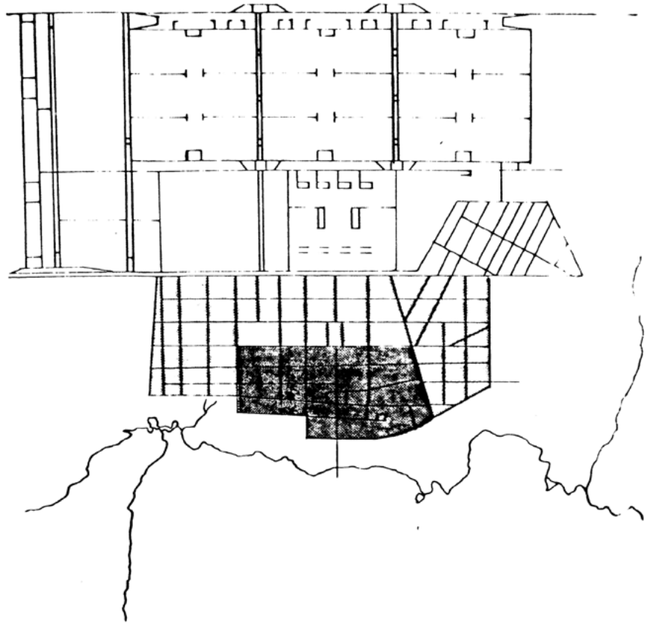
II. Centros urbanos antigos

A delimitação do Distrito Federal fez-se pela desapropriação de terras de três municípios do Estado de Goiás: Planaltina, Luziânia e Formosa, todos os três portadores de bens significativamente representantes da arquitetura vernácula do Centro-Oeste Brasileiro. Por tal delimitação, foram englobados pelo DF dois assentamentos urbanos: Planaltina, sede do município homônimo, e Brazlândia, distrito de Luziânia, que foram justamente dar hospedagem e suporte ao início da construção de Brasília, antes mesmo da escolha do sítio definitivo para a nova capital, e antes também que núcleos provisórios fossem instalados (ver Acampamentos Pioneiros). Nas cercanias de Planaltina foi fixada, em 07/09/1922, data do primeiro centenário da Independência do Brasil, a "Pedra Fundamental de Brasília", hoje tombada como monumento histórico do Distrito Federal.

O centro antigo de Planaltina data de meados do século XIX e chega à atualidade bem conservado, considerando-se principalmente o acelerado processo de transformação radical por que passou a Região, após o surgimento de Brasília. Define-se por um perímetro de cerca de 977,7 km², onde se localizam a praça principal da cidade e a Igreja de São Sebastião; a área apresenta-se bem cuidada, com ruas de traçado retilíneo mas flexível, ao longo das quais distribuem-se as antigas edificações de porte pequeno a médio, satisfatoriamente conservadas, e as novas edificações, relativamente adaptadas à estrutura interna dos espaços. Nesse contexto, a densa arborização apresenta-se como elemento de harmonização geral, compatibilizando linguagens arquitetônicas distintas.

O centro antigo de Brazlândia não acompanha o mesmo nível qualitativo daquele de Planaltina, seja no que se refere ao conjunto ou à significância de exemplares, mas conserva ainda alguns elementos da nucleação primitiva da cidade. Tendo origem na década de 30, o centro antigo de Brazlândia reproduz, apesar de sua curta história, a linguagem plástica e construtiva da tradição arquitetônica regional, que, como vimos, pode apresentar produtos semelhantes, mesmo quando afastados por décadas ou mesmo mais de século, em virtude da evolução compassada que caracterizou a região, até o momento de ruptura representado por Brasília.

Planaltina e Brazlândia foram transformadas em cidades satélites logo nos primeiros anos da construção de Brasília, recebendo, para tal, novas áreas para habitação; estes novos setores construíram-se de forma isolada e em contraste com os núcleos antigos, e caracterizam-se, essas novas áreas, como grandes conjuntos habitacionais nos moldes dos implantados por todo o país para abrigar populações financeiramente carentes. Relacionam-se, portanto, com os centros antigos, por absoluto contraste morfológico, onde resguardou-se o caráter vernáculo daqueles, e a sedimentação e consolidação dos grupos sociais e das

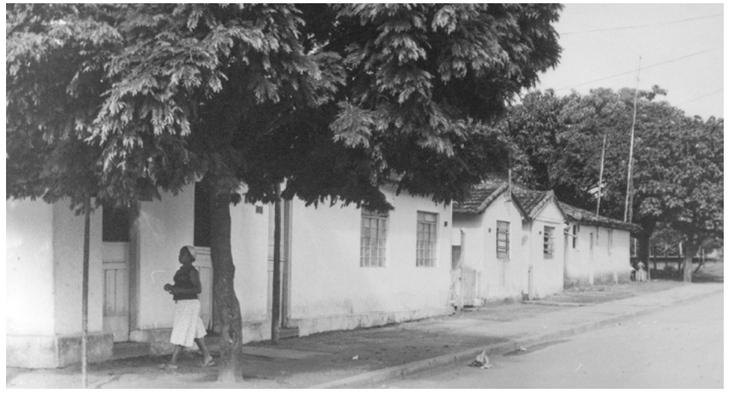




91 Definição territorial de Planaltina

92 Planaltina: Praça São Sebastião





93 Definição territorial de Brazlândia

94 Brazlândia: Rua 1

qualidades ambientais urbanas, definindo-se, na globalidade do espaço urbano, como a porção tradicional do novo conjunto, e passando a ser denominados "Setores Tradicionais" daquelas cidades satélites. Nesse contexto, têm grande valor as manifestações culturais (manifestações religiosas, folguedos populares como a "catira" por exemplo), que enriquecem a cultura e bucolismo local.

Em ambos os Setores Tradicionais, são poucos e curtos os trechos contínuos de edificações antigas que conservam suas características originais – já sucintamente descritas para os tipos rurais: estrutura em madeira, vedações de adobe ou pau-a-pique, telhados em telhas de barro com inclinação média de 25%, portas e janelas em madeira, de proporções marcadamente verticais. As edificações mais recentes interrompem constantemente os conjuntos antigos com características bastantes diversas, como a incidência de materiais novos



95 Planaltina: Igreja de São Sebastião

frequentemente industrializados (janelas metálicas, telhas de fibrocimento de inclinação mínima e por vezes escondidas por platibandas etc.) chegando, por suas proporções volumétricas mais avantajadas, a romper a escala tradicional das edificações de um pavimento. Não há "sobrados" em Planaltina nem Brazlândia, apenas casas térreas. Estas evidências são comuns no tratamento que se vem dando aos centros antigos do Distrito Federal, que tem tido a regulamentação de sua construção civil a partir do mesmo código (sic) de normas paras as edificações nas demais cidades satélites; assim, ambas as cidades assistem, de certa forma passivamente, à gradativa e completa descaracterização física e substituição de seu patrimônio ambiental urbano, sob o "amparo" da lei.

Espera-se que a preservação destes conjuntos urbanos antigos dê-se de maneira dinâmica e integrada ao processo urbano metropolitano de Brasília, de modo a não deixá-los à margem do desenvolvimento do DF como um todo, mas parte integrante do mesmo. Isto deveria ocorrer, por um lado, beneficiando-os igualmente pelas comodidades da urbanização contemporânea e, por outro, não deixando fenecer a atmosfera bucólica peculiar às pequenas e antigas cidades da Região; significa concretamente preservar seus caracteres espaciais fundamentais; a partir de trabalho semelhante ao realizado para o Plano Piloto (ver caracterização do Plano Piloto de Brasília), fornecendo normas urbanísticas e de construção adequadas a diferentes graus de proteção: desde a indicação de áreas para expansão, até a proteção especial dos elementos mais significativos, com a Igreja de São Sebastião e do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, já tombados pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Governo do Distrito Federal, numa primeira seleção.

Os primeiros estudos de legislação urbanística realizados pelas entidades envolvidas na questão apresentam soluções de restrição a demolições, reformas e ampliações das edificações existentes, subjugando os novos elementos das mesmas à regulamentação específica para novas construções nessas áreas. Nesse sentido, pretendem conter o porte das edificações e do conjunto destes centros antigos, mediante fixação de gabaritos e taxas de ocupação máximas, recuos obrigatórios em relação às vias, obrigatoriedade de telhados inclinados, vegetação densa nos recuos dianteiros dos lotes, de modo a permitir a permanência da estrutura interna dos espaços urbanos e a proteção à significativa massa verde interna aos lotes. As soluções arquitetônicas ficam liberadas ao processamento social de sedimentação histórica da produção do espaço e contidas na volumetria fornecida pelas normas urbanísticas: mantêm-se assim tanto a permanência das características fundamentais da estrutura do espaço urbano destes núcleos, quanto a possibilidade de mudanças solicitadas pelo processo histórico, nos seus caracteres acessórios.





96 Planaltina: Museu e Praça Salviano Monteiro

97 Planaltina: presença de novos elementos

CONJUNTOS REPRESENTATIVOS DA ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

Márcio Vianna

Acampamentos Pioneiros

O período da construção de Brasília marcou um momento peculiar da história do Brasil, e a preservação da memória deste fato histórico é de fundamental importância para o acompanhamento do processo evolutivo da nova capital e do país. Dentro deste contexto, os **acampamentos pioneiros** de Brasília têm papel especial, por terem sido construídos como suporte à construção da cidade, para alojamento de operários e técnicos, das primeiras famílias que chegavam a Brasília, então um canteiro de obras. Foram acampamentos construídos pelo governo e pelas firmas construtoras, edificados "provisoriamente" para serem demolidos poucos anos mais tarde, após a inauguração da cidade: 21 de abril de 1960.

Estes acampamentos datam de 1956 em diante, quando se iniciou a construção dos primeiros elementos da nova capital, que deveria estar concluída – ao menos em seus elementos mais significativos da zona cívica, e no mínimo com porção razoável das zonas residenciais – até abril de 1960. "50 anos em 5" era o lema que marcava a construção de Brasília, e bem reflete o ritmo da construção da cidade, e mesmo de sua vida urbana já em processo.

Essa condição de urgência refletiu-se também na configuração espacial destes acampamentos, totalmente realizados em madeira, de construção simples e bem adaptada ao clima da região e à condição básica de provisoriedade, bem como às tendências arquitetônicas da época: pelo desenho que apresentavam, as edificações destes acampamentos poderiam ser consideradas como aplicação imediata, em madeira, da leitura dos princípios arquitetônicos do Movimento de Arquitetura Moderna tão em voga na época – a geometria simples e não raro cartesiana, o uso de elementos vazados (cobogós, inclusive) e varandas fazendo a transição interior/exterior, racionalização da produção do espaço.

Como arquitetura de conjunto, a configuração destes acampamentos pioneiros coloca o outro lado do binômio estabelecido pelo Movimento de Arquitetura Moderna nas edificações: trata-se de uma releitura e recuperação do caráter tradicional das pequenas cidades brasileiras, que constituem, com certeza, os locais de origem da população pioneira de Brasília, com estrutura espacial profundamente marcada pela carga tradicional de vivência dos engenheiros e arquitetos que os projetaram como funcionários das firmas construtoras responsáveis pela instalação destes acampamentos. Assim, caracterizam-se por traçado ortogonal porém pouco rígido, com alguma organicidade de geometria simples; e a flexibilidade destes espaços foi reforçada pelo crescimento posterior da maioria dos acampamentos por auto-construção, quando assemelham-se ao modelo vernáculo por apresentarem as mesmas unidades morfológicas destes últimos: ruas, quarteirões, praças – inclusive a tradicional praça da igreja, campo de futebol, escola, jardins em frente às casas e quintais ao fundo (ainda que em singelas proporções), sendo a vegetação do conjunto, hoje, bastante desenvolvida, frondosa. A silhueta dos acampamentos alterou-se radicalmente, bem como a relação cheios × vazios em sua planta baixa, e a estrutura interna do seu espaço, como decorrência de seu desenvolvimento.





98 Candangolândia: Escola Julia Kubitschek

99 Acampamentos pioneiros: Metropolitana

Com a conclusão das obras e a inauguração da capital, deflagrou-se o processo da investida oficial contra os acampamentos até então "provisórios", cuja missão estaria cumprida: muitos foram demolidos, total ou parcialmente, e todos passaram a ser rigorosamente controlados. Segundo depoimentos de moradores – que, no entanto, jamais tiveram a propriedade destes imóveis – foi tamanha a pressão que seus ocupantes nunca viajavam ou, se o faziam, deixavam algum parente ou amigo em casa, sob pena de encontrar a casa demolida, ao voltar. Por isso, é muito comum encontrarem-se lotes apenas com os pisos do que já teriam sido casas, em todos os acampamentos.



100 Acampamentos pioneiros: HJKO

A intenção oficial de eliminar os acampamentos, esbarrando na resistência dos moradores, gerou a "solução" intermediária de não demolir, mas também não permitir o desenvolvimento e ampliação das moradias: nestes quase trinta anos decorridos da fixação dos primeiros acampamentos, nunca foi permitida a introdução de novas unidades nestes conjuntos, nem mesmo ampliação ou conservação daquelas existentes, clara política visando o desaparecimento, por deterioração, dos acampamentos. Porém a fiscalização não logrou, certamente, todo o êxito que pressupunha.

Este processo atinge apenas parcialmente os acampamentos remanescentes, em que pese a impossibilidade financeira dos moradores; os acréscimos não chegaram a ser eficazmente evitados, e os acampamentos continuaram a crescer, à revelia do impedimento oficial. De modo geral, as alterações introduzidas pelo tempo nas unidades e no conjunto de cada um destes acampamentos têm funcionado no sentido de "melhorar" sua imagem (segundo os moradores), de modo que os acampamentos pioneiros têm, hoje, configuração que revitaliza, além de parcialmente conservar seu aspecto original de testemunho da época da construção de Brasília e parte integrante e peculiar do seu patrimônio histórico-cultural em sedimentação.

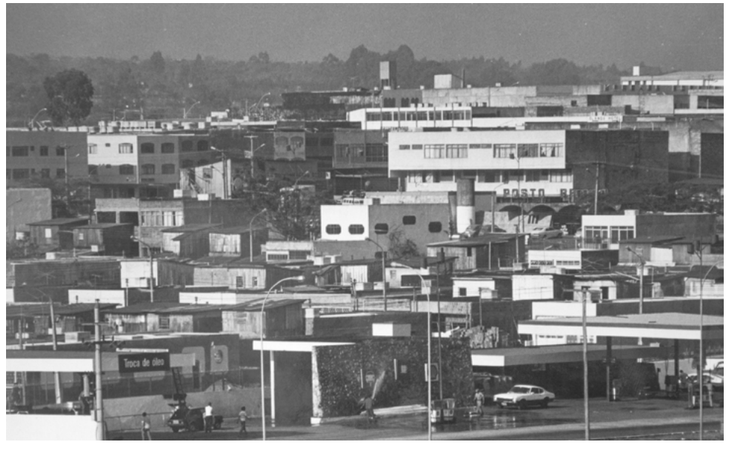
A continuidade destes acampamentos, ao longo de sua própria história, deveu-se principalmente à resistência dos seus moradores, e esta cresce de importância quando se verifica que estes acampamentos são, juntamente com as chamadas "invasões", os últimos redutos de moradores de baixa renda interna ou adjacentemente ao Plano Piloto de Brasília, a área planejada da cidade. A idealizada mesclagem social, onde conviveriam cidadãos de todos os grupos sociais nas recém-criadas "superquadras" do Plano Piloto, foi abandonada desde os primeiros anos da cidade ainda em formação, e as populações dos acampamentos e das primeiras invasões que já se instalavam (inclusive adjacentemente aos acampamentos, configurando os trechos ampliados daqueles por auto-construção) foram sendo desalojados para a periferia – por vezes longínqua – sendo prematuramente criadas as Cidades Satélites, que, segundo o plano, só existiriam após Brasília atingir sua capacidade máxima imaginada (500.000 habitantes).

A preservação e fixação destes acampamentos pioneiros significam, de sua parte, um resgate da memória da construção de Brasília, além de preservação também do espaço conquistado por parte da população pioneira em sua parcela remanescente nas proximidades da área 'nobre': o atual grupo residente nestes acampamentos é, em sua maior parte, descendente de antigos pequenos funcionários das firmas partícipes da construção da capital, inclusive da NOVACAP, a entidade oficial daquele sistema.

Após o tombamento do Catetinho, pelo Iphan, já em 1959 e a pedido do próprio presidente Juscelino, a ação mais antiga







Núcleo Bandeirante

101 Assentamento inicial Cidade Livre, em 1959

102 Substituição das edificações

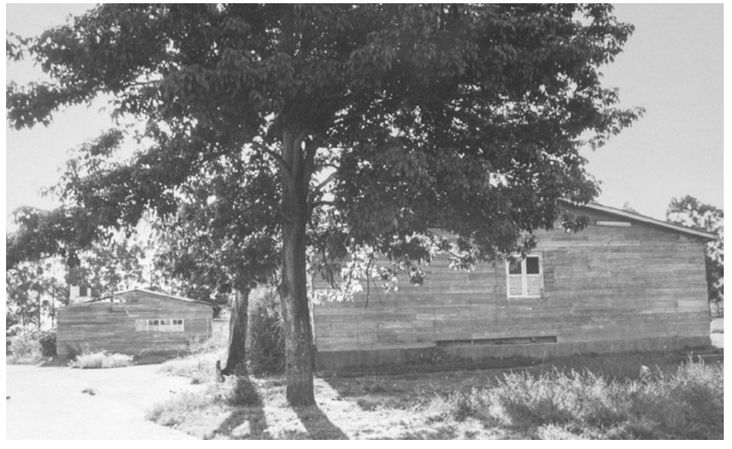
103 Assentamento em 1985



no sentido da consolidação de um acampamento foi em 1967, quando o primeiro e maior acampamento pioneiro de Brasília, a Cidade Livre, foi integrada ao contexto urbano de Brasília sob forma de uma cidade satélite, o chamado Núcleo Bandeirante. No entanto, a simples fixação do assentamento, ainda que levada a cabo por reivindicações acirradas da comunidade local, não contou para a preservação do patrimônio histórico e cultural em que a Cidade Livre se constituíra: hoje nada resta dos primórdios da cidade, e muito pouco da época de consolidação da Cidade Livre, pela criação do Núcleo Bandeirante.

Passados 15 anos desta primeira experiência de consolidação de um acampamento pioneiro em Brasília, o então recém-formado Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, procedeu a pesquisa nos cerca de 15 acampamentos então remanescentes, indicando a Candangolândia, Vila Planalto e Vila Metropolitana para objeto de preservação histórica. Este último núcleo foi então objeto de estudo-piloto, em proposições que abrangiam não apenas a simples fixação do assentamento, mas investigavam a questão fundiária e a então provável fixação de regulamentações de uso e ocupação do solo, que assegurassem a preservação de características fundamentais do assentamento: o sistema viário a ser implantado deveria consolidar o original, definindo, inclusive, as dimensões originais das vias e lotes para as áreas de futura expansão; os usos compatíveis e equipamentos comunitários indispensáveis, proporcionalmente à população; para as edificações, normas que visavam manutenção de suas características plásticas, tais como volumetria básica, alturas máximas, composição de fachadas, e também princípios de agenciamento como afastamento e taxa de ocupação máximas.

A despeito de tais recomendações, os órgãos executores dos planos urbanísticos do Governo do Distrito Federal



[página ao lado]

104 Candangolândia: Igreja São José Operário

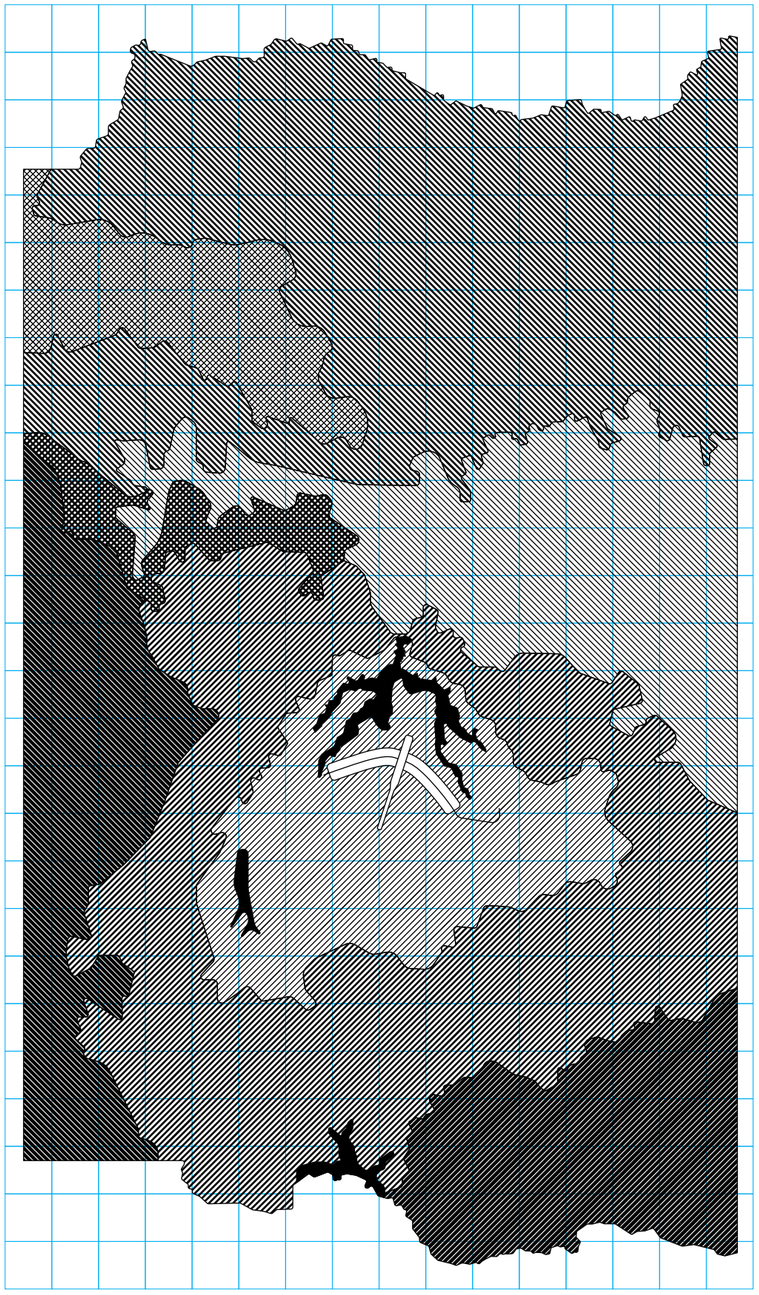
105 Acampamento HJKO: o hospital

fixaram recentemente normas construtivas que, em curto prazo, podem colocar a perder excepcionais qualidades ambientais destes acampamentos: massas de vegetação adulta sacrificadas pelas altas taxas de ocupação nos lotes; a silhueta do núcleo alterada pelo aumento de gabaritos; a característica transparência do espaço urbano prejudicada pela permissão a cercas e muros de razoáveis alturas entre os lotes e a rua, e lotes entre si; a abertura do espaço e usos não compatíveis, bem como outros pontos que, num futuro próximo, não permitiriam clara distinção entre acampamento da época, da construção de Brasília e uma cidade satélite contemporânea. Por outro lado, deve ocorrer, a exemplo do Núcleo Bandeirante, uma rápida substituição das construções em madeira por novas, em alvenaria; este fato não seria problemático se as novas edificações não comprometessem a estrutura interna característica do espaço dos acampamentos mas, por outro lado, é necessário que se conserve, como referencial de época, grupos de exemplares mais significativos mediante tombamento federal ou distrital, segundo abrangência de sua relevância histórica.

A preservação efetiva de edificações em madeira, representativas do período da construção de Brasília, como visto teve um único ato realizado até o presente, no tombamento do Catetinho, residência presidencial provisória até à construção do Palácio da Alvorada.

As comunidades locais dos acampamentos em questão têm tratado, por iniciativa própria, e sempre que possível, da manutenção de suas próprias moradias, e dos elementos comunitários que julgam de maior importância, assim protegidos e repassados às gerações que já vão surgindo; por exemplo, há o caso da restauração da Igreja de São José do Operário no Acampamento da Candangolândia, por sua comunidade, e também o impedimento junto à Justiça Federal, da demolição do Hospital Juscelino Kubitscheck de Oliveira, no acampamento homônimo, em torno àquele que foi o primeiro hospital de Brasília quando ainda em construção... onde nasceram os primeiros brasilienses e morreram os primeiros operários da construção da cidade.

O caso do Hospital JKO merece destaque, por tratar-se da primeira solicitação de tombamento de Brasília, por uma comunidade local: trata-se não da solicitação de tombamento de um dos brancos palácios de mármore na parte mais nobre e representativa da cidade, mas do velho hospital de madeira, praticamente arruinado, no velho acampamento JKO. Após impedir sua demolição, a comunidade do acampamento solicita o tombamento à jurisdição federal, e, paralelamente aos estudos de aprovação por parte daquela, exerce forte pressão reivindicadora, direta ou indiretamente, via imprensa local e nacional, movimentando a opinião pública.



106 Mapa das áreas de preservação existentes e propostas
Paranoá
Chapadas
São Bartolomeu
Rio Preto
Maranhão
Descoberto

UM ESTUDO PARA A PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL DO DISTRITO FEDERAL

Eurico João Salviati

Apresentação

Este artigo é o resumo de um estudo realizado por solicitação do Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília. Agradecemos especialmente ao geólogo Paulo Jorge Rosa Carneiro, cuja tese de doutorado nos serviu de valioso subsídio. No trabalho original, aspectos da flora foram tratados pelos agrônomos Benedito Alísio da Silva Pereira e Tarciso de Souza Filgueiras. O capítulo "Propostas para um Sistema de Áreas Preservadas" foi baseado em: Dias, B. F. S.; Negret, A. J.; Oliveira, A. R. M., Usos e ecologia do Lago Paranoá, Brasília, DNPE – SUPREN – FIBGE. Registramos o apoio em pesquisa da arquiteta Dulce Mourão Sabino Rodrigues, e ainda a colaboração das arquitetas Claudia Maria Matos Araujo, Regina Candida Neves, Suzana Paschoali de Almeida e Elenice Maranesi.

Introdução

Um dos principais motivos que justifica o interesse pela preservação da paisagem natural da região do Distrito Federal diz respeito à peculiaridade de sua localização dentro do território brasileiro. A escolha do sítio finalmente selecionado para a construção de Brasília foi baseada em uma série de estudos realizados em diferentes épocas, que resultaram por situá-lo em uma zona de convergência entre as bacias Amazônica, Platina e São Franciscana, três unidades geográficas de aspectos físicos e bióticos diferenciados e muito peculiares.

Além disso, esta região pertence à área considerada *core* do cerrado, porção central de um extenso complexo de vegetação bastante característico, que ocupa quase um quarto da superfície do território brasileiro. O interesse em se preservar testemunhos destas três regiões dentro do Distrito Federal, bem como trechos dos ambientes típicos do cerrado, protegidos os processos vitais de seus seres vivos, parece evidente.

Outro aspecto que torna vital a preocupação com a preservação da paisagem natural da região, tanto na escala de seu núcleo urbano principal, o Plano Piloto, como no âmbito de sua área metropolitana, formada por este núcleo e suas cidades satélites, tem a ver com o tipo de estrutura urbana que foi implantada na região. Esta estrutura, diversamente do que ocorre nas cidades tradicionais brasileiras, incorpora grandes quantidades de espaços livres abertos, mantendo no

interior da malha urbana porções do espaço natural às vezes com baixo grau de perturbação, o que pode ser apontado como uma característica favorável e bastante desejável, na medida em que possibilita a convivência próxima da população com o espaço natural da região.

Embora muito se tenha criticado a forma desta estrutura urbana, pela rigidez do zoneamento utilizado e pela dispersão espacial das atividades, seccionadas por constantes rupturas do espaço funcional, setorizado em ilhas, o que prejudica sensivelmente o acesso, a concentração e superposição das funções e atividades, características essenciais do meio urbano, é irrecusável manter o compromisso de conservar a presença do espaço livre dentro da malha urbana, contribuindo para um melhor controle climático e ambiental e oferecendo oportunidades de recreação e lazer vinculadas à paisagem natural. Cabe, entretanto, eliminar ambiguidades, categorizando o espaço livre, definindo claramente suas diversas funções, equipando e estabelecendo manejos adequados, criando e fazendo cumprir normas de controle dentro dos princípios da conservação.

Embora muito se tenha criticado a forma desta estrutura urbana, pela rigidez do zoneamento utilizado e pela dispersão espacial das atividades, seccionadas por constantes rupturas do espaço funcional, setorizado em ilhas, o que prejudica sensivelmente o acesso, a concentração e superposição das funções e atividades, características essenciais do meio urbano, é irrecusável manter o compromisso de conservar a presença do espaço livre dentro da malha urbana, contribuindo para um melhor controle climático e ambiental e oferecendo oportunidades de recreação e lazer vinculadas à paisagem natural. Cabe, entretanto, eliminar ambiguidades, categorizando o espaço livre, definindo claramente suas diversas funções, equipando e estabelecendo manejos adequados, criando e fazendo cumprir normas de controle dentro dos princípios da conservação.

O presente estudo nasceu do empenho do Grupo de Trabalho do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília em proceder a análise da questão da preservação da paisagem do Distrito Federal. Mais que o interesse com o espaço natural complementar a monumentos históricos ou com os aspectos visuais da paisagem natural, a traduzir-se em um esforço de preservação dos trechos de maior valor cênico, temas estes à primeira vista mais identificados com as atribuições de um órgão destinado à preservação do patrimônio histórico e cultural, o presente trabalho procura tomar como referência fundamental um conceito de paisagem natural que, incorporando considerações relativas aos aspectos visuais, contemple também a relevância de seus aspectos físicos e bióticos. Desta forma, a paisagem natural, concebida como o conjunto de múltiplos fatores físicos, bióticos e culturais, é considerada em todos os seus múltiplos aspectos, constituindo um patrimônio da mais alta significação e importância cultural.

I. As unidades de paisagem do Distrito Federal

A paisagem da região de Brasília é composta por três tipos de unidades principais. As chapadas representam o traço dominante da paisagem da região, constituindo superfícies muito planas, situadas em diferentes níveis, distanciados no máximo de 200 metros em sua altitude. Estas chapadas são testemunhos remanescentes da ação de antigos ciclos geomorfológicos, que através de lentos processos de erosão, seguidos de soerguimento da massa continental, originaram plataformas localizadas nos pontos mais altos da paisagem. Dominando a região, com altitudes acima de 1.200 metros, a Chapada da Contagem é um testemunho do mais significativo destes ciclos, o qual modelou a chamada Superfície Sulamericana, produzindo o mais perfeito nivelamento encontrado no Brasil, tendo aplainado indistintamente diferentes tipos de substratos rochosos, superfície essa que apresenta hoje inúmeros trechos remanescentes. Constitui um traço comum a estas chapadas a existência de uma camada detrítica, formada por concreções ferruginosas, que correspondem a verdadeiras carapaças pedregosas sob o solo.

As duas outras unidades de relevo estão relacionadas a ciclos geomorfológicas posteriores aos que deram origem às chapadas. Durante estes ciclos, as superfícies planas das chapadas, que inicialmente se estendiam por toda a região, foram sendo erodidas gradualmente passando a expor seu embasamento rochoso. O subsolo da região é formado por complexas séries de estratos, que foram depositados em diferentes etapas sobre um embasamento cristalino que faz parte do Maciço Goiano-Matogrossense. Estes sedimentos foram parcialmente metamorfizados, intensamente dobrados e fraturados, como resultado da ação de uma série de eventos orogenéticos ocorridos em diferentes épocas. Entre estes dois últimos ciclos, o mais antigo diz respeito às três bacias: a do Descoberto, a do São Bartolomeu, e a do Maranhão. Os processos de modificação da paisagem nos três casos são semelhantes, variando o resultado em função principalmente das litologias que em cada caso estão sendo atingidas.

O relevo resultante do ciclo erosivo mais recente, que abrange a depressão do Paranoá e a Bacia do rio Preto, apresentase levemente ondulado e com declividades suaves, como resultado da ação da drenagem sobre um substrato formado principalmente por ardósias, onde se encontram frequentes lentes de quartzito, que sustentam os pontos mais acidentados desta unidade.

O mapa apresentado na ilustração de nº 106 representa os tipos de paisagens da região de Brasília e foi adaptado de um trabalho realizado em 1983, pelo geólogo Paulo Jorge Rosa Carneiro. Com o auxílio de sensoriamento remoto, o autor realizou um inventário dos diversos aspectos físicos, buscando sintetizálos em uma visão integrada que nos é apresentada através de uma categorização da paisagem da região contribuindo para a identificação e descrição de seus diferentes tipos de paisagem. Desta forma, as áreas de terreno constantes de uma mesma unidade de paisagem teriam uma grande similaridade quanto aos seus diferentes aspectos interrelacionados e seriam por eles caracterizadas.

Com base nesta metodologia de trabalho, os principais tipos de paisagem encontrados no Distrito Federal são os seguintes:



107 Paisagem da depressão do Paranoá com vista de cidade de Brasília

1. Depressão do Paranoá

Com uma área de aproximadamente 576 km², perfazendo 10,5% da superfície do Distrito Federal e ocupando a parte mais baixa da bacia do Paranoá, estendese da cota 1.000 (lago Paranoá) até a cota 1.100, atingindo trechos da cota 1.150 e incluindo em seus limites o Plano Piloto de Brasília, o lago Paranoá, o Guará, o Setor de Mansões Park Way, e boa parte do Parque Nacional de Brasília. Tendo declividades de, no máximo, 8%, conforma-se como uma estrutura dômica trabalhada pela erosão, possuindo uma drenagem fluvial que corre perifericamente em trajetórias curvas, na direção do lago Paranoá, e é formada pelos ribeirões Torto e Bananal, ao norte e pelo Riacho Fundo e córrego Vicente Pires ao sul.

Ocupando níveis intermediários da paisagem, com modelado suave e leve inclinação em sua maior parte para o nascente, os terrenos desta unidade proporcionam, além de boa drenagem, boa insolação e ventilação moderada, comportando visuais amplas e variadas, as quais não ocorrem no interior dos terrenos planos das chapadas. Com estas características, este sítio apresenta-se como ideal para urbanização, razão pela qual foi escolhido para localização do Plano Piloto de Brasília, cuja implantação soube aproveitar ao máximo a conformação peculiar do terreno e especialmente o cenário formado pelo lago Paranoá.



108 Paisagem de chapada

2. As chapadas do entorno do Paranoá

Esta secção da paisagem é bastante semelhante à anterior e, como aquela, pouco acidentada, tendo declives de no máximo 8%, com altitude média em torno de 1.200 metros. Dispondo de uma área de aproximadamente 1.300 km², ocupa 24% da superfície do Distrito Federal e caracteriza-se pelo seu relevo muito plano, dominando a paisagem da região e contendo inclusive seu ponto culminante, o pico do Roncador, com 1.249 metros de altitude. A área descrita configura-se como um anel que circunda a depressão do Paranoá, constituindo para um observador situado no seu interior um nítido limite visual, ligeiramente acima da linha do horizonte , o qual atua como pano de fundo para todas as visuais mais extensas, dirigidas para fora desta área central.

A ocupação mais significativa destas áreas de chapada, principalmente na sua porção sudoeste é representada pelas cidades satélites de Taguatinga, Ceilândia e mais ao sul pelo Gama. A localização destes núcleos urbanos foi condicionada à possibilidade de lançar o esgoto predial para fora da bacia do Paranoá, evitando-se soluções mais sofisticadas e dispendiosas. A localização destas cidades satélites tem sido sempre muito criticada por vários motivos, especialmente pelo seu distanciamento do Plano Piloto, onde ocorre boa parte dos empregos e serviços da região.



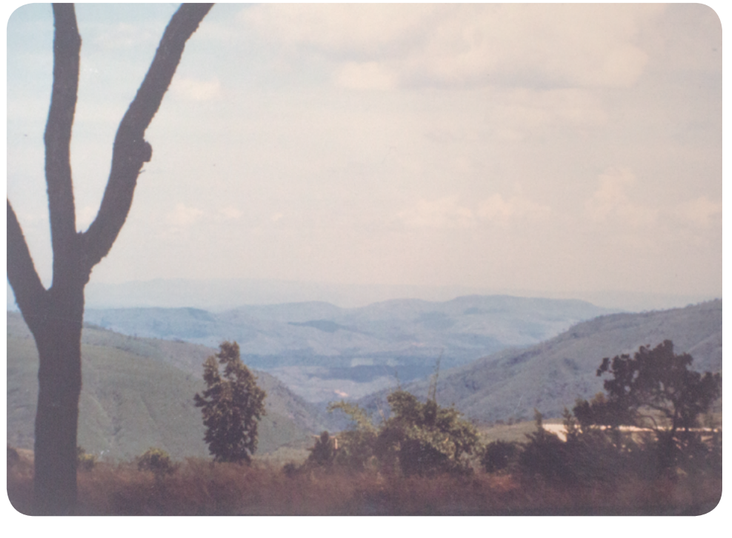
109 Paisagem montanhosa
do vale do rio São Bartolomeu

3. O vale do rio São Bartolomeu

Bastante diversa das duas unidades já descritas anteriormente, a região do vale rio São Bartolomeu aparece como uma área onde o efeito da erosão natural foi suficiente para desmontar inteiramente o terreno que recobria a atual superfície, varrendo qualquer vestígio das antigas chapadas que davam continuidade às ainda hoje remanescentes, restando apenas como testemunhos alguns marrotes arredondados cobertos de laterita.

A paisagem visual mostra claramente a diferença apontada, pois em substituição às superfícies planas, levemente onduladas ou com ligeiros declives, observa-se uma região relativamente acidentada, coberta de morros tomados por vegetação de campo na sua maior parte, caracterizando o fato de que o solo não chegou a se desenvolver muito além da camada superficial. Dentro do Distrito Federal esta área ocupa aproximadamente 570 km² de extensão ou 10% de sua área total.





110 – 111 Paisagem montanhosa
do vale do rio Preto

4. O vale do rio Preto

O vale do rio Preto, dentro do Distrito Federal, representa uma paisagem que aparece visualmente como intermediária entre a paisagem das chapadas e aquela do vale do São Bartolomeu. As suas altitudes maiores estão em torno de 1.000 metros e diminuem gradualmente para leste, em direção à calha do rio Preto, onde chegam a atingir em torno de 800 a 850 metros, próximo ao rio. Sua extensão é de aproximadamente 1.280 km² (23% do Distrito Federal) e ocupa toda a faixa de terra a leste do estado. O terreno é muito pouco acidentado, com declividades que não ultrapassam os 8%.

Esta unidade, que cobre quase uma quarta parte da superfície do Distrito Federal, é destinada em praticamente toda sua extensão, à exploração agropecuária, atividade que se iniciou com a criação dos núcleos rurais de Tabatinga e Rio Preto, no início da colonização de Brasília.



112 Paisagem montanhosa do vale do rio Maranhão

5. O vale do Rio Maranhão

Das três unidades da paisagem mais profundamente modeladas pela erosão natural, atuando sobre o terreno das chapadas do Distrito Federal, a mais surpreendente é sem dúvida a encontrada no vale do Rio Maranhão, junto ao limite norte do estado. Visualmente é a paisagem mais atraente da região, pela acentuada movimentação de seu relevo e pela variedade de ambientes e tipos de vegetação que apresenta. Da mesma forma que a bacia do rio São Bartolomeu, constitui um exemplo de paisagem renovada, onde a erosão desmontou o ancestral relevo de chapadas e escavou seu embasamento rochoso, que vai sendo lentamente esculpido pelas águas pluviais, formando uma profusão de sulcos estreitos e profundos, que dão a tônica de um relevo complexo e movimentado, com declividades que variam de 20 a 45% e altitudes que vão de um pouco mais de 1.000 metros até menos de 800. Contudo a parcela da área drenada pelo rio Maranhão, tributário da Bacia Amazônica dentro do Distrito Federal, é relativamente pequena, não ultrapassando 370 km² , o que representa apenas 7% da sua área total.

II. A ocupação da paisagem do Distrito Federal

6. O vale interior do Descoberto

Esta é a última das três unidades de paisagem geomorfologicamente similares, formadas pela ação da erosão natural sobre as chapadas no Distrito Federal, e das quais já foram descritas as chapadas dos vales do São Bartolomeu e do rio Maranhão. Situada entre altitudes que vão de 800 a 1.000 metros, tem declividades que variam de 8 a 20%. Embora semelhante em muitos aspectos, esta se distingue das outras duas pelo seu substrato geológico, já que este trecho é separado do restante do Distrito Federal por uma falha geológica situada a sudoeste do estado.

Este trecho de paisagem ocupa, da mesma forma que a bacia do Maranhão, uma superfície bastante restrita em relação à área do Distrito Federal (400 km², ou seja, 7,5% do total), de modo que sua importância reside mais na singularidade que a distingue das demais unidades.

Antes da construção de Brasília, a região onde hoje se situa o Distrito Federal fazia parte dos municípios goianos de Luziânia, Planaltina e Formosa, sendo ocupada por grandes fazendas de criação de gado zebu para corte. A agricultura restringia-se a pequenas lavouras de subsistência e era prática generalizada a utilização de queimadas para formação de pastos ou para a plantação de culturas, que eram feitas em solo de mata, sobre as cinzas, deixando a vegetação renascer após algumas safras, e repetindo o procedimento até o esgotamento do solo. As cidades mais importantes eram Brazlândia e Planaltina, situadas ambas em trechos de cota intermediária relativamente à paisagem, sobre ligeiras depressões das áreas de chapada.

No ano de 1955, a Comissão de Localização da Nova Capital aprovou a escolha do chamado Sítio Castanho, situado aproximadamente a 30 quilômetros a sudoeste da cidade de Planaltina, escolhido entre cinco áreas de 1.000 km² cada uma, que haviam sido selecionadas pela firma americana de Donald J. Belcher, contratada para estudar a localização da nova capital, e que em seu relatório haviam sido designadas por cores.

Em 1956, o Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional projeto de lei fixando a área do novo Distrito Federal e autorizando o Executivo a organizar uma sociedade por ações, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), que receberia todos os encargos relativos à construção de Brasília. Em setembro do mesmo ano, a Comissão de Planejamento e Mudança da Capital lança o concurso para o Plano Piloto da cidade.

O plano vencedor, de Lucio Costa, propunha uma implantação calcada na ideia das cidades-jardim da Inglaterra do início do século, além de fortemente inspirada nos trabalhos de Le Corbusier, notadamente "*Une ville contemporaine*", de 1922, e "*La ville radieuse*", de 1935. Concebida como um objeto arquitetônico completo, circundado por um cinturão verde, de modo a garantir sua identidade, planejada como

um imenso parque, onde os edifícios comparecem como unidades isoladas, a cidade constitui um marco urbanístico dos anos 50 e 60. Situada ligeiramente acima da costa do Lago Paranoá, ocupa um dos terrenos mais favoráveis à urbanização dentro do Distrito Federal.

Com o decorrer dos anos, a primitiva ideia de Lucio Costa, de ter o Plano Piloto isolado por um cinturão verde, além do qual se localizariam as cidades satélites, unidas ao núcleo central apenas por rodovias, se demonstrou difícil manter. Esta concepção, impregnada de forte caráter simbólico, além disso sublinhada por razões de caráter ambiental, uma vez consideradas as limitações de ordem técnicofinanceiras para a disposição final do esgoto dentro da bacia do Paranoá, esbarrava em outras razões de ordem prática.

Assim, desde o início da construção de Brasília, inúmeros acampamentos de empresas construtoras ou assentamentos provisórios independentes ocuparam, pela necessária proximidade com as obras, diferentes áreas dentro do que deveria ser o "cinturão verde". Alguns destes assentamentos acabaram por se tornar definitivos, como é o caso da "Cidade Livre", criada em 1957, hoje transformada em uma populosa cidade satélite: o Núcleo Bandeirante. Outros não tiveram a mesma sorte, pois, em 1958, o Governo começou a transferir a maior parte da população que se distribuía nos assentamentos espontâneos ao redor do Plano Piloto, para núcleos afastados, além dos limites da bacia do Paranoá, localizandoos na região das chapadas. Assim, originaramse Taguatinga, criada em 1958, a 15 km do Plano Piloto; a cidade do Gama, criada em 1960, bastante mais afastada; Sobradinho, criada no mesmo ano, e Ceilândia, criada em 1971.

Apesar deste permanente esforço por parte do Governo em remover a população considerada "excedente" das áreas internas da bacia do Paranoá, a tendência de ocupação dos vazios mais próximos do Plano Piloto sempre foi muito forte. Contudo, a utilização de determinados trechos da depressão do Paranoá, especialmente no corredor de ligação entre o Plano Piloto–Guará—Taguatinga, não poderá continuar sendo descartada, dependendo, evidentemente, da solução apropriada para a disposição do esgoto resultante.

As atividades agrárias dentro do Distrito Federal ocorrem quase que integralmente em áreas que foram desapropriadas pelo Governo, loteadas e arrendadas, com a intenção de gerar produção para suprir o mercado consumidor que surgiu com a criação de Brasília. Localizamse principalmente no vale do Rio Preto, onde estão situadas as áreas mais adequadas à exploração agrícola, e nas porções suavemente rebaixadas das chapadas, a oeste do estado, principalmente no Distrito de Colonização Alexandre de Gusmão, perto da represa do Descoberto.

Quanto às áreas de reserva, as principais são o Parque Nacional de Brasília, a Reserva Biológica das Águas Emendadas, a Reserva Biológica do IBGE e a Reserva da Cabeça de Veado. O parque Nacional de Brasília foi criado em 1961, com 27.000 hectares de área, e está sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Possui uma fauna rica e representativa do Planalto Central, embora suas dimensões não sejam suficientes para abrigar fauna de grande porte.

A reserva Biológica das Águas Emendadas foi criada em 1968. Com 3.850 hectares, localiza-se em uma área divisora das bacias do São Francisco e Amazônica, recebendo seu nome pela existência de uma vereda cujas águas drenam no sentido das duas bacias. Está sob responsabilidade da Fundação Zoobotânica e tem apenas uma pequena parcela de área cercada, sendo que maior parte da área correspondente ao decreto não foi desapropriada.

As duas outras áreas são reservas menores, servindo a primeira para fins de pesquisa (IBGE), enquanto a Cabeça de Veado, de responsabilidade da Fundação Zoobotânica, foi recentemente destinada ao Jardim Botânico do Distrito Federal.

III. A preservação da paisagem natural

Entre os objetivos a serem alcançados pelas ações que visam a preservação da paisagem natural, podemos citar como os mais importantes: a preservação dos recursos naturais, a preservação dos testemunhos da paisagem e a manutenção da identidade da paisagem.

III.1. A preservação dos recursos naturais

Entre as diferentes categorias de temas relativos à preservação da paisagem, a proteção dos recursos naturais é a mais abrangente. Devese fundamentar na ocupação do território com base nas características naturais dos diferentes trechos que compõem a paisagem, conhecidas e respeitadas suas peculiaridades, de maneira a se ter como resultado uma boa qualidade ambiental, a um custo de manejo compatível com recursos limitados e frequentemente escassos.

A ocupação do solo no Distrito Federal, que ocorreu inicialmente dentro de um padrão razoável de compatibilidade com as características da paisagem, tende a se descontrolar a partir do momento em que uma série de decisões desarticuladas são tomadas com a finalidade de acomodar o próprio desenvolvimento, ou no momento em que certas utilizações do solo são toleradas sem que se tenha um código de princípios gerais sobre a questão ambiental.

A inexistência, até o presente momento, de um órgão responsável pela gestão da política ambiental, a fragmentação do controle em diferente núcleos de decisão cada qual responsável por uma fatia determinada, inviabiliza uma ação conjunta no que se refere à preservação da paisagem e à defesa de seus recursos naturais, frustrando a possibilidade de um trabalho permanente capaz de acompanhar a evolução da paisagem e avaliar as respostas que seus processos naturais impõem às diferentes formas de ocupação que vão sendo implementadas.

Assim, mais do que aplicar uma legislação genérica através de inúmeras agências isoladas, a preservação ambiental e a proteção dos recursos naturais deve se basear em instrumentos que se refiram a situações concretas e específicas, fundamentando-se em planos e zoneamentos realizados com base em inventários da paisagem, elaborados e aplicados sob o controle de órgão específico. Além disso, a participação direta das comunidades locais através de suas associações, escolas e outras entidades é essencial para a formação de uma consciência social a respeito da preservação ambiental, de modo a poder influir substancialmente nos planos e programas do governo.

III.2. A preservação dos testemunhos da paisagem

Um segundo objetivo importante da preservação natural diz respeito aos testemunhos da paisagem. Quando se trata da preservação da paisagem como um todo, o objetivo primordial é a utilização sustentada dos recursos naturais, garantidas sua renovação e regeneração, estendendose assim sua utilização às gerações futuras.

Existem, entretanto, sítios e aspectos da paisagem natural: aspectos da geologia, da geomorfologia, ocorrência de água, ambientes repositórios da fauna e flora características da região, locais de abrigo de espécies raras ou em extinção, que devem ser preservados como testemunhos da evolução natural da paisagem regional e mantidos de maneira a se conservar ao máximo as relações entre os seres vivos e entre estes e seu ambiente.

Especialmente para uma região na qual o conhecimento da flora e da fauna pode ser considerado ainda incipiente, como é o caso do cerrado, para o qual inexistem listagens completas de espécies, avaliação de comunidades, e outras informações básicas, é importante a preocupação de preservar o maior número de ambientes naturais significativos, para garantir a sobrevivência do maior número possível de indivíduos, cujas espécies muitas vezes estão ameaçadas de extinção ou ainda tornandose raras rapidamente em função do processo de ocupação sofrido pela região.

A garantia de preservação dos testemunhos da paisagem implica principalmente no estabelecimento de um sistema de áreas reservadas que abranja os diferentes tipos de paisagens, e, dentro destas, contenha os diferentes ambientes ecológicos. Diferentes tipos de áreas podem concorrer para a constituição de tal sistema, sendo fundamental a existência de reservas naturais e biológicas, unidades que, a fim de cumprir com os objetivos de preservação, devem dispor de uma situação jurídica definida através de legislação competente, situação fundiária regularizada por compra ou desapropriação e administração própria, com a destinação de recursos humanos e financeiros suficientes para cercar e manter intacta a área sob controle.

III.3. A manutenção da identidade da paisagem

A paisagem natural de Brasília possui traços peculiares, visualmente identificáveis, que a distinguem claramente daqueles observados em outras regiões, sendo marcada principalmente pela horizontalidade dos planos de suas chapadas, pelos suaves declives dos terrenos deprimidos que ocupam níveis intermediários, e pelos terrenos deprimidos que ocupam níveis intermediários, e pelos terrenos montanhosos situados em áreas de cotas inferiores. Nestas paisagens, a vegetação representada principalmente pelos campos e pelos cerrados, constitui o aspecto visual que melhor distingue e identifica a região

Vegetação e relevo são passíveis de radicais alterações, especialmente em terrenos que se prestam facilmente à ocupação, a qual muitas vezes, conduzida sem a preocupação de se procurar manter tais aspectos, tende a enfraquecer ou eliminar os traços singulares que figuram como elementos de identificação da paisagem natural, determinado assim sua profunda descaracterização.

IV. Uma política ambiental para o Distrito Federal

A prática de se estabelecer normas visando controlar a utilização dos recursos é bastante antiga. Inicialmente foram reguladas as relações entre indivíduos quanto aos seus direitos de apropriação dos recursos naturais. Com o crescimento das populações e desenvolvimento dos assentamentos humanos, desenvolveu-se o emprego de normas para o controle específico do uso da água, solo, subsolo, vegetação, fauna, o que constitui ainda hoje a base de nossa legislação atual. Modernamente o entendimento maior acerca do extremo grau de interdependência dos recursos naturais, tem dado origem, no mundo todo, a dispositivos que visam unificar o controle sobre o ambiente por meio da criação de órgãos exclusivamente encarregados do estabelecimento de políticas ambientais.

No Brasil, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973, iniciouse o esforço para procurar garantir maior coerência no trato dos problemas relativos ao ambiente. A criação de empresas estaduais de controle ambiental, a partir desta época, surgidas por vezes a partir da ampliação dos objetivos de entidades já existentes, principalmente aquelas destinadas ao saneamento básico e abastecimento de água, ou ainda originárias da fusão de diferentes órgãos com atividades afins, começou a propiciar um acompanhamento mais apropriado das condições ambientais, levado a efeito a nível local. Além disso, o surgimento em todo o país de um grande número de associações e entidades voltadas à defesa do ambiente, dá a medida do interesse de participação da população nas questões ambientais, cujo o trato não pode ficar restrito exclusivamente ao âmbito governamental.

No Distrito Federal, a proteção ambiental é incipiente, uma vez que ainda é exercida de modo desarticulado, através de diferentes órgãos que dispõem de atribuições específicas, ressentindose o ordenamento e coordenação das diferentes ações. Talvez a inexistência de problemas ambientais mais graves, comuns em regiões mais densamente ocupadas, tais como enchentes, deslizamentos, poluição atmosférica, além da relativa ausência de atividades industriais com avultadas implicações ambientais, tenha contribuído para esta omissão do poder público. Não podemos, entretanto, esquecer que muitos problemas ambientais da região de Brasília estão a exigir uma ação coordenada e constante do governo local, o que só poderá se efetivar através da criação de um sistema de proteção ambiental orientado por um órgão estadual específico.

Embora seja difícil estabelecer com segurança a forma ideal que deverá ter um órgão de controle ambiental para o Distrito Federal, pode-se dizer que seria conveniente se o mesmo pudesse reunir a flexibilidade e autonomia de uma fundação ou empresa pública, mantendo-se, ao mesmo tempo, aberto à efetiva participação da comunidade em geral e de outros setores do próprio Governo, também interessados na preservação do ambiente.

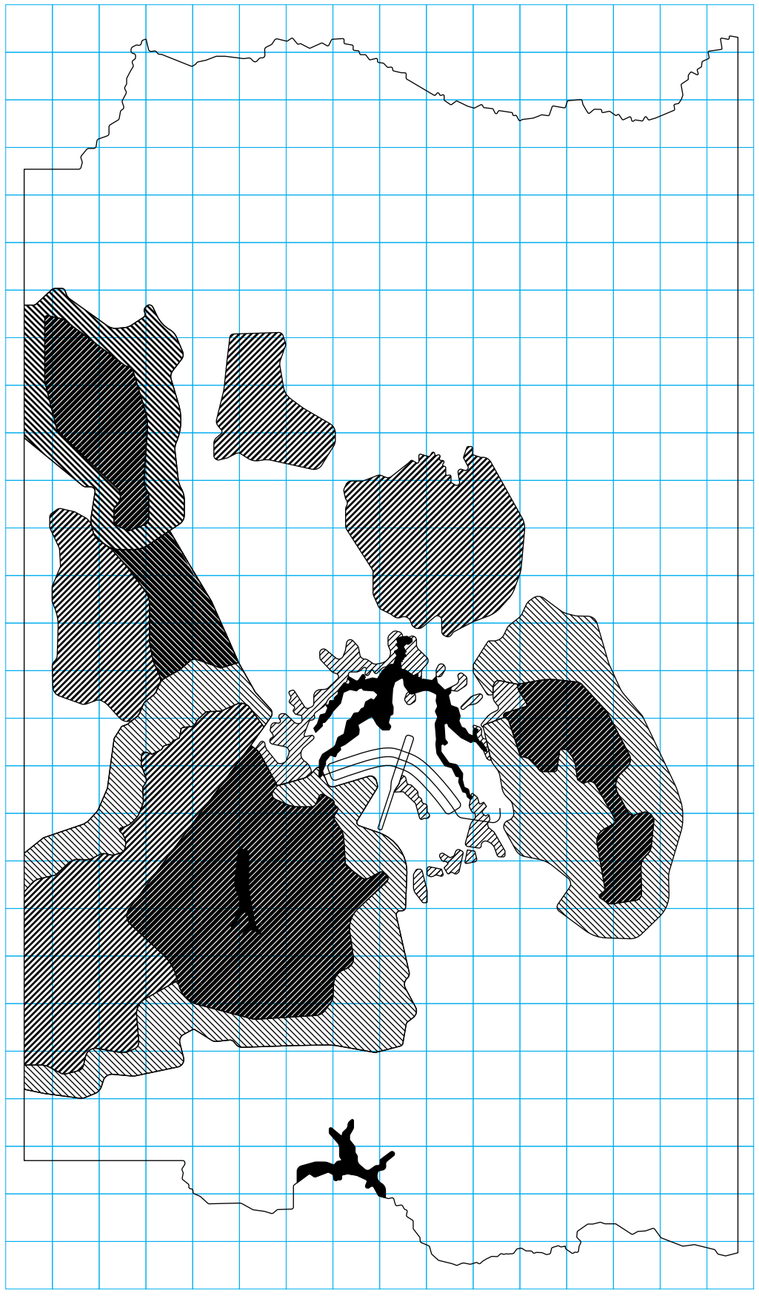
V. Proposta de um sistema de áreas preservadas

A peculiar localização de Brasília, situada na confluência de três importantes bacias sulamericanas: Amazonas, Prata e São Francisco, dentro da área nuclear do grande bioma do Cerrado, confere à sua flora e fauna uma riqueza e variedades incomuns. A diversidade geológica e topográfica da região e sua elevada densidade de nascentes e riachos, favorecem a variedade de ecossistemas e habitats, que formam um intricado mosaico de diferentes tipos de comunidades, abrigando uma flora e fauna bastante complexas.

Considerando-se, também, que o cerrado é um ecossistema de grande valor ecológico, pois ocorre apenas no Brasil, tendose em vista que este se tornou, na última década, uma nova fronteira agrícola brasileira, é de máxima urgência o estabelecimento de novas áreas de preservação. O Distrito Federal, pela sua condição de sede do Governo Federal e polo científico e cultural, deve servir de exemplo a outros estados no que se refere à preservação de testemunhos deste raro patrimônio ambiental.

O Distrito Federal conta com aproximadamente 27% de sua área ainda coberta por vegetação nativa e praticamente não ocupada. Neste trabalho, propõese que um terço destas áreas sejam declaradas de preservação ambiental, desapropriadas quando isto for necessário, e transformadas em reservas biológicas. Desta forma, o Distrito Federal que conta hoje com uma porcentagem de apenas 6% de áreas preservadas, passará a ter 17% de sua área nesta situação.

A escolha destas áreas teve, tanto quanto possível, a preocupação de contemplar áreas não perturbadas, com destaque pela quantidade e qualidade de seus aspectos físicos e bióticos, representativas em relação aos diferentes tipos de paisagem, e pertencentes preferencialmente ao poder público. Segundo uma ordem de prioridades que leva em conta os critérios mencionados, as propostas podem se enumerar da seguinte maneira:



113 Mapa das áreas de preservação existentes e propostas

- *Reservas existentes*
- *Reservas propostas*
- *Zona tampão*
- *Corredor ecológico*
- *Reservas vinculadas ao lago Paranoá*

1. Área da bacia dos ribeirões Gama e Cabeça de Veado

É constituída por um conjunto de áreas pertencentes a diferentes instituições, perfazendo aproximadamente 11.000 hectares de terreno com vegetação nativa, águas puras e rica fauna, cercados por áreas urbanas e suburbanas. Esta região possui uma grande diversidade de tipos de comunidades que formam um complexo mosaico de cerrados, cerradões, campos, brejos, matas de galeria e veredas de buritis. Abriga muitas espécies da fauna em extinção, tais como o lobo-guará, o tatu-canastra, o tamanduá-bandeira, o veado-campeiro, além de muitas espécies raras.

Por estas características, está área tem sido de grande importância para a pesquisa ecológica, florestal e de recursos naturais renováveis, de vez que dentro dela atuam diversas instituições: A Universidade de Brasília, desde 1960, vem desenvolvendo pesquisas ecológicas na região, intensificadas a partir de 1975 com a criação do seu curso de Mestrado em Ecologia; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que criou em 1975 a Reserva Ecológica do IBGE, na área, vem desenvolvendo pesquisas intensivas sobre a estrutura e dinâmica das comunidades naturais, sobre os recursos vegetais e animais; a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal desenvolve na Estação Florestal Cabeça de Veado pesquisas sobre recursos florestais e sobre adaptação de espécies exóticas, as quais devem ser intensificadas com a recente criação do Jardim Botânico de Brasília no local. Trata-se da área onde se desenvolvem os estudos mais intensivos sobre a ecologia do cerrado em todo o Brasil central. Contudo, estas três reservas estão entremeadas com outras pequenas áreas, ainda preservadas, mas com destinações diversas. Faz-se necessário, portanto, garantir a preservação destes trechos, vedandose qualquer outro tipo de uso, declarandoas de preservação ecológica e colocandoas sob controle de órgãos que possam garantir sua efetiva proteção. Propõe-se o desenvolvimento de um programa integrado de manejo ecológico em regime de cooperação envolvendo a FZDF, IBGE e UnB.

2. Áreas vinculadas ao Lago Paranoá

As condições ambientais peculiares encontradas nas desembocaduras dos rios dão origem à grande riqueza que é característica destes importantes e complexos ecossistemas. Neles, grande parte da matéria orgânica arrastada pelo rio é depositada, formando um rico substrato sobre o qual se desenvolvem variadas comunidades vivas.

Os estuários que se formam em águas paradas, como é o caso do Lago Paranoá, são verdadeiros berçários de vida da bacia hidrográfica: a grande produtividade primária de fitoplancton e zooplâncton constitui a base das cadeias tróficas que suportam a vida animal de toda a bacia. Estas condições determinam a presença de aves e peixes que procuram o lugar para reprodução. Sua sobrevivência é favorecida também pela colonização de plantas aquáticas e marginais, que ocorrem muito rapidamente nos estuários, ao contrário do que sucede com restante da orla do lago, onde este processo é muito lento.

No caso do Lago Paranoá, seus ribeirões formam importantes estuários que representam, ainda hoje, mesmo sem grande proteção, os últimos refúgios de vida silvestre na área urbana de Brasília. A fauna, especialmente as aves, que constituem a classe melhor sucedida no Lago, representa um valioso recurso natural como atração turística, recreativa e educacional. Uma recente lista de aves encontradas no Paranoá apontou 150 espécies entre garças, patos, saracuras, maçaricos, martinspescadores e outros, inclusive espécies de grande valor científico, sobretudo espécies migratórias da família Scolopacidae, maçaricos e batuíras, que abandonam o rigor do inverno no hemisfério norte, procurando melhores condições de sobrevivência no continente sulamericano, tendo necessidade de áreas como esta do Lago Paranoá para alimentação e descanso ao longo de sua rota.

O que se propõe em relação a estes estuários é que sejam reconhecidos e legalizados como áreas de refúgio de vida sil-

vestre, delimitando-se locais específicos para a sua proteção, recuperandose as matas ciliares que os guarnecem, e criandose, ao mesmo tempo, pontos de atração próximos, com acesso facilitado ao público, especialmente equipados para proporcionar a oportunidade de observação da paisagem e da fauna existente.

Completam esta proposta a proteção da totalidade de matas de galeria que margeiam os ribeirões tributários do lago e a proteção da faixa de terreno escarpado que delimita a chapada imediatamente a leste do Lago Paranoá (Lago Norte).

3. Áreas da Bacia do Rio Maranhão

A região norte do Distrito Federal caracteriza-se pelo seu relevo fortemente montanhoso, onde são comuns os afloramentos de rochas calcárias, originando solos que possibilitam a formação de uma luxuriante vegetação de florestas decíduas onde é comum a ocorrência de espécies como a barriguda, o angico, a aroeira e cactus. Estes trechos entremeiam-se com faixas de cerrado e campo, constituindo uma paisagem extraordinária e única na região de Brasília. A heterogeneidade desses ecossistemas sobre áreas calcárias, de complexa topografia e vegetação exuberante, garante recursos alimentares e abrigos para uma fauna diversificada onde ocorrem mamíferos de maior porte, como a onça pintada, a suçuarana, os porcosdomato, o lobo-guará, o tatu-canastra. Entre as aves encontram-se espécies típicas da região amazônica, como a arara-vermelha, o mutum-pinima, a peitica.

Esta paisagem montanhosa é coroada em altitude pelo relevo plano das chapadas, cobertas de cerrados e campos rupestres, cujas encostas são de grande interesse para preservação, pelas inúmeras nascentes e pela profusão de matas de galeria que nelas se formam. Não obstante sua importância, os campos rupestres e as matas decíduas não comparecem em nenhumas das reservas hoje existentes no Distrito Federal.

Duas áreas de chapada são propostas como reserva nesta região: um trecho da Chapada de Sobradinho, aproximadamente com 8.000 hectares, e outro da Chapada da Contagem, com 10.000 hectares, junto ao Parque Nacional de Brasília. Uma terceira área, com cerca de 8.000 hectares, abrangendo o que de mais típico ocorre no trecho da paisagem montanhosa do Vale do Maranhão, denominada "Buracão" é também proposta como área de preservação. Esta área já foi reivindicada anteriormente para ser incorporada ao Parque Nacional de Brasília, por ocasião de sua implantação.

4. Outras áreas de reserva

Além das mencionadas, três outras áreas são propostas de modo a contemplar duas outras unidades paisagísticas para os quais não existem reservas atualmente. Duas destas áreas se localizam no vale do rio Descoberto.

5. Zona tampão

Tendo em vista valorizar e maximizar a área efetivamente preservada das três grandes reservas do Distrito Federal (a reserva principal constituída pelo Parque Nacional de Brasília, em conjunto com a área proposta do Buracão e Chapada da Contagem; e duas reservas secundárias: a Reserva Biológica de Águas Emendadas em conjunto com área proposta da Chapada de Sobradinho; e a Área Proposta de Preservação Integrada das Bacias Gama e Cabeça do Veado) propõe-se o estabelecimento de uma zona tampão ao redor destas três grandes reservas, a fim de disciplinar o uso do solo de modo a evitar a ocupação das áreas contíguas a elas com atividades prejudiciais ao objetivo de preservação de ecossistemas complexos e naturais sem interferências antrópicas. As demais áreas propostas e já existentes, desempenhariam um papel complementar às três reservas maiores citadas acima.

VI. Um plano de parques para Brasília

Pode-se dizer que a cidade de Brasília foi toda concebida segundo a ideia de constituir um grande parque, onde os edifícios aparecem como elementos isolados dentro da área verde contínua. No entanto, a quantidade excessiva de áreas livres dificulta seu manejo e restringe a possibilidade de um tratamento mais definido e criativo entre as diversas áreas verdes urbanas, tratadas sempre de uma forma homogênea e sem diversidade. Isto faz com que se perca a ideia do parque tradicional, só reencontrada em algumas poucos trechos, que se diferenciam do todo por sua localização e tratamento paisagístico, tais como o espaço entre a torre de televisão e a rodoviária, misto de praça e parque, umas poucas áreas tratadas junto ao Lago Paranoá, o Jardim Zoológico e o Parque da Cidade. Enquanto estes espaços são realmente desfrutados da mesma forma como seria um parque tradicional, os espaços intersticiais dos edifícios da área urbana do Plano Piloto funcionam mais como elemento visual e de amenização climática das áreas construídas, abrigando restritas atividades de recreação e lazer.

A distribuição de parques nas cidades, quase sem exceção, privilegia as áreas urbanas onde se alojam as populações de maior renda. Este é um fato claramente observado nas cidades brasileiras, e no caso de Brasília este padrão se repete: as cidades satélites, onde atualmente já habita a maior porcentagem da população do Distrito Federal, e onde se concentram as camadas sociais de menor renda, não dispõem de áreas de parque suficientes para prover recreação e lazer em contato com a natureza para suas populações.

No próprio Plano Piloto, objeto de uma ocupação cuidadosamente planejada, não se obteve um aproveitamento satisfatório das áreas que dispõem de características apropriadas para parque. O lago Paranoá, por exemplo, por diversas razões, entre as quais a atração proporcionada pela presença da água, além da qualidade visual da paisagem criada a seu redor, poderia ter sido concebido como parte de um amplo parque urbano, estabelecendose para isto uma faixa de entorno com ocupação controlada de maneira a constituir uma área de proteção, estendendo-se às matas de galeria dos riachos tributários, às áreas de exsudação e lagoas, provendo-as de um manejo adequado para garantir sua proteção ambiental e oferecer amplas e variadas oportunidades de lazer para toda a população da região. Na verdade, a ocupação inicial limitou em muito esta possibilidade: a estrutura de vias traçadas em sua proximidade, sem muito respeito às linhas de drenagem natural, a localização sempre muito chegada à margem do lago e, principalmente, a privatização de extensos trechos da orla, fez com que restassem relativamente poucas áreas disponíveis para serem tratadas e utilizadas como espaço público, as quais, mesmo sendo raras, permanecem como faixas marginais ao meio urbano, e ainda hoje praticamente inaproveitadas.

Desta forma, para se garantir a criação de áreas de parque junto à orla do Paranoá, será necessária a elaboração de um plano conjunto, através do qual se estabeleçam preliminarmente normas de manejo para a Bacia como um todo, de modo a se procurar reduzir as causas que atualmente provocam sua rápida sedimentação e eutrofização. Além disso, é importante determinar uma faixa de proteção prioritária para o lago, dentro da qual se deverão praticar determinados controles, visando especialmente a manutenção e recomposição da cobertura vegetal, além da proteção dos mananciais que o alimentam. Dentro desta faixa de proteção, para trechos ainda não comprometidos com a ocupação, deverão ser individualizadas áreas com vocações diferenciadas: os estuários e zonas de matas ciliares poderão ser transformados em reservas de proteção à fauna, vindo a constituir refúgios seguros às comunidades que habitam periódica ou permanentemente o lago e as áreas restantes, disponíveis para recreação e lazer, poderão vir a constituir parques independentes, possivelmente reu-

nidos em uma proposta única, de modo a facilitar a definição de programas complementares para as diferentes situações, criandose uma razoável diversidade de opções de lazer, estabelecidas de acordo com as características peculiares de cada local.

Atualmente, o Parque da Torre e o Parque da Cidade constituem praticamente os únicos parques recreativos de Brasília. Juntamente com áreas de parque vinculados ao lago, poderão, pela sua centralidade, servir adequadamente à população do Plano Piloto e assentamentos próximos, servindo mais eventualmente, também, às populações das cidades satélites. Desta forma, este conjunto poderá constituir um sistema metropolitano de parques, passíveis de atender a uma população numerosa, dispondo, muitos deles, de facilidades para permitir permanência longas de seus usuários, e abrigando muitas vezes equipamentos únicos em toda a região. Contudo, para que se tenha, dentro do Distrito Federal, um sistema de parques compatível com as necessidades da população de seus diferentes núcleos urbanos, torna-se imprescindível ampliar tal sistema, incluindo também áreas localizadas junto às cidades satélites, que ofereçam oportunidade de recreação e lazer às suas populações, sem exigir dispendiosos deslocamentos.

De fato, para o caso de Brasília, parece perfeitamente razoável a proposta de um sistema de parques metropolitanos, situados na região do Plano Piloto, com abrangência para todo Distrito Federal, apoiado por um conjunto de parques junto às cidades satélites, de uso mais restrito e local. Assim, cada cidade satélite deverá contar com pelo menos um espaço de parque próximo ou, se possível, dentro da própria malha urbana. Em alguns casos, como por exemplo no Gama e no Guará, estas áreas já estão destinadas, embora ainda não estejam em condições de uso. Outras cidades, como por exemplo Taguatinga e Ceilândia não dispõem ainda de espaços previstos condizentes com suas necessidades.

VII. A proteção dos aspectos visuais da paisagem

Embora a qualidade visual possa ser considerada razão suficiente para o estabelecimento de controles para a preservação de trechos particulares da paisagem, é muito difícil isolar este aspecto em uma análise, deixando-se de lado outras características. A não ser em casos muito especiais de cenários naturais particularmente empolgantes pela sua singularidade, não será fácil selecionar trechos de paisagem que se recomendem preservar apenas em função da qualidade de seus aspectos naturais. A proteção da paisagem visual está intimamente vinculada à preservação do ambiente de modo geral e dos recursos naturais, de modo particular, exigindo sempre referência a outros aspectos. Em muitos casos, a deterioração de uma vista não representa mais do que a exteriorização da ocorrência de usos inadequados dos recursos do ambiente, ou seja, a deterioração da paisagem torna-se a expressão visível da deterioração dos aspectos naturais propriamente ditos. Assim, por exemplo, um terreno desgastado por processos acelerados de erosão, fruto da utilização indevida do solo, terá seu resultado visual identificado como uma paisagem deteriorada.

Em um primeiro momento, portanto, preservar a paisagem visual, pode não representar mais do que proteger o ambiente e os recursos naturais em geral. Evitar a deterioração de uma vista, pela ocupação indiscriminada ou pelo parcelamento inadequado do solo, pode ser uma tarefa a ser realizada com base no zoneamento estabelecido a partir de um inventário dos diferentes aspectos da paisagem, e sob critérios que levem em conta a potencialidade de utilização do solo, fundamentandose também na análise da qualidade visual ou ambiental. Dentro deste enfoque podese concluir que a preservação do ambiente como um todo é condição necessária para que se possa ter protegidos os aspectos visuais da paisagem. Contudo, é preciso reconhecer que determinados trechos particulares de paisagem podem ter uma importância maior que outros no que diz respeito a qualidade visual, sendo importante proceder uma avaliação que permita reconhecer estas particularidades.

A paisagem do Distrito Federal é marcada pela presença de três tipos de relevo: as chapadas, as depressões intermediárias, e os vales profundos, com relevo montanhoso. Um dos traços mais marcantes da paisagem visual é representada pelas bordas de chapada. O desnível acentuado que separa a chapada de seus níveis inferiores, proporciona amplas visuais sobre paisagens variadas e complexas, situando-se nas proximidades destas encostas, os trechos, que dispõem das mais interessantes vistas de toda a região. Estas bordas, além de constituírem locais de onde se descortinam amplos panoramas, são muito visíveis a partir dos níveis mais baixos, constituindo a silhueta da paisagem para quem neles se situa, o que torna de grande interesse o controle de sua ocupação.

Um dos trechos mais importantes destas bordas de chapada, pelas suas implicações visuais, é o que se situa a leste, além do Lago Paranoá, comparecendo como um fechamento de paisagem natural, em relação às vistas observadas do interior da área urbana de Brasília para o seu entorno próximo, na direção do lago. Este trecho de encosta já teve sua preservação recomendada no capítulo referente às áreas de reserva vinculadas ao lago, por também se constituir em uma área de refúgio ecológico. Esta recomendação é reforçada pela importância com que este trecho comparece na paisagem observada a partir do Plano Piloto, emoldurando a maior parte de suas vistas mais significativas.

Ainda, sob o ponto de vista da qualidade visual, é importante citar os relevos montanhosos do Vale do Maranhão e do São Bartolomeu: porções destes vales já foram indicadas, anteriormente, como possíveis áreas de preservação, principalmente pela qualidade da vegetação e fauna que abrigam. É importante, também, citar certos trechos de paisagem que se notabilizam por ocorrências singulares de água, em função da peculiaridade do subsolo da região de Brasília. Algumas destas ocorrências já estão sob proteção, como é o caso das Águas Emendadas, na reserva do mesmo nome, onde se unem as nascentes da Bacia Amazônica e do São Francisco. Outras, com a Lagoa Bonita, embora sob proteção legal, já foram perturbadas de forma praticamente irreversível.

Relativamente aos aspectos que se destacam pela sua expressão visual, convém ainda citar as veredas de buritis, estreitas superfícies de drenagem que ocorrem em trechos de pouca declividade, onde é abundante a presença desta palmácea nativa, de grande beleza. Estas veredas, pela exiguidade do espaço que ocupam e pela sua expressão marcante na paisagem, além de outros fatores relacionados com os recursos hídricos, merecem ser preservadas sempre.

Uma outra questão, relativamente a paisagem visual, que requer particular atenção, é aquela relativa aos corredores de circulação e pontos notáveis de observação. A paisagem de um território é visualizada principalmente através dos corredores de circulação, estradas e vias que percorrem e dão acesso a região, e através de pontos notáveis da paisagem de onde se divisam porções consideráveis do território. A partir da avaliação das visuais mais significativas, dentro de um plano específico para esta finalidade, poderão ser propostas medidas de proteção de trechos marginais aos corredores de circulação ou determinadas situações da paisagem, de modo a se garantir a preservação de vistas consideradas de interesse, com o possível aproveitamento das mais importantes para o estabelecimento de mirantes ou locais de permanência. Além disso, a manutenção do caráter original da paisagem, especialmente nos trechos ainda relativamente pouco perturbados, pode ser reforçado pela proteção das faixas marginais das estradas, com a manutenção da vegetação original, e recuperação de trechos eventualmente deteriorados.

Referências bibliográficas

Ab'Saber, Azis. **Proposta e diretrizes mínimas para a defesa dos fluxos da natureza no Brasil.** Relatório da qualidade do meio ambiente, versão 1982/83, capítulo referente aos "Ecossistemas Continentais", 16 páginas mimeografadas.

Almeida, F. F. M. de. **"Reconhecimento geomórfico nos planaltos divisores das bacias amazônica e do Prata, entre os meridianos 51º e 56º WG".** in: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, jul/set. 1948, pág. 65 — 108.

Belcher, D. **O relatório técnico sobre a nova Capital da República.** Rio de Janeiro, DASP, 1957, 291 páginas.

Brasil, Secretaria de Planejamento. **Plano estrutural de organização territorial do Distrito Federal Peot.** SEPLAN/GDF, Brasília, 1977, v. 1 — 2.

Carneiro, Paulo J. R. **Modelo de interpretação de imagens de sensores remotos aplicado ao planejamento regional e urbano.** (Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa), Lisboa, 1983, 109 páginas mimeografadas.

Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central. **Diagnóstico do espaço natural do Distrito Federal.** Brasília, 1976, 300 páginas.

Cruls, Luiz. **Relatório da comissão exploradora do Planalto Central do Brasil: relatório Cruls.** CODEPLAN, Brasília, 1984, 396 páginas.

Dias, Bráulio F. S.; Negret, Alvaro J.; Oliveira, Antonio R. M. **Usos e ecologia do Lago Paranoá.** NOVACAP, Brasília, 12 páginas, mimeografado.

Dias, Bráulio, F. S.; Negret, Álvaro J.; Pereira, Benedito A. S. **Proposta de novas áreas de proteção ecológica no Distrito Federal.** DERPE–SUPREN–FIBGE. Brasília, mimeografado.

Empresa brasileira de pesquisa agropecuária – Serviço nacional de levantamento e conservação de solos. **Levantamento de reconhecimento dos solos do Distrito Federal**. EMBRAPA, Rio de Janeiro, 1978, 455 páginas.

Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. **Preceituação Ecológica para a preservação de recursos naturais na Região da Grande Porto Alegre**. Porto Alegre, Livraria Sulina, 1976, 96 páginas.

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília**. Brasília, 1979, 98 páginas.

King, L. C. **A geomorfologia do Brasil Oriental.** in: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, abr/jun 1956, páginas 147 — 188.

Negret, Alvaro J. & Negret, R. A. **As aves migratórias do Distrito Federal.** in: Boletim Técnico, IBDF, Brasília, 1981.

UICN–PNUMA–WWF. **Estratégia mundial para a conservacão**. 1980, 46 páginas.

Universidade Federal do Paraná. **Inventário Florestal do Distrito Federal.** UFP, FZD. Curitiba, 1972, 206 páginas.



LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CDS	Centro de Desenvolvimento Social
CEI	Companhia de Erradicação de Invasões
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CNPU	Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitas
CPAC	Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DPJ	Departamento de Parques e Jardins
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
GDF	Governo do Distrito Federal
GT Brasília	Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília
HJKO	Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
INCEU	Inventário Nacional de Configuração do Espaço Urbano
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JK	Juscelino Kubitschek
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
PCH	Programa de Cidades Históricas
PDLI	Plano Diretor Local Integrado
PPCUB	Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília
Pró-Memória	Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM)
Pró-Flora	Empresa Estatal de Reflorestamento Pró-Flora
SPHAN	Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal
SHIS	Setor de Habitação Individual Sul
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SVO	Secretaria de Viação e Obras
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília
Zoobotânica	Fundação Zoobotânica do Distrito Federal

PARTICIPANTES DO GT BRASÍLIA

Ao longo de quase uma década de atividades o GT Brasília contou com inúmeros colaboradores que se engajaram em diversas ações que abarcaram várias frentes de trabalho e campos de pesquisa. Segue abaixo uma lista com nomes, identificados em diversos documentos do arquivo do Iphan DF e em bibliografia especializada, de integrantes ativos e constantes, mas, também, de coparticipantes ocasionais e daqueles que contribuíram, ainda que brevemente, em alguma atividade pontual e temporária. Tendo em vista a enormidade de temas e órgãos envolvidos com os trabalhos do GT Brasília, nos desculpamos pelas eventuais ausências.

Andréa Curi Zarattini
Antônio Menezes Jr
Augusto Carlos da Silva Telles
Augusto Puccineli
Belmira Finageiv
Briane Panitz Bicca (coordenadora)
Carlos Madson Reis
Claudia Matos de Araújo
Denise de Campos Gouvêia
Dulce Blanco Barroso
Dulce Mourão Sabino Rodrigues
Eurico João Salviati
Fernanda Fonseca
Fernando Falcão
Haily Laureano Dias
Henrique Oswaldo de Andrade
Hermilo Souto Nobrega
José Carlos Córdova Coutinho
José Leme Galvão Jr
Lelia Madsen de Castro
Marcelo Aguiar dos Santos Sá
Márcio Vianna
Márcio Villas Boas
Marco Antônio de Faria Galvão
Marco Antônio Guimarães
Maria Elaine Kohlsdorf
Mario Julio Teixeira Krüger
Muhdi Koosah
Nicolau Abdu El-Moor
Paulo Affonso Leme Machado
Raul Federico José Spinzi Molinas
Regina Cândida Neves
Roberta Mesquita Rocha
Roberto Moreira
Rommel Augusto da Silva Castro
Sandra Beatriz Zarur
Silvio Cavalcante
Susana Paschoalli de Almeida
Toshio Mukai
Umbelina Maria Palmera Julião
Vera Americano do Brasil
Walter Albuquerque Mello
Yêda Virgínia Belo Barbosa

SOBRE OS AUTORES

Briane Elisabeth Panitz Bicca
Arquiteta e urbanista, FAU/UFRGS, 1969.
Doutora em Planejamento pela Universidade de Grenoble, França, em 1979.
Técnica em planejamento e preservação, Iphan, de 1979 a 1992, onde coordenou o Grupo de Trabalho para a preservação de Brasília, de 1980 a 1988, e responsável pelo dossiê Brasília / Patrimônio Mundial / UNESCO, 1986. Desde 2013 coordena o PAC Cidades Históricas Porto Alegre, SMC/PMPA.

Eurico João Salviati
Arquiteto e urbanista, USP, 1965.
Especialista em Paisagismo pela FAU / USP, em 1980. Professor de Projetos e Paisagismo Urbano na graduação e pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, no período de 1974 a 1994. No Iphan, originalmente integrou a equipe do GT Brasília, até sua extinção.

Márcio Vianna
Arquiteto e urbanista, UnB, 1980.
Doutorado em Ciências Técnicas no Campo da Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Politécnica de Varsóvia, Polônia, em 1989, tendo "A preservação cultural de Brasília" como tema de tese. Arquiteto do Iphan desde 1982. No Iphan, originalmente integrou a equipe do GT Brasília, até sua extinção.

Maria Elaine Kohlsdorf
Arquiteta e urbanista, UFRJ, 1967.
Mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília em 1979, pós-graduada em Desenho Urbano pela Universidade de Stuttgart, Alemanha. Professora aposentada da FAU/ UnB, consultora do Iphan para o sistema INCEU e membro permanente do GT Brasília.

Yêda Virgínia Barbosa
Arquiteta e urbanista, UnB, 1982.
Especialista em desenho urbano, mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília. É servidora do Iphan desde 1982, onde originalmente integrou a equipe do GT Brasília, até sua extinção.

O corpo do texto deste livro foi composto com a família Minion Pro, projetada por Robert Slimbach para a Adobe Systems em 1990. A tipografia auxiliar escolhida é a UnB Pro, desenvolvida por Gustavo Ferreira para a Universidade de Brasília em 2008.

